

# O Futuro do Mundo Rural em Questão

Atas do I Congresso de Estudos Rurais do Norte Alentejano

## **FICHA TÉCNICA**

### **TÍTULO**

O Futuro do Mundo Rural em Questão: Atas do I Congresso de Estudos Rurais do Norte Alentejano  
**Coleção C3i – N.º 4**

### **EDITOR**

Instituto Politécnico de Portalegre  
C3i – Coordenação Interdisciplinar para a Investigação e Inovação

### **AUTORES**

Alexandre Martins; Eva Milheiro; João Alves; José Nunes; Luís Cardoso (Org.)

### **PAGINAÇÃO**

Catarina Dias

### **CAPA**

Gabinete de Comunicação e Relações Internacionais da Escola Superior de Educação de Portalegre  
(imagem)

### **ISBN**

978-989-98406-7-6

### **ANO**

2013

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>4</b>
<b>O RURAL COMO ESPAÇO LÚDICO E DE FRUIÇÃO: CULTURA, PATRIMÓNIO E TURISMO</b>	<b>6</b>
Conceito, características, potencialidades e urgências do Património Rural Domingos Bucho	7
Turismo de fronteira: arquiteturas vernáculas e alojamentos rurais na raia extremeña. Formas antigas para novas funções. Antonio-J. Campesino Fernández	31
O rural como espaço de empreendedorismo em turismo Eva Milheiro, João Alves, Alexandre Martins	53
<b>CONFERÊNCIA</b>	
Viver o rural: diferentes perspetivas de residentes, agentes turísticos e visitantes e implicações para o integral e sustentável marketing de experiências e destinos turísticos rurais Elisabeth Kastenholz	80
<b>O RURAL COMO ESPAÇO DE COOPERAÇÃO: QUESTÕES TRANSFRONTEIRIÇAS EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE</b>	<b>101</b>
Empreendedorismo em territórios de baixa densidade Saudade Baltazar, Marcos Olímpio, Laurinda Grosso	102
Espaços e práticas culturais nos territórios transfronteiriços: que respostas e que futuros? António Pedro Marques, Carlos da Silva, José Saragoça, Saudade Baltazar	117
Um olhar dos atores das escolas oficiais de idiomas da Extremadura-Espanha sobre as questões transfronteiriças Graça Viegas, Carlos da Silva, Joaquim Fialho	133
<b>O RURAL COMO ESPAÇO SIGNIFICATIVO: ARTE, COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE</b>	<b>169</b>
O local como especialização – as rádios locais portuguesas enquanto espaço para a comunicação de proximidade Luís Bonixe	170
Tradição musical portuguesa e contemporaneidade Susana Porto	186
Artes e Ofícios do Nordeste Alentejano Maria da Conceição Cordeiro	197
Ruralidade e pós-ruralidade no Cinema Português: sedução, sedição e dissídio Luís Cardoso	230
<b>O RURAL COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE: TECNOLOGIAS, AGRICULTURA E AMBIENTE</b>	<b>244</b>
A aplicação de métodos diretos e indiretos de avaliação da paisagem na valoração de amenidades ambientais Ana Viegas, Luís Loures, José Rato Nunes	245
Desertification in Portugal: causes, consequences and possible solutions João Branco, Márcia Oliveira, Ricardo Ferreira, Orlanda Póvoa	267
Deforestation in Portugal: Causes, Consequences and Possible Solutions João Branco, Márcia Oliveira, Ricardo Ferreira, Orlanda Póvoa	280

<b>O RURAL COMO ESPAÇO DE FUTURO: DESENVOLVIMENTO LOCAL, ANIMAÇÃO COMUNITÁRIA, ORGANIZAÇÕES E POPULAÇÕES EM MEIO RURAL</b>	<b>297</b>
Intervenção socio-educativa em meio rural: da educação dos adultos à educação das crianças <b>Abílio Amiguinho</b>	<b>298</b>
Animação teatral no desenvolvimento local e comunitário (Que relação poderá existir entre os dois conceitos que possa significar processos participativos inovadores?) <b>Avelino Bento</b>	<b>316</b>

## INTRODUÇÃO

Transformações diversas vêm reconfigurando o mundo rural e o seu lugar numa sociedade portuguesa em processo de modernização. Entre elas, podemos identificar algumas que, pela sua extensão e intensidade, têm contribuído para aspetos decisivos daquela reconfiguração, como constituem exemplos de destaque o declínio da atividade agrícola, o despovoamento do interior ou o envelhecimento das populações em territórios de matriz rural. Mas, se estas transformações podem ser lidas, sobretudo, como fortes *constrangimentos* que podem parecer não reservarem qualquer tipo de *futuro positivo* para o mundo rural, podemos também argumentar que novas «geografias de oportunidades» vão surgindo em espaço rural. Com efeito, as referidas transformações têm vindo a conferir aos campos e às cidades em territórios de matriz predominantemente rural uma maior «disponibilidade» para uma sua reconversão positiva, a qual assenta em certas dinâmicas sociais, económicas e culturais que se têm podido observar. Na verdade, estamos a assistir, em contextos diversos, a uma redefinição crescente dos usos e representações sociais sobre os espaços rurais que, ancorando-se nas características físicas, sociais e culturais do *existente*, alteram contudo o seu lugar e significado junto das populações que vivem os territórios. É o caso da produção de representações, por certas frações de populações urbanas, do espaço rural – e daquilo que qualificam de rural, em geral – como espaço lúdico e de fruição, em sentido lato, do qual esperam um contraponto positivo das características negativas que apontam à vida urbana e metropolitana. É também o caso de um conjunto relativamente alargado, plural e significativo de experiências de envolvimento das populações e organizações situadas em territórios de baixa densidade populacional e matriz rural em processos participados de desenvolvimento, local e regional. É, enfim, a circunstância da recente revalorização, social e política, do trabalho e da produção no sector agrícola, cujos contornos, se bem que ainda indefinidos, parecem apontar para a possibilidade de mudança social e económica, dada a sua «afinidade eletiva» com outras dinâmicas observáveis, nomeadamente a já apontada revalorização da vida nos campos pelos cidadãos.

O desafio fundamental do volume que ora se publica, o qual condensa as atas do **I Congresso Internacional de Estudos Rurais do Norte Alentejo – Novas dinâmicas territoriais e reconfigurações da ruralidade: o futuro do mundo rural em questão** é o de reunir os contributos analíticos de especialistas de diferentes áreas do conhecimento e do saber em torno da discussão de questões como as anteriormente elencadas ou outras, com elas interligadas. Espera-se, a partir destes contributos, disponibilizar publicamente elementos para uma reflexão e uma intervenção estratégica sobre as condições, as possibilidades e as oportunidades de desenvolvimento dos territórios rurais nos próximos anos.

Neste quadro, a obra encontra-se organizada por cinco grandes áreas temáticas, as quais condensam, se assim se pode dizer, outros tantos eixos de análise e intervenção que pareceram estratégicos aos organizadores, tendo em vista a promoção do desenvolvimento dos territórios rurais. Estas cinco áreas temáticas organizam o volume e são as seguintes: *O rural como espaço lúdico e de fruição: cultura, património e turismo; O rural como espaço de cooperação: questões transfronteiriças em territórios de baixa densidade; O rural como espaço significativo: arte, comunicação e sociedade; O rural como espaço de produção e sustentabilidade: tecnologias, agricultura e ambiente; O rural como espaço de futuro: desenvolvimento local, animação comunitária, organizações e populações em meio rural.*

**O RURAL COMO ESPAÇO LÚDICO E DE FRUIÇÃO:  
CULTURA, PATRIMÓNIO E TURISMO**

# Conceito, características, potencialidades e urgências do Património Rural

## Rural Heritage: concept, features, capabilities and emergencies

Domingos Bucho

### Resumo

*Procuramos contribuir com elementos fundamentais para equacionar a problemática e as possibilidades de resposta à perda irreparável e contínua do património rural. Definimos o conceito, sublinhamos as características mais importantes bem como as potencialidades e, em consequência, propomos o que urge fazer e com que metodologia. Mobilizamos a nossa experiência de inventariação do património arquitectónico, de que somos autores de cerca de 100 fichas (não actualizadas, diga-se) respeitantes ao Distrito de Portalegre, muitas delas feitas em meio rural ([www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)).*

*Palavras-chave: património rural; valores; tipologia do património; património e desenvolvimento*

### Abstract

*We seek to contribute with key elements to equate the problems and the possibilities of response to the irreparable and ongoing rural heritage loss. We define the concept, underline the most important features and capabilities, and as a consequence we suggest what should be done and with what methodology. We mobilized our experience an inventory of architectural heritage and as authors of about 100 files (not updated, we must say) relating to the District of Portalegre, many of them made in rural areas ([www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)).*

*Keywords: rural heritage; values; heritage typology; heritage and development*

## 1. CONCEITO DE PATRIMÓNIO RURAL<sup>1</sup>

### 1.1 Património e valores

Podemos dizer que o Património, entendido na sua globalidade, é o conjunto de entidades tangíveis e intangíveis nas quais a sociedade reconhece valores num determinado período da história.

Por sua vez, os valores - de memória, de antiguidade, de autenticidade, de originalidade, de raridade, de singularidade, de exemplaridade<sup>2</sup>-, são entidades intangíveis pelas quais a Humanidade se tenta nortear, porque lhe conferem dignidade e identidade

---

<sup>1</sup> Mantemos, de alguma maneira, o tom coloquial da comunicação de que resultou este texto.

<sup>2</sup> Para exemplificar com os que a nossa Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro (vulgarmente conhecida como Lei de Bases do Património), refere.

(Humanismo): é este o seu carácter absoluto. Mas como os valores não se concretizam sem a sua aplicação, apresentam, por isso, também, um carácter relativo, uma natureza de interactividade, ou de ponte, entre a sociedade e o Património. A destruição de Budas (do séc. VI) no Vale de Bamiyan (Afeganistão), pelos Talibãs, em 2001, chocou o mundo; aqui está um exemplo da relatividade dos valores: se para uns, a simples existência daquelas estátuas colossais era um símbolo de paganismo que conduzia à idolatria, um atentado contra os seus valores religiosos, para outros – para a comunidade internacional, em geral –, a destruição das esculturas, apreciadas como monumentos históricos, constituía uma perda de valores universais excepcionais, o que levou à sua classificação como Património da Humanidade, pela UNESCO, em 2003.

## **1.2 Tipologia básica do património**

Relativamente aos tipos patrimoniais que podemos identificar, costuma-se simplificar fazendo duas grandes divisões iniciais entre o património natural e o cultural e, por sua vez este último, entre material e imaterial. O material subdivide-se ainda entre o móvel e o imóvel, sendo que, no imaterial, podemos achar-lhe dois subtipos, com alguma dificuldade: o património intangível que apresenta um suporte material (o gastronómico, por exemplo) e o que o não apresenta (por exemplo a música). Entenda-se que esta divisão se opera para facilidade de entendimento, de estudo, porque o que realmente acontece é que um determinado bem, por exemplo do património cultural material - seja a mais conhecida *Pietà* de Miguel Ângelo, a que está em São Pedro de Roma -, é um repositório de valores tangíveis e intangíveis que só têm significado no seu estado de fusão, entrelaçados. Como compreender, neste caso, que aquela mulher de notável elegância e subtil padecimento, aparentando uma tenra idade, pudesse ser a mãe do homem de 33 anos que apresenta, morto, ao colo? Com certeza que através dos ideais de beleza clássicos, logo, intangíveis, que guiaram a mão do escultor. E no património natural, que supõe a não existência da mão humana (da cultura ou da civilização) a produzi-lo, será possível esquecer a interferência da engenharia genética na maioria dos alimentos que hoje consumimos? Da alface supertenra aos coentros que não cheiram, do tomate que sabe a água aos animais que nunca pisaram a terra, para não falar dos próprios produtos alimentares que já se cultivam sem terra, completamente fora da “mãe

natureza”<sup>3</sup>; serão apenas património natural? E a divisão, dentro dos bens intangíveis, entre os que apresentam suporte material - ou seja, não podem ser apreciados sem concretização material (o cozido à portuguesa), constituindo a receita o património propriamente dito – e os que a não apresentam, exemplificando-se com a música? Claro que é possível ouvir música sem ver os instrumentos, mas porque se gravou a execução; não há verdadeira música de violino sem o dito, ou o Stradivarius nunca existiu?

### 1.3 A patrimonialização

Vem de bem longe esta, como diremos, necessidade? Talvez seja a palavra adequada porque, no fundo, há uma perspectiva sobre o património que o concebe de forma prática como aquilo que queremos conservar, porque nos é necessária, de alguma maneira, a sua existência. É costume referir As Sete Maravilhas do Mundo - concebidas pelo poeta Antipater, de Sídon, num poema datado de 140 a.C. – como a primeira lista do Património Mundial (aqui do Ocidente, claro), da qual a pirâmide de Quéops (Egipto, 3º milénio a.C.) é a única sobrevivência. Isto para dizer que a patrimonialização vem muito detrás, embora sem a velocidade açambarcadora dos nossos tempos.

Para caracterizar o actual processo, imparável, de patrimonialização, já lhe foram atribuídos muitos qualificativos, sintomáticos duma verdadeira fúria (ou histeria<sup>4</sup>) classificatória:

- “VALOR REFÚGIO”, “MÁQUINAS DE MEMÓRIA”, “TRABALHO DE LUTO” – Marc Guillaume (1980)
- “REINVENÇÃO DO PATRIMÓNIO” – A. Bourdin (1984)
- “LOUCURA PATRIMONIAL” – Henri-Pierre Jeudy (1990)
- “ALEGORIA DO PATRIMÓNIO” – Françoise Choay (1992)
- “ALQUIMIA DO PATRIMÓNIO” - Yvon Lamy (1996)
- “PATRIMOMANIA” – Martin-Granel (1999)

---

<sup>3</sup> Veja-se a propósito, “Muitas empresas desapareceriam se tivessem de pagar imposto sobre os estragos que causam no ecossistema.” TEIXEIRA, Clara – “Negócios insustentáveis”, in *Visão* de 5 de Abril de 2012, p. 46 ss.

<sup>4</sup> PEIXOTO, Paulo – “Os meios rurais e a descoberta do património”, Centro de Estudos Sociais - Núcleo de Estudos sobre Cidades e Culturas Urbanas, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 1998. (<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/175.pdf>) (20XII2011)

A patrimonialização acaba por ter um pouco de todas estas características, metáforas ou paradigmas. Afigura-se-nos estarmos a construir algo com alguma similitude com a Arca de Noé bíblica. A velocidade estonteante com que passámos a viajar, em direcção a um futuro cheio de incógnitas, faz-nos temer por um “dilúvio” de características diferentes: o esquecimento do passado, a perda da identidade...porque nós somos, fundamentalmente, a resultante daquilo que fomos... E por isso queremos salvar, na arca, aquilo que, perdendo-se, representaria a perda de uma parcela de nós próprios; em Portugal, desde os anos setenta que sentimos a necessidade de acudir ao património rural.

#### **1.4 Conceito de património rural**

Em consequência do que dissemos atrás, ao património rural pertencem as entidades tangíveis e intangíveis que constituíram ou constituem o mundo rural e em que se reconhecem valores que emanam de campos tão diversos como o histórico (p. ex., relacionadas com a Campanha do Trigo durante o Estado Novo ou com as lutas dos trabalhadores rurais pelos seus direitos, durante a ditadura), o paleontológico (pelo facto de ser o meio rural o espaço de jazida, por excelência, destes vestígios), o arqueológico (p. ex., as antas e os menhires), o arquitectónico (p. ex., o monte alentejano ou a arquitectura vernácula típica dos aldeamentos de assalariados agrícolas), o linguístico (p. ex., as formas vernaculares típicas de algumas regiões), o documental (de enorme variedade, p. ex., a toponímia de tradição oral constitui, por vezes, a única forma de interpretar a “carta de termo” de um concelho medieval), o artístico (p. ex., o cante alentejano), o estético (p. ex., a paisagem e o seu ordenamento ou zonagem tradicional, onde pontua o pitoresco de tantas situações), o etnográfico (p. ex., os trajes), o científico (p. ex., o herança genética de algumas variedades frutíferas naturalmente resistentes), o social (p. ex., alguns rituais ou formas de comportamento que persistem, no todo ou em parte, genuinamente rurais), o industrial ou técnico (p. ex., os moinhos de rodízio e uma enorme variedade de ferramentas), o intangível, onde, para além de todas as manifestações de natureza gastronómica, musical, danças e cantares populares tradicionais, criações teatrais (como os Bonecos de Santo Aleixo), mezinhas, lendas, lenga-lengas e tantas outras criações de expressão e memória popular orais, está uma enorme e interessantíssima sabedoria secular a que nos devemos curvar.

Entende-se por mundo rural, de uma forma geral, a simbiose homem-natureza (ou cultura-natureza, se quisermos) derivada da actividade agrícola, pastoril, florestal e cinegética. A dicotomia campo-cidade faz aqui sentido para podermos localizar, de forma prática, a origem mais frequente (natural e cultural) do património rural. Etimologicamente: *RUS*, *RURIS* (latim), significa campo e opõe-se a *URBS*, *URBIS* (latim), que significa cidade. Bem sabemos, que o mundo de onde pretendemos salvar este património vai desaparecendo na Europa dos nossos dias; era aquele mundo que se opunha/diferenciava da cidade, na função, na tecnologia, no ambiente, na maneira de viver, na cultura.

### **1.5 O mundo rural, hoje**

Alterações profundas ocorreram na Europa, na 2ª metade do século passado, que transfiguraram o mundo rural romântico da nossa saudade. Foi a industrialização, conjugada com a competitividade internacional, promovida politicamente e facilitada pela evolução das vias de comunicação e dos transportes. Como já referimos atrás, gerou-se um mundo agrícola de estufas e de fábricas de carne, concentrado, junto às cidades que abastece, com novas tecnologias de produção cada vez mais afastadas do que podemos considerar natural.

E o mundo rural tradicional iniciou um processo regressivo de perda de densidade sociocultural, económica e institucional, deixando, também, de constituir uma complementaridade funcional do mundo urbano. A cidade já apresenta, junto a si, as referidas estruturas produtivas. Esta perda crescente levou o mundo rural tradicional para um estado de letargia que o está a impedir de implementar o seu desenvolvimento (ou sustentabilidade) através dos recursos endógenos. Tornou-se dependente, de tudo! Uma forma de lhe acudir parece ser a patrimonialização, conjugada com a turismificação, mas que não podem ser vistas como panaceia para todos os males.

Em Portugal, tem-se aceite, progressivamente, como uma inevitabilidade, a existência dos chamados espaços rurais deprimidos. O problema é que, no chamado interior, esta doença avassaladora já chegou às vilas e às cidades! A grande oposição, o grande contraste, deixou de ser entre o urbano e o rural, ou entre o campo e a cidade, para passar a ser entre o litoral e o resto, a que se chama interior, e que começa cada vez

mais perto do litoral! Ou seja, no nosso país, para além dos problemas comuns ao mundo rural europeu, temos um ordenamento do território de tal forma desequilibrado que agrava toda a caracterização que temos feito do mundo rural em geral.

As regiões do interior, e salvo raras exceções, estão a transformar-se num parque temático do Portugal de antigamente (na pior das perspectivas), induzido pela imparável quebra populacional, envelhecimento e falência económica. As razões para que isto aconteça são várias, nomeadamente históricas; podemos elencar as seguintes:

- a litoralização dos países, como tendência natural, histórica, que se prende com a localização, nas fozes dos rios, dos portos que permitem as trocas e as viagens comerciais (e também de descoberta e conquista), logo, o desenvolvimento económico e a localização do poder político; não é por acaso que as duas cidades portuguesas mais importantes (Lisboa e Porto) são exemplo disso;

- a tradicional divisão territorial da produção (ou ordenamento do território), historicamente estabelecida, em que o “interior” estaria naturalmente destinado à produção agrícola, de onde emergiu, por exemplo, a mitificação do Alentejo (cerca de 1/3 do território) como “celeiro de Portugal”; desde 1889 que se assistiu a uma política de fomento cerealífero, com preços garantidos, protecção alfandegária e proibição das empresas moageiras comprarem cereal no exterior sem esgotarem os *stocks* nacionais, apesar do trigo estrangeiro ser mais barato e melhor; esta política foi continuada no séc. XX, sofrendo novo impulso com a Campanha do Trigo, no tempo de Salazar, a partir de 1929; podemos apontar, como consequências, a destruição de montado, a exaustão de solos pobres desadequados para o cereal, o condicionamento legal do desenvolvimento industrial, a partir de 1931, com a consequente constituição de monopólios e o impedimento da concorrência ao nível da oferta de emprego entre agricultura e indústria; de uma maneira geral, implementou-se uma economia muito frágil, incapaz de competir externamente, e à custa de salários baixos mantidos com repressão política e policial;

- com a entrada de Portugal na União Europeia, em 1986, e após um período de transição em que recebeu avultados fundos estruturais – que não terão tido a melhor aplicação - para acertar o passo com a Europa, Portugal viu-se completamente desprotegido a partir de 1992 (mercado único com política aduaneira comum para os produtos provenientes de países exteriores à UE); as empresas passaram a enfrentar a concorrência europeia, pela primeira vez na história do país, sem qualquer protecção

alfandegária; o sector agrícola ressentiu-se de forma dramática no Alentejo, tendo contribuído negativamente, para tal situação, a aplicação, através da PAC (Política Agrícola Comum, criada em 1962), de fundos europeus para não produzir (pousio), para apoiar a sementeira e não a colheita, e até para arrancar oliveiras e vinhas;

- só muito recentemente se assiste a uma readequação da nossa produção agrícola face à concorrência europeia e internacional, procurando os nichos de mercado em que o clima, as características dos solos e a aplicação de novas tecnologias e métodos de produção nos permitem ofertas concorrenciais; destaca-se, sem dúvida, o vinho, com crescente qualidade e capacidade concorrencial.

Quer as raízes históricas de que falámos, quer o processo doloroso de reestruturação agrícola, com a entrada na UE, conduziu o interior a um estado verdadeiramente crítico, acentuado pela crise económica mundial actual. Quer-nos parecer que fomos longe de mais no abandono da chamada “província” e que não nos levantaremos sem medidas de discriminação positiva e a todos os níveis. O Alqueva, que a região Alentejo ansiava, como panaceia para todos os males, é hoje, para além de uma infra-estrutura vital - pelo simples facto de armazenar água -, um potencial económico que as empresas agrícolas nacionais não tiveram capacidade para aproveitar, assistindo-se, isso sim, ao investimento agrícola espanhol, ao deslumbre pela utilização turística e ao planeamento da aplicação da água nas indústrias do porto de Sines.

## **1.6 Patrimonialização e turismificação**

Desde os anos setenta do século passado que se procura acudir à falência progressiva do mundo rural tradicional através da implementação de uma nova função: a conservação dos seus valores de natureza e de cultura, constituindo, por um lado, uma reserva ecológica estratégica e, por outro, uma como que monumentalização cultural e natural em ordem ao seu desfrute turístico-cultural. Entre as decisões políticas mais importantes neste sentido, podemos referir:

- A Lei n.º 9/70, de 19 de Junho, criando as “Áreas Protegidas”, segundo a tipologia de parques nacionais, parques naturais, paisagens protegidas e reservas naturais (primeira classificação atribuída ao Parque Nacional da Peneda-Gerês, em 1971).

- O Decreto-lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro, redefinindo a tipologia das áreas protegidas: parque nacional<sup>5</sup>, parque natural<sup>6</sup>, reserva natural<sup>7</sup>, monumento natural<sup>8</sup>, paisagem protegida<sup>9</sup> e sítio de interesse biológico (áreas protegidas de estatuto privado requeridas pelos proprietários para protecção dos *habitats* naturais de espécies da fauna ou da flora).
- O Decreto-Lei n.º 256/86, criando o Turismo em Espaço Rural, segundo a tipologia (actualizada pelo Decreto-Lei n.º 228/2009 de 14 de Setembro) de casas de campo, agro-turismo e hotel rural; de referir, também, os empreendimentos de turismo de habitação que podem localizar-se em espaço rural ou urbano.
- A Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98, criando o Programa Nacional de Turismo de Natureza.
- A candidatura e classificação de bens naturais portugueses como Património Mundial da UNESCO:
  - . Paisagem Cultural de Sintra (1995)
  - . Sítios de Arte Rupestre do Vale do Côa (1998)
  - . Floresta Laurissilva da Ilha da Madeira (1999)
  - . Região Vinhateira do Alto Douro (2001)
  - . Paisagem da Cultura da Vinha do Pico (2004)

---

<sup>5</sup> No território português a única Área Protegida que beneficia deste estatuto é o Parque Nacional da Peneda-Gerês, criado em 1971.  
<http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ap/nac/parq-nac> (24 de Janeiro de 2013)

<sup>6</sup> Parques naturais classificados: Montesinho; Douro Internacional; Litoral Norte; Alvão; Serra da Estrela; Tejo Internacional; Serras de Aire e Candeeiros; São Mamede; Sintra-Cascais; Arrábida; Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina; Vale do Guadiana; Ria Formosa.  
<http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ap/nac/parq-natur> (24 de Janeiro de 2013)

<sup>7</sup> “Reservas naturais classificadas: o Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António (data de 1975, sendo, aliás, a primeira AP criada após o 25 de Abril), as Dunas de São Jacinto, a Serra da Malcata, o Paul de Arzila, as Berlengas, o Paul do Boquilobo, o Estuário do Tejo, o Estuário do Sado e as Lagoas de Santo André e da Sancha (a mais recente, criada em 2000).”  
<http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ap/nac/res-natur> (24 de Janeiro de 2013)

<sup>8</sup> Monumentos naturais classificados: Ourém; Torres Novas (integrado no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros), sendo o mais antigo e datando de 1996; Carenque; Cabo Mondego; Pedreira do Avelino; Pedra da Mua (integrado no Parque Natural da Arrábida); Lagosteiros (integrado no Parque Natural da Arrábida); Portas de Ródão (2009).  
<http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ap/nac/mon-natur> (24 de Janeiro de 2013)

<sup>9</sup> “De âmbito nacional, figuram as Paisagens Protegidas da Serra do Açor, de 1982, e da Arriba Fóssil da Costa da Caparica, de 1984.”  
<http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ap/nac/pais-protteg> (24 de Janeiro de 2013)

- A constituição internacional de Reservas Mundiais da Biosfera (UNESCO, 1976):
  - . RN Paul do Boquilobo (1981) / Ilha do Corvo (2007) / Ilha Graciosa (2007) / PNac Peneda-Gerês (2009) / Ilha das Flores (2009) / RN Berlengas (2011) / Santana, Madeira (2011)<sup>10</sup>
- A Rede Natura 2000 (CEE-1992):
  - . PNac Peneda-Gerês / PN Montesinho / PN Serra de São Mamede / RN Berlengas / RN Serra da Malcata

Esta refundação funcional do nosso mundo rural não prescinde, obviamente, da componente económica agrícola. Vivemos décadas a produzir o que não devíamos, descuidando produções em que podíamos ser altamente competitivos: vinho, azeite, cortiça e fruta em geral, com e sem valor acrescentado.

## **1.7 A observação e estudo do património rural**

Uma adaptação portuguesa do *Guia Europeu de Observação do Património Rural (2003)*, editada em Portugal em 2009<sup>11</sup>, constitui uma base importante para definir uma metodologia de observação e estudo do património rural. Seguindo estas orientações e enriquecendo-as, segundo o nosso ponto de vista, podemos estabelecer os seguintes itens para observação:

### **A) Património rural material imóvel**

#### **A.1 – Paisagem**

A paisagem “designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da interacção de factores naturais e ou humanos” (Convenção Europeia da Paisagem, 2000)<sup>12</sup>.

<sup>10</sup>[http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SC/pdf/sc\\_mab\\_WNBR\\_BR2012.pdf](http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SC/pdf/sc_mab_WNBR_BR2012.pdf) (24 de Janeiro de 2013)

<sup>11</sup> *Guia Europeu de Observação do Património Rural (2003)*, Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, 2009.

<sup>12</sup> Decreto n.º 4/2005 (D.R. n.º 31, Série I-A de 2005-02-14)

#### A.1.1 Organização do espaço

- Espaço cultivado
- Prados e pastagens
- Floresta
- Espaço aquático
- Tipos de povoamento

A.1.2 Marcos ou pontos de referência, de natureza muito variada, que sobressaem no território.

A.1.3 Vias de comunicação (terrestres, fluviais e linhas de caminho de ferro)

### **A.2 – Arquitectura**

A.2.1 Arquitectura vernácula civil:

- das povoações que nasceram intrinsecamente ligadas à agricultura (aldeias de assalariados agrícolas);
- das habitações dispersas de pequenos e médios agricultores e hortelões;
- dos montes e quintas com os seus espaços funcionais típicos: eira, celeiro, lagar, adega, estábulo, vacaria, queijaria, forno, pombal, etc.

A.2.2 Arquitectura militar e religiosa (vernácula ou não) em meio rural: torres de vigia, ermidas, igrejas de romaria, mosteiros, cruzeiros.

### **A.3 - Caminhos**

Caminhos rurais, sobretudo os que apresentam materiais e técnicas de construção arcaicos, nomeadamente as azinhagas e as calçadas, podendo integrar pontes antigas, de alvenaria ou de cantaria, anteriores à introdução do betão.

### **A.4 - Engenhos**

- Dispositivos mecânicos que utilizavam a energia hidráulica e eólica para produzir farinhas e pisoar tecidos: moinhos de vento, moinhos de rio (azenhas e moinhos de rodízio) e pisões.

- As construções para a captação, armazenagem, transporte e utilização da água: poços, noras, contra-minas, represas, aquedutos, engenhos de rega, fontes (nascentes), fontanários, chafarizes e lavadouros.

#### **A.5 – Património arqueológico**

Disperso e de tipologia muito variada: megalítico, necrópoles, casas de falsa cúpula, assentamentos agrícolas da Idade do Ferro e do período romano, etc.

### **B) Património rural material móvel**

#### **B.1 – Oficinas artesanais**

Oficinas de artesãos ligadas ao mundo rural, com o respectivo património técnico (ferramental) a elas inerente: correeiros, ferreiros, latoeiros, carreiros, ferradores, etc.

#### **B.2 - Alfaias agrícolas e primeiras máquinas**

Um variadíssimo e riquíssimo espólio de alfaias, de produção artesanal, que vai das dedeiras de cana para protecção dos ceifeiros até às primeiras ceifeiras debulhadoras mecânicas.

#### **B.3 – Mobiliário**

Sempre artesanal, por vezes de estilo regional e usando madeiras autóctones, de que são exemplo, no Alentejo, as cadeiras de bunho, as cantareiras, as arcas do pão, as chamadas mesas de pastor, etc.

#### **B.4 – Artesanato**

Hoje de procura essencialmente turística e de função decorativa: olaria, vimes, ferro, madeira, cortiça, etc.

#### **B.5 – Trajes**

Os trajes típicos do trabalhador rural, quer na situação de trabalho quer na de festa.

## **B.6 – Produtos agrícolas**

Os produtos agrícolas típicos de cada região, de origem vegetal ou animal, que resultaram de uma secular adaptação à natureza e às tradições culturais locais ou regionais (produtos vegetais regionais, raças autóctones e produtos transformados).

## **C) Património rural imaterial**

### **C.1 - Música, danças e cantares populares**

### **C.2 - Festas e romarias profanas e religiosas**

**C. 3 - Feiras** (que em Portalegre tinham nomes sintomáticos do seu carácter agrícola: “dos Porcos”, “das Cerejas” e “das Cebolas”).

**C. 4 - Comemorações, costumes e tradições muito variados.**

**C.5 - Saberes-fazer muito variados, nomeadamente os que estavam ligados aos ofícios agrícolas: capador, moleiro, adegueiro, carreiro, ferrador, etc.**

**C.6 - Práticas agrícolas, pecuárias e florestais tradicionais**

**C.7 - Dialectos locais, lendas, poesia, contos e outra literatura de tradição oral.**

**C.8 - Modos típicos das mais variadas celebrações: casamentos, baptizados, aniversários, “a ida às sortes” (inspecções militares), etc.**

**C.9 - Gastronomia tradicional local, em estreita ligação com o calendário agrícola.**

## **2. CARACTERÍSTICAS DO PATRIMÓNIO RURAL**

O património rural tem características *suis generis* que importa precisar, porque é fundamental tê-las em linha de conta quando se elaboram projectos de intervenção, sob pena dos mesmos fracassarem por lhes faltar o sentido da realidade prática.

## **2.1 Extraordinária espessura histórica**

Ao contrário do que se passa nos nossos dias, em que todos os aparelhos se desactualizam, quer do ponto de vista técnico quer do ponto de vista estético, cremos que os moinhos de rodízio, p. ex., se mantiveram iguais durante séculos: data de 1398 a primeira referência documental aos Moinhos do Rio Sever (Portagem, Marvão), que se mantiveram em funcionamento até ao séc. XX.

## **2.2 Dispersão, profusão e abandono**

De facto, modernidade não rima com ruralidade! Para trás estão a ficar cidades sem vida, onde é cada vez mais difícil resistir, e ficam os despojos da ruralidade, envolvidos por uma poesia trágica.

## **2.3 Difícil acesso (em termos físicos, legais e de segurança)**

Enquanto em meio urbano o acesso ao património não constitui qualquer óbice – quando muito a igreja está fechada e tem que se providenciar, no local, a respectiva abertura -, em meio rural são necessárias viaturas especiais para progredir no terreno; é preciso resolver problemas técnicos de porteiros que se têm que abrir, passar e deixar fechadas, constituindo, por vezes, uma tarefa que não está ao alcance prático de todos; é necessário resolver, previamente, questões legais de acessos que os proprietários interditam, física e legalmente; e é necessário ter em linha de conta que as pessoas que vivem, ou têm bens, nesses lugares isolados, muitas vezes vandalizados e até assaltados, se protegem com cães e com armas que podem constituir sérios contratemplos.

## **2.4 Difícil fruição turístico-cultural (devido aos problemas de acesso e à falta de interpretação)**

A interpretação e a apresentação deste património não é, obviamente, preocupação dos seus proprietários. Hoje, incontáveis montes no Alentejo estão abandonados e a parte edificada está em ruínas ou fortemente encerrada e vedada para dificultar acessos e roubos. Inúmeras ferramentas, maquinaria e peças de variadíssima proveniência

dispersam-se pelo chão e deterioram-se. E claro que ninguém está no sítio para prestar qualquer tipo de informação.

## **2.5 Admirável eficácia conseguida através de materiais e técnicas simples e naturais**

A extraordinária espessura histórica de que falámos acima traduziu-se na utilização, por tempos indeterminados, de materiais e técnicas que provaram a sua eficácia no contexto económico e tecnológico pré-industrial e de pré-globalização da economia. Grande parte desses materiais tem uma proveniência natural e surpreendem-nos, sobretudo quando se tentam substituir, sem sucesso, por materiais novos. É o caso das relhas (pedras de rio especiais) onde os moinhos de rodízio rodavam os seus maquinismos, durando gerações sem se gastarem.

## **2.6 Admirável interligação, mesmo a nível estético, entre todas as tipologias do Património Rural**

Pela mesma razão já referida, da extraordinária espessura histórica do mundo rural e do património que gerou, essa como que estabilidade natural e cultural criou uma interligação admirável, mesmo a nível estético, entre os vários elementos que a compõem ou caracterizam. Há qualquer coisa que enlaça, dentro da mesma família, uma açorda, um tarro, uma chavelha esculpida por um pastor, uns safões, um poial de cântaros, um canto alentejano, um capote, uma azinheira.

## **3. POTENCIALIDADES: O PATRIMÓNIO RURAL COMO MOTOR DE DESENVOLVIMENTO**

O mundo rural, enquanto património, tem potencialidades culturais mas também económicas. A sua conservação e valorização merecem, há bastante tempo, as preocupações do Conselho da Europa, do ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) e da UNESCO. No seio do Conselho da Europa, podemos lembrar os seguintes documentos mais recuados no tempo:

- Apelo: “L’appel de Grenade. L’architecture rurale dans l’aménagement du territoire” (1976)<sup>13</sup>
- Estudo/relatório: “Patrimoine architectural et développement rural “ (1987/88)<sup>14</sup>
- Estudo/relatório: “Le Patrimoine Rural” (1985)<sup>15</sup>
- Recomendação: “Recommandation n.º R (89) 6 relative à la protection et à la mise en valeur du patrimoine architectural rural (1989)<sup>16</sup>

Em todos eles se identifica claramente o problema: a ameaça do desaparecimento (e também da descaracterização) da arquitectura e da paisagem rurais induzidos pelo avanço da indústria agrícola, para a qual os velhos edifícios e a tradicional zonagem dos campos são obsoletos; a proliferação de construções novas - habitações secundárias - que ignoram a tradição, ficando completamente desenquadradas; a desertificação e envelhecimento populacional das regiões em que a actividade agrícola não é rentável; a sobreexploração da natureza, dando consequência a desequilíbrios ecológicos perigosos.

Propõe-se, na generalidade (é o caso do Apelo de Granada): uma gestão e um ordenamento do território através de uma “conservation intégrée (...). Elle implique une politique à long terme de développement de la société axée sur le respect des rapports harmonieux entre l’Homme et la Nature”; a anulação, progressiva, da inferioridade do campo em relação à cidade, através de uma política de discriminação positiva na instalação de equipamentos e serviços sociais; o apoio às actividades económicas tradicionais, mas também à mecanização das explorações agrícolas não competitivas; o apoio à instalação dos jovens nestas zonas deprimidas; a promoção controlada do turismo rural; a inventariação do património rural em toda a extensão da sua tipologia; a implicação das comunidades locais na discussão e tomada de decisões.

Mas se quisermos conhecer, de forma actualizada, o que pensa o ICOMOS sobre esta problemática, não teremos mais do que citar o conteúdo de um documento de grande actualidade chamado «The Paris Declaration. On heritage as a driver of development.

<sup>13</sup> Pesquisar no site do Conselho da Europa ([www.coe.int](http://www.coe.int)), ou, directamente, no site que disponibilizamos na bibliografia.

<sup>14</sup> [http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/resources/Publications/Pat\\_PA\\_11\\_fr.pdf](http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/resources/Publications/Pat_PA_11_fr.pdf)  
(6 Fevereiro 2013)

<sup>15</sup> [http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/resources/Publications/Pat\\_PA\\_04\\_fr.pdf](http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/resources/Publications/Pat_PA_04_fr.pdf)  
(6 Fevereiro 2013)

<sup>16</sup> <https://wcd.coe.int/com.instranet.InstraServlet?command=com.instranet.CmdBlobGet&InstranetImage=610363&SecMode=1&DocId=701038&Usage=2> (6 Fevereiro 2013)

Adopted at Paris, UNESCO headquarters, on Thursday 1st December 2011».<sup>17</sup>

A 17ª Assembleia Geral do ICOMOS produziu a «Declaração de princípios e recomendações sobre as relações entre o património e o desenvolvimento», também conhecida por Declaração de Paris. Do ponto de vista conceptual, este documento de referência considera haver desenvolvimento quando este «integre no seu processo, o património cultural material e imaterial como componente indispensável da sua duração e da sua dimensão humana».<sup>18</sup> Por sua vez, o património é considerado : como «um elemento frágil e indispensável, de carácter não renovável, para o benefício das gerações presentes e futuras»; «uma componente indispensável do processo de desenvolvimento»; «um factor de coesão social, de bem-estar, de criatividade e de atractividade económica e também de compreensão entre os povos»; a par do económico, do social e do ambiental, concorda-se com a conclusão da Cimeira de Johannesburgo (2002) sobre o desenvolvimento durável, segundo a qual a diversidade cultural constitui o «4º pilar do desenvolvimento durável, com o económico, o social e o ambiental».

Concorda-se também com a definição de desenvolvimento adoptada na Declaração sobre a Diversidade Cultural da UNESCO (2001): «o desenvolvimento, entendido não somente em termos de crescimento económico, mas também como meio de aceder a uma existência intelectual, afectiva, moral e espiritual satisfatória».

Concorda-se igualmente com a Resolução 65/166, «Cultura e desenvolvimento», adoptada pela Conferência Geral das Nações Unidas de 2010, ao referir «que a cultura (de que o património faz parte), componente do desenvolvimento humano, é um meio de assegurar o crescimento económico e a apropriação dos processos de desenvolvimento».

---

<sup>17</sup>[http://www.international.icomos.org/Paris2011/GA2011\\_Declaration\\_de\\_Paris\\_EN\\_20120109.pdf](http://www.international.icomos.org/Paris2011/GA2011_Declaration_de_Paris_EN_20120109.pdf) (13 Fevereiro 2013)

<sup>18</sup> A Declaração cita outros documentos de referência que situa dentro da mesma temática geral, tais como: o Colóquio de Moscovo e de Souzdal (Russia, 1978), com um subtema intitulado “Os monumentos históricos como suporte do desenvolvimento económico e social”; o Simpósio “Não há futuro sem passado”, quando da 6ª Assembleia Geral do ICOMOS (Itália, Roma, 1981); o Simpósio “Do bom uso do património no desenvolvimento” (México, 1999); os Encontros e Declarações de Nara (Japão, 1997), Xián (China, 2005) e Québec (Canadá, 2008); as Cartas do Turismo Cultural de 1977 e de 1999; a Carta dos Itinerários Culturais (2008) e a Carta sobre a Interpretação e Apresentação dos Sítios do Património Cultural (2008).

Após este enquadramento teórico, a Declaração de Paris aponta as seguintes directrizes fundamentais :

1. Conter e distribuir o desenvolvimento urbano, encorajando a reabilitação e promovendo um ordenamento do território equilibrado «a fim de repartir harmoniosamente as actividades, incluindo as educativas, culturais, turísticas e de lazer».
2. Encorajar a manutenção e a revitalização dos pequenos agregados populacionais rurais, nomeadamente as suas actividades artesanais e agrícolas tradicionais.
3. Economizar o espaço não construído, nomeadamente, conservando as paisagens rurais, na sua organização e escalas, os patrimónios arquitectónico e arqueológico, os patrimónios respeitantes à flora e à fauna autóctones, o património aquático, as vias e meios de comunicação à escala local e regional.
4. Incentivar o regresso às artes tradicionais de construir, conservando o património arquitectónico rural e urbano, vernáculo ou de estilo, adaptando usos a carácter aos velhos edifícios; «adaptar ao património as metodologias de avaliação e de análise de desempenho nos domínios estruturais, climáticos e de segurança, e não o inverso».
5. Sensibilizar o sector do turismo para a fragilidade e para o valor do património; implicar todos os actores/agentes na elaboração dos planos de gestão dos destinos; assegurar uma distribuição equitativa dos dividendos do turismo – tendo em conta os respectivos custos – entre as populações locais, as empresas locais, nacionais e internacionais.
6. «Colocar a autenticidade no coração do desenvolvimento do turismo cultural» e nas «estratégias de interpretação e de comunicação», com fundamentação científica irrepreensível, evitando «voyages dans l’hyper-réalité» «travels in hyperreality» «que são visões redutoras e grosseiras dos valores patrimoniais».
7. Encorajar as comunidades locais a uma participação activa na conservação e gestão dos sítios turísticos.
8. «Favorecer a apropriação do património e do desenvolvimento turístico pelas populações locais», nomeadamente através de programas de formação na educação formal e não formal».
9. Avaliar de forma mais profunda as mais-valias económicas e sociais resultantes da valorização turístico-cultural do património, encorajando a investigação científica sobre esta temática.

10. «A apropriação do património efectuar-se-á, então, através de acções de informação, de sensibilização, para que a sociedade civil possa reconhecer e apropriar-se dos valores do património no quadro de um desenvolvimento sustentável.»
11. Promoção de uma formação adequada aos profissionais que intervêm, de alguma maneira, no património; promoção de um adequado quadro jurídico de salvaguarda; promoção da investigação em todas as perspectivas de abordagem do património, nomeadamente na sua relação com a economia e com o desenvolvimento.

Em resumo, as mais importantes organizações internacionais têm vindo, há longo tempo, a mostrar a sua preocupação face ao progressivo desaparecimento e descaracterização do mundo rural tradicional, apontando as causas e as directrizes para fazer face ao problema. Fundamentalmente, procura-se chamar a atenção para a necessidade cultural e para as vantagens económicas também, do património rural integrar o motor do desenvolvimento, «apelando» para um conceito de desenvolvimento que tem que ultrapassar a estreiteza meramente economicista, e de curto prazo, com que é costumadamente implementado. O problema não é fácil de resolver, porque na base de todo a problemática, a economia, com a sua crueza, está sempre latente; passemos, então, àquilo a que podemos chamar de «urgências», tendo em atenção o cenário nacional.

## **4. URGÊNCIAS**

### **4.1 Políticas sérias que contrariem a desertificação do interior**

Sem população e sem progresso económico, a conservação e a valorização do património, de qualquer tipo de património, são absolutamente insustentáveis, uma vez que deixam de constituir prioridade num ambiente socioeconómico de luta pela sobrevivência e de progressiva desertificação! Este é, sem dúvida, um factor básico da sustentabilidade. Por sua vez, o progresso económico tem que ser sustentado, tem que constituir, de facto, desenvolvimento, como bem o define a Agenda 21; ou seja, tem que garantir a protecção do meio ambiente e proporcionar a coesão social; os cinco primeiros princípios saídos da Cimeira da Terra não podem ser mais claros:

“PRINCÍPIO 1 - Os seres humanos constituem o centro das preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a Natureza.

PRINCÍPIO 2 - Os Estados, de conformidade com a Carta das Nações Unidas e os princípios da lei internacional, possuem o direito soberano de explorar seus próprios recursos segundo suas próprias políticas ambientais e de desenvolvimento, e a responsabilidade de velar para que as atividades realizadas dentro de sua jurisdição ou sob seu controle não causem danos ao meio ambiente de outros Estados ou de zonas que estejam fora dos limites da jurisdição nacional.

PRINCÍPIO 3 - O direito ao desenvolvimento deve exercer-se de forma tal que responda equitativamente às necessidades de desenvolvimento e ambientais das gerações presentes e futuras.

PRINCÍPIO 4 - A fim de alcançar o desenvolvimento sustentável, a proteção do meio ambiente deverá constituir parte integrante do processo de desenvolvimento e não poderá considerar-se de forma isolada.

PRINCÍPIO 5 - Todos os Estados e todas as pessoas deverão cooperar na tarefa essencial de erradicar a pobreza como requisito indispensável do desenvolvimento sustentável, a fim de reduzir as disparidades nos níveis de vida e responder melhor às necessidades da maioria dos povos do mundo.<sup>19</sup>

Podemos apontar algumas medidas de discriminação positiva para as regiões caracteristicamente rurais:

- Ao nível fiscal, para todas as empresas (especialmente para as agrícolas)
- Através da consolidação da rede do ensino superior:
  - . Evitando a concorrência do litoral (na oferta de cursos e na política de abertura de vagas)
  - . Evitando a concorrência no interior (pela não duplicação de cursos)
- Ao nível dos serviços públicos, apoiando a sua permanência em zonas deprimidas (saúde, correios, transportes, etc.)
- Pela localização, no interior, de centralidades públicas, nomeadamente ao nível museológico, arquivístico, militar, administrativo, etc.
- Através do investimento público em geral, em todos os sectores, tendo a área territorial como critério e não apenas a densidade populacional (ao interior só chegam migalhas, porque, politicamente, o interior não dá votos/deputados).

---

<sup>19</sup> DECLARAÇÃO DO RIO DE JANEIRO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, saída da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cimeira da Terra), Rio de Janeiro, 1992, reafirmando a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Humano (Estocolmo 1972). (<http://www.ecolnews.com.br/agenda21/>) (5 de Fevereiro de 2013)

## **4.2 Levantamento e posterior inventário do património rural, tendo em vista a sua salvaguarda e, futuramente, a sua fruição e valorização articulada com o Turismo em Espaço Rural**

Esta urgência poderia consubstanciar-se num projecto alojado no seio do C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e de Inovação do IPP, que preveja a articulação do Instituto com os vários municípios. Terá que ser um projecto realista, no tempo previsto para a sua execução, nos recursos a mobilizar e na metodologia técnico-científica a seguir, para se evitem os erros já cometidos em projectos anteriores, com os mesmos objectivos, e de que nada de substancial ficou, para além de um levantamento básico de elementos patrimoniais esmagadoramente situados no espaço urbano<sup>20</sup>.

Este projecto deveria fazer dos municípios (do distrito de Portalegre) a base territorial do inventário, implicando as autarquias no

- . contacto com os proprietários,
- . no transporte aos locais,
- . no possível armazenamento de peças com vista à criação de “coleções visitáveis”,
- . na criação de roteiros
- . e na execução de acessos seguros para turistas, impedindo, simultaneamente, a fuga de gado.

O projecto deve contemplar o planeamento de uma articulação realista, ou seja, com eficácia e com segurança, entre a valorização do Património Rural e o Turismo em Espaço Rural.

---

<sup>20</sup> Por exemplo, o projecto PARTEXAL, Património Arquitectónico Transfronteiriço Extremadura–Alentejo (Interreg III A), liderado pela Associação de Municípios do Norte Alentejano (2009), em que tivemos uma participação fugaz, num seminário na ESEP, com colegas da Universidade de Évora. Alertámos, antecipadamente, para o total irrealismo que era pretender fazer o inventário, em poucos meses e sem meios, através de alunos da ESEP. Quando manifestámos a necessidade de transportes adequados (todo o terreno), GPS, seguros contra acidentes, dinheiro para alimentação e pagamento de honorários aos intervenientes – alunos e especialistas, uma vez que os alunos (e não só os da ESEP) não têm competências para realizar esta tarefa de forma autónoma -, estabelecimento de contactos prévios com os proprietários, redução dos itens de inventariação das fichas propostas (que copiavam os do Inventário do Património Arquitectónico oficial), não fomos levados a sério.

## CONCLUSÃO

À Barca de Noé do Património vão acudindo os náufragos de uma tempestade tumultuosa: foram os castelos e outras fortificações que se tornaram obsoletas, os mosteiros e conventos que encerraram as portas, uma multitude de igrejas e igrejinhas que perderam os fiéis, os centros históricos que ficaram despovoados, os vestígios arqueológicos, dispersos no tempo e no espaço, que ganharam o estatuto de intocáveis, até o fado, até a comidinha, até as festas, algumas já mais “para inglês ver” do que manifestação cultural autêntica. Chegou a vez do património rural; porque não?

Queremos salvar todos estes náufragos, com se salva, de uma cheia, um álbum de fotografias que documenta, em imagens, tão simplesmente, a nossa vida. Fala-se de identidade, pois isso é coisa de passado, porque o presente, está sempre a passar, e do futuro temos medo. Todos sabemos que “não há futuro sem passado”, mas este perde-se-nos por entre os dedos, como areia fina; não há meio de pôr travão a este comboio que ameaça descarrilar, e ao fundo vemos, em aparições cada vez mais convincentes, uma ponte, sobre um abismo, que vai ceder à nossa passagem. Aos sinais do tempo, nomeadamente do ambiente, vamos fazendo orelhas moucas.

Aquilo que nos empurra, aquilo que não controlamos, são as consequências do paradigma instalado do progresso económico a todo o custo e como remédio para todos os males; fugimos para a frente; dizem que é para depois “repartir”; é a competitividade desde o berço e o suicídio de jovens que não aguentam a pressão (na Coreia do Sul, há muitos estudantes que acabam o seu dia de trabalho às 23h) porque não nasceram para isto; é o liberalismo selvagem tantas vezes encapotado; é a globalização dos mercados, onde os países ricos e as grandes empresas repartem entre si clientes e matérias primas; é a especulação financeira; é o consumismo: as falsas necessidades para criar a procura de bens e serviços inúteis com enormes perdas de energia; é a bolha imobiliária desbaratando território e recursos; são as falcatruas financeiras à escala nacional ou planetária que acabam por ser pagas pelos modestos ordenados dos cidadãos; é a necessidade constante de actualização face às NTI; é o *fast food*, a comida processada. “É a economia, estúpido!”<sup>21</sup>. É claro que a rela de um moinho de rodízio, sim, uma simples pedra (especial) de rio, sobre a qual rodava todo um engenho durante duas

---

<sup>21</sup> Escreveu o estratega eleitoral de Bill Clinton, num cartaz pendurado na sede de campanha, em 1992.

gerações, produzindo incontáveis toneladas de farinha sem ter que ser substituída, não encaixa neste nosso mundo: porque é, ao mesmo tempo, eficaz, imperecível, não fabricável nem transaccionável, ou seja, tem todos os defeitos para o capitalismo. Se nos quisermos deter sobre estas pedras, ao jeito de uma alegoria de todo o imenso património rural, talvez cheguemos, como diria Saramago<sup>22</sup>, a compreender as coisas realmente grandes/importantes da vida.

A grande conclusão que queremos deixar é que, sem economia, não vamos longe, mas equacionar a questão do património, ou seja, dos valores, num simples livro de merceiro, com “deve” e “haver”, também não! Urge actuar, sobre a um imenso, variado e disperso espólio cultural e natural que apodrece, enferruja, que se degrada, que é delapidado, mal reaproveitado ou de que se perde a memória do seu uso, todos os dias. A entidade central de onde devem partir as operações são os municípios e as freguesias rurais, apoiados metodologicamente pelo ensino superior, que traçará um caminho certo para chegar a bom porto: com passo certo, lento, mas seguro. É hora de começar, a sério, e deixar de desperdiçar dinheiro em projectos inconsequentes. Estamos a falar de cultura, ou seja, de nós, de identidade, mas também de economia. Propomos como primeiro passo o inventário, mas ao mesmo tempo a recolha ou a salvaguarda do património, procurando abrir cenários de constituição de colecções visitáveis, devidamente interpretadas, que servirão o turismo rural, *in loco*, ou a nível central, onde o município o achar mais conveniente.

## **BIBLIOGRAFIA**

BOURDIN, A. – *Le Patrimoine Réinventé*, PUF, Paris, 1984.

*CADERNOS SPPC, n.º 3, Que utilizações para o património construído?*, Sociedade para a Preservação do Património Construído, Évora, Dezembro de 1996.

CHOAY, Françoise – *L’Allégorie du Patrimoine*, Seuil, Paris, 1992.

*Guia Europeu de Observação do Património Rural* (2003), Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, 2009.

---

<sup>22</sup> “Só se nos detivermos a pensar nas pequenas coisas chegaremos a compreender as grandes” José Saramago

GUILLAUME, Marc – *A Política do Património*, Campo das Letras, Porto, 2003.

JEUDY, Henri-Pierre - *Memórias do Social*, Forense, Rio de Janeiro, 1990.

LAMY, Yvon [org.] - *L'alchimie du patrimoine - discours et politiques*, Talence, s. l., 1996.

MARTIN-GRANEL, N. – “Malaise dans le patrimoine”, *Cahiers d'Etudes Africaines*. XXXIX (3-4).155/156, s. l., 1999.

*Património Cultural e Desenvolvimento Sustentável*, Encontro de Especialistas em Património Mundial e Desenvolvimento Sustentável, UNESCO / IPHAN, Ouro Preto, Brasil, 2012.

PEIXOTO, Paulo – “Os meios rurais e a descoberta do património”, Centro de Estudos Sociais - Núcleo de Estudos sobre Cidades e Culturas Urbanas, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 1998.

(<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/175.pdf>) (20XII2011)

TEIXEIRA, Clara – “Negócios insustentáveis”, in *Visão* de 5 de Abril de 2012, p. 46 ss.

#### LEGISLAÇÃO:

- Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro

- Decreto n.º 4/2005 (D.R. n.º 31, Série I-A de 2005-02-14)

#### WEBGRAFIA

##### Áreas Protegidas:

- <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ap/nac/parq-nac> (24 de Janeiro de 2013)

- <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ap/nac/parq-natur> (24 de Janeiro de 2013)

- <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ap/nac/res-natur> (24 de Janeiro de 2013)

- <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ap/nac/mon-natur> (24 de Janeiro de 2013)

- <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ap/nac/pais-protteg> (24 de Janeiro de 2013)

-

[http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SC/pdf/sc\\_mab\\_WNBR\\_BR2012.pdf](http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/SC/pdf/sc_mab_WNBR_BR2012.pdf) (24 Janeiro 2013)

##### Cartas internacionais sobre o património:

- Apelo: “L'appel de Grenade. L'architecture rurale dans l'aménagement du territoire” (1976) Pesquisar em [www.coe.int](http://www.coe.int) ou em <http://books.google.pt> (14 Fevereiro 2013)

- Estudo/relatório: “Patrimoine architectural et développement rural “ (1987/88)

[http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/resources/Publications/Pat\\_PA\\_11\\_fr.pdf](http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/resources/Publications/Pat_PA_11_fr.pdf) (6 Fevereiro 2013)

- Estudo/relatório: “Le Patrimoine Rural” (1985)

[http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/resources/Publications/Pat\\_PA\\_04\\_fr.pdf](http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/resources/Publications/Pat_PA_04_fr.pdf) (6 Fevereiro 2013)

- Recomendação: “Recommandation n.º R (89) 6 relative à la protection et à la mise en valeur du patrimoine architectural rural (1989)  
<https://wcd.coe.int/com.instranet.InstraServlet?command=com.instranet.CmdBlobGet&InstraneImage=610363&SecMode=1&DocId=701038&Usage=2> (6 Fevereiro 2013)

- DECLARAÇÃO DO RIO DE JANEIRO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (<http://www.ecolnews.com.br/agenda21/>) (5 de Fevereiro de 2013)

**Notas sobre o autor:**

**Domingos Bucho**

[domingos@esep.pt](mailto:domingos@esep.pt)

Historiador, Doutor em Conservação do Património Arquitectónico, Professor do Instituto Politécnico de Portalegre, Especialista em Arquitectura Militar, Vice-Presidente do ICOFORT do ICOMOS (International Council on Fortifications and Military Heritage – International Council on Monuments and Sites)

# **Turismo de fronteira: arquiteturas vernáculas e alojamentos rurais na raia estremenha. Formas antigas para novas funções.**

## **Tourism border: popular architectures and raya lodgings in Extremadura. Old molds for new functions.**

**Antonio-J. Campesino Fernández**

### **Resumo**

*O turismo rural tem sido e é um dos productos turísticos de maior pico e crecimiento da Extremadura (española) nas últimas três décadas, entendemos por que ele precisava de um repensar sério, além disso, por seu papel como complemento económico para o desenvolvimento de um mundo rural em declínio.*

*Como geógrafo urbanista interesse-me investigar o papel do turismo rural como um catalizador para a reabilitação das arquiteturas rurais, monumentais e vernáculas, que a perda do capital obsoleto tocou fundo no início dos anos oitenta, por refuncionalização dos usos terciários com entretenimento turístico e de lazer.*

*E isso, porque a primeira condição da legislação vigente para a consideração de um Hotel Rural ou uma Casa Rural é a sua localização em uma arquitetura tradicional com valor histórico, cultural, producto de reabilitação.*

**Palavras chaves:** *Fronteira, turismo rural, alojamentos rurais, arquiteturas, reabilitação,*

### **Abstract**

*Rural tourism has been and is one of the peak tourist products and Extremadura growth in the last three decades, we understand why it needed a serious rethink, moreover, for her role as economic complement to the development of a rural world in decline.*

*As geographer urbanist interests me investigate the role of rural tourism as a catalyst for the rehabilitation of rural architecture, unique and popular, which obsolete and bottomed capital loss in the early eighties, for tertiary uses refuncionalization with tourist entertainment and recreation.*

*And this, because the first condition of the existing legislation for consideration Extremadura a Rural Hotel or a Bed is its location on a traditional architecture and cultural historical value, rehabilitation product.*

**Keywords:** *Border, rural tourism, rural lodgings, architectures, rehabilitation.*

## **1. TURISMO RURAL Y ALOJAMIENTOS RURALES EN EXTREMADURA.**

El turismo rural ha sido y es uno de los productos turísticos de mayor auge y crecimiento de Extremadura en los últimos tres lustros, razón por la cual entendemos necesaria una reflexión en profundidad, por su papel de complemento económico para el desarrollo de un mundo rural en declive. Como geógrafo urbanista me interesa investigar el papel del turismo rural como elemento dinamizador de la rehabilitación de las arquitecturas rurales, singulares y populares, cuya obsolescencia y pérdida patrimonial tocaron fondo en los años 80, para su refuncionalización posterior con usos terciarios de ocio turístico y recreación. Y ello, porque el primer condicionante de la

legislación extremeña para la consideración de un Hotel Rural o de una Casa Rural es su ubicación sobre una arquitectura tradicional, histórica y cultural de valor.

### 1.1. Casas de Labranza.

Las primeras experiencias de alojamientos en el medio rural las inician en 1967 los Ministerios de Información y Turismo (Secretaría General de Turismo) y de Agricultura (Servicio de Extensión Agraria), con el programa general de “Vacaciones en Casas de Labranza”, mediante subvenciones a la formación, promoción y comercialización. Ofrecía la posibilidad de mejora y modernización de las casas de los agricultores para la oferta vacacional de capas populares, interesadas en el conocimiento de comarcas y pueblos españoles de reconocido valor ambiental, como alternativa al turismo de sol y playa. Sin embargo, al programa no se le dotó de normativa específica de ordenación de este tipo de alojamiento en el medio rural y el fracaso de tales experiencias motivó su abandono a finales de los 70 (Guarnido y Vilchez, 1997). En 1984, en Extremadura aún se censaban las siguientes:

**Tabla 1. CASAS DE LABRANZA EN EXTREMADURA (1983-1984)**

Municipios	Casas de Labranza	Habitaciones	Plazas
<b>Alta Extremadura</b>			
Aldeanueva de la Vera	16	43	72
Cabezuela del Valle	3	6	12
Cuacos de Yuste	22	50	93
Garganta la Olla	3	6	11
Gata	2	6	11
Guijo de Santa Bárbara	31	72	150
Jaraíz de la Vera	1	4	6
Jerte	12	29	52
Logrosán	1	2	4
Losar de la Vera	6	11	25
Madrigal de la Vera	1	4	8
Pasarón de la Vera	2	6	12
Valverde de la Vera	6	6	11
Villanueva de la Vera	6	13	24
<b>Baja Extremadura</b>			
Casas de Don Pedro	7	13	20
Herrera del Duque	10	13	26
Peloché	14	22	44
Monesterio	8	18	34
Valdecaballeros	11	16	37
Villarta de los Montes	2	4	8
<b>TOTAL</b>	<b>161</b>	<b>344</b>	<b>660</b>

Fuente: Secretaría General de Turismo. Madrid, 1983-1984.

Existía una oferta de 161 Casas de Labranza, con 344 habitaciones y 660 plazas. El balance es netamente favorable a la Alta Extremadura, en ubicación de establecimientos (67,7%), oferta de habitaciones (75,0%) y de plazas (74,4%). Dentro de la provincia de Cáceres, dos comarcas de referencia turística, La Vera y el Valle del Jerte, concentran la oferta en municipios de alto valor ambiental y cultural (Conjuntos Históricos de Cuacos, Garganta la Olla, Pasarón de la Vera, Valverde de la Veras, Villanueva de la Vera, Cabezuela del Valle)..

## **1.2. Normativa de alojamientos rurales en Extremadura.**

Desde 1983, con el Estado de las Autonomías y la transferencias competenciales en la materia, se reinicia la ordenación jurídica de los alojamientos turísticos en el medio rural (Pérez, 2008: 105). Se entiende el *turismo rural* como el conjunto de actividades y servicios turísticos que se desarrollan en ese medio, utilizando los *alojamientos rurales* de singulares características arquitectónicas, como oferta de habitación, con o sin otros servicios complementarios, y mediante el pago de una prestación económica, estipulada por el titular del establecimiento, que ha ser persona física.

A comienzos de los años noventa, el turismo rural en Extremadura ofrecía grandes ventajas comparativas para satisfacer las demandas turísticas externas e internas: bonanza climática, abundancia de agua, espacios naturales protegidos (embalses, ríos, áreas serranas, valles), arquitectura popular, conjuntos históricos, interés etnográfico, gastronomía, patrimonio inmaterial (tradiciones religiosas y fiestas populares), inexplorados entre otras razones por las dificultades de accesibilidad y comunicación. Pronto se iba a convertir en el subsector más dinámico de la industria turística regional.

*Decreto 132/1992, de 15 de diciembre, de la Consejería de Medio Ambiente, Urbanismo y Turismo de la Junta de Extremadura, por el que se crea y regula la modalidad de Alojamiento en el Medio Rural y Servicios Turísticos Complementarios.* Crea el producto turismo rural, contribuyendo a la dotación de la infraestructura turística necesaria en determinados núcleos rurales, al objeto de que sirva de complemento de las rentas familiares campesinas, así como de estímulo a la rehabilitación del patrimonio arquitectónico. Establece que el servicio turístico de

alojamiento, prestado en el medio rural, se estructurará en dos modalidades: *hospederías y casas rurales*, con el fin de rehabilitar el patrimonio rural edificado. Cuando se aprueba el Decreto sólo existía un reducido número de casas rurales en Extremadura. Entiende por “casa rural” la prestación de alojamiento, con o sin manutención, ofrecida por los titulares, usufructuarios o arrendatarios autorizados, de casas ubicadas en el campo o en poblaciones menores de 10.000 habitantes de derecho. De ello se desprende que el turismo rural en Extremadura se articula exclusivamente en torno al alojamiento en el medio rural (Sánchez y Rengifo, 1995: 679).

*Orden de 8 de junio de 1998*, de la Consejería de Medio Ambiente, Urbanismo y Turismo, que regula las ayudas a la rehabilitación, readaptación y mejora de casas rurales de Extremadura, destinando 68.725.000 de pesetas a subvencionar las inversiones realizadas para la mejora de la calidad. La cuantía de la subvención alcanzó hasta un 40% del importe de la inversión en obras (sin IVA) y/o de las instalaciones de rehabilitación y adaptación de los inmuebles, hasta los 3.000.000 de pesetas.

*Decreto 120/1998, de 6 de octubre, de ordenación del alojamiento en el medio rural extremeño*. (DOE, nº 17, de 13/10/1998). Deroga el Decreto 132/1992, de 15 de diciembre y regula los servicios de alojamientos turísticos rurales, en cualquiera de sus modalidades, por el auge y crecimiento del turismo rural en Extremadura. Clasifica los alojamientos de turismo rural en los siguientes grupos:

- *Hotel Rural*, con categoría única, que ofrezca a precio establecido alojamiento, con o sin manutención, y otros servicios complementarios. Deberá reunir las siguientes condiciones:
  - Estar emplazado en un edificio con valor arquitectónico tradicional, histórico o cultural, respetando su tipología. Por edificio tradicional se entiende el que responde a la naturaleza de cortijos, caseríos, casas de campo o de labranza, casa de postas o similares. De ser de nueva construcción, deberá conservar la fisonomía tradicional.
  - Estar emplazado en el medio rural abierto con actividades agrícolas, ganaderas, forestales o cinegéticas y en núcleos inferiores a 5.000 habitantes. Podrá ubicarse en núcleos inferiores a 10.000 habitantes, siempre que se trate de cortijos, caserones, casas de campo o similares, cuya categoría

arquitectónica, calidad de instalaciones y servicios sean merecedoras de dicho rango para la Dirección General de Turismo.

- No superar la altura de 6,5 m y dos plantas, salvo que el edificio original tenga otra estructura, ajustándose a normativas ambientales y urbanísticas.
  - Disponer de más de 6 habitaciones y 12 plazas y no superar las 30 habitaciones y 60 plazas.
  - Tener unas superficies útiles mínimas de 15 m<sup>2</sup>, para la habitación doble, y de 9 m<sup>2</sup> para la individual, excluidas las de terraza y cuarto de baño.
  - La decoración y ornamentación internas, así como el mobiliario responderán al estilo rústico autóctono, en materiales y formas (Art. 43).
- *Casa Rural*. Vivienda independiente y autónoma de arquitectura tradicional, ubicada en el campo o en núcleos rurales, en la que se facilita la prestación de alojamiento, con sin manutención, y que haya sido declarada como tal por la Administración Turística de Extremadura, en atención a su ubicación, antigüedad, tipología, habitabilidad, y demás condiciones requeridas (Art. 6). Deberá reunir las siguientes condiciones:
- Estar ubicada en el campo o en núcleos rurales, menores de 5.000 habitantes;
  - Responder a una arquitectura tradicional histórica, ya sea preexistente, producto de rehabilitación o, excepcionalmente, de nueva construcción.
  - Contar con superficie mínima de 12 m<sup>2</sup> para habitaciones dobles y de 7 m<sup>2</sup> para individuales.
  - Disponer de las instalaciones y servicios mínimos.
  - Ofrecer una horquilla de habitaciones entre 2 y 6, con ventilación directa al exterior.
  - Que los titulares de la explotación sean propietarios legales y residan en el municipio o municipios limítrofes. (Art. 7).

En función de su explotación, se clasifican en dos modalidades:

- a) *C.R. de alojamiento compartido*, cuando el titular del establecimiento comparte el uso de su propia vivienda familiar con los clientes alojados, reservando una parte identificada para alquiler en conjunto o por habitación.

- b) *C.R. de alojamiento no compartido*, cuando el establecimiento se dedica en exclusiva al hospedaje, lo común en Extremadura, alquilándola en conjunto o por habitaciones, con tres categorías: básica, media y superior (1, 2 y 3 encinas), en función de las instalaciones, equipamientos y servicios, valorando de forma destacada la arquitectura popular tradicional. (Art. 8).

Las C. R. de categoría media (2 encinas) deberán ubicarse en un marco de calidad patrimonial, ambiental y arquitectónica, con edificio dotado de fachada arquitectónica coherente con el entorno o de configuración singular por la calidad constructiva y de los materiales empleados. En categoría superior (3 encinas), a los aspectos reseñados se une el hecho de que la superficie mínima de la habitación doble será como mínimo de 15 m<sup>2</sup> y la individual de 9 m<sup>2</sup>.

- *Apartamento Turístico Rural*. El que contiene dependencias en casas, chozos o similares en las que se ofrezca alojamiento turístico, mediante precio y que estén acondicionadas para consumir alimentos y pernoctar. Deberán estar situados en el medio rural y sobre edificios o construcciones de arquitectura tradicional preexistente y cuyas características se hayan contemplado en la rehabilitación o nueva construcción (Art. 49).

Las intervenciones subvencionables por el Decreto son las siguientes:

- Obras de construcción de nuevo alojamiento rural o de adaptación de los edificios existentes, con supresión de barreras arquitectónicas.
- Obras de rehabilitación y adaptación de edificios de arquitectura tradicional.
- Obras de instalaciones y mejoras para elevar o mantener la categoría del establecimiento (Art. 59).
- Los criterios exigidos contemplan: el valor arquitectónico histórico-cultural y la antigüedad del mismo; el cumplimiento de las normas de accesibilidad, y la adaptación del proyecto a la construcción original y tradicional de la zona (Art. 59).

*Decreto 4/2000, de 25 de enero, que modifica el anterior D. 120/1998, de 6 de octubre.* (DOE, nº 12, de 1/02/2000). La sustitución del marco legal afecta, únicamente, a la modificación parcial del artículo 59, sobre alguno/os de los criterios que requerirán las subvenciones económicas para las solicitudes de creación de alojamientos en medio rural: valor arquitectónico histórico-cultural del edificio; grado de adaptación a las normas de accesibilidad; adaptación a la construcción original o tradicional de la zona; potencialidad turística de la localidad; proyectos de comercialización y promoción que el titular de la explotación pretenda acometer; parados de larga duración, y mujeres con cargas familiares, no compartidas.

*Orden de 25 de febrero de 2003, por la que se convoca la concesión de subvenciones destinadas a la modernización y mejora de alojamientos turísticos en el medio rural para 2003.* (DOE, 27, de 4/03/2003). En el preámbulo de la Orden se reconoce el crecimiento espectacular, experimentado por la oferta de alojamientos rurales en Extremadura en los últimos lustros y las altas expectativas de la demanda. Dado que el año 2003 estuvo dedicado a las personas discapacitadas, la Orden tuvo por objeto la convocatoria de subvenciones a favor de personas físicas y jurídicas, para la mejora, modernización y eliminación de barreras arquitectónicas de los alojamientos turísticos en el medio rural, autorizados y en funcionamiento.

*Ley 2/2011, de 31 de enero, de Desarrollo y Modernización del Turismo de Extremadura* (DOE, nº 22, de 2/02/2011). Como prioridad de la segmentación turística se encuentra el turismo rural y el agroturismo (Art. 23). Considera alojamientos de turismo rural “*aquellos establecimientos que presentan especiales características de construcción, emplazamiento, tipicidad y se encuentran ubicados en núcleos rurales (poblaciones inferiores a 10.000 habitantes) o en el campo, dedicándose, de manera profesional o habitual, a proporcionar alojamiento, mediante contraprestación económica, a las personas que lo demandan, con o sin prestación de otros servicios*” (Art. 67). Clasifica y define cada clase de alojamiento (Arts. 68 y 69):

- *Hoteles rurales*, establecimientos que, cumpliendo los requisitos del Art. 57.2.a de esta Ley, se encuentren situados en edificios existentes o de nueva construcción con valor arquitectónico tradicional, histórico o cultural, ubicados

en el campo o en núcleos rurales de población, en los se facilite la prestación de alojamiento de forma habitual y mediante contraprestación económica.

- *Casas Rurales*, aquellas viviendas independientes y autónomas, de arquitectura tradicional, ubicadas en el campo o en núcleos rurales, en las que se proporcione, mediante contraprestación económica, la prestación de alojamiento, con o sin manutención.
- *Apartamentos rurales*, aquellos establecimientos que, cumpliendo los requisitos previstos en el art. 61 de esta Ley, se sitúen en casas o similares que respondan a la arquitectura tradicional extremeña, en edificios existentes o de nueva construcción, ubicados en el campo o en núcleos rurales, en los que se facilite la prestación de alojamiento de forma habitual y mediante contraprestación económica.
- *Chozos turísticos*, aquellos establecimientos, cuyo diseño se asemeja a las construcciones de los chozos tradicionales y que constituyen un conjunto alojativo para ser ofertados de forma habitual y mediante contraprestación económica, como alojamientos con o sin manutención.

La Junta de Extremadura había dedicado ya un elevado importe presupuestario a la inversión en el diseño de la red de Hospederías, de alta calidad (4 estrellas), como infraestructura adecuada en las comarcas extremeñas de alto interés turístico con bajo nivel de oferta hotelera. Las dos primeras, ubicadas en la villa de Jerte y en el Parque Natural de Monfragüe, entraron en funcionamiento en 1998 para refuerzo de la oferta hotelera.

La Ley 2011 las define:

- *Hospederías*, establecimientos hoteleros ubicados en edificios singulares o emblemáticos o en zonas de especial interés para el desarrollo turístico de Extremadura que, siendo propiedad de la Junta de Extremadura y gestionados por la misma, directamente o a través de terceros, se crean con la finalidad de potenciar y revalorizar el turismo de Extremadura (Art. 58).

### 1.3. Dinámica de la oferta.

La Consejería de Industria y Turismo de la Junta de Extremadura, entendiendo que el turismo rural tiene como finalidad servir de apoyo a las actividades agrarias tradicionales y complementar las rentas familiares del sector primario extremeño, comienza a trabajar en el desarrollo de acciones de rehabilitación de casas de campo, cortijos y edificaciones rurales para su conversión en alojamientos turísticos, apoyadas en la iniciativa LEADER (Valle del Jerte, Sierra de Gata, Alcántara y La Serena (Soto y Torres, 1994: 85-90).

Como se desprende de la expresiva Tabla 2, el fenómeno del turismo rural en Extremadura se dispara en la década de 1997 a 2007, sorprendiendo la multiplicación de apertura de establecimientos en los rincones más insospechados de la región. Un segmento de turismo de interior que alcanza su mayor difusión en fines de semana, puentes y periodos vacacionales y que proyecta usuarios urbanos sobre pueblos y comarcas ajenas al turismo, aprovechando los ingentes recursos naturales, histórico-artísticos y culturales de las mismas.

**Tabla 2. OFERTA DE ALOJAMIENTOS RURALES EN EXTREMADURA (1995-2010)**

Años	H.R.	Plazas	C.R.	Plazas	A.R.	Plazas	Var. A. Est. %	Var. A. Pla. %
1994	--	--	3		--	--	---	---
1995	--	--	5	40	--	--	---	---
1996	2	28	19	176	--	--	---	---
1997	2	30	42	363	--	--	---	---
1998	3*	42	66	585	--	--	---	---
1999	3	42	88	777	--	--	---	---
2000	6	129	115	1.008	4	63	125 / ---	1.200 / ---
2001	10	205	148	1.256	18	186	176 / 40,8	1.647 / 37,3
2002	19	413	192	1.613	32	476	243 / 38,1	2.502 / 51,9
2003	24	561	218	1.799	43	778	285 / 17,3	3.138 / 25,4
2004	38	920	263	2.147	70	1.141	371 / 30,2	4.208 / 34,1
2005	44	1.082	303	2.484	97	1.520	444 / 19,7	5.086 / 20,9
2006	49	1.179	325	2.658	124	1.996	498 / 12,2	5.833 / 14,7
2007	58	1.390	350	2.910	157	2.486	565 / 13,5	6.786 / 16,3
2008	59	1.416	385	3.237	186	2.886	630 / 11,5	7.539 / 11,1
2009	60	1.413	391	3.314	199	3.152	650 / 3,2	7.879 / 4,5
2010	60	1.397	388	3.286	212	3.351	660 / 1,5	8.034 / 2,0

Fuente: Consejería de Fomento. Campesino, Sánchez, Rengifo, 1995-2011). Elaboración prop,

1994: EL PAÍS. *Guía del alojamiento en Casas Rurales*. Aguilar, Madrid, 1994.

1998: **H. R.** Hoteles rurales (\* 1 Hostal Rural -12 plazas-). **C.R.** Casas rurales. **A.R.** Alojamientos rurales.

Este crecimiento es mérito de la inversión empresarial privada, dada la escasa cantidad de las subvenciones públicas destinadas a tal fin en los presupuestos de la Dirección

General de Turismo. En cambio, en la década 2001-2010, se animan las subvenciones públicas para la mejora, rehabilitación y adaptación de los alojamientos turísticos rurales, dedicando en 2001 la cantidad de 287.229 euros, con un límite por iniciativa inversora de 30.000 euros para Hoteles Rurales, y 12.000 euros para Casas Rurales y Apartamentos Rurales. Fruto de ello será el extraordinario crecimiento de la oferta en la década, como puede colegirse de nuestros análisis anuales sobre la Coyuntura Turística de Extremadura (Campesino, Sánchez, Rengifo, 1995-2012).

La Administración turística extremeña ha mantenido su compromiso de apoyo a la creación de infraestructuras turísticas de calidad para la atracción de un número progresivo de turistas rurales, que fomenten la creación de riqueza en las áreas rurales más deprimidas y fijen la población a dichas áreas. La ventaja de la bonanza climática de Extremadura permite practicar el turismo rural de forma más sostenida a lo largo del año, sin los inconvenientes de la estacionalidad. Los obstáculos radican en el escaso desarrollo del turismo de naturaleza y del ecoturismo, y de la necesidad administrativa de acompañar la política de creación de alojamientos rurales con otra política paralela de impulso a empresas de turismo activo y de actividades complementarias, porque éstas son, realmente, las que alargan la estancia media del visitante, convirtiéndolo en turista y, por tanto, las verdaderas creadoras de valor añadido.

En la dinámica alcista de la última década, la crisis económica de 2007 se deja sentir en la ralentización de la oferta de Hoteles Rurales, con retroceso de plazas (-16), mientras crece, pero a menor ritmo, la de Casas Rurales (hasta 2010 que han invertido el comportamiento por el retroceso y cierre de 3); en cambio, los Apartamentos Rurales mantienen la tendencia progresiva de crecimiento anual. La desaceleración en el crecimiento de la oferta extremeña de alojamientos en el medio rural es una realidad en todos los tipos de alojamientos existentes en la región.

### *1.3.1. Hoteles rurales.*

Creados por el *Decreto 120/1998*, inician su andadura en ese mismo año con la apertura de 3 establecimientos (2 hoteles y un Hostal Rural) de 30 y 12 plazas, respectivamente, manteniendo idénticos parámetros en 1999, con una media de 14 plazas. Sin embargo,

en nuestros Análisis de la Coyuntura Turística de Extremadura (Campesino; Sánchez; Rengifo, 1995-2012), realizados anualmente para AECIT desde 1994, ya habíamos detectado la existencia de 2 hoteles rurales en los años de 1996 y 1997 con 28 y 30 plazas, respectivamente.

El *Decreto 4/2000, de 25 de enero*, que modifica el anterior, sitúa a dichos establecimientos en el nivel más alto de la oferta de alojamientos rurales por la calidad de sus instalaciones, que se asemejan a las de un hotel urbano con idénticas comodidades y servicios, pero con las ventajas de ubicarse en edificios rurales de arquitectura singular y en un entorno de pueblo o campo, de gran calidad ambiental. En 2000, duplican su número (6) y triplican la oferta de plazas (129) en distintas comarcas, ascendiendo la media de plazas a 22. En la década 2000-2010, el avance la oferta de establecimientos fue exponencial (de 6 a 60), un 1.000% y del número de plazas (de 129 a 1.397), un 1.082%. Se observa que el crecimiento continuado se produce hasta 2007 para frenarse desde entonces y estabilizarse en los últimos tres años, por efecto de la crisis. En conjunto, los 60 hoteles rurales existentes representan el 9,0% de la oferta alojativa de más alta calidad en medio rural y el 17,4% de las plazas disponibles.

### *1.3.2. Casas Rurales.*

El 1 de septiembre de 1995, la Consejería censaba 5 casas rurales, con oferta de 40 plazas. El crecimiento iba a ser geométrico en el siguiente lustro: de 19 a 115, (605%) en establecimientos y de 176 a 1.008 (572%) en plazas disponibles. En la década 2000-2010 la oferta de establecimientos se triplica, pasando de 115 a 388, lo que supone un incremento del 337,4%, mientras que el número de plazas lo hizo de 1.008 a 3.286, un 326%. No obstante, se advierte que el crecimiento progresivo ha tocado techo en 2009, iniciando una retracción en el último análisis de coyuntura turística de 2010. Durante el año 2008, se produjo la apertura de 35 nuevas Casas Rurales que, sumadas a las 350 ya existentes en el año 2007, totalizan una oferta de 385 casas. Por su parte, las plazas disponibles pasaron de las 2.910 del 2007 a las 3.237 del 2008, lo que representó un incremento interanual de un 11,2%. En concreto, durante el año 2009 sólo se produjo la apertura de 6 nuevas Casas Rurales extremeñas (en 2008 se incorporaron a la oferta 25 más), que han elevado en 75 la oferta de plazas en las mismas (véase la Tabla 2), frente

a las más de 300 plazas que vinieron a sumarse a las ya existentes en el año 2008. Todo parece indicar, por tanto, que el crecimiento interanual desmesurado de la oferta de alojamientos en el medio rural, que se detecta en los dos últimos lustros, está llegando a su fin. En 2010, las 388 Casas Rurales encabezan la oferta de alojamientos con el 58,8% y el 40,9% del total de plazas. Realmente, se sitúan a la vanguardia de la oferta extremeña de alojamientos rurales.

### *1.3.3. Apartamentos Rurales.*

Este tipo de alojamiento eclosiona en la última década, pasando la oferta de 4 a 212, con un incremento del 5.300% y las plazas de 63 a 3.351, un 5.319%, en contra de los comportamientos regresivos y estabilizados de Casas Rurales y Hoteles Rurales. Los Apartamentos Rurales han experimentado un comportamiento más dinámico que el observado en las Casas Rurales, aunque este dinamismo ha sido mucho más moderado en 2009 que en años anteriores. En concreto, a finales de 2009 operaban en Extremadura 199 A. R. con una oferta global de 3.152 plazas. Comparadas estas cifras con las registradas a finales de 2008, se constata un aumento de 13 establecimientos (frente a los 29 que surgieron a lo largo de 2008) y de 266 plazas (durante el año 2008, el incremento de plazas fue de unas 400 con respecto a 2007). Al presente, los 212 existentes ocupan el segundo lugar por oferta de establecimientos, el 32,1%, y el primero por número de plazas, 41,7%. La oferta extremeña de A. R. experimentó en el año 2010, y por primera vez en su historia, un estancamiento que puede estar marcando claramente la madurez de este subsector turístico en la región. Al mantenimiento en el número de H. R. (60 tanto en 2009 como en 2010) y a la reducción en su número de plazas de un 0,2%, hay que añadir el retroceso neto de las C. R. en Extremadura, que han pasado de las 391 ofertadas en 2009 a las 388 ofertadas en el año 2010 (véase la Tabla 2). También el número de plazas en C. R. se ha resentido durante 2010, evolucionando desde las 3.314 que se ofertaban en 2009 a las 3.286 que se ofertaron en 2010, es decir, un descenso de un 0,8%, que si bien desde un punto de vista cuantitativo es muy poco relevante, desde una óptica cualitativa representa posiblemente la saturación en la oferta extremeña de casas rurales.

El único tipo de alojamiento rural que mantiene todavía tasas reales de crecimiento, aunque mucho menores que las registradas desde finales de los años noventa del pasado

siglo hasta 2008, han sido los Apartamentos Rurales. Estos establecimientos han aumentado su oferta en 13 unidades (mismo crecimiento interanual que en 2009), ya que han pasado de los 199 operativos en 2009 a los 212 del año 2010. Sin embargo, la oferta de plazas en los A. R. marca, al igual que el año anterior, un hito de desaceleración bastante notable, al incrementarse sólo en 199 plazas, cuando en 2009 el incremento fue de 206 plazas y en 2008 se cifró en más de 400 plazas.

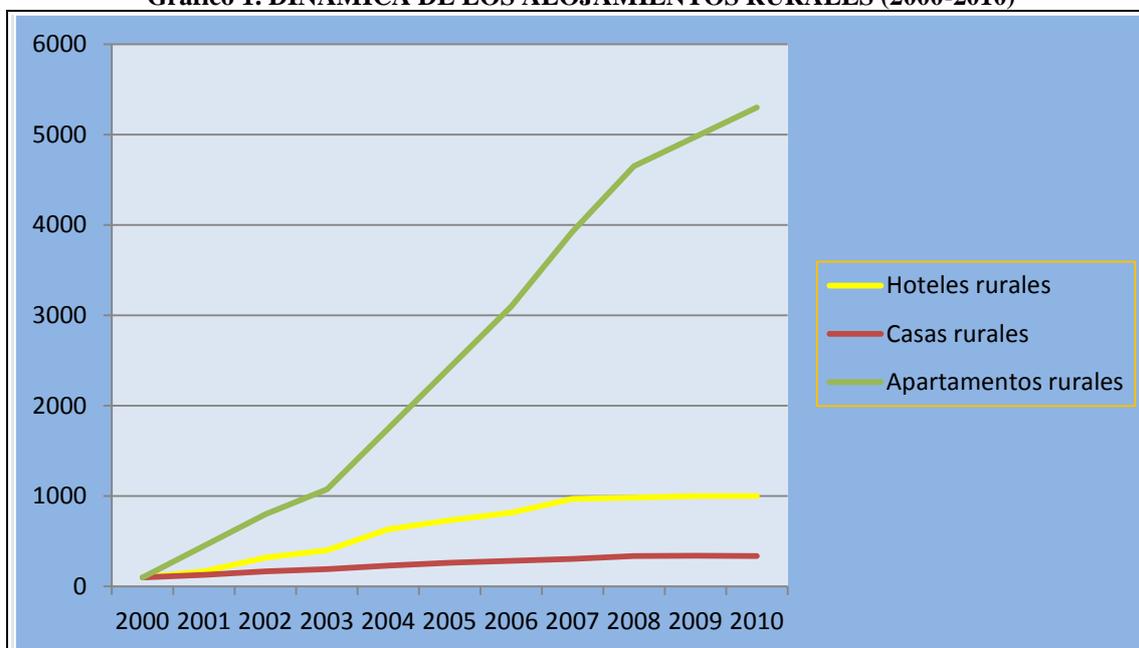
**Tabla 3. OFERTA DE ALOJAMIENTOS RURALES (2000-2010)**

Años	Hoteles R.	%	Casas R.	%	Alojamientos R.	%
2000	6	B/100	115	B/100	4	B/100
2001	10	167	148	129	18	450
2002	19	317	192	167	32	800
2003	24	400	218	190	43	1.075
2004	38	633	263	229	70	1.750
2005	44	733	303	263	97	2.425
2006	49	817	325	283	124	3.100
2007	58	967	350	304	157	3.925
2008	59	983	385	335	186	4.650
2009	60	1.000	391	340	199	4.975
2010	60	1.000	388	337	212	5.300

Fuente: Junta de Extremadura. Consejería de Fomento.

CAMPESINO, A.-J.; SÁNCHEZ, M.; RENGIFO, J. I. "Extremadura". AECIT. *La Actividad Turística Española* (1995-2011).

**Gráfico 1. DINÁMICA DE LOS ALOJAMIENTOS RURALES (2000-2010)**



Equipo de Análisis Turístico de Extremadura (ATUREX). Elaboración propia.

En consecuencia, Extremadura presentaba en 2010 una oferta de 660 alojamientos rurales (60 H. R.; 388 C. R. y 212 A. R.), con marcada predominancia de las Casas Rurales, que ponían a disposición de los turistas rurales 8.034 plazas, de las que el 41,7% eran en Apartamentos Rurales, 40,9 en Casas Rurales y el 17,4%, las de mayor calidad, en Hoteles Rurales.

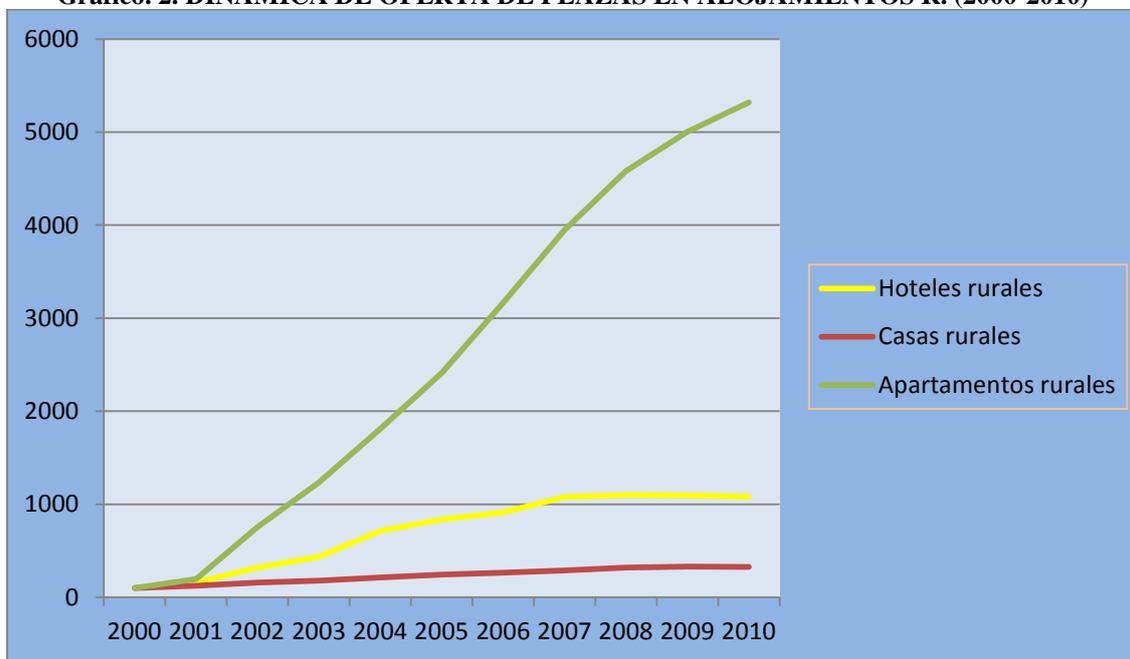
**Tabla 4. OFERTA DE PLAZAS EN ALOJAMIENTOS RURALES (2000-2010)**

Años	Hoteles R.	%	Casas R.	%	Alojamientos R.	%
2000	129	B/100	1.008	B/100	63	B/100
2001	205	159	1.256	125	186	195
2002	413	320	1.613	160	476	756
2003	561	435	1.799	178	778	1.235
2004	920	713	2.147	213	1.141	1.811
2005	1.082	839	2.484	243	1.520	2.413
2006	1.179	914	2.658	264	1.996	3.168
2007	1.390	1.078	2.910	289	2.486	3.946
2008	1.416	1.098	3.237	321	2.886	4.581
2009	1.413	1.095	3.314	329	3.152	5.003
2010	1.397	1.083	3.286	326	3.351	5.319

Fuente: Junta de Extremadura. Consejería de Fomento.

CAMPESINO, A.-J.; SÁNCHEZ, M.; RENGIFO, J. I. "Extremadura". AECIT. *La Actividad Turística Española* (1995-2011)

**Gráfico. 2. DINÁMICA DE OFERTA DE PLAZAS EN ALOJAMIENTOS R. (2000-2010)**



Equipo de Análisis Turístico de Extremadura (ATUREX). Elaboración propia.

### 1.3.4. Procedencia de turistas y grado de ocupación.

En 2101, de las 251.745 pernoctaciones realizadas en establecimientos rurales extremeños (Tabla 5), el 92,8% las demandaron clientes de procedencia nacional: Madrid (33,5%); Extremadura (29,6%); Andalucía (10,2%), Castilla y León (7,8%); País Vasco (4,3%); Castilla-La Mancha (4,2%); Cataluña (3,2%); Comunidad Valenciana (1,8%); Galicia (1,5%) y restantes CC. AA. (4,0%), según la Encuesta de Ocupación de Alojamientos de Turismo Rural del INE.

**Tabla 5. PERNOCTACIONES POR ORIGEN EN ALOJAMIENTOS RURALES**

Años	Espanoles	%	Extranjeros	%	Totales	V.A.E.%	V.A.Ex.%	V.A.T.%
2000	50.311	95,2	2.544	4,8	52.855	----	----	----
2001	62.545	94,4	3.740	5,6	66.285	24,3	47,0	25,4
2002	95.036	94,0	6.107	6,0	101.143	51,9	63,3	52,6
2003	139.453	96,6	4.884	3,4	144.337	46,7	- 20,0	42,7
2004	119.603	91,1	11.596	8,9	131.199	- 14,2	137,4	- 9,1
2005	133.910	92,3	11.224	7,7	145.134	12,0	- 3,2	10,6
2006	210.300	94,5	12.136	5,5	222.436	57,0	8,1	53,3
2007	253.276	93,0	18.991	7,0	272.267	20,4	56,5	22,4
2008	243.335	92,4	20.074	7,6	263.409	- 3,9	5,7	- 3,3
2009	248.589	93,0	19.881	7,0	268.470	2,2	- 1,0	1,9
2010	233.636	92,8	18.109	7,2	251.745	- 6,0	- 1,0	- 8,9

Fuente: I.N.E. (Encuesta de Ocupación Hotelera y Encuesta de Ocupación en Alojamientos de Turismo Rural). CAMPESINO, SÁNCHEZ, RENGIFO, 1995-2011). Elaboración propia.

Resulta preocupante el nivel de ocupación de los alojamientos rurales extremeños en los tres últimos años, ya que mientras la media de los españoles experimentó en 2008 una caída de más de un 11% en el conjunto del año y de un 9,3% en fines de semana, en Extremadura estas tasas interanuales se situaron, respectivamente, en un -15% y en un -13%. Por tanto, esto significa que la ocupación de los alojamientos rurales extremeños en el año 2008 cayó de forma más acusada que en el resto de España, debido posiblemente a una sobreoferta de plazas en este tipo de alojamiento turístico, lo que debería hacer reflexionar a las autoridades turísticas de la región sobre la conveniencia de orientar las políticas de apoyo a la rehabilitación, adaptación y mejora de casas rurales hacia políticas de comercialización y de profesionalización de la oferta ya existente, la cual, a la vista de las cifras anteriores, parece ser suficiente para atender, al menos desde un punto de vista cuantitativo, a la demanda de turismo rural de la región.

La Encuesta de Ocupación en Alojamientos de Turismo Rural del Instituto Nacional de Estadística cifraba el grado de ocupación de los A. R. extremeños en el año 2010 en un

12,40% (frente al 13,24% del año 2009). Esta cifra de ocupación aumenta si se consideran exclusivamente los fines de semana, para situarse en un 22,51%. El análisis comparativo de estas cifras, tomando como referencia los datos de la región en el año anterior y los datos del conjunto del Estado español en 2010, arroja conclusiones claras. Por un lado, 2010 ha sido, también, un mal año para los alojamientos rurales de la región, que han visto cómo se ha deteriorado su grado de ocupación con relación al año 2009.

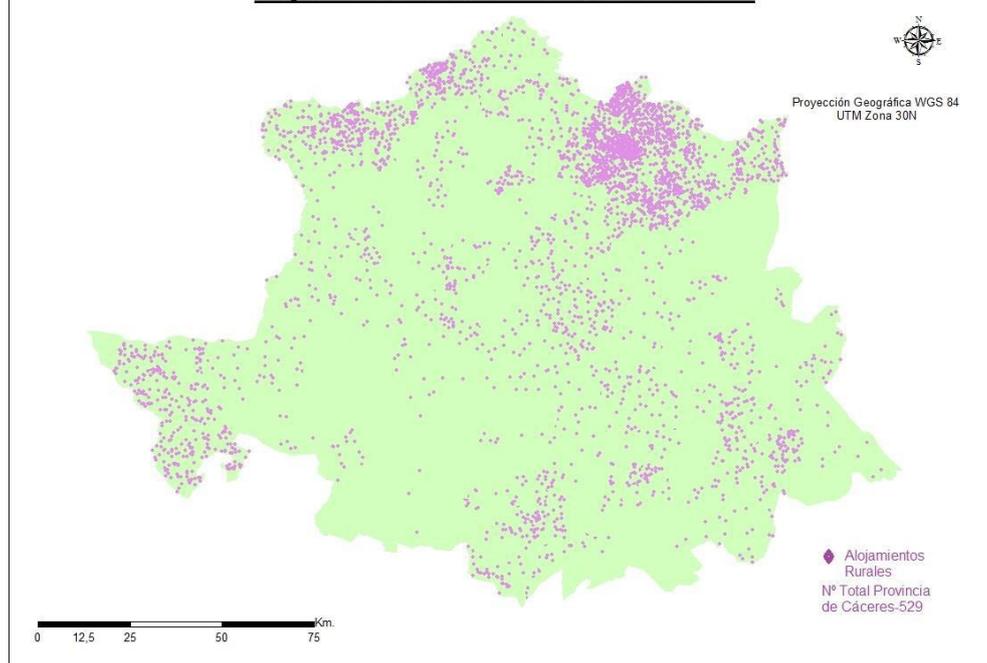
De hecho, los niveles de ocupación de los alojamientos rurales extremeños a lo largo de 2010 han sido 3,4 puntos porcentuales inferiores a la media española, si se consideran todos los días del año, y 4,43 puntos inferiores a la ocupación promedio nacional, si se tienen en cuenta únicamente los fines de semana. Este bajo grado de ocupación media anual no debe, por otra parte, sorprender, si se tiene en cuenta que los alojamientos rurales, salvo excepciones, concentran sus pernoctaciones entre viernes y domingo, es decir, durante los fines de semana, siendo muy pocos los alojamientos privilegiados que consiguen una ocupación de sus plazas entre lunes y jueves. Mucho más realista sería medir el grado de ocupación de los fines de semana (dado que este tipo de alojamientos turísticos es demandado de forma casi exclusiva entre viernes y domingo, además de puentes laborales).

En una región en la que la Administración turística regional ha decidido apoyar con fuerza este subsector, no se ha conseguido atraer a una masa crítica de turistas que se traduzca en cifras de ocupación superiores a la media nacional. Por consiguiente, todo parece indicar que las subvenciones públicas han sido necesarias para generar una oferta de alojamientos rurales en la región, pero no han sido suficientes para promocionar adecuadamente dicha oferta y generar suficiente nivel de demanda. La sobreoferta de alojamientos rurales que se ha generado en Extremadura en los últimos años puede estar incidiendo en la baja ocupación media. Si se calcula la tasa interanual de variación de estos grados de ocupación, se podrá constatar también que éstos han experimentado una reducción para el conjunto del Estado español de un 8,2% y de un 6,5%, respectivamente, reducción que ha sido más acusada aún en el territorio extremeño (9,1% y 7,5%, respectivamente). Los datos parecen indicar, sin ningún género de dudas, que se está produciendo un claro proceso de divergencia negativa entre Extremadura y el resto de España, al menos en lo que a ocupación de alojamientos rurales se refiere.

### 1.3.5. Distribución territorial.

La distribución geográfica de la oferta de alojamientos rurales en Extremadura no es uniforme. Su concentración mayoritaria (64%) se localiza en el tercio norte de la Alta Extremadura, en las comarcas del Valle del Jerte, Sierra de Gata, La Vera, Valle del Ambroz y Las Hurdes, pertenecientes a la cornisa serrana meridional del Sistema Central y valles asociados de mayor potencial turístico-ambiental, favorable benignidad climática, y mayor calidad de los paisajes rurales y del patrimonio cultural (mayor concentración de Conjuntos Históricos), donde el fenómeno turístico en el medio rural está teniendo un impacto económico más fuerte. Asimismo, los efectos se están notando en la zona de influencia del Parque Nacional de Monfragüe y su Reserva de la Biosfera (118.000 Ha), donde últimamente están empezando a proliferar este tipo de alojamientos. En cambio, en la Baja Extremadura la red de casas rurales, además de reducida, se encuentra muy dispersa geográficamente.

**Gráfico 3. MAPA DE ALOJAMIENTOS RURALES EN LA ALTA EXTREMADURA**  
**Alojamientos Rurales Provincia de Cáceres.**



Fuente: Junta de Extremadura.

## 2. ALOJAMIENTOS RURALES EN LA RAYA EXTREMEÑA.

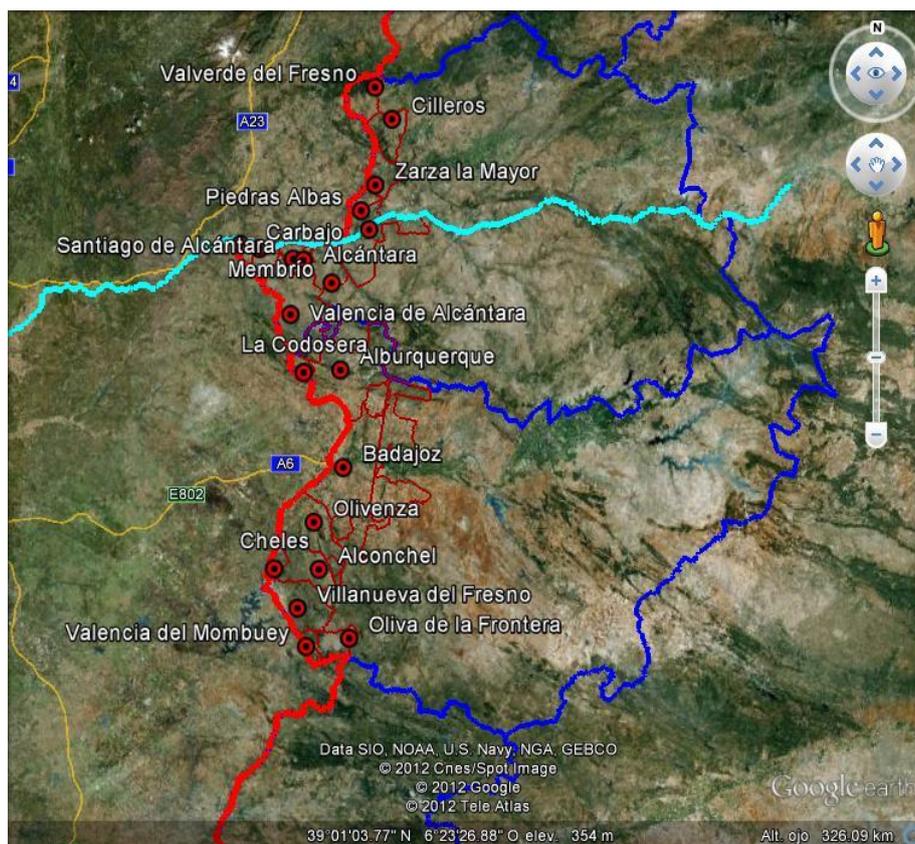
Conforman la raya de Extremadura con Portugal 21 municipios, sobre 400 km lineales y superficie municipal de 6.136,1 Km<sup>2</sup>, ocupada por 206.437 habitantes (INE del 1 de enero de 2011), con baja densidad media de 33,6 hab./km<sup>2</sup> (Tabla 6). Entre 1981 y 2011, su delicada situación demográfica se expresa en un retroceso poblacional medio (-24,4 %), y (-50 %) en Herrera, Santiago y Piedras Albas.

**Tabla 6. MUNICIPIOS FRONTERIZOS EXTREMEÑOS (1981-2011)**

<b>EXTREMADURA</b>	<b>S. Km2</b>	<b>P. 1981</b>	<b>P.1991</b>	<b>P.2001</b>	<b>P.2011</b>	<b>81-11%</b>	<b>Densid.</b>
Valverde del Fresno	188,6	2.466	2.618	2.516	2.459	- 0,3	13,0
Cilleros	203,7	2.491	2.316	2.065	1.831	- 26,5	9,0
Zarza la Mayor	167,2	1.958	1.654	1.619	1.393	- 28,9	8,3
Piedras Albas	4,5	324	237	183	188	- 42,0	41,8
Alcántara	545,1	2.317	1.948	1.732	1.631	- 29,6	3,0
Membrío	208,7	1.047	973	848	779	- 25,6	3,7
Carbajo	27,0	281	271	259	226	- 19,6	8,4
Santiago de Alcánta.	95,4	1.168	829	718	634	- 45,7	6,6
Herrera de Alcánta.	122,1	540	368	310	275	- 49,1	2,3
Cedillo	61,7	655	555	554	490	- 25,2	7,9
Valencia de Alcánt.	595,1	7.972	6.456	5.878	6.127	- 23,1	10,3
<b>TOTAL</b>	<b>2.219,1</b>	<b>21.219</b>	<b>18.225</b>	<b>16.682</b>	<b>16.033</b>	<b>M - 24,4</b>	<b>M 7,2</b>
S. Vicente de Alcán.	274,3	6.028	5.881	5.861	5.754	- 4,5	21,0
La Codosera	69,2	2.283	2.554	2.179	2.320	1,6	33,5
Alburquerque	720,1	6.121	5.714	5.551	5.619	- 8,2	7,8
Badajoz	1.516,3	114.361	130.247	133.519	151.565	32,5	100,0
Olivenza	422,2	9.837	10.004	10.827	12.008	22,1	28,4
Cheles	46,4	1.312	1.319	1.330	1.241	- 5,4	26,7
Alconchel	289,8	2.753	2.336	1.981	1.894	- 31,2	6,5
Villanueva del Fres.	354,0	3.469	3.295	3.551	3.655	5,4	10,3
Valencia del Momb.	75,6	1.088	931	791	809	- 25,7	10,7
Oliva de la Frontera	149,1	6.174	6.588	5.834	5.539	- 10,3	37,1
<b>TOTAL</b>	<b>3.917,0</b>	<b>153.426</b>	<b>168.869</b>	<b>171.424</b>	<b>190.404</b>	<b>M 24,1</b>	<b>M 48,6</b>
<b>TOTALES</b>	<b>6.136,1</b>	<b>174.645</b>	<b>187.094</b>	<b>188.106</b>	<b>206.437</b>	<b>M 18,2</b>	<b>M 33,6</b>

Fuente: INE. Censos de Población. Elaboración propia. 2011 (1 de enero).

**Gráfico 4. MAPA DE LOS MUNICIPIOS FRONTERIZOS EXTREMEÑOS**



Fuente; Google Earth. Elaboración del Dr. Arquitecto José Carlos Salcedo Hernández (2012)

En la Tabla 7 se recogen para 2010 los 67 establecimientos rurales, el 10,2% del total, con oferta de 664 plazas, que representan el 8,3% del total de Extremadura.

**Tabla 7. DISTRIBUCIÓN COMARCAL DE ALOJAMIENTOS RURALES RAYANOS**

Comarcas	H.R.	C.R.	A.R	Habitac.	Plazas
Sierra de Gata	1	3	1	34	78
Coria	--	1	1	12	53
Valencia de Alcántara	1	31	17	164	396
Alburquerque	2	4	1	44	103
Olivenza	1	1	--	12	22
Jerez de los Caballeros	--	1	1	7	12
<b>TOTALES</b>	<b>5</b>	<b>41</b>	<b>21</b>	<b>273</b>	<b>664</b>

Fuente: JUNTA DE EXTREMADURA. *Guía profesional del turismo en Extremadura*. Consejería de Cultura y Turismo, Mérida, 2009. 297 pp.

En síntesis y a modo de conclusión, todo parece indicar que las subvenciones públicas han sido necesarias para generar una oferta de alojamientos rurales en Extremadura, pero no han sido suficientes para promocionar adecuadamente dicha oferta y generar suficiente nivel de demanda. No es que sobren alojamientos, es que faltan clientes por la crisis.

## BIBLIOGRAFÍA

- CAMPESINO, A.-J. (1997), “El turismo en la política de cooperación transfronteriza lusa-extremeña”, in VALENZUELA, M. (coord.), *Los turismos de Interior: retorno de la tradición viajera*, Madrid, Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid, pp. 627-642.
  
- CAMPESINO, A.-J. (2004), “La revitalización patrimonial con fines turístico-culturales”, in PARDELLAS, X. X. (dir.), *Potencial turístico de territorios periféricos*, Vigo, Servizo de Publicacións, Universidade de Vigo, pp. 51-71.
  
- CAMPESINO, A.-J. (2006), “Conjuntos y arquitecturas populares: conservación del patrimonio cultural vernáculo de Extremadura”, in MARTÍN, J. L. (coord.), *La Arquitectura Vernácula, Patrimonio de la Humanidad*. Colección Raíces, 21. Tomo II. Badajoz, Asociación para la Arquitectura Rural Tradicional de Extremadura. Departamento de Publicaciones de la Diputación de Badajoz, pp. 1.273-1.296.
  
- CAMPESINO, A.-J. (2007), “Recursos turístico-patrimoniales en la raya extremeña-alentejana”, in PARDELLAS, X. X. (dir.), *Turismo de Interior en Áreas Fronterizas: Recursos e Ofertas*. Servizo de Publicacións da Universidade de Vigo, Pontevedra, pp. 49-76.
  
- CAMPESINO, A.-J., SÁNCHEZ, M., RENGIFO, J. I. (1995-2012), “Extremadura”, in *La Actividad Turística Española*, Madrid, Asociación Española de Expertos Científicos en Turismo (AECIT), Publicación anual.
  
- GUARNIDO, V. y VILCHEZ, A. (1997), “Vacaciones en Casas de Labranza”. Un programa con muy buenas intenciones, pero carente de realidad”, in VALENZUELA, M. (Coord.). *Los turismos de interior. El retorno a la tradición viajera*. Madrid, Universidad Autónoma de Madrid, pp. 483-491.
  
- JUNTA DE EXTREMADURA. (1999), *Guía de Alojamiento Rural*, Mérida, Consejería de Medio Ambiente, Urbanismo y Turismo, Dirección general de Turismo, 161 pp. Cuarta edición.
  
- JUNTA DE EXTREMADURA. (2009), *Guía profesional del turismo en Extremadura*, Mérida, Consejería de Cultura y Turismo. 297 pp.
  
- MALDONADO, J. (2005), *Arquitectura en las dehesas de La Serena (Badajoz)*, Badajoz, V Edición de Premios a la Investigación de La Serena. Diputación de Badajoz.
  
- PARDELLAS, X. X. (dir.), (2007), *Turismo de Interior en Áreas Fronterizas: Recursos e Ofertas*. Pontevedra, Servizo de Publicacións da Universidade de Vigo, 189 pp.

- PÉREZ, J. M. (2008) “La ordenación jurídica del turismo rural: un análisis crítico”, in PULIDO, J. I. *El turismo rural. Estructura económica y configuración territorial en España*, Madrid, Editorial Síntesis, Gestión turística, pp. 103-123.
  
- SÁNCHEZ, M. y RENGIFO, J. I. (1995), “El potencial turístico de Extremadura y su función como factor de desarrollo de la economía regional”, in *XXI Reunión de Estudios Regionales. Factores de Desarrollo en Regiones Periféricas*, Vigo, Asociación Galega de Ciencia Rexional, Fundación Caixa Galicia, (15 a 17 de noviembre), pp. 667-681.
  
- SOTO, P. y TORRES, J. C. (1994), “El turismo rural”, in *Revista de Extremadura*, 14. Segunda época, mayo-agosto. Cáceres, pp. 77-90
  
- SECRETARÍA GENERAL DE TURISMO (1983), *Vacaciones en Casas de Labranza. España 1983-84*. Bilbao, Dirección General de Empresas y Actividades Turísticas, Bilbao, 311 pp.
  
- VALENZUELA, M. (coord.), (1997), *Los turismos de interior. El retorno a la tradición viajera*. Madrid, Universidad Autónoma de Madrid, 752 pp.

#### **Notas sobre o autor:**

**Antonio-J. Campesino Fernández**  
[acampesi@unex.es](mailto:acampesi@unex.es)

Departamento de Arte y Ciencias del Territorio, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Extremadura, Cáceres, España.

Antonio-J. Campesino Fernández nació Zamora y cursó estudios de Filosofía y Letras en la Universidad de Salamanca, donde se licenció en 1970 y se doctoró en Geografía e Historia en 1980.

En 1975, se adscribe al Departamento de Geografía y Ordenación del Territorio de la Universidad de Extremadura (UEX), donde desarrolla desde entonces docencia, investigación y práctica profesional aplicada. En 1983, consigue por oposición nacional la plaza de Profesor Titular de Análisis Geográfico Regional de la UEX y en 1987, también por oposición nacional, la plaza de Catedrático de Análisis Geográfico Regional de la UEX.

Trabaja en las siguientes líneas de investigación: Centros Históricos del Patrimonio Mundial. Ciudades Abaluartadas de la Raya Ibérica. Patrimonio y Turismo Cultural. Planeamiento urbanístico y patrimonial. Es director de Tesis Doctorales de arquitectos y geógrafos, españoles y portugueses.

Es profesor de Cursos de Doctorado y Máster en universidades españolas y extranjeras. Profesor Visitante da Facultade de Arquitectura da Universidade Moderna de Lisboa, de 1998 a 2009.

Es redactor de planes generales, planes especiales de protección, informes para ICOMOS y colaborador del Centro de Estudos de Desenvolvemento Regional e Urbano (CEDRU) Lda. de Lisboa, desde 1995, bajo la dirección del Dr. Jorge Gaspar.

Es Académico Correspondiente de la Academia Nacional de Belas-Artes de Portugal, desde 1998.

Es miembro de la Asociación Española de Expertos Científicos en Turismo (AECIT) desde 1994 y miembro del Grupo de Geografía del Turismo, Ocio y Recreación de la Asociación de Geógrafos Españoles (AGE), desde 2010

Desde 2012 es Investigador principal del Proyecto “*Dinámica, situación actual y análisis prospectivo del “turismo de frontera” (2000-2020), como motor de desarrollo en la frontera hispano-lusa: delimitación territorial, definición de la oferta, caracterización de la demanda y repercusiones socioeconómicas*”, presentado a la Convocatoria de Ayudas de proyectos de Investigación Fundamental No Orientada. 2011.

# O rural como espaço de empreendedorismo em turismo

## The rural as a space of entrepreneurship in tourism

**Eva Milheiro**

**Alexandre Martins**

**João Emílio Alves**

### **Resumo**

*O turismo tem sido encarado nas últimas décadas como uma atividade passível de contribuir para a revitalização das zonas rurais, constituindo oportunidades de empreendedorismo, numa vertente de recuperação de espaços cuja tradicional vocação agrícola entrou em declínio, numa ótica de novo negócio, orientado para públicos em busca de um lazer ligado à nostalgia do passado e a ambientes propícios ao bem-estar físico e psicológico.*

*Em Portugal o Turismo em Espaço Rural (TER) constitui um produto turístico em crescimento, em particular em zonas do interior, com características marcadamente rurais e carentes de outros tipos de oferta turística, capazes de captar turistas em grande escala.*

*Neste artigo, pretendemos fazer uma abordagem ao Turismo em Espaço Rural em termos conceptuais, caracterizando esta atividade em múltiplos aspetos (desde o seu enquadramento legal, até à sua evolução em termos estatísticos, passando por uma reflexão sobre a sua importância para o desenvolvimento local) e apresentar alguns exemplos de unidades TER no Alentejo, caracterizando o perfil dos seus promotores e características da atividade desenvolvida, que poderão contribuir para um aprofundamento do conhecimento do empreendedorismo em áreas rurais.*

**Palavras-chave:** áreas rurais; empreendedorismo; turismo em espaço rural; Alentejo

### **Abstract**

*Tourism has been seen in recent decades as an activity that contributes to the revitalization of rural areas, providing opportunities for entrepreneurship. These new businesses can be implemented in areas that have lost their agricultural vocation and they are oriented to a public longing for the past and looking for environments providing physical and psychological well-being.*

*In Portugal the Rural Tourism (TER) is a growing tourism product, particularly in inland areas, with a strong rural character and lacking other types of tourism offers, more massified and able to capture tourists in a large scale.*

*In this article, we make an approach to rural tourism in conceptual terms, characterizing this activity in multiple aspects (from its legal framework to its statistical evolution, enhancing a reflection on its importance for local development) and we present some examples of TER units in Alentejo, featuring the profile of its promoters and characteristics of the business, which would contribute to a deeper understanding of entrepreneurship in rural areas.*

**Key-words:** rural areas; entrepreneurship; rural tourism; Alentejo.

## 1. Introdução

A partir dos anos oitenta assistiu-se, com relativa frequência na generalidade dos países da União Europeia, a um discurso (político, académico e técnico) dirigido para uma reestruturação dos espaços rurais – ou se quisermos para “o renascimento das áreas rurais” (Reis & Lima, 1998) – na procura de novas políticas tendentes à sua (re)valorização, mais consentâneas com as linhas de orientação teórica subjacentes às atuais conceções e modelos de desenvolvimento, orientados para a rentabilização dos recursos endógenos específicos das regiões, particularmente dos territórios rurais.

Estamos perante a problemática de um desenvolvimento rural caracterizado por novos contornos. A par da evolução recente das sociedades modernas, densamente urbanizadas, assistimos ao surgimento de um leque de novas preocupações e expectativas de carácter social e ambiental que, necessariamente, passam por uma nova abordagem das áreas rurais e, como tal, devem estar subjacentes às novas políticas, medidas e ações de desenvolvimento rural. Falamos da salvaguarda do ambiente e do equilíbrio dos ecossistemas, da preservação dos recursos naturais, da rentabilização económica de produtos tradicionais de elevada qualidade e fiéis aos originais processos de fabrico, e da recuperação, conservação e valorização dos recursos patrimoniais históricos, naturais e culturais, entre outros fatores possíveis de reanimação de comunidades e territórios rurais.

Neste contexto, o turismo tem sido encarado nos últimos anos, por diversos autores, como uma atividade suscetível de contribuir para a reconversão de uma situação caracterizada pela depressão económica e demográfica de muitas zonas rurais (Vieira, 2005), capaz de dinamizar a economia, gerar emprego e contribuir decisivamente para a fixação das populações rurais (Ribeiro *et al*, 2001; Lane, 1994; Jesus *et al*, 2008).

O Turismo em Espaço Rural é um produto que tem apresentado em Portugal índices de desenvolvimento que não são de descurar, tanto pelo lado da oferta como da procura, e está muito associado ao alojamento prestado em áreas rurais, normalmente por pequenas empresas de âmbito particular. Aliás, e como afirma Cavaco (1999, p. 281) “o turismo é um setor económico de vocação essencialmente privada”, sendo

que no TER esta situação é verificável, uma vez que a maioria das unidades que o constituem são privadas (Silva, 2006). Saliente-se que as políticas públicas neste domínio contribuíram, em grande medida, para o impulso à iniciativa privada, mediante a importância atribuída a este produto pelo governo português, com a criação de legislação específica na década de 80, bem como aos programas de financiamento provenientes da União Europeia.

Outra característica que marca este universo é a sua pequena dimensão. O TER em Portugal integra, maioritariamente, empresas de pequena e micro-dimensão (PME) cujo sucesso depende, em grande medida, da capacidade empreendedora dos seus promotores. Estas empresas refletem grande parte dos recursos e características distintivas dos destinos onde se integram e operam. Middleton *et al* (2009), defendem que, com vitalidade e originalidade, estas podem desempenhar um papel fundamental na prestação de serviços de excelência personalizados, que as grandes empresas não conseguem replicar. Individualmente, as PMEs do setor do turismo são insignificantes num quadro de competitividade nacional e internacional, sendo frequentemente negligenciadas pelo setor público e políticas de desenvolvimento. No entanto, e ainda segundo Middleton *et al* (2009), estas assumem uma especial relevância ao criarem emprego que sustenta a vida económica e social das comunidades locais, podendo, ainda, no caso das unidades de turismo em espaço rural, serem dinamizadores da cultura e tradições locais.

Neste artigo, pretendemos apresentar alguns exemplos de empreendedorismo no espaço rural, que atestam a importância das PME especializadas neste produto, contrapondo o conhecimento que adquirimos *in loco*, através destes exemplos, com a análise da literatura apresentada nos pontos seguintes. Assim, num primeiro ponto iremos tecer algumas considerações sobre as motivações que levaram a um renovado interesse pelas áreas rurais, bem como apresentar algumas definições patentes na literatura sobre o que é o TER. De seguida, far-se-á um enquadramento legal evolutivo à atividade em Portugal e apresentar-se-ão, noutro ponto do trabalho, alguns dados estatísticos que permitem aferir da distribuição deste produto pelo território nacional, em termos de oferta e procura. Procurar-se-á, igualmente, e apesar da carência e desatualização dos dados disponíveis, apresentar um perfil integrado dos *players* do TER, ou seja, dos clientes, promotores e funcionários das unidades.

Finalmente, apresentaremos alguns exemplos resultantes de uma pesquisa efetuada *in loco*, junto das unidades selecionadas, que nos permitirão retirar algumas conclusões sobre o perfil empresarial dos promotores do TER em causa, bem como caracterizar a atividade por eles desenvolvida.

## **2. Conceptualização do TER**

Vários fatores se têm conjugado para que tanto a procura como a oferta turística tenham aumentado nos territórios rurais. Pelo lado da procura, assiste-se a uma crescente necessidade por parte dos turistas em diversificar as suas férias, associado a uma maior repartição das mesmas ao longo do ano, dedicando parte delas ao usufruto de ofertas que proporcionem o descanso, o sossego e o contacto com o autêntico, que escasseia nas zonas urbanas de onde são oriundos, mas que continuam a representar valores dos territórios rurais. Já na década de 90 do século passado, a OCDE (1994) referia os crescentes níveis de educação, o crescente interesse na herança histórica e patrimonial, o aumento do tempo livre e de lazer, o desenvolvimento dos transportes e infraestruturas, o crescente interesse e consciência pela qualidade ambiental, a procura de calma e sossego e o crescente interesse por atividades *outdoor*, desportivas e de aventura, que ainda hoje se mantêm atuais. Carvão (2009), destaca, entre outras tendências: o crescente nível de especialização da procura e, conseqüentemente, da oferta; a procura da complementaridade em todas as opções de viagens; a procura do bem-estar, quer físico, quer psicológico; o aumento das viagens “*tailor-made*”; a procura do autêntico e a recusa do artificial; a procura de experiências que represente uma possibilidade de aumentar e expandir conhecimentos; a valorização de um novo luxo traduzido no acesso a algo que é único e exclusivo. Em suma, o consumidor já não procura apenas um produto, mas uma experiência em todas as suas componentes.

Estudos recentes (Eusébio & Kastenholtz, 2010; Loureiro, 2010; Jesus *et al*, 2008) sugerem que as mudanças nos estilos de vida nas sociedades emissoras de turistas levam a um interesse renovado pelas áreas rurais, numa procura do “autêntico” ressaltada pela “nostalgia das origens”, de novas experiências, num paradigma de crescente preocupação com o meio ambiente, e de um interesse crescente pelo património, seja natural ou cultural.

Como se afirmou na secção anterior, o TER em Portugal tem vindo a crescer, tanto pelo lado da oferta como da procura, sendo um produto que apela aos valores tradicionais ligados ao campo, sendo frequente serem apontadas como principais motivações para a sua procura a fuga ao stress, o contacto com um ambiente mais natural e genuíno e um re-viver dos hábitos e tradições singulares do meio rural.

Um estudo realizado pelo IESE (2008), apontava como razões para o aumento das unidades TER em Portugal preocupações centradas na valorização do património familiar e na necessidade de manter as casas ocupadas, com rendimento associado. Não obstante, o universo das unidades TER tem-se vindo a afirmar, nas suas diferentes tipologias, com um aumento no número de estabelecimentos, bem como numa evolução muito positiva da procura, que, segundo um estudo do Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território (2012), representava cerca de 800 mil dormidas em 2010.

Contudo, e considerando os seus impactes no desenvolvimento regional, existem autores que questionam os efeitos do TER, na economia local. Silva (2006), por exemplo, afirma que este tipo de turismo não se repercute de modo significativo no tecido sócio-económico das áreas em que é implantado. Para ele, o TER, ao criar poucos postos de trabalho e ao não dinamizar significativamente o comércio e os serviços, não é um instrumento eficaz no combate ao despovoamento das zonas rurais e de desenvolvimento regional. Segundo o autor, é na esfera simbólica que reside a mais-valia do TER, cuja existência contribui para a manutenção do campo enquanto suporte da identidade nacional.

Passemos, de seguida, à apresentação de algumas definições patentes na literatura de turismo rural.

Lane (1988 *in* Kastenholz, 2002, p. 34) caracterizou-o da seguinte forma:

*“Que características deve o turismo rural possuir para ser verdadeiramente rural? Uma escala pequena é um parâmetro óbvio. Perto da natureza, ausência de multidões, quietude, ambiente não mecanizado são necessidades claras. Contacto pessoal - a antítese do anonimato urbano deve ser importante. A sensação de continuidade e estabilidade, uma longa história de vida são outras características para inclusão. A possibilidade de ficar a conhecer bem a área e os seus habitantes é uma qualidade especial do ambiente rural. E para qualquer área rural é importante a preservação da sua identidade individual”.*

Blanco (1996 *in* Mediano, 2004, p. 6) considera o turismo rural como

*“uma expressão singular de novas formas de turismo, caracterizada por:*

- a) Desenrolar-se fora dos núcleos urbanos;*
- b) Produzir-se de forma reduzida, em espaços amplos;*
- c) Utilizar de forma diversa recursos naturais, culturais, patrimoniais, de alojamento e serviços, próprios do meio rural;*
- d) Contribuir para o desenvolvimento local e para a diversificação e competitividade do turismo”.*

Outros autores (in Mediano, 2004), destacam *“a busca de atrativos turísticos associados ao descanso, paisagem, cultura tradicional e fuga da massificação”* (Valdés, 1996) ou *“o contacto com o ambiente autóctone e tenha uma inter-relação com a comunidade local”* (Fuentes, 1995).

Tendo em conta as definições apresentadas, bem como as considerações feitas sobre o perfil dos turistas que procuram os espaços rurais, cremos poder afirmar que a atratividade das áreas rurais se prende com alguns aspetos que gostaríamos de realçar, nomeadamente, a sua imagem de ruralidade, de algo ainda tradicional e autêntico, associado a um estilo de vida puro e simples, à remanescente ideia dos “bons velhos tempos”, tendo lugar numa natureza intacta que proporciona a integração perfeita do Homem no ambiente natural. O equilíbrio psicológico e o contacto com a natureza por motivos de saúde podem, igualmente, constituir um fator de atratividade destas áreas.

### **3. Legislação do TER em Portugal**

Em Portugal o Turismo em Espaço Rural (TER) constitui um produto turístico que, em termos legais, data de 1986. Os objetivos da sua regulamentação prendiam-se com três objetivos principais (Decreto-Lei nº 256/86, de 27 de agosto): a) estímulo da recuperação do património histórico-cultural; b) a associação da oferta de alojamento turístico às tradições de hospedagem rural, e c) o aumento do rendimento económico e das condições de vida da população.

Todavia, importa referir que foi nos finais da década de 70 que o TER foi objeto das primeiras experiências em Portugal, concretamente em quatro áreas-piloto: Ponte de Lima, Vouzela, Castelo de Vide e Vila Viçosa (Fonseca & Ramos, 2008; Silva, 2006;

Mesquita, 2009), tendo sido impulsionado pelos poderes públicos como forma de rentabilizar a riqueza arquitetónica, histórica e paisagística existente nesses territórios, tendo assumido a designação de ‘turismo de habitação’ (Fonseca & Ramos, 2008). Os proprietários de casas senhoriais e solares das regiões referidas foram incentivados a disponibilizar quartos para alojamento turístico nas suas moradias<sup>1</sup>, em troca de um apoio financeiro. Este novo produto (turismo de habitação), foi objeto de regulamentação por parte da Secretaria de Estado do Turismo (SET), através do Decreto-Regulamentar nº 14/78, de 12 de maio, que definiu turismo de habitação como a forma de alojamento turístico que consiste no aproveitamento de quartos em casas particulares, “com vista a ampliar a oferta de alojamento onde não existem estabelecimentos hoteleiros ou estes são insuficientes” (Ribeiro, 2003, *in* Jesus, 2012).

O Decreto-Lei nº 423/83, de 5 de dezembro, conferiu a possibilidade de atribuição de utilidade turística às casas afetas a turismo de habitação. Em 1984 (Decreto-Lei nº 251/84, de 25 de julho), foi considerada a possibilidade do turismo de habitação não se esgotar na exploração de alojamento turístico, podendo, também, oferecer serviços nos domínios da animação, artesanato, cultura, desporto e recreio, configurando aquilo que hoje se considera que deve ser apanágio do TER, ou seja, um produto turístico total em áreas rurais, capaz de dinamizar as atividades tradicionais locais.

A entrada de Portugal na Comunidade Europeia em 1986, e as conseqüentes ajudas financeiras entretanto disponibilizadas, constituem um marco histórico na oferta de TER. O Plano Nacional de Turismo elaborado nesse ano, colocou em evidência as carências graves e termos de oferta turística no país, bem como os desequilíbrios estruturais que punham em causa o desenvolvimento do turismo português (Jesus, 2012). Assim, nas políticas propostas, salienta-se a intenção de fomentar o agroturismo e o turismo de habitação em zonas rurais.

É neste contexto que surge o enquadramento legal do TER, com a primeira legislação a ser publicada em finais da década de 80 (Decreto-Lei nº 256/86, de 27 de agosto, e Decreto Regulamentar nº 5/87, de 14 de janeiro), que regulamentou este novo

---

<sup>1</sup> Atualmente, a obrigatoriedade de habitação dos proprietários nas unidade de turismo de habitação ainda se mantém.

produto, o TER, que englobava as modalidades de turismo de habitação, turismo rural e agroturismo. O TER era definido como “*a atividade de interesse para o turismo que consiste na prestação de alojamento em casas de turismo de habitação, turismo rural ou agroturismo que sirvam simultaneamente de residência aos seus donos*”. Como é salientado por Jesus (2012), na altura o objetivo primordial do TER consistia na diversificação do alojamento turístico nacional aliado à preservação do património de valor arquitetónico. Só uma década mais tarde é que se veem configuradas as preocupações com o desenvolvimento rural como objetivo do TER.

Em 1997, surgiram as modalidades hotel rural, turismo de aldeia e casas de campo (Decreto-Lei nº197/97, de 4 de julho). Com esta nova legislação pretendia-se “*revitalizar e desenvolver o tecido económico rural, contribuindo para o aumento do rendimento das populações locais e criando condições para o aumento da oferta de emprego e fixação das referidas populações*”. Este decreto também contemplava de uma forma explícita as atividades de animação como parte integrante do TER que

*“se destinem à ocupação dos tempos livres dos turistas e contribuam para a divulgação das características, dos recursos e das tradições das regiões, designadamente o seu património natural, paisagístico e cultural, os itinerários temáticos, a gastronomia, o folclore, a caça, a pesca, os jogos e os transportes tradicionais”.*

Ao contemplar as novas modalidades de turismo de aldeia e casas de campo, esta legislação abria a possibilidade a um turismo menos elitista (estas duas modalidades eram menos exigentes em termos de construção, mobiliário e decoração) do que aquele que se verificava com o turismo de habitação, e não obrigava à co-habitação com os proprietários.

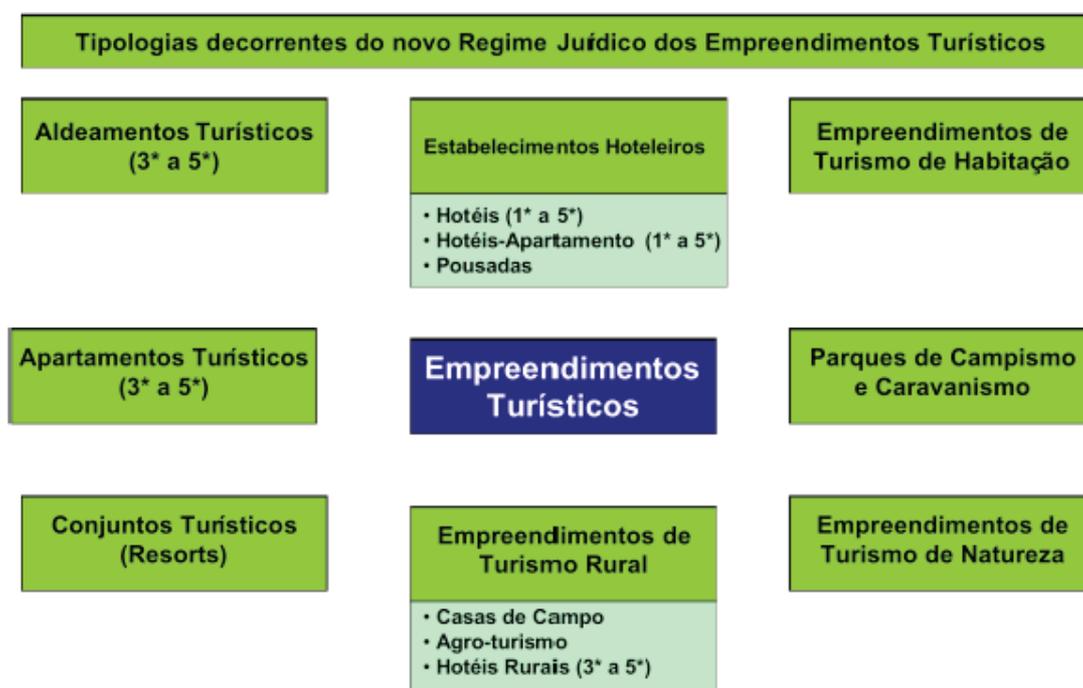
Importa, ainda, referir que a década de 90 ficou marcada pela renovação do parque hoteleiro português e pelo aumento das casas de TER (CST, 2001).

Em 2002, o Decreto-Lei nº 54/2002, de 11 de março, consagrou, também, como empreendimentos turísticos em espaços rurais os parques de campismo rurais. Esta legislação agrupou todas as tipologias mencionadas anteriormente, continuando a dar ênfase às questões relacionadas com a preservação do património e às atividades de animação. Devemos, ainda, constatar que nem a legislação de 2002, nem a que se seguirá em 2008, expressa grande preocupação com as questões do desenvolvimento

rural, focando-se mais, como afirma Jesus (2007), no desenvolvimento do alojamento turístico.

Mais recentemente, as alterações introduzidas pelo novo Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos (RJET - Decreto-Lei nº 39/2008, de 7 de março) vieram alterar a classificação do TER que passou a integrar as oito tipologias de empreendimentos turísticos existentes em Portugal, deixando de ser um produto independente, com regime jurídico próprio.

Na figura seguinte, podem-se observar as diversas categorias integrantes do RJET.



**Figura 1:** Tipologias do RJET (Fonte: elaboração própria a partir do Decreto-Lei nº 39/2008 de 7 de março)

Assim, e segundo o Decreto-Lei nº 39/2008 de 7 de março, são empreendimentos de Turismo em Espaço Rural os estabelecimentos que se destinam a prestar, em espaços rurais, serviços de alojamento a turistas, dispondo para o seu funcionamento de um adequado conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares, tendo em vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural.

Os empreendimentos de Turismo no Espaço Rural classificados como casas de campo e hotéis rurais devem integrar-se nos locais onde se situem de modo a preservar, recuperar e valorizar o património arquitetónico, histórico, natural e paisagístico das respetivas regiões, através da recuperação de construções existentes, desde que seja assegurado que esta respeita a traça arquitetónica de construção já existente.

Os **Empreendimentos de Turismo no Espaço Rural** podem ser classificados nos seguintes grupos:

- a) Casas de campo
- b) Agroturismo
- c) Hotéis rurais

São **casas de campo** os imóveis situados em aldeias e espaços rurais que se integrem, pela sua traça, materiais de construção e demais características, na arquitetura típica local. Quando as casas de campo se situem em aldeias e sejam exploradas de uma forma integrada, por uma única entidade, são consideradas como **turismo de aldeia**.

São **empreendimentos de agroturismo** os imóveis situados em explorações agrícolas que permitam aos hóspedes o acompanhamento e conhecimento da atividade agrícola, ou a participação nos trabalhos aí desenvolvidos, de acordo com as regras estabelecidas pelo seu responsável.

Nas casas de campo e no agroturismo, o número máximo de unidades de alojamento destinadas a hóspedes é de 15.

São **hotéis rurais** os estabelecimentos hoteleiros em espaços rurais que, pela sua traça arquitetónica e materiais de construção, respeitem as características dominantes da região onde estão implantados, podendo integrar-se em edifícios novos, o que constitui uma alteração face à legislação anterior, que não contemplava esta possibilidade.

Cabe ao Turismo de Portugal, IP, fixar a capacidade máxima e atribuir a classificação dos hotéis rurais.

Os **Estabelecimentos de Turismo de Habitação** são estabelecimentos de natureza familiar instalados em imóveis antigos particulares que, pelo seu valor arquitetónico, histórico ou artístico, sejam representativos de uma determinada época, nomeadamente palácios e solares, podendo localizar-se em espaços rurais ou urbanos. Nos empreendimentos de turismo de habitação o número máximo de unidades de alojamento destinadas a hóspedes é de 15, e compete à Câmara Municipal da região onde se inserem fixar a sua capacidade máxima e atribuir a classificação.

#### **4. Oferta e procura do TER em Portugal e perfil dos promotores e clientes**

Desde o seu início na década de 70/80, o TER em Portugal tem apresentado um crescimento considerável, quer em termos de oferta de empreendimentos, quer em termos de procura turística. Em 1984, e segundo dados da antiga Direção Geral do Turismo e do Turismo de Portugal, existiam em Portugal 103 casas de turismo de habitação e, em 2007, 999 unidades TER. No que concerne à procura, a evolução foi igualmente muito positiva, estimando-se que, em 1984 o número de dormidas em casas de turismo de habitação foi de cerca de 33,4 mil, ao passo que, em 2007, as dormidas nos estabelecimentos TER ascenderam às 550 mil.

Apesar dos dados estatísticos relativos a este produto pecarem pela sua desatualização, podemos apresentar os últimos dados disponibilizados pelo Turismo de Portugal, em 2009, que nos permitem ter uma visão global de como se distribui a oferta e a procura deste produto no território nacional.

Em Portugal existiam, em 2008, 1047 unidades de turismo de habitação e de Turismo no Espaço Rural (um acréscimo de 24 estabelecimentos face a 2007) e 11692 camas (mais 365 camas que em 2007). No entanto, devemos ressaltar que, apesar da sua relevância crescente, o TER representa menos de 5% totalidade de camas existentes em Portugal (273975 camas em 2008, nos estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos e apartamentos turísticos).

Em termos regionais, e mais uma vez de acordo com os dados do Turismo de Portugal (2009), verifica-se que 82% das unidades de turismo de habitação e turismo em espaço rural localizavam-se nas regiões Norte (43,8%), Centro (22,2%) e

Alentejo (15,9%). Um estudo mais recente, promovido pelo Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território (MAMAOT), em 2012, refere que as zonas referidas concentravam 95% da oferta de TER em Portugal.

No que respeita à procura, em 2008 estimaram-se 523,5 mil dormidas em empreendimentos TH e TER (menos 21,2% que em 2007). As regiões do Norte (30,4%), Alentejo (23,8%) e Centro (20,7%) concentraram 75% (391,8 mil) do total das dormidas estimadas para o país.

Nas regiões do Norte, Centro e Alentejo, predominam as dormidas de nacionais, enquanto nas restantes regiões a situação foi contrária.

No que concerne aos perfis dos promotores e hóspedes, os dados disponíveis também são escassos e desatualizados, sendo que, em termos da globalidade do território nacional, o último estudo conhecido é do IESE (2008). Posteriormente, foram publicados alguns estudos setoriais resultantes de investigações académicas, mas que se restringem a determinadas parcelas do território.

Assim, e segundo o estudo do IESE (2008), no que respeita ao **perfil do hóspede**, a maioria situa-se nas faixas etárias dos 25 aos 44 anos e são ativos empregados com elevadas habilitações académicas. A descoberta da região e contacto com a natureza são as motivações de viagem mais comuns. O estudo referido do MAMAOT (2012), reforça esta tendência, caracterizando o turista estrangeiro que procura o TER (não apenas em Portugal, mas de uma forma global), como um turista adulto, de elevado poder de compra e que procura o bom clima, a natureza e o contacto com a cultura local.

Ainda segundo o IESE (2008), a viagem é feita em casal ou com a família e a duração média é de 2 a 3 dias. A Internet é determinante na escolha do estabelecimento. O tipo de edifício e o sítio onde se localiza são razões de escolha muito referidas. Nota-se, ainda, uma certa fidelização a este tipo de produto, sendo que 56,6% dos hóspedes tiveram estadias anteriores em TER e 54,3% tiveram estadias anteriores no estabelecimento.

Outros autores consultados admitem alguma diversidade de motivações no seio do mercado de turistas em espaço rural (Kastenholz, 1999 *in* Jesus, 2008) mas surgem com frequência motivações ligadas ao escape, à quebra da rotina ou à busca de experiências que não existem no ambiente habitual do visitante (Silva, 2007). O visitante privilegia a descoberta da região e o contacto com a natureza (IESE, 2008), é fundamentalmente proveniente dos grandes centros urbanos (Silva, 2007), com habilitações superiores (IESE, 2008; Eusébio e Kastenholz, 2010), possui experiência em termos de viagem, estando mais apto a fazer comparações, procura a autenticidade, o primitivo, a tradição, as origens mas também qualidade e um bom nível de serviços (Moniz, 2006 *in* Jesus, 2008), apresentando padrões de consumo elevados (Eusébio e Kastenholz, 2010).

Em relação à **gestão**, e voltando ao estudo do IESE (2008), verifica-se que as pequenas empresas em nome individual de tipo familiar são dominantes no perfil das entidades gestoras.

A concentração das funções de gestor no proprietário é largamente dominante e cerca de 40% desempenha outras atividades profissionais, tendo habilitações académicas elevadas (55,6% ensino superior).

Em relação ao **peçoal**, a dimensão média de funcionários é de 2,9 empregados por estabelecimento, e 43,1% dos estabelecimentos emprega total ou maioritariamente familiares. Possuem baixas habilitações académicas e/ou ausência de formação em áreas ligadas à atividade turística.

Em cerca de metade dos estabelecimentos o emprego é maioritariamente sazonal, sendo o emprego a tempo parcial dominante em 68,2% dos estabelecimentos.

Um estudo mais recente (Jesus, Kastenholz, Figueiredo, 2012), desenvolvido nas regiões do Douro e Dão-Lafões, em 2010, revela o seguinte perfil dos promotores do TER: a larga maioria dos promotores tem mais de 44 anos; a maioria tem outra atividade profissional fora do empreendimento, dedicando pouco tempo à gestão do mesmo; a maioria tem formação superior, mas não na área do turismo.

Em termos de motivação para a abertura do empreendimento, é a recuperação do que se tem ou se herdou que parece determinante para a dedicação (ainda que parcial) à atividade.

Os empreendimento refletem a natureza dos pequenos negócios familiares, orientados por outros objetivos que não os financeiros e/ou rentabilidade do negócio.

## **5. Alguns exemplos de empreendedorismo no espaço rural no Alentejo**

No sentido de tentar perceber se as características dos empresários rurais no Alentejo, bem como das atividades que desenvolvem, são consonantes com a análise da literatura, desenvolvemos um pequeno estudo baseado em entrevistas semi-estruturadas a proprietários TER levadas a cabo durante o segundo semestre do ano de 2012.

A partir da base de dados da Turismo do Alentejo, ERT (2011), seleccionámos seis Empreendimentos de Turismo Rural do Alto Alentejo, com as tipologias de hotel rural (HR) e casas de campo (CC), situados em Campo Maior (Quinta da Horta do Muro – CC e Casa da Ermida de Santa Catarina – CC), Castelo de Vide (Quinta da Serra de São Mamede – CC e Casa da Meada – CC), Arronches (Hotel Rural de Santo António) e Alter do Chão (Hotel Rural da Lameira). Durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 2012, foram conduzidas entrevistas semi-estruturadas aos proprietários ou gestores das casas de campo e hotéis rurais. O questionário que serviu de base a estas entrevistas, incluía questões sobre a unidade, o proprietário/ gestor, os funcionários e os clientes.

Segue-se uma análise de conteúdo das entrevistas, de que se apresentam alguns dos resultados no ponto seguinte.

### **5.1. Quinta da Horta do Muro**

A Quinta da Horta do Muro é uma unidade TER classificada como casas de campo, situada em Campo Maior. Abriu em 2007 e é composta por duas casas, com um total de 6 quartos. Na propriedade de 7 hectares, é praticada uma agricultura biológica,

sendo os produtos produzidos utilizados na confeção de compotas, azeites, vinagres, e outros produtos biológicos comercializados quer na quinta, quer em feiras onde a proprietária se faz representar com frequência. Estes produtos são utilizados na confeção de refeições tipicamente alentejanas (mediante solicitação prévia) e nos pequenos-almoços.

A vasta propriedade, e os equipamentos colocados à disposição dos clientes, permitem a prática de atividades de animação como passeios pedestres, BTT, passeios a cavalo e participação nos trabalhos da quinta, nomeadamente na elaboração dos produtos referidos anteriormente. A proprietária enfatizou o facto de, no Alentejo e devido às altas temperaturas, a piscina constituir um equipamento crucial para o bem-estar dos seus hóspedes.

Esta unidade tem um cariz marcadamente familiar, sendo a sua proprietária uma arquiteta que continua a exercer a sua atividade profissional em paralelo com a exploração da unidade. Conta com a ajuda temporária dos filhos e de uma única empregada, habitante em Campo Maior, de escassas habilitações literárias, cujas funções se prendem quase exclusivamente com a limpeza dos espaços e a ajuda à produção dos produtos biológicos comercializados.

A decisão de se tornar uma empresária do TER, resultou de uma herança familiar e da necessidade de recuperar este património, conferindo-lhe uma utilização que gerasse um rendimento económico associado, o que aliou a um gosto pessoal em receber pessoas. As potencialidades do lugar também foram tidas em consideração, como a proximidade com Espanha, a integração da propriedade na rede Natura 2000 ou a proximidade à Vila de Campo Maior.

Na recuperação das casas é patente a preocupação em manter a traça arquitetónica das mesmas e a utilização (muitas vezes reconversão) de materiais locais na decoração.

A promoção é feita em feiras locais da especialidade, bem como através de um website e página no facebook, ambos geridos pelo filho da proprietária. A comercialização, para além de direta (mail ou telefone), recorre a sites especializados

em distribuição (como o bookings). No entanto, a unidade não pertence a qualquer rede ou associação para a promoção integrada da mesma. Recorre, quando necessário, a uma empresa de animação local para a prática das atividades atrás mencionadas.

A unidade está aberta todo o ano, mas a procura incide maioritariamente nos meses de verão. Os hóspedes<sup>2</sup> são maioritariamente portugueses, oriundos dos centros urbanos, de classe média /alta, de faixa etária compreendida entre os 20-45 anos, viajando em casal e, muitas vezes, acompanhados de filhos pequenos, e que apresentam como motivação a procura do descanso e do contacto com a natureza.

## **5.2. Casa da Ermida de Santa Catarina**

Esta casa de campo, aberta desde 2009, situa-se na Herdade da Rocha, uma propriedade com 80 hectares, inserida na Rede Natura 2000. Localiza-se nas margens da albufeira do Caia, o que permite a realização de atividades de animação relacionadas com a água, como a canoagem, o windsurf, a pesca, para as quais o proprietários disponibiliza, gratuitamente, os equipamentos. Outras atividades como o BTT ou os passeios pedestres são possíveis nos caminhos da propriedade.

A casa tem 6 quartos e uma suite e a decoração é alusiva à água e ao campo, com a recuperação de objetos antigos tradicionais das atividades agrícola e piscatória. Existe uma grande consciência ambiental, com sistemas solares de aquecimento de água e o apelo aos hóspedes para que poupem água e energia.

A unidade não fornece refeições, à exceção do pequeno almoço e do cesto de piquenique quando solicitado, mas recomenda restaurantes locais aos seus hóspedes.

O proprietário é um arquiteto residente em Lisboa, que se apaixonou pelo espaço, recuperou a casa e a Ermida do século XVI que lhe dá o nome, e o adaptou à

---

<sup>2</sup> A proprietária não mantém nenhum registo estruturado dos seus hóspedes, não fazendo qualquer tratamento da informação e, por esse motivo, foi incapaz de indicar com precisão qual a taxa de ocupação da unidade. Os dados aqui apresentados resultam da perceção da proprietária e não de um registo acurado dos dados. Referira-se que o mesmo se passa para as restantes unidades, com exceção das de maior dimensão.

atividade turística. Na recuperação do edifício principal, houve a preocupação de adotar soluções arquitetónicas que permitam aos hóspedes amplas vistas para a albufeira.

Os funcionários são um casal local, que reside na propriedade e se ocupam da casa e da propriedade agrícola.

A divulgação é feita através do site, facebook, comunicação social e, como foi salientado pelo proprietário, a recomendação pessoal, ou “boca-a-boca”, desempenha um papel fundamental.

A propriedade está aberta todo o ano, sendo os clientes maioritariamente portugueses, de classe média/alta, e cuja motivação é o sossego.

### **5.3. Quinta da Serra de São Mamede**

Esta quinta de 10 hectares situa-se no concelho de Castelo de Vide, e insere-se no Parque Natural da Serra de São Mamede. Abriu em 2011 e é da propriedade de um casal de holandeses que decidiu vir viver para esta região e dedicar-se ao turismo como complemento às suas reformas. É constituída por quatro casas completamente independentes, subordinadas a diferentes temáticas relacionadas com a vivência dos seus proprietários.

O elemento mais marcante da propriedade, e que espelha as tradições do local onde se insere, são as paredes de palha da receção, espaço onde os hóspedes podem aceder à internet, ler livros ou consultar informação sobre a região.

A promoção é feita em feiras locais da especialidade, bem como através do website. A comercialização, para além de direta (mail ou telefone), recorre ao bookings.

A propriedade não está aberta todo o ano, fechando de dezembro a março, uma vez que, segundo os proprietários, as taxas de ocupação nestes meses não justificam os custos que se tem com a manutenção da propriedade.

Os clientes são maioritariamente portugueses, sendo a sua principal motivação o descanso.

A quinta não dispõe de funcionários, realizando os proprietários todas as tarefas necessárias ao seu funcionamento.

Em termos de atividades, são oferecidos cursos de pintura e desenho, passeios pedestres e aluguer de bicicletas BTT.

#### **5.4. Casa da Meada**

As casas de campo Casa da Meada, inserem-se na Herdade de Santo Isidro, em Póvoa e Meadas (concelho de Castelo de Vide), junto às margens do rio Sever, perto da fronteira espanhola. Esta propriedade tem 2500 hectares e é uma reserva de caça.

As casas eram originariamente um posto da guarda fiscal e, atualmente, são constituídas por 14 apartamentos, espalhados por vários edifícios. A decoração da casa principal, onde se localiza a receção e a sala dos pequenos-almoços, é rústica, alusiva à caça. Possui ainda uma piscina e um court de ténis.

As atividades de animação oferecidas relacionam-se, principalmente, com a caça e organização de montarias, mas também com a observação da natureza, com safaris fotográficos, *birdwatching*, passeios pedestres, BTT, pesca, provas de vinhos, passeios em balão de ar quente e outras atividades ocasionais (como observação astronómica ou percursos megalíticos).

A propriedade é pertença de um empresário da área da restauração que, para além desta, possui outra propriedade no Alentejo onde produz azeite, vinho e mel, produtos que são comercializados na Casa da Meada. A propriedade tem um restaurante, mas que só funciona a pedido.

O proprietário não reside no Alentejo, pelo que a gestão da unidade é feita por uma licenciada em Turismo que conta com a ajuda de duas funcionárias ambas com experiência prévia na área da hotelaria.

A divulgação é feita através do site e facebook, *bookings* e, também, nas outras empresas do proprietário<sup>3</sup>.

A unidade está aberta todo o ano, sendo as suas taxas de ocupação maiores no verão. Os clientes são maioritariamente portugueses oriundos de Lisboa e Porto, e a motivação divide-se entre os praticantes de caça e os que procuram a unidade pelo descanso e possibilidade de praticar as outras atividades já referidas.

### **5.5. Hotel Rural da Lameira**

Este hotel de 31 quartos insere-se numa propriedade agrícola e de produção de carne certificada, com cerca de 1000 hectares, em Alter do Chão, e abriu em 1999. Tem uma reserva de caça e uma barragem onde é possível a prática de windsurf, canoagem ou andar de gaivota. Tem, ainda, uma piscina, ginásio, sala de jogos, sala para crianças, sala de leitura, campo de ténis e restaurante. Possui um picadeiro com sete cavalos. Outras atividades possíveis são os passeios pedestres ou de BTT, *paintball* e passeios de balão, estes últimos mediante a contratação de empresas especializadas.

O hotel possui uma gestão familiar, sendo a gerente a filha do proprietário, com formação superior. Tem cinco funcionários permanentes e, na época alta, contratam estagiários.

Os clientes provêm maioritariamente do Norte do país, são casais com filhos na casa dos 40/50 anos, com formação superior, e permanecem em média duas noites. Na época alta, a estadia média aumenta. A motivação prende-se com a procura da tranquilidade.

A divulgação e comercialização faz-se através de agências de viagens e bookings, site próprio e facebook assumindo o “boca-a-boca”, uma vez mais, um papel determinante.

---

<sup>3</sup> A casa Sarmiento proprietária da casa da Meada, conta com 16 restaurantes espalhados pelo país.

## **5.6. Hotel Rural de santo António**

Este hotel situa-se em Arronches e foi inaugurado em 2011. Possui 29 quartos e resultou da recuperação de um edifício da Câmara abandonado há dez anos. Possui piscina e restaurante.

O proprietário tem vasta experiência na área da restauração, e possui dez funcionários, alguns dos quais com formação superior.

Os clientes são maioritariamente portugueses, durante a semana homens de negócios e, ao fim de semana, hóspedes oriundos dos centros urbanos em busca do descanso.

Ao contrário das unidades anteriores, este hotel não aposta em atividades de animação, mas têm a intenção de, no futuro, virem a construir uma quinta pedagógica.

A diferença de tipologia das unidades inquiridas conduz-nos a diferentes resultados no que concerne aos serviços oferecidos pelas mesmas, à forma de gestão e à dimensão. Os dois hotéis rurais entrevistados apresentavam como serviço aos clientes (hóspedes e visitantes) restaurante e bar abertos todos os dias, com refeições confeccionadas à base de produtos locais e gastronomia e doçaria regionais. Nas casas de campo, este serviço foi considerado insustentável devido à baixo número de funcionários disponíveis e não justificado face à procura. Existe, no entanto, a preocupação de recomendar restaurantes locais aos clientes.

A dimensão e traça arquitetónica das unidades difere consoante se trate de hotéis rurais ou casas de campo. A preocupação em utilizar materiais locais e reaproveitar objetos usados nas tarefas agrícolas como elementos decorativos, é mais evidente nas casas de campo, que apresentam um aspeto mais acolhedor e familiar, uma decoração personalizada e uma dimensão mais reduzida. Uma destas casas resultou da reconversão de uma moradia agrícola familiar degradada, rentabilizando-se, assim, através do turismo rural a propriedade; outra insere-se numa reserva de caça privada e terrenos de produção agrícola (vinha e oliveira) que viu no alojamento um complemento à atividade; as restantes foram adquiridas com o propósito de serem

exploradas turisticamente após obras de reconversão para o efeito. Os hotéis rurais foram construídos de raiz, sendo que um deles também se integra numa exploração agrícola e de criação de carne alentejana certificada. Em quatro das unidades inquiridas, esta componente de produção de produtos agrícolas (num dos casos biológicos) estava presente, sendo estes produtos transformados em compotas, azeite, temperos, vinho e outros comercializados nas próprias unidades.

Em relação aos funcionários, a diferença é notória no número e formação dos mesmos. Os hotéis rurais contavam com um número superior de funcionários, tendo os gestores formação superior e alguns dos funcionários também. As casas de campo empregam, no máximo, dois funcionários (residentes locais), sendo que uma delas não possuía nenhum. Estes funcionários são polivalentes, realizando todo o tipo de tarefas, desde o acolhimento aos hóspedes, à comercialização e divulgação das unidades, limpeza e confeção de pequenos-almoços.

Todos os proprietários e gestores inquiridos possuem formação universitária, sendo que dois dos proprietários exercem profissões liberais e exploram as suas unidades em complemento à sua profissão. Apenas dois dos proprietários inquiridos residem nas unidades.

Quando inquiridos sobre os clientes, todas as unidades nos indicaram serem maioritariamente portugueses, com elevadas habilitações literárias, a viajar em família e oriundos dos grandes centros urbanos, nomeadamente da região de Lisboa. O descanso, o contacto com a natureza e a participação em alguns eventos regionais foram as motivações apontadas. Alguns dos clientes são frequentes e outros chegam à mesma através de recomendação de familiares ou amigos. Para além desta forma de divulgação, também é forte a aposta na Internet e os acordos com algumas centrais de reservas.

Em termos de facilidades e equipamentos, a piscina foi apontada por todos como crucial, tendo em conta as condições climáticas da região. Algumas unidades fornecem outras atividades (passeios pedestres, equitação, canoagem, caça, pesca), mas raramente em parceria com empresas de animação locais.

A maioria das unidades também organiza eventos nas suas propriedades.

## **Conclusões**

O turismo tem sido encarado nos últimos anos, por diversos autores, como uma atividade suscetível de contribuir para a reconversão das áreas rurais, numa ótica de aproveitamento destes espaços numa perspetiva mais direcionada para o lazer e consonante com as tendências de evolução da procura turística, em termos mais globais.

Em Portugal, a partir da década de 80, o TER desenvolve-se de uma forma bastante significativa, distribuindo-se por todo o território nacional, embora com uma maior incidência nas zonas Norte, Centro e Alentejo. Todavia, e apesar desta disseminação, a oferta de TER face à hotelaria dita convencional, é muito pequena. No entanto, e como afirma Silva (2006), apesar dos efeitos económicos (nomeadamente na criação de emprego, face à pequena dimensão destas empresas) não serem significativos, é na esfera simbólica que reside a maior valia deste produto, indo ao encontro das atuais motivações de uma procura nostálgica do passado, maioritariamente proveniente dos centros urbanos, e cumprindo com a sua função de elemento revitalizador do património, nomeadamente o construído.

Devemos ainda referir, não obstante a sua pequena escala, que o efeito multiplicador gerado pela procura de bens tradicionais tende a ser maior nestas áreas do que em zonas associadas a outros produtos turísticos (p.ex, o sol e praia) onde as tendências de consumo se direcionam mais para produtos estandardizados e massificados.

Os exemplos de empreendedorismo aqui apresentados, apesar de não serem obviamente representativos do universo do TER no país, nem tão pouco na região do Alentejo<sup>4</sup>, são reveladores da preocupação dos promotores em manter a autenticidade do local, mediante a re-utilização de materiais autóctones na construção e decoração das casas, bem como na utilização de produtos locais, nomeadamente da gastronomia

---

<sup>4</sup> Seria interessante, em estudos futuros, inquirir um maior número de unidades, em todos os concelhos e incluindo todas as tipologias, permitindo, uma análise estatística dos dados obtidos.

regional nos pequenos-almoços. Há uma preocupação em oferecer um produto global, contemplando atividades de animação desenvolvidos pelos próprios ou em parceria com empresas locais.

Contudo, e confirmando a opinião de alguns autores, nestes casos concretos o impacto ao nível da criação do emprego é diminuto, sendo que muitos dos empreendimentos trabalham com mão de obra familiar ou com poucos empregados, o que decorre da sua pequena dimensão.

A diferenciação da oferta face aos concorrentes, é outro aspeto a relevar. A aposta na arte, na caça, nos produtos biológicos, nas atividades na água, entre outros, são elementos diferenciadores em que cada empreendimento assenta as suas vantagens competitivas.

A aposta nas TIC na divulgação dos espaços deve ser outro elemento a não descurar, tendo em conta o perfil do consumidor e os seus hábitos de pesquisa de informação e reservas. O trabalho em rede, nomeadamente na promoção, seria desejável, no sentido de contrariar as debilidades deste produto no que concerne à profissionalização da oferta e a uma promoção integrada.

Quanto ao perfil dos empresários, estes detêm formação superior, sendo que, em alguns casos, o TER é uma atividade paralela à sua profissão, escolha essa que se deve à necessidade de rentabilizar uma propriedade herdada, a preservação do património pessoal, como complemento à atividade agrícola, ou a uma escolha em termos de estilo de vida, o que, mais uma vez, vem ao encontro dos dados apresentados na revisão da literatura.

### **Referências bibliográficas**

CARVÃO, S. (2009), Tendências do Turismo Internacional, *Exedra*, Número temático Turismo.

CAVACO, C. (1999), Turismo Rural e de Habitação em Portugal, in CAVACO, C. (ed), *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia*, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, pp. 293-304.

CONSELHO SETORIAL DO TURISMO (CST) (2001), *90 anos de Turismo em Portugal*.

EUSÉBIO, C., KASTENHOLZ, E. (2010), Quem procura o Turismo em Espaço Rural? Especificidades do mercado da Região Centro de Portugal, *Livro de Atas do IV Congresso de Estudos Rurais – Mundos Rurais em Portugal: Múltiplos Olhares, Múltiplos Futuros*, Universidade de Aveiro.

FONSECA, F., RAMOS, R. (2008), Dinâmicas do turismo em espaço rural em regimes de baixa densidade: o exemplo de Almeida, *Colóquio Ibérico de Estudos Rurais – Cultura, Inovação e Território*, 23 a 25 de outubro, Coimbra, Portugal.

IESE (2008), *Estudo de Caracterização do Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal*, Síntese Preliminar, Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

JESUS, L., KASTENHOLZ, E., FIGUEIREDO, E. (2008), A oferta do turismo no espaço rural – estudo de caso na região Dão-lafões, *Colóquio Ibérico de Estudos Rurais – Cultura, Inovação e Território*, 23 a 25 de outubro, Coimbra, Portugal.

JESUS, L., KASTENHOLZ, E., FIGUEIREDO, E. (2012), Os promotores do TER - Motivações, perfil, objetivos e ações de marketing, *Revista Turismo & Desenvolvimento*, nº 17/18.

KASTENHOLZ, E. (2002), *O papel da imagem do destino no comportamento do turista e implicações em termos de marketing: o caso do Norte de Portugal*, Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal.

KASTENHOLZ, E. (2005), Contributos para o Marketing de Destinos Rurais - O Caso do Norte de Portugal, *Revista Turismo & Desenvolvimento*, Vol. II (1), 21-33, Aveiro.

LANE, B. (1994), Sustainable rural tourism strategies: a tool for development and conservation, *Journal of Sustainable Tourism*, 2 (1,2), pp. 102-111.

LOUREIRO, S. (2010), Compromisso com a qualidade no turismo rural: uma análise transfronteiriça, *Livro de Atas do IV Congresso de Estudos Rurais – Mundos Rurais em Portugal: Múltiplos Olhares, Múltiplos Futuros*, Universidade de Aveiro.

MEDIANO, L. (2004), *La Gestión de Marketing en el Turismo Rural*. Pearson / Prentice Hall, Madrid.

MESQUITA, A.M.V. (2009), *Sistemas de Distribuição no Turismo em Espaço Rural: a Região de Trás-os-Montes*, Tese de Mestrado, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal.

MIDDLETON, V. T. C., CLARKE (2001), *Marketing in Travel and Tourism*, Third Edition, Butterworth Heinemann: Oxford.

MIDDLETON, V. T. C., FYALL, A., MORGAN, M. (2009), *Marketing in Travel and Tourism*, Fourth Edition, Elsevier.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, MAR, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (2012), *Estudo sobre a internacionalização do turismo no meio rural – modelo de negócio e estratégias de desenvolvimento*, Lisboa.

OECD, 1994, Les stratégies du tourisme et le développement rural, *Politiques du tourisme et tourisme international dans les pays de l'OCDE*, OECD: Paris, pp. 13-79.

REIS, M., LIMA, A. V. (1998), Desenvolvimento, Território e Ambiente, in Viegas, J. e Costa, A. F. (orgs.), *Portugal: Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp:329-363.

RIBEIRO, J.C., FREITAS, M.M., MENDES, R.B. (2001), *O Turismo no Espaço Rural: uma digressão pelo tema a pretexto da situação e evolução do fenómeno em Portugal*, Núcleo de Investigação em Políticas Económicas, Universidade do Minho, Braga.

SILVA, L. (2006), O Turismo em Espaço Rural: Um Estudo da Oferta e dos Promotores, *CIES e-Working Paper nº 16/2006*, ISCTE, Lisboa.

SILVA, L. (2006), Os impactos do turismo em espaço rural, *Antropologia Portuguesa*, 22/23, pp. 295-317.

SILVA, L. (2007), A procura do turismo em espaço rural, *Etnográfica*, 11 (1), pp. 141-163.

TURISMO DE PORTUGAL (2009), *Turismo no Espaço Rural – A oferta e a procura no TER 2008*, Turismo de Portugal, Lisboa.

UMBELINO, J. (1998), Turismo em espaço rural: da utopia à realidade, In Pintassilgo, J., Teixeira, M.A. (coord.), *Turismo Horizontes Alternativos*, Edições Colibri, Lisboa, pp.175-188.

VIEIRA, C. Z. (2005), O papel da animação turística nos territórios rurais, *Pessoas e Lugares*, Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER +, II Série, nº 30.

WORLD TOURISM ORGANIZATION (2012), *UNWTO Tourism Highlights*, 2012 Edition, UNWTO: Madrid.

#### **Notas sobre os autores:**

**Eva Milheiro**

[eva@esep.pt](mailto:eva@esep.pt)

NEISES, C3i, Instituto Politécnico de Portalegre

Mestre em Gestão de Informação, Doutoranda em Turismo na Universidade de Aveiro, Professora no Instituto Politécnico de Portalegre (IPP), Investigadora do NEISES (Núcleo de Estudos de Intervenção Social, Educação e Saúde da C3I (Coordenação Interdisciplinar para a Investigação e Inovação do IPP).

**Alexandre Martins**

[a.martins@esep.pt](mailto:a.martins@esep.pt)

NEISES, C3i, Instituto Politécnico de Portalegre

CESNOVA

Doutorado em Sociologia, Professor no Instituto Politécnico de Portalegre (IPP), Investigador do NEISES (Núcleo de Estudos de Intervenção Social, Educação e Saúde da C3I (Coordenação Interdisciplinar para a Investigação e Inovação do IPP) e Investigador integrado no CESNOVA (Centro de Estudos em Sociologia da Universidade Nova de Lisboa).

**João Emílio Alves**

[joaoemilioalves@esep.pt](mailto:joaoemilioalves@esep.pt)

NEISES, C3i, Instituto Politécnico de Portalegre

CIES-IUL

Doutorado em Sociologia, Professor no Instituto Politécnico de Portalegre (IPP), Coordenador e Investigador do NEISES (Núcleo de Estudos de Intervenção Social, Educação e Saúde da C3i (Coordenação Interdisciplinar para a Investigação e Inovação do IPP) e Investigador associado do CIES-IUL (Centro de Investigação e Estudos de Sociologia-Instituto Universitário de Lisboa).

## **CONFERÊNCIA**

**Viver o rural - Diferentes perspectivas de residentes, agentes turísticos e visitantes e implicações para o integral e sustentável marketing de experiências e destinos turísticos rurais**

# **Viver o rural – diferentes perspetivas de residentes, agentes turísticos e visitantes e implicações para o marketing de experiências integral e sustentável em destinos turísticos rurais**

## **Living the rural – different perspectives of residents, tourism agents and visitors of rural destinations and implications for an integral and sustainable marketing of rural tourism experiences**

**Elisabeth Kastenholz**

### **Resumo**

*Pretende-se, neste capítulo, debater a forma como turistas, residentes e agentes de planeamento e oferta turística experienciam, vivem e partilham “o rural”, em contextos diferentes e com perspetivas distintas. Após uma breve reflexão sobre o conceito e significado do turismo em meio rural, face às transformações do próprio espaço rural, procura-se analisar a experiência turística vivida por parte dos stakeholders acima identificados, com base em dados recolhidos no âmbito de um estudo qualitativo sobre a experiência integral em turismo rural, realizado em três aldeias portuguesas<sup>1</sup>. Os resultados permitem uma discussão sobre potenciais implicações para o marketing de experiências integral e sustentável em destinos turísticos rurais.*

**Palavras-chave:** turismo rural; experiência turística integral; marketing de experiências; marketing de destinos; projeto ORTE

### **Abstract**

*This chapter aims at discussing the way tourists, residents and agents of rural tourism supply and planning live and share “the rural”, in different contexts and with distinct perspectives. After a brief reflection on the concept and role of rural tourism, given the transformations of the rural space, the tourist experience lived by the above mentioned stakeholders is analyzed with data collected in the scope of a qualitative study on the overall rural tourism experience, undertaken in three Portuguese villages. Results permit a discussion on potential implications for the integral and sustainable marketing of the tourist experience in rural destinations.*

**Keywords:** rural tourism; overall tourist experience; experience marketing; destination marketing; ORTE project

## **1. Introdução**

Este texto aborda a vivência da "experiência global em turismo rural" do ponto de vista de vários intervenientes ou *stakeholders* com distintos interesses no, e expectativas face

---

<sup>1</sup> Trata-se de um projeto de investigação de três anos, iniciado em 2013, financiado pela FCT (PTDC/CS-GEO/104894/2008) e intitulado “A experiência global em turismo rural e desenvolvimento sustentável de comunidades locais” (ORTE). O projeto procura analisar este fenómeno, a sua natureza, dimensões, determinantes e consequências, bem como possíveis caminhos para o planeamento e gestão sustentáveis dos destinos analisados, a saber, 3 comunidades/ territórios rurais, freguesias do Norte e Centro de Portugal: Janeiro de Cima (Fundão), Linhares da Beira (Celorico da Beira) e Favaios (Alijó).

ao espaço rural - residentes, agentes turísticos e visitantes - de três aldeias analisadas no âmbito do projeto ORTE (ver nota de rodapé nº1): Janeiro de Cima (Fundão), Linhares da Beira (Celorico da Beira) e Favaios (Alijó). A experiência é aqui analisada enquanto fenómeno particular e complexo, de forma interdisciplinar, procurando-se recorrer tanto a uma compreensão do comportamento do consumidor, como da perspectiva; da comunidade local na sua percepção dos impactes do fenómeno; dos agentes da oferta na sua visão da oportunidade do negócio; e dos diversos *stakeholders* na sua percepção da interação social, dos impactes do turismo a nível local e do significado do fenómeno, com implicações destas análises para o planeamento, a gestão e o marketing dos destinos em questão. Recorre-se, deste modo, a uma abordagem do marketing, em particular de comportamento do consumidor, mas também da sociologia, psicologia social, economia, antropologia, geografia, gestão e planeamento e é concretizado através de revisão da literatura, análise documental e um extenso trabalho de campo nas já referidas 3 comunidades/ territórios rurais.

Seguidamente apresentar-se-á, numa primeira secção, uma breve reflexão conceptual sobre a "experiência global em turismo rural", para posteriormente detalhar o projeto ORTE e a metodologia seguida para obter os dados empíricos utilizados com a finalidade de debater a experiência que os diversos *stakeholders* vivem em aldeias que se constituem como destinos turísticos. Concluir-se-á com uma reflexão sobre as possíveis implicações dos resultados para o marketing de experiências e de destinos rurais, visando o desenvolvimento turístico sustentável.

## **2. A experiência global em turismo rural**

Muito tem sido escrito sobre o turismo rural, embora ainda não se tenha chegado a uma definição consensual deste tipo de turismo. De modo muito lato, a OECD (1994) sugeriu que toda a atividade turística realizada em meio rural pode ser designado por "turismo rural" (OCDE, 1994), mas Lane (1994) apresenta como requisitos do turismo rural, para além da sua localização em áreas rurais o de: ser funcionalmente rural (basear-se nas características especiais do mundo rural, como ar livre, recursos naturais e práticas tradicionais); ser rural em escala (pequena escala) e tradicional em carácter; evoluir de modo orgânico e lento; e ser controlado pelas populações locais. Saxena *et al.* (2007) propõem o termo "turismo rural integrado", caracterizado por um

desenvolvimento do turismo rural de forma integrada e coordenada, perspectivando um desenvolvimento sustentável dos destinos rurais.

Apesar da sua pequena escala, o turismo pode ter impactes relevantes para o desenvolvimento das áreas rurais, devido aos efeitos multiplicadores potencialmente elevados (Sharpley, 2005), uma vez que todos os aspetos/ dimensões do estilo de vida rural podem ser integrados na “experiência turística global” (Kastenholz, 2005; 2010), sendo consumidos pelo visitante, tipicamente urbano, num contexto de uma procura crescente pela natureza, por uma vivência mais calma e saudável, contrastante com o stress da vida citadina, e também por uma procura pela “autenticidade” e diferença (Pereiro e Conde, 2005; Silva, 2007), num mundo “global”, em que também a oferta turística se apresenta como estandardizada e massificada.

Por outro lado, o turismo pode aumentar o valor destas áreas aos olhos da própria comunidade local, aumentando o seu orgulho e auto-estima (Rodrigues *et al.*, 2007). Especialmente se for desenvolvido de modo endógeno, integrando património natural e cultural, bem como as populações e se conseguir criar ligações relevantes a um mercado sensibilizado e interessado neste tipo de oferta (Kastenholz, 2004), o turismo rural pode contribuir para a preservação do património, para o desenvolvimento sustentável e, por último, mas não menos importante, para a retenção de residentes nas áreas rurais estruturalmente desfavorecidas (Gannon, 1994; Kastenholz, 2004; Lane, 1994; 2009; OCDE, 1994). Contudo, nem sempre se tem verificado o bom aproveitamento deste potencial (Cavaco, 1999; Cristóvão, 2002; Gannon, 1994; Ribeiro e Marques, 2002), o que leva à preocupação em compreender melhor as condições para um desenvolvimento turístico rural de maior sucesso e mais sustentável.

Crouch e Ritchie (1999) apontam a relevância da existência de recursos para conferir uma vantagem comparativa e de uma boa gestão dos mesmos para obter uma real vantagem competitiva. Deve-se dar, neste domínio, particular atenção à articulação dos recursos e *stakeholders* para conseguir desenvolver um produto/ experiência de turismo rural integrado (Kastenholz, 2010; Saxena *et al.*, 2007), bem como à tentativa de gestão efetiva da procura, i.e. à atração dos segmentos de mercado mais interessados (e interessantes para o destino) (Kastenholz, 2004), uma vez que há bastante evidência que

demonstra existir um mercado heterogêneo que visita o meio rural por razões distintas (Frochot, 2005; Kastenholtz *et al.*, 1999; Molera e Albaladejo, 2007).

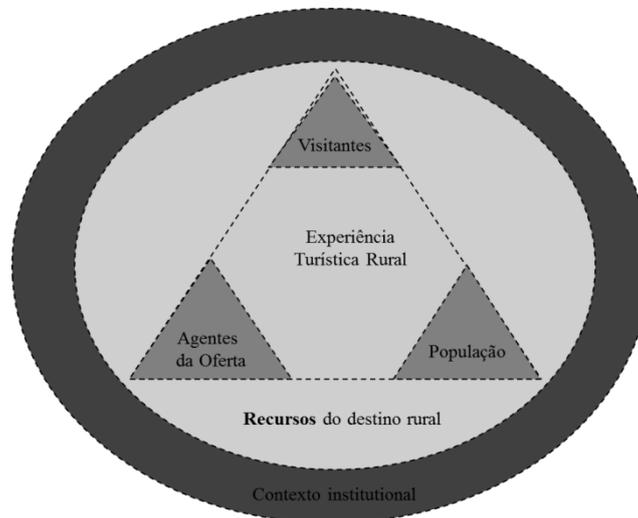
A experiência de turismo rural é fortemente condicionada pelas “características rurais” (e das respectivas associações simbólicas) do espaço e da comunidade em que a experiência ocorre (Cavaco, 1995; Kastenholtz, 2010; Lane, 1994). Simultaneamente devem ser percebidas as particularidades socio-psicológicas da experiência vivida, pelo turista como pelos intervenientes locais, num contexto de “co-criação”, de modo a permitir uma gestão eficaz do contexto da experiência, visando benefícios para todos os envolvidos (Kastenholtz, Carneiro *et al.*, 2012). Efetivamente, do ponto de vista do marketing de destinos, a “experiência global de turismo rural” deve ser entendida como o elemento principal para a atração e satisfação dos visitantes dos destinos rurais (Kastenholtz, Carneiro *et al.*, 2012).

Esta experiência é complexa, contém um conjunto de dimensões, que podemos categorizar de acordo com Schmitt (1999) em 5 modos de experiência (do consumo em geral), a saber: o modo dos “sentidos”, das “emoções”, do “pensamento”, da “ação” e da “relação”. O último modo não se refere apenas à interação durante a experiência, mas também ao significado social e cultural do consumo e às respectivas implicações para a formação da identidade individual. Pine e Gilmore (1998) consideram duas dimensões centrais da experiência de consumo – a participação do consumidor (ativa *versus* passiva) e a relação com o meio envolvente (imersão *versus* absorção). Combinações destas dimensões determinariam se a experiência é vivida predominantemente como entretenimento (absorção passiva, como assistir a um espetáculo), experiência estética (imersão passiva, como a admiração de paisagens, sentindo-se parte da natureza), experiência educativa (absorção passiva permitindo aprendizagem) ou como experiência de “escape”/ fuga (imersão ativa, entrando numa “outra realidade”). A experiência turística não resulta, por isso, somente em benefícios funcionais ou utilitários, mas é valorizada pelas suas dimensões sociais, emocionais, cognitivas, hedónicas e simbólicas, mediadas pelos sentidos (Kastenholtz, Carneiro *et al.*, 2012; Williams, 2006).

Neste domínio, tanto os recursos endógenos, que podem assumir um papel central na vivência do destino, como os agentes da oferta e a própria população rural que

partilham, condicionam e “co-criam” essa experiência (Kastenholz e Sparrer, 2009; Perdue *et al.*, 1987) e funcionam frequentemente como “*cultural brokers*” ou “mediadores culturais” (Cohen, 1988), como ilustrado na figura 1.

Figura 1 – Modelo da Experiência Turística Rural



Fonte: Kastenholz, Carneiro *et al.* (2012)

### 3. O Projeto ORTE – uma análise interdisciplinar da experiência turística rural

É neste contexto que o projeto de investigação ORTE visa analisar, de uma forma holística e interdisciplinar, a experiência de turismo rural oferecida em três aldeias portuguesas. A experiência é investigada do ponto de vista dos visitantes, da comunidade local e dos contextos específicos de cada aldeia (recursos turísticos e contexto social, económico e político). O projeto pretende identificar conflitos de interesse e diferenças entre a experiência turística real e a experiência potencial em cada aldeia. Com base nessa análise integrada e no conhecimento, teórico e prático, dos investigadores envolvidos na equipa, acerca de planeamento, gestão e marketing de destinos, serão propostas formas de superar esses conflitos e lacunas, na tentativa de

contribuir para o desenvolvimento sustentável das aldeias<sup>2</sup>. Assim, a análise está a ser realizada a nível da comunidade/ freguesia rural e foca-se, por um lado, na experiência vivida pelos visitantes que visitam essas comunidades rurais, tentando identificar aspetos centrais da experiência turística em contexto rural, os seus comportamentos, motivações, perceções, emoções e atitudes. Por outro lado, os diferentes *stakeholders* dos destinos (agentes da oferta, responsáveis pelo planeamento do turismo e gestão de recursos e a comunidade local) são analisados, com o intuito de identificar a sua visão e contribuição para a experiência turística rural. É ainda dada especial atenção às redes existentes entre os agentes da oferta local que possam facilitar e promover a experiência integrada em turismo rural.

Realiza-se, igualmente, uma análise do contexto social, económico e político, bem como dos recursos existentes que motivam a visita (por exemplo, atrações naturais ou património cultural) e dos recursos secundários (infraestruturas turísticas, tais como alojamento, rotas, sinais, etc.), no âmbito do ORTE.

Os resultados destas análises (que exigem distintas abordagens bem como a sua inclusão num esforço de compreensão da complexidade do fenómeno) serão ainda discutidos no contexto do planeamento integrado e marketing do destino, tendo em vista construir sugestões que contribuam para o desenvolvimento sustentável dos destinos (Kastenholz, 2006), em linha com o que Saxena *et al.* (2007) denominaram de “Turismo Rural Integrado”. Esta reflexão envolverá os atores locais, não apenas como objetos de estudo, mas enquanto sujeitos ativos e competentes na definição de propostas de desenvolvimento mais realistas, viáveis e partilhadas e numa perspetiva de “investigação de ação” (Cole, 2006).

O projeto procura, assim, ultrapassar a habitual perspetiva fragmentada na análise do fenómeno da experiência turística rural, com estudos focalizados ou no mercado turístico ou na comunidade/ destino e tem uma dimensão tanto analítica como de

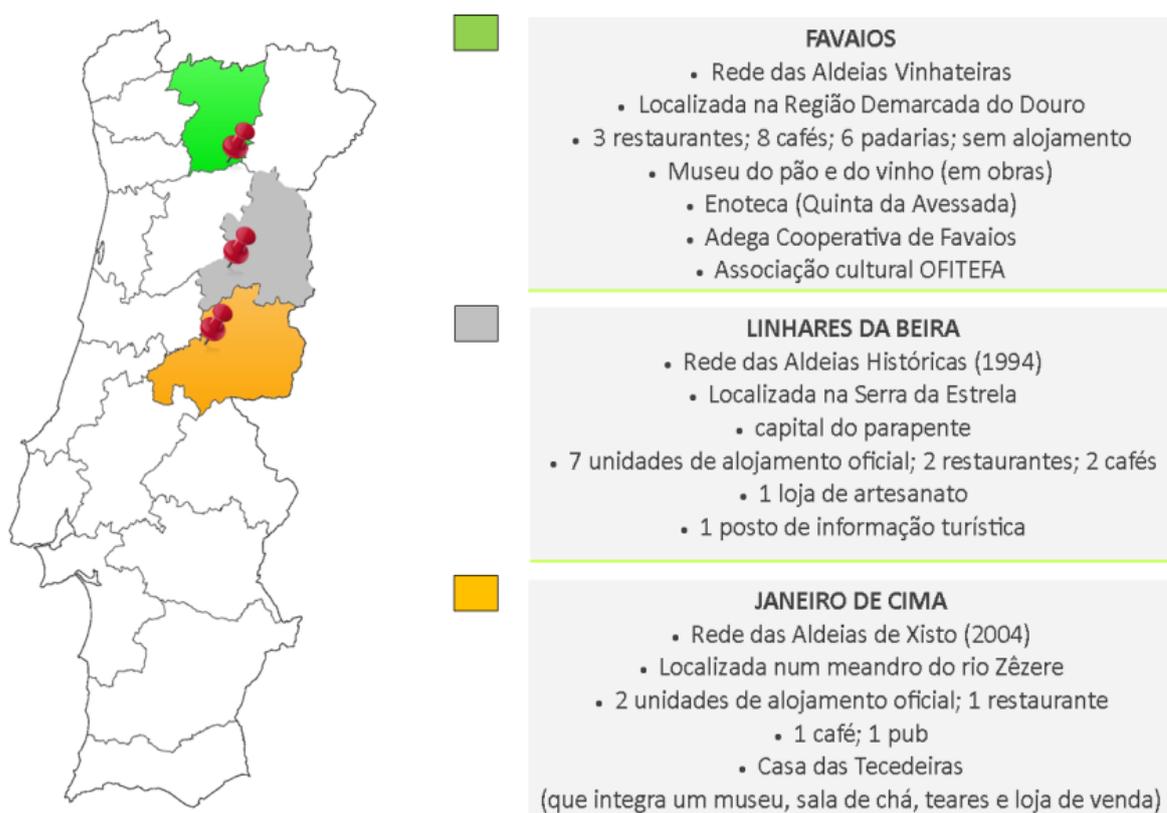
---

<sup>2</sup> Investigadores integrados no projeto são, para além da coordenadora Elisabeth Kastenholz (UA), os seguintes docentes/investigadores da Universidade de Aveiro/ GOVCOPP: Ana Mesquita, Áurea Rodrigues, Conceição Cunha, Carlos Costa, Celeste Eusébio, Elisabete Figueiredo, Eva Milheiro, Maria João Carneiro, e Zélia Breda; do Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional (e-GEO) da Universidade Nova de Lisboa: Ana Lavrador da Silva; do Instituto Politécnico de Viseu: Lúcia Jesus; do ISCTE-IUL: Sandra Loureiro; da UTAD: Carlos Marques e Xerardo Pereiro; bolseira de Investigação: Joana Lima; bem como os mestrandos: Ana João Sousa, Mariana Carvalho, António Simões, Catarina Capela, Alexandra Pinto e Herondina Araújo. É acompanhado por um especialista reconhecido internacionalmente na área de turismo rural, o Professor Doutor Bernard Lane. Os investigadores são especializados em áreas científicas distintas, facto que sustenta a abordagem interdisciplinar pretendida e permite uma maior capacidade de integrar os resultados obtidos de acordo com diversas perspetivas.

proposta de ação, contemplando, por um lado, as exigências da procura turística e, por outro lado, as necessidades das populações/ dos atores do destino, visando um desenvolvimento sustentável.

Três freguesias foram escolhidas para esta análise no terreno, tendo em comum o facto de terem beneficiado de investimento público na preservação do património e no reforço da sua atratividade turística: Janeiro de Cima, pertencente à rede das Aldeias do Xisto; Linhares da Beira, integrada na rede das Aldeias Históricas de Portugal; e Favaios, integrante da rede das Aldeias Vinhateiras. Todas partilham, deste modo, alguma vocação turística que se reflete em alguma oferta dedicada ao mercado turístico (ver figura 2).

Figura 2 – Contexto da experiência



Linhares da Beira e Janeiro de Cima são duas pequenas aldeias, com cerca de 350 habitantes (Censos 2001) na Região Central do interior de Portugal (Figura 2). Estas aldeias têm em comum várias características demográficas, sociais e económicas, bem como outras características rurais mais características do interior do país, mais

precisamente: o envelhecimento populacional, a desertificação dos respetivos territórios, consequência dos fluxos migratórios para outros países (França, Alemanha, EUA), para as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto ou para o litoral do país. Estas características são resultado da transformação que o espaço rural sofreu em Portugal, com o declínio da agricultura, escassos empregos alternativos e insuficiência/ ineficiência dos investimentos públicos para contrariar esta evolução (Oliveira Batista, 2006). Favaios apresenta um contexto ligeiramente diferente, sendo uma vila com cerca de 1.300 habitantes (Censos 2001) na Região Norte de Portugal, mais especificamente na Região Demarcada do Douro (ver figura 2), e com atividade vitivinícola ainda expressiva.

O estudo empírico do projeto assenta, principalmente, numa fase exploratória, qualitativa (via entrevistas em profundidade), e numa fase quantitativa, realizada via inquérito. O presente texto centra-se em alguns dos resultados qualitativos.

#### **4. O estudo qualitativo da experiência turística vivida nas aldeias**

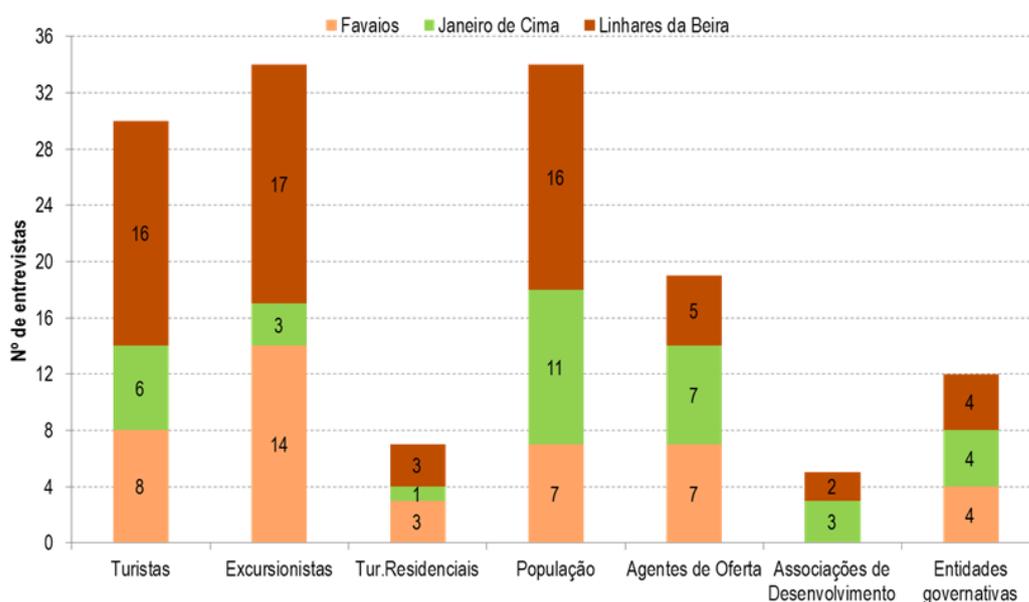
Foram realizadas entrevistas a 71 visitantes, 34 residentes, 19 agentes da oferta, 5 associações de desenvolvimento e 12 entidades governamentais de Linhares da Beira, Janeiro de Cima e Favaios, entre Abril e Dezembro de 2011, visando a compreensão mais profunda da experiência turística vivida nestas aldeias. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas, de forma a permitir uma análise detalhada de todas as respostas obtidas, com o mínimo de perda de informação possível. Procedeu-se, seguidamente a uma análise de conteúdo, mais especificamente, procedendo a uma categorização dos principais aspetos focados pelos participantes, procurando assim sistematizar os dados obtidos. Essa análise de conteúdo foi realizada com o auxílio do software *WebQDA*, versão 0.9. A categorização das respostas obtidas, de acordo com as palavras mais referidas, foi sujeita a uma posterior validação por um grupo de investigadores conhecedores do fenómeno da experiência turística rural, permitindo a triangulação dos resultados (Denzin, 1978). Num segundo momento efetuou-se uma análise comparativa, examinando as inter-relações entre as observações categorizadas, de acordo com os conceitos identificados na literatura, para, seguidamente tentar identificar consistências e contradições entre as diferentes observações – análise de padrões (McCracken, 1988). Este segundo momento permitiu também comparar a visão dos visitantes com os

restantes grupos de *stakeholders* analisados no projeto (para mais detalhes sobre a metodologia utilizada ver Kastenholz, Lima *et al.*, 2012).

#### 4.1. A experiência turística nas aldeias – resultados das entrevistas

A figura 3 ilustra a distribuição das entrevistas por aldeia e por tipo de entrevistado, sendo de destacar que, no caso dos agentes da oferta e planeamento, se entrevistaram todos os agentes locais.

Figura 3 - Distribuição das entrevistas por aldeia e por tipo de entrevistado



No que diz respeito aos **visitantes** (turistas comuns, excursionistas e turistas residenciais), a maioria dos entrevistados têm idades compreendidas 35 e 59 anos, havendo ainda 16 visitantes com 59 anos ou mais. Porto, Lisboa e algumas cidades do Centro Litoral (Leiria, Aveiro e Coimbra) são os distritos de residência de uma grande parte dos visitantes. Os entrevistados apresentam níveis de instrução superiores (39 detêm, pelo menos, um curso superior), sendo característico do turismo rural (OECD, 1994, Kastenholz, 2005).

Quando questionados acerca das motivações da visita, os entrevistados apontam o contacto com a natureza, o interesse em coisas novas e diferentes do dia-a-dia, a fuga ao

stress urbano, como ilustra o seguinte discurso: “Porque é natureza e no fundo é isto que não temos na cidade, é por isso que vimos para cá e que procuramos” .

Motivações mais específicas referidas para visitarem as aldeias estão relacionadas com as características particulares de cada uma: em Linhares aponta-se o interesse no património histórico (o castelo e a arquitetura das casas) e as marcas associadas (Aldeias Históricas de Portugal e parapente); os visitantes de Janeiro de Cima referem a marca Aldeias do Xisto; em Favaios, aponta-se a marca do Moscatel e o interesse na participação e/ou observação de atividades relacionadas com os vinhos. Aparentemente, as marcas marcam as expectativas dos visitantes e estimulam a motivação da visita.

Por outro lado, os discursos refletem o que a literatura sobre o rural apelida de “*idílio rural*”, um imaginário assente nas ideias de tranquilidade e paz, vida saudável e puro, livre e integrada na natureza. Este imaginário vem associado a um conjunto de experiências sensoriais (odores, sons, tato, paladar e visão), sendo o sentimento de paz e tranquilidade frequentemente patente na experiência do “silêncio”, como som típico do rural, estando também os sons da natureza (vento, água, pássaros) associados com a visita às aldeias, muitas vezes em contraste com a cidade: “...os sons do rio, dos animais e a falta dos outros sons. No fundo, é ouvir a natureza e não estar a ouvir os outros sons da cidade...”.

Também os aromas da natureza deixam marcas, assim, os visitantes referem diversos cheiros das plantas: flores e ervas; pinheiros; cheiro da “terra”. Os sabores que os visitantes associam às aldeias são de produtos alimentares locais, como queijo e enchidos (Linhares); compotas, maranhos e castanhas (Janeiro de Cima); vinho e a “verdadeira comida à portuguesa” ou “comida à moda do Norte” (Favaios).

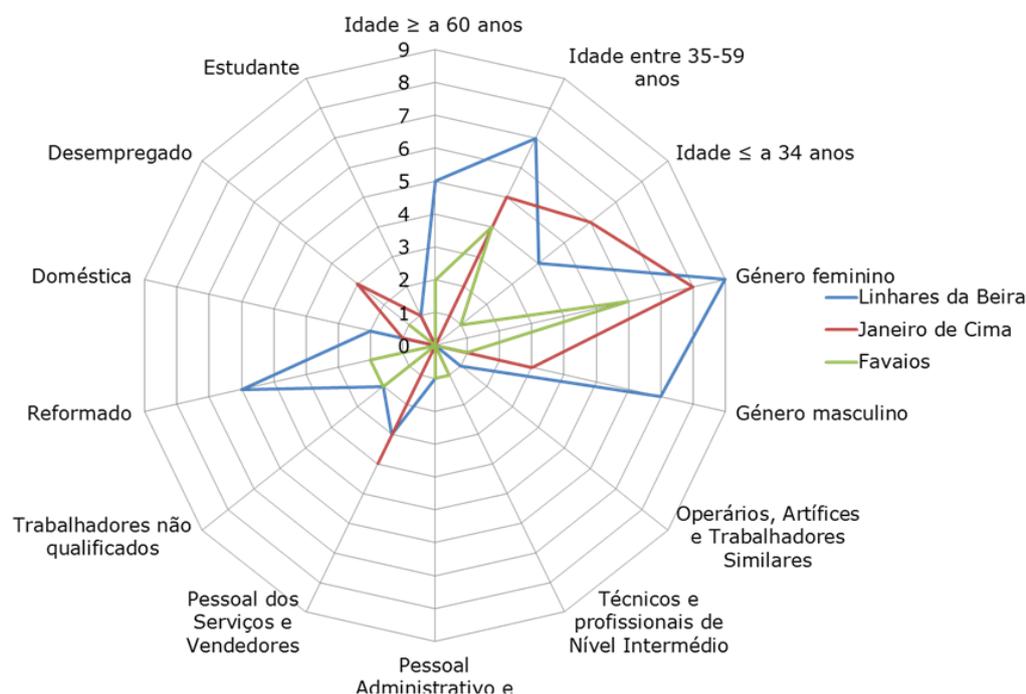
Das cores, destaca-se o “verde”, mas também o “cinza” (cor do granito, em Linhares), o “castanho alaranjado” (do xisto, em Janeiro de Cima) e o “azul” e o “avermelhado” (do céu e da vinha, em Favaios) são utilizados pelos visitantes nos seus discursos, correspondendo aos elementos dominantes da paisagem de cada aldeia. Ao nível da imagem cognitiva, os atributos mais referidos são a arquitetura, o património e a paisagem (o castelo, granito, xisto, a arquitetura, edifícios restaurados, as ruas de pedra, as vinhas). A dimensão visual domina a experiência turística, se considerarmos o

número de referências feitas, confirmando a relevância do *tourist gaze* (Urry, 2002) na experiência turística. A imagem visual está sobretudo determinada pela paisagem natural e construída das aldeias, verificando-se diferenças entre as três aldeias, correspondentes às especificidades locais. Também estão presentes os símbolos globais do "*idílio rural*", com um imaginário revelador dos temas centrais natureza, verde, paisagem, gastronomia e elementos tradicionais.

A dimensão social da experiência é, por um lado, importante, uma vez que os visitantes apontam com alguma frequência a simpatia, hospitalidade e ajuda na obtenção de informações por parte da população local. Por outro lado, a interação com os residentes não constitui uma motivação central para a visita e tende a ser mais superficial num contexto de excursionismo (Linhares e Favaios) face a uma estada mais prolongada (em Janeiro de Cima). De qualquer modo, os visitantes destacam situações como aquela referida por um visitante de Linhares: “Não nos conhecem de lado nenhum e “bom dia”... foi uma das coisas que ... me chamou mais atenção”; e apreciam uma proximidade simpática vivida nas aldeias que desconhecem da vida anónima das cidades. Alguns também consideram os residentes locais particularmente autênticos (em contraste com as cidades), como este visitante de Janeiro de Cima: "É um Portugal que está ainda aqui, não é um Portugal encenado, é perfeitamente genuíno...".

Os próprios **residentes**, cujo perfil se resume na figura 3, valorizam a vinda dos e interação com os turistas, pela animação que traz à vida na aldeia, como está bem patente nas palavras de um residente de Linhares: “... é completamente diferente vermos a aldeia com gente, do que vermos a aldeia sem ninguém, que as pessoas ficam um bocado apáticas, ficam tristes, há aqui pessoas que nunca saem de cá... E então se não forem vindo as pessoas que elas vão vendo e movimento que vão vendo, acabam por ficar ainda mais tristes, mais apáticas e...e a morrer mais cedo!” .

Figura 3 – Perfil dos residentes



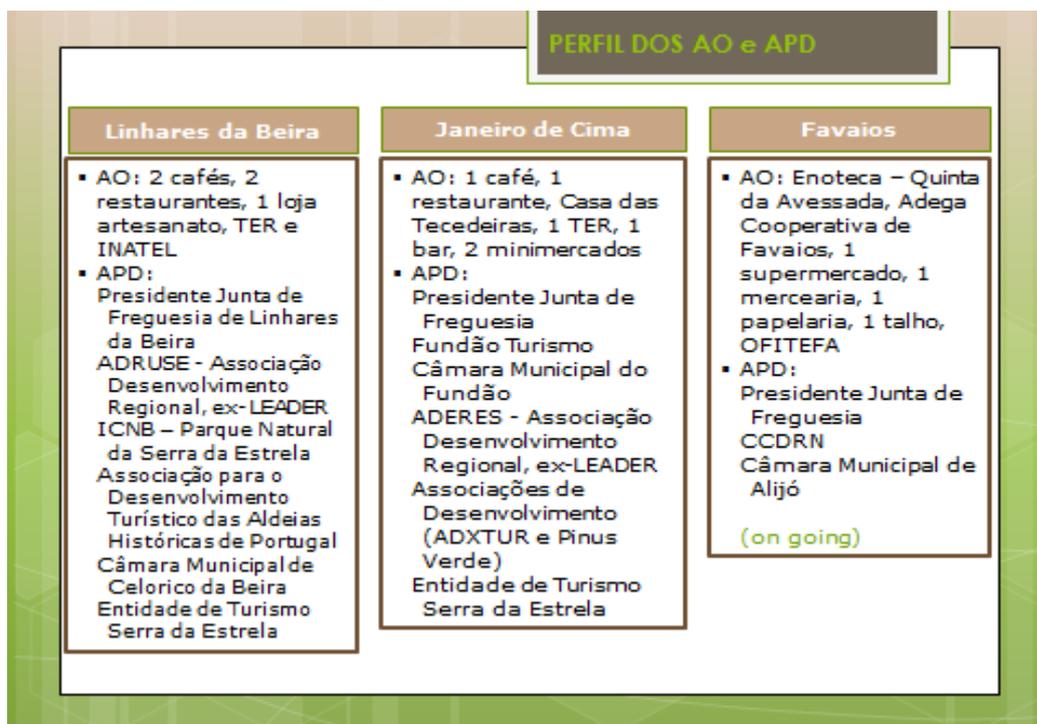
Os residentes reconhecem ainda que a vinda dos turistas e a sua curiosidade face à aldeia ajuda-os a descobrir mais sobre si próprios, a valorizar mais a sua identidade, como referido por um habitante de Favaios: “é muito bom, abre-nos a cabeça a todos e que venham eles aos molhos para ver se a gente sai daqui da cepa torta”. Outro residente de Janeiro de Cima constata que: “a vinda de outras pessoas é uma lufada de ar fresco”.

Desde modo, os residentes consideram que o turismo traz, acima de tudo, animação e vida à aldeia, aumenta o orgulho que sentem pela sua aldeia, mas também reconhecem que ajuda a dinamizar a economia local, embora não na escala esperada por alguns e com uma desigual distribuição dos benefícios económicos do turismo.

Importa reconhecer que os residentes, geralmente, compreendem bem a motivação principal dos turistas ao nível da procura da paz e do sossego, da natureza e paisagem, da hospitalidade da população e do contraste com a cidade, percebendo igualmente a relevância das redes às quais pertencem (sobretudo das Aldeias de Xisto e Aldeias Históricas).

Esta compreensão das motivações centrais do mercado turístico também fica evidente no discurso dos agentes da oferta turística local, bem como dos representantes das entidades de planeamento e gestão territorial, cujo perfil é visível na figura 4.

Figura 4 – Perfil dos Agentes da Oferta (AO) e Agentes de Planeamento e Desenvolvimento (APD)



Os agentes da oferta referem, assim, a procura do descanso e a natureza como fatores primordiais da procura turística, enquanto os agentes institucionais destacam o papel das marcas/ redes de aldeias. Por outro lado, ambos coincidem na perceção da relevância de alguns aspetos específicos, distintivos e valorizados por parte dos visitantes, a saber: o património histórico e cultural (incluindo as tradições), a gastronomia e a simpatia da população que, de acordo com um agente institucional, conferem autenticidade à experiência.

Tanto agentes da oferta como institucionais destacam o papel do turismo na dinamização económica da aldeia, pela diversificação das atividades, a criação de emprego e fontes de rendimento. Os responsáveis pelas entidades de planeamento ainda salientam o aumento da visibilidade do território através do turismo como fator benéfico do turismo e admitem um efeito muito positivo ao nível do desenvolvimento geral da

aldeia, enquanto os agentes da oferta local sublinham, à semelhança da população residente, o efeito dinamizador e animador da vida na própria aldeia.

Contudo, tanto agentes da oferta como institucionais lembram a existência de alguns constrangimentos ao nível do desenvolvimento turístico da aldeia, limitadores do potencial efeito mobilizador do turismo. Os agentes locais enfatizam a falta de iniciativa e de investimentos (tanto públicos como privados) que resulta num subaproveitamento dos recursos locais. Os agentes de planeamento e gestão territorial apontam como problemas graves o envelhecimento das populações e a desertificação do interior de Portugal, mas também dimensões da atitude dos atores locais, a saber, alguma inércia, desconfiança e desarticulação entre agentes locais, responsável também por algum mau aproveitamento de infra-estruturas existentes. No caso de Favaios admitiram igualmente alguma falta de articulação e até conflitos entre instituições como fatores contraproducentes de um desenvolvimento turístico mais proveitoso.

## **5. Conclusões e implicações para o marketing**

Apesar da natureza exploratória dos resultados apresentados, um olhar mais atento sobre as diversas perspetivas de turistas, população e agentes da oferta pode constituir um importante ponto de partida para a definição de estratégias de desenvolvimento sustentável do destino, integrando tanto exigências do mercado como necessidades das comunidades e dos atores locais.

A análise de conteúdo das entrevistas aos visitantes mostrou que os visitantes vivem uma experiência turística na qual o consumo simbólico do “idílio rural” é uma dimensão importante, corroborando outros estudos (Figueiredo, 2004; Marques, 2009; Silva, 2007). As vivências dos turistas, apreciadas pelos sentidos, apresentam-se como muito ricos, interligadas e associadas a esse imaginário do “idílico rural” (verde, puro, “autêntico”), com referências a cheiros, sons, sabores e imagens da “terra”, do “campo”, da natureza. O contraste com a vida urbana e a fuga ao stress associado a este meio são outros temas transversais, recorrentes nos discursos dos visitantes, que apreciam as aldeias pela diferença, pela calma, pelo sossego, pela vida saudável, em comunhão com a natureza, e de “escala humana”. A referência aos recursos endógenos, distintivos de cada aldeia, é outro aspeto assinalável: o castelo de Linhares, a arquitetura do xisto, o

rio Zêzere (e a sua praia fluvial), em Janeiro, e o Rio Douro e as paisagens de vinhas, em Favaios. Também as marcas apresentam-se como significativas no papel atrativo e de criação de memórias associadas às aldeias - o investimento em marcas, como das redes das Aldeias de Xisto e Aldeias Históricas, parece compensar, sendo a existência de outras marcas territoriais ou até de produtos associados (como no caso do Vale do Douro como marca territorial, do vinho do Porto, do vinho do Douro e do Moscatel de Favaios) de aproveitar no marketing destes destinos turísticos rurais.

A ruralidade é geralmente representada de forma muito favorável, invocando sensações, sentimentos e imagens positivas, por vezes nostalgicamente embelezadas (Rodrigues *et al.*, 2011). Os visitantes manifestam-se, globalmente, satisfeitos com a visita e com vontade de regressar.

Contudo, a visita é geralmente de curta duração, não permitindo uma interação mais profunda entre visitantes e residentes, apresentando-se por isso como experiência, de certa forma superficial, classificável como um tipo de *tourist gaze* (Urry, 2002) no meio rural. Isto é, embora a dimensão social seja frequentemente referida como relevante para uma experiência de turismo rural (Kastenholz e Sparrer, 2009; Tucker, 2003), a maioria dos turistas apenas desenvolve contatos breves e superficiais com a população, sobretudo em contextos de excursionismo que são predominantes no caso de Linhares e de Favaios. Em Janeiro de Cima, onde os visitantes tendem a permanecer por períodos mais longos, a dimensão social é mais frequentemente mencionada e até mesmo descrita como indutora de experiências memoráveis, de natureza “escapista” (Pine e Gilmore, 1998), proporcionando a imersão dos visitantes num contexto sócio-cultural distinto.

Embora os diversos agentes envolvidos na co-criação da experiência turística nas aldeias sejam unânimes na compreensão do valor apelativo e distintivo do rural e das aldeias, parece que falta ainda vencer alguns obstáculos, que poderão também levar os turistas a permanecer mais tempo e a viver experiências efetivamente mais marcantes. Alguns destes obstáculos são dados pelo contexto (envelhecimento da população, desertificação das zonas do interior do país), outros poderiam ser vencidos por um esforço comum, envolvendo tanto agentes públicos como privados, numa perspetiva de mobilização conjunta para atingir objetivos comuns. Tal requer o vencer da desconfiança e de individualismos, e uma vontade e disponibilidade para arriscar e

investir e ainda uma abordagem articulada de modo a conseguir também ultrapassar a limitação de falta de escala e massa crítica, frequentemente referida como constrangimento do turismo em meio rural (Breda *et al.*, 2006; OECD, 1994; Sharpley, 2002; 2005).

Todos os atores locais reconhecem a dinamização que o turismo trouxe às suas aldeias, sendo de assinalar sobretudo uma dinâmica de animação da vida cotidiana percebida como muito positiva por parte da população, mas a maioria admite que poderá haver melhorias. A aposta no turismo como estratégia de desenvolvimento sustentável nas aldeias pressupõe, neste âmbito, a preparação de condições que permitam ao turista viver experiências apelativas, distintivas e memoráveis (Mossberg, 2007), que assentem tanto no simbolismo do “autêntico rural”, geralmente valorizado (Figueiredo, 2004; Marques, 2009; Silva, 2007), como no aproveitamento da riqueza e singularidade dos recursos endógenos existentes (Cloke, 2007), bem como no potencial da articulação de todas as iniciativas em rede (Breda *et al.*, 2006; Gibson *et al.*, 2005; Gnoth, 2003; Gopalan e Narayan 2010).

Desde modo, as comunidades locais poderão encontrar novas oportunidades de desenvolvimento que não comprometam a sua identidade local (Sharpley, 2005), podendo, pelo contrário, contribuir para o reforço da sua auto-estima (Rodrigues *et al.*, 2007); os agentes da oferta local podem identificar novos negócios, apelativos, distintivos e sustentáveis (Lane, 2009); os turistas poderão viver experiências mais intensas, envolventes, memoráveis e até transformadoras (Chambers, 2009). O sucesso da oferta experiencial em meio rural dependerá ainda da capacidade de adaptação aos diferentes segmentos de mercado, que apresentem motivações distintas (Frochot, 2005; Kastenholz *et al.*, 1999; Molera e Albaladejo, 2007) e mesmo a nichos particulares que se podem revelar como particularmente interessantes (Clemenson e Lane, 1997; Lane, 2009).

Com base nos resultados apresentados, pode concluir-se que a experiência vivida nas aldeias poderá ser ainda mais ativa e de maior imersão (Pine e Gilmore, 1998), dimensões com potencial de transformar a experiência do tipo *tourist gaze* numa experiência mais rica, profunda, surpreendente e envolvente. Kastenholz, Carneiro *et al.* (2012) sugerem que o focus na experiência como chave para o sucesso de um destino

rural exige não apenas uma boa compreensão desta experiência vivida pelo turista, muito relacionada com o perfil motivacional de cada um, mas também uma capacidade de desenhar oportunidades de co-criação de experiências assentes nos recursos endógenos mais distintivos e interessantes, uma capacidade de usar temas e narrativas para aumentar o significado da experiência e torna-la igualmente mais memorável, bem como a articulação dos diversos elementos da experiência de modo a torna-la globalmente satisfatória e tirar o melhor proveito dos diversos esforços individuais através de redes.

Desta forma, poderão definir-se, efetivamente, estratégias de desenvolvimento sustentável, integrando as exigências do mercado, as necessidades das comunidades locais e o potencial territorial.

## **6. Referências bibliográficas**

BREDA, Z, COSTA, R. e COSTA, C. (2006), “Do Clusters and Networks Make Small Places Beautiful? The Case of Caramulo (Portugal)”, in LAZZERETTI, L. e PETRILLO, C. (eds.), *Tourism Local Systems and Networking, Advances in Tourism Management Series*, Oxford, Elsevier, pp. 67-82.

CAVACO, C. (1995), “Rural Tourism: The creation of new tourist spaces”, in MONTANARI, A. e WILLIAMS, A. M. (eds.), *European Tourism: Regions, Spaces and Restructuring*, Chichester, European Science Foundation, John Wiley and Sons, pp.127-149.

CAVACO, C. (1999), “O turismo rural nas políticas de desenvolvimento do turismo em Portugal”, in CAVACO, C. (ed.), *Desenvolvimento Rural - Desafio e Utopia*, Lisboa, CEG, pp.281-292.

CHAMBERS, E. (2009), “From authenticity to significance: Tourism on the frontier of culture and place” in *Futures*, 41 (6), pp.353-359.

CLEMENSON, H. A. e LANE, B. (1997), “Niche markets, niche marketing and rural employment”, in BOLLMAN, R. D. e BRYDEN, J. M. (eds.), *Rural Employment: An International Perspective*, Wallingford, CAB International, pp.410-426.

CLOKE, P. (2007), “Creativity and tourism in rural environments”, in RICHARDS, G. e WILSON, J. (eds.), *Tourism, creativity and development*, Routledge, London, New York, pp.37-47.

COHEN, E. (1988), "Authenticity and Commoditization in Tourism", in *Annals of Tourism Research* 15 (3), pp.371-386.

COLE, S. (2006), "Information and empowerment: The keys to achieving sustainable tourism" in *Journal of Sustainable Tourism*, 14(6), pp.629-644.

CRISTÓVÃO, A. (2002), "Mundo Rural: entre as representações (dos urbanos) e os benefícios reais (para os rurais)", in ED, R., M., ALMEIDA, J., e BARBOSA, A. (eds.), *Turismo rural: tendências e sustentabilidade*, Santa Cruz do Sul, EDUNISC, pp.81-116.

CROUCH, G. I. e RITCHIE, J. R. B. (1999), "Tourism, Competitiveness, and Societal Prosperity" in *Journal of Business Research*, 44 (3), pp.137-152.

DENZIN, N. K. (1978), *The Research Act: A theoretical introduction to sociological methods*, New York, McGraw-Hill.

FIGUEIREDO, E. (2004), "Imagined rural - tourism and the social (re)construction of rural spaces", Trondheim, Noruega, *XI World Congress of Rural Sociology - Globalization, Risks and Resistance in Rural Economies and Societies*.

FROCHOT, I. (2005), "A benefit segmentation of tourists in rural areas: a Scottish perspective" in *Tourism Management*, 26 (3), pp.335-346.

GANNON, A. (1994), "Rural tourism as a factor in rural community economic development for economies in transition" in *Journal of Sustainable Tourism*, 2 (1), pp.51-60.

GIBSON, L., LYNCH, P. A. e MORRISON, A. (2005), "The local destination tourism network: Development issues" in *Tourism and Hospitality Planning & Development*, 2 (2), pp.87-99.

GNOTH, J. (2003), "Consumer activated services networks: towards a dynamic model for tourism destinations", University of Strathclyde, Glasgow/Scotland, *Proceedings of the 32nd EMAC*.

GOPALAN, R. e NARAYAN, B. (2010), "Improving customer experience in tourism: A framework for stakeholder collaboration" in *Socio-Economic Planning Sciences*, 44 (2), pp.100-112.

KASTENHOLZ, E. (2004), "«Management of Demand» as a Tool in Sustainable Tourist Destination Development" in *Journal of Sustainable Tourism*, 12 (5), pp.388-408.

KASTENHOLZ, E. (2005), "Contributos para o marketing de destinos rurais - O caso do Norte de Portugal" in *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 3, pp.21-33.

KASTENHOLZ, E. (2006), “O marketing de destinos turísticos - o seu significado e potencial, ilustrado para um destino rural” in *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 6, pp.31-44.

KASTENHOLZ, E. (2010), “Experiência Global em Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Locais”, Universidade de Aveiro, *Actas do IV CER, Congresso de Estudos Rurais*, pp.420-435.

KASTENHOLZ, E., CARNEIRO, M. J. e MARQUES, C. P. (2012), “Marketing the rural tourism experience”, in TSIOTSOU, R. e GOLDSMITH, R. E. (eds.), *Strategic Marketing in Tourism Services*, Bingley, Emerald, pp.247-264.

KASTENHOLZ, E., LIMA, J. e SOUSA, A. J. (2012), “A metodologia qualitativa no estudo da experiência turística em contexto rural: o caso do Projeto ORTE, GOVCOPP Tourism Working Paper No.1/2012.

KASTENHOLZ, E., DUANE, D. e PAUL, G. (1999), “Segmenting Tourism in Rural Areas: The case of North and Central Portugal” in *Journal of Travel Research*, 37 (4), pp.353-363.

KASTENHOLZ, E. e SPARRER, M. (2009), “Rural Dimensions of the Commercial Home”, in LYNCH, P., MACINTOSH, A. e TUCKER, H. (eds.), *Commercial Homes in Tourism: An international perspective*, London, Routledge, pp.138-149.

LANE, B. (1994), “Sustainable rural tourism strategies: A tool for development and conservation” in *Journal of Sustainable Tourism*, 2 (1), pp.102-111.

LANE, B. (2009), “Rural Tourism: An Overview”, in JAMAL, T. e ROBINSON, M. (eds.), *The SAGE Handbook of Tourism Studies*, London, Sage Publications, pp. 354-370.

MARQUES, C. (2009), *Motivações das Viagens Turísticas para Regiões do Interior*, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.

MCCRACKEN, G. (1988), *The Long Interview*, California: Sage.

MOLERA, L. e ALBALADEJO, P. (2007), “Profiling segments of tourists in rural areas of South-Eastern Spain” in *Tourism Management*, 28 (3), pp.757-767.

MOSSBERG, L. (2007), “A Marketing Approach to the Tourist Experience” in *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 7 (1), pp.59-74.

OECD (1994), *Tourism Strategies and Rural Development*, Paris, OECD/GD.

PEREIRO, X. e CONDE, S. P. (2005), “Turismo e oferta gastronómica na comarca de Ulloa (Galiza): Análise de uma experiência de desenvolvimento local” in *Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio cultural*, 3 (1), pp.109-123.

PINE, J. B. e GILMORE, J. H. (1998), “Welcome to the experience economy” in *Harvard Business Review*, 76 (4) , pp.97-105.

RIBEIRO, M. e MARQUES, C. (2002), “Rural tourism and the development of less favoured areas - between rhetoric and practice” in *International Journal of Tourism Research*, 4 (3), pp.211-220.

RODRIGUES, Á.; KASTENHOLZ, E. e MORAIS, D. (2011), “O Papel da Nostalgia para o Turista Norte-Americano no Espaço Rural Europeu”, in FIGUEIREDO, E., KASTENHOLZ, E., EUSÉBIO, M.C., GOMES; M.C., CARNEIRO, M.J., BATISTA, P. e VALENTE, S. (coords.), *O Rural Plural - Olhar o Presente, Imaginar o Futuro*, Castro Verde, 100Luz Editora, pp. 231-244.

RODRIGUES, Á., KASTENHOLZ, E. e RODRIGUES, A. (2007), “Networks in rural tourism and their impact on sustainable destination development: The case of the European Network of Village Tourism”, Instituto Piaget, Vila Nova de Stº André, *Proceedings of the International Conference ATE, Advances in Tourism Economics*.

SAXENA, G., CLARK, G., OLIVER, T. e ILBERY, B. (2007), “Conceptualizing Integrated Rural Tourism” in *Tourism Geographies: An International Journal of Tourism Space, Place and Environment*, 9 (4), pp.347 - 370.

SCHMITT, B. (1999), “Experiential Marketing” in *Journal of Marketing Management*, 15 (1/3), pp.53-67.

SHARPLEY, R. (2002), “Rural tourism and the challenge of tourism diversification: the case of Cyprus” in *Tourism Management*, 23 (3), pp.233-244.

SHARPLEY, R. (2005), “Managing the countryside for tourism: a governance perspective”, in PENDER, L. e SHARPLEY, R. (eds.), *The Management of Tourism*, London, Sage Publications, pp. 175-186.

OLIVEIRA BAPTISTA, F. (2006), “O Rural depois da Agricultura”, in FONSECA, M. L. (coord.), *Desenvolvimento e Território – Espaços Rurais Pós-agrícolas e os Novos Lugares de Turismo e Lazer*, Lisboa, CEG, pp. 85-100.

PERDUE, R. R.; LONG, P. T. and ALLEN, L. (1987), “Rural resident tourism perceptions and attitudes” in *Annals of Tourism Research*, 14 (3), pp. 420-429.

SILVA, L. (2007), “A procura do turismo em espaço rural” in *Etnográfica*, 11(1), pp.141-163.

TUCKER, H. (2003), “The Host-Guest relationship and its implications in Rural Tourism”, in ROBERTS, D. L. e MITCHELL, M. (eds.), *New Directions in Rural Tourism*, Aldershot, Ashgate, pp. 80-89.

URRY, J. (2002), *The Tourist Gaze*, London, Sage.

WILLIAMS, A. (2006), “Tourism and hospitality marketing: fantasy, feeling and fun” in *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 18 (6), pp.482-495.

#### **Notas sobre a autora:**

**Elisabeth Kastenholz**

[elisabethk@ua.pt](mailto:elisabethk@ua.pt)

Professora Associada do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial (DEGEI), Unidade de Investigação Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP), Universidade de Aveiro.

É professora e investigadora, autora e coautora de várias dezenas de artigos em revistas científicas de circulação internacional e capítulos de livros; revisora convidada e membro da Comissão Científica de várias revistas e conferências científicas internacionais, tendo coordenado diversos projetos de investigação, sendo o mais recente e mais relevante o projeto “A experiência global em turismo rural e desenvolvimento sustentável de comunidades locais”, financiado pela FCT. É ainda coorientadora de várias teses de mestrado e doutoramento, focalizando-se, na sua investigação, sobretudo nas temáticas do comportamento do consumidor em turismo, marketing estratégico de destinos turísticos, turismo e desenvolvimento sustentável, turismo rural, eno-turismo e turismo acessível.

**O RURAL COMO ESPAÇO DE COOPERAÇÃO:  
QUESTÕES TRANSFRONTEIRIÇAS EM TERRITÓRIOS DE  
BAIXA DENSIDADE**

# Empreendedorismo em territórios de baixa densidade

Entrepreneurship in low density territories

Marcos Olímpio

Maria da Saudade Baltazar

Laurinda Grosso

## Resumo

*O presente texto tem como finalidade lançar reflexões sobre o Empreendedorismo em territórios de baixa densidade. Inicialmente apresenta-se a definição de empreendedorismo, os respetivos tipos e os fatores que induzem a dinâmica empreendedora. Seguidamente aborda-se a problemática dos territórios de baixa densidade em geral, e do Alentejo em particular.*

*No seguimento do exposto são apresentados alguns empreendimentos em curso na região.*

*Discute-se depois em que sectores de atividade podem ainda ser criados empreendimentos nos territórios de baixa densidade, nomeadamente no Alentejo (iniciativas que dependem de variáveis tais como: i) Público alvo / zona de abrangência, ii) Sector de negócio, e iii) Localização do empreendimento.*

*Finalmente dá-se conhecimento da constituição do Centro de Recursos de Empreendedorismo Feminino (CREmp), produto do projeto Winnet 8 - Women's Resource Centres, Promoting Innovation in Gender Equality across Europe (2010/11) - e estrutura que se propõe contribuir para estimular a criação do auto emprego no Alentejo Central, como potenciador para se transpor o deficit de espírito empreendedor que ainda se verifica neste território de baixa densidade com problemas de desenvolvimento.*

**Palavras chave:** Alentejo; Empreendedorismo; Territórios de baixa densidade.

## Abstract

*This text aims to launch reflections on entrepreneurship in low density areas. Initially is presented the definition of entrepreneurship, respective types and the factors that induce this activity. Then is exposed the problem of low density territories in General, and of Alentejo in particular.*

*After, are presented some ongoing projects in the region.*

*It is discussed later, in which sectors can still be created self employment in the territories of low-density with problems of development, especially in Alentejo (initiatives that depend on variables such as: i) target audience/zone of incidence, ii) Business Sector, and iii) Location of the enterprise.*

*Finally is given knowledge of the Constitution of Female Entrepreneurship Resource Center (CREmp), product of the project Winnet 8 - Women's Resource Centres, Promoting Innovation in Gender Equality across Europe (2010/11) - and structure that intend to contribute to stimulate the creation of self employment in Alentejo Central, as an input to overcome the deficit of entrepreneurial spirit that still exists in this territory of low density with development problems.*

**Key words:** Alentejo; Entrepreneurship; Low density territories.

## 1 - Introdução

Embora seja uma das atividades que está ligada à evolução da Humanidade, o empreendedorismo só recentemente tem constituído um conceito relevante na agenda

política e de organizações empresariais e sem fins lucrativos, a nível nacional e internacional.

No âmbito desta problemática coloca-se no entanto a questão do empreendedorismo em territórios de baixa densidade populacional com problemas de desenvolvimento (e mais especificamente o empreendedorismo feminino neste tipo de territórios), tema sobre o qual é esboçada uma reflexão despreziosa.

Essa reflexão tem início com a apresentação de um breve quadro teórico-conceitual que inclui definições e esclarecimentos complementares sobre noções de base tais como empreendedorismo, os tipos fatores que induzem, o significado de empreendedor e traços que usualmente distinguem estes protagonistas, após o que é abordada a problemática dos territórios de baixa densidade em geral, e do Alentejo em particular.

Na sequência do exposto são apresentados alguns empreendimentos em curso na região. Discute-se depois em que sectores de atividade podem ainda ser criados empreendimentos nos territórios de baixa densidade, nomeadamente no Alentejo (iniciativas que dependem de variáveis tais como: i) Público alvo / zona de abrangência, ii) Sector de negócio, e iii) Localização do empreendimento.

Seguidamente são apresentados casos de empreendedorismo em curso (já iniciados) e casos prometedores (em fase de pré-lançamento).

Finalmente dá-se conhecimento da constituição do Centro de Recursos de Empreendedorismo Feminino (CREmp), produto do projeto Winnet 8, estrutura que se propõe contribuir para estimular a criação do auto emprego no Alentejo Central, como potenciador para se transpor o deficit de espírito empreendedor que ainda se verifica neste território de baixa densidade com problemas de desenvolvimento.

## **2 - Metodologia**

Tendo em atenção o intuito deste trabalho, procederam os autores a uma pesquisa bibliográfica que lhes permitisse recolher e sistematizar a informação pertinente para desenvolver os tópicos que o estruturam.

Para o efeito foi efetuada uma recolha de publicações impressas, que incidiu fundamentalmente sobre os referidos tópicos, representados pelas palavras-chave constantes no Resumo.

Paralelamente foi realizada uma recolha de textos disponíveis na internet o que permitiu ampliar e enriquecer consideravelmente o acervo final obtido.

Foi assim elaborado o enquadramento teórico-conceptual com base na seleção, adaptação ou fusão, de excertos que melhor refletissem as mensagens a transmitir.

A parte factual em que são expostos os casos de empreendedorismo foi elaborada fundamentalmente com base na informação disponibilizada pelas fontes contactadas pelos autores ou na informação contida nos registos do projeto Winnet 8.

### **3 - O empreendedorismo e os empreendedores**

#### **3.1 - Nota introdutória**

Neste ponto é referida a definição de empreendedorismo, fatores indutores desencadeantes (de necessidade, de oportunidade), tipos (de necessidade e de oportunidade), modalidades / tipos / formas de empreendedorismo (empresarial, social, interno), e relacionado o empreendedorismo com desenvolvimento territorial.

É também apresentada a definição de empreendedor e as competências chave exigidas aos empreendedores.

#### **3.2 - Historial e definição de empreendedorismo**

Com base em Venkataraman (1997), Hirsch & Peters (2004), e Palma et al. (2007), considera-se neste texto como empreendedorismo o processo que consiste em criar algo diferente e com valor, dedicando os protagonistas o tempo e o esforço necessários para o efeito, assumindo os riscos inerentes e recebendo as consequentes recompensas resultam de um objetivo alcançado.

Ainda de acordo com os mesmos autores, pode afirmar-se que o empreendedorismo é portanto um fenómeno que se caracteriza por uma ligação aos seguintes fatores que muito contribuem para o sucesso de um novo negócio ou atividade de cariz social, e que são normalmente por ordem de importância, os seguintes: i) Informações e conhecimento; ii) Persistência e perseverança; iii) Recursos disponíveis; iv) Qualidade no que se faz; v) Dedicação; vi) Força de vontade e, vii) Capacidade de assumir riscos.

F. Cardoso (2010) acrescenta que empreendedorismo tem sido definido como uma forma diferenciada de afetação ou alocação de recursos assim como a otimização de processos organizacionais, sempre por processos criativos, visando a diminuição de custos e melhoria de resultados, sendo que o conceito é constantemente relacionado com a génese de novos negócios (geralmente micro e pequenas empresas).

### **3.3 - Perfil / traços inerentes aos empreendedores**

Na sequência e em complemento das definições explicitadas no ponto anterior, apresenta-se agora o conceito de empreendedor como alguém que se encontra orientado para a ação, fortemente motivado, e que assume riscos para alcançar os seus objetivos (Meredith et al, 2000). Essa postura exige qualidades pessoais tais como: iniciativa, visão, coragem, firmeza, decisão, resiliência, atitude de respeito humano, capacidade de liderança e de organização (Leite, 2000). Em consonância, constata-se que o empreendedor olha para o mundo como algo em mudança, logo que pode ser transformado, aperfeiçoado, imaginando assim novas realidades possíveis.

A capacidade de imaginar novas realidades é determinante para a sociedade, seja na procura de um novo emprego, na procura de uma oportunidade de negócio ou dentro das próprias organizações. Os empreendedores bem-sucedidos, qualquer que seja a sua motivação pessoal (reconhecimento, desejo de fama, contribuir para a resolução de um problema social, dinheiro ou poder), tentam criar valor e dar resposta a uma necessidade de um segmento da população (Drucker, 2002).

Ser empreendedor pode, portanto, ser associado a uma atitude dinâmica perante a realidade em que, face a determinados contextos, internos ou externos, se imaginam respostas de modificação dessa realidade, procurando realizar as suas ações de forma diferente para obter resultados diferentes, e nesse processo de inovar, está a (des)construir a realidade para a recriar (Silva, 2012:5).

Poderemos apontar um conjunto de características inerentes aos empreendedores, detalhando assim o seu perfil comportamental: “são normalmente considerados indivíduos com iniciativa, visão, coragem, firmeza, decisão, resilientes, com atitude de respeito humano e com grande capacidade de liderança e organização” (Silva, 2012: 2).

### **3.4 - Gênese e tipos de empreendedorismo**

Os principais fatores subjacentes às iniciativas empreendedoras são essencialmente dois: a necessidade e a oportunidade.

No que se prende com o empreendedorismo por necessidade, constata-se que motivação para se empreender (seja participar de um projeto de cariz social ou investir num negócio), reside na possibilidade de esta ser a única alternativa para obtenção de um rendimento e subsistência. De acordo com o GEM (*Global Entrepreneurship Monitor*), o empreendedorismo por necessidade é mais expressivo nos países em desenvolvimento, devido à dificuldade das pessoas conseguirem um emprego, e se manterem dentro de uma empresa com perspectivas de estabilidade na carreira<sup>1</sup>.

Já no que se refere ao empreendedorismo induzido pela oportunidade, constata-se que decorre do desejo de aproveitar a ocasião de montar por iniciativa própria, uma empresa que responda à procura de bens ou serviços, ou lançar um projeto que responda a necessidades sentidas por uma parte da população.

De acordo com o âmbito sobre que incide, o empreendedorismo pode assumir os três seguintes tipos: Empresarial (criação de empresas), Social (criação de associações sem fins lucrativos), ou Interno (também designado por intra-empreendedorismo), tipos estes que podem ocorrer com dinâmicas diferenciadas em territórios com características diferentes, de entre os quais destacamos os territórios de baixa densidade.

---

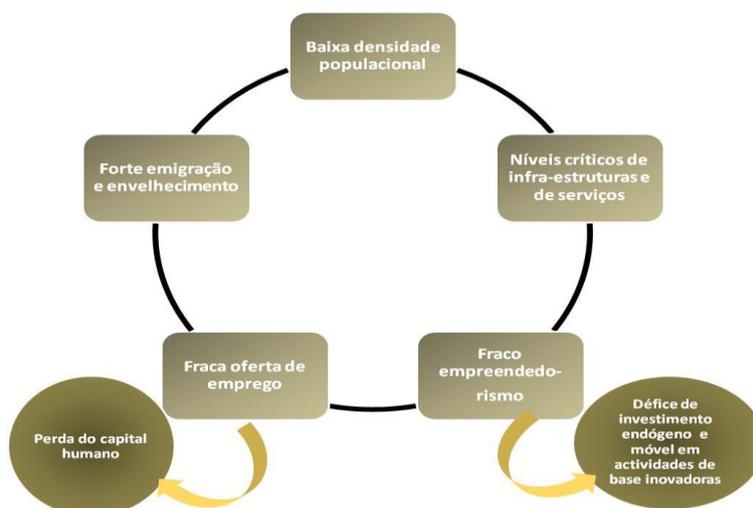
<sup>1</sup> Fontes:

[http://www.administradores.com.br/artigos/empreendedorismo\\_de\\_necessidade\\_x\\_empreendedorismo\\_de\\_oportunidade/27880/](http://www.administradores.com.br/artigos/empreendedorismo_de_necessidade_x_empreendedorismo_de_oportunidade/27880/) e <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/imprescindivel/dia/gd141102.htm>

#### 4 – Territórios de baixa densidade

Neste ponto parte-se da abordagem das características genéricas dos territórios de baixa densidade, os quais apresentam os traços que constam na figura seguinte.

Fig. única: Caraterísticas dos territórios de baixa densidade



Fonte: Martins e Figueiredo, 2008

Estes territórios encontram-se na generalidade associados ao interior do país (mas também a alguns concelhos do litoral), e apresentam segundo Martins e Figueiredo (2008) insuficiências em termos de cada um das seguintes dimensões:

- i) Urbana - reduzida expressão de grande parte dos seus aglomerados urbanos;
- ii) Económica - diminuto número de atividades económicas e de oportunidades de empregos oferecidas, assim como a manifesta exiguidade dos mercados locais;
- iii) Institucional - número insuficiente de entidades com atribuições e competências de proximidade;
- iv) Social - população com escassas qualificações, reduzido espírito empresarial e diminuta capacidade de iniciativa;
- v) Relacional - escassa eficácia no estabelecimento de parcerias e redes.

Estas dimensões da baixa densidade tendem a reforçar-se mutuamente, sendo que as contínuas interações compõem um processo de causalidade circular cumulativo, que

tende para se agravar nos territórios localizados em zonas periféricas e predominantemente rurais.

As especificidades que caracterizam estes territórios, requerem a implementação de estratégias de desenvolvimento, que tenham em consideração as características que marcam vários aspetos desfavoráveis já referenciados (reduzidas magnitudes quantitativas, por exemplo populacionais, escassez de redes, diminuto número de entidades e infraestruturas de apoio a empreendedores).

Torna-se portanto imperioso robustecer a materialização de atuações coletivas de forma integrada, tendo em consideração que as iniciativas de base local e regional se implementadas isoladamente, sem que haja um modelo integrado, resultam na delapidação de recursos e no desaproveitamento de sinergias.

Acrescente-se que nestes territórios podem ser identificados fatores favoráveis e fatores desfavoráveis ao empreendedorismo, conforme abaixo se dá a conhecer.

#### **4.1 - Fatores desfavoráveis ao empreendedorismo**

Neste conjunto cabem, entre outros, os que constam seguidamente:

- Insuficiência do mercado local;
- Fraca envolvente empresarial;
- Debilidade das infraestruturas de apoio às atividades económicas;
- Dispersão geográfica das populações;
- Dificuldades acrescidas de cooperação por escassez de atores e défice de cultura de cooperação;
- Níveis baixos de qualificação dos recursos humanos.

#### **4.2 - Fatores favoráveis ao empreendedorismo**

Aqui destacamos a título de exemplo os seguintes:

- Existência de ativos únicos (património natural, cultural) que poderão ser potencializados;
- Número de entidades que promovem e apoiam o empreendedorismo;
- Fundos disponíveis para apoio a iniciativas empreendedoras;
- Jovens qualificados pelo ensino superior e escolas profissionais.

A conjugação destes fatores positivos e negativos tem originado no Alentejo um panorama pouco favorável ao empreendedorismo, o que não tem impedido contudo a criação de empresas em vários setores de atividade.

## **5 – Empreendedorismo no Alentejo**

Neste ponto constam alguns dos resultados da pesquisa em curso sobre experiências de empreendedorismo no Alentejo. A título exemplificativo são mencionadas algumas dessas experiências, precedidas de um breve enquadramento sobre os setores de atividade em que algumas se inserem, e sobre setores de atividade em que podem ocorrer experiências em número mais reduzido.

### **5.1 - Setores de atividade para empreender em pequena escala**

A criação do próprio emprego em territórios de baixa densidade, tem estado muito relacionada com serviços de apoio ao consumo, como seja: restauração, pequenas agro-indústrias (queijo, enchidos, mel), turismo rural, serviços de proximidade (cabeleireiras, limpezas, bem estar e saúde).

Porém, e como se verá mais abaixo, encontram-se em aberto oportunidades em outros setores de atividade pouco explorados, ou com reduzida procura local.

Também se pode considerar que nos setores de atividade tradicionais, é possível ainda criar empreendimentos com carácter diferenciador (multi-serviços de pequenas reparações domésticas; plantas aromáticas; produtos de cortiça e aproveitamento da bolota).

Para além destas há ainda nichos em que se inserem públicos específicos (caso da prestação de serviços através do teletrabalho altamente qualificado).

A viabilidade de iniciativas em qualquer dos referidos setores, depende à partida de variáveis tais como: i) Público alvo / zona de abrangência, ii) Tipo do produto ou serviço oferecido, e iii) Localização do empreendimento.

Para ilustrar o que tem vindo a ocorrer mais recentemente, apresentamos abaixo algumas das iniciativas que conseguimos recolher durante a pesquisa efetuada para o efeito.

## **5.2 - Experiências bem sucedidas e prometedoras**

De entre as experiências bem sucedidas salientamos em primeiro lugar as duas seguintes que foram apresentadas nos Encontros sobre empreendedorismo em territórios de baixa densidade<sup>2</sup>:

- Mercearia de Marvão (inovadora)<sup>3</sup>;
- Helena Manso, Lda. (Comercio a retalho online)<sup>4</sup>.

Destacamos ainda mais duas que nos foram referidas após a realização destes Encontros:

- Cactus Extractus, Lda<sup>5</sup>;
- João Chalaça (Captação de imagens através de aeronaves não tripuladas)<sup>6</sup>.

---

<sup>2</sup> Encontros que decorreram na Universidade de Évora em Janeiro e Maio de 2012.

<sup>3</sup> Para mais detalhes aceder aos seguintes site: <http://merceariademarvao.blogspot.pt/>; e <http://www.facebook.com/merceariamarvao>;

<sup>4</sup> Para mais informação consultar o seguinte site: <http://www.amesashop.com/shop/pt/>;

<sup>5</sup> Para mais informação consultar o seguinte site: <http://cactusextractus.com/>

<sup>6</sup> Para mais informação consultar o seguinte site: <http://www.profilm.pt/>

### **5.3 - Empreendimentos em curso**

Pelo seu interesse, destacamos de entre outros, os referenciados abaixo, que na sua quase totalidade demonstram que no Alentejo há empreendedores atentos e despertos para outras oportunidades de negócio, para além daqueles que se baseiam nas potencialidades locais:

- Centro Educativo para a AgroCultura da Terra;
- Desmantelamento de veículos em fim de vida e comércio de materiais, sucata resultante;
- Recolha de resíduos (sobretudo da construção e demolições (RCD's) junto de obras públicas e privadas), seleção e separação dos RCD's em recicláveis e não recicláveis;
- Elaboração de estudos e projetos de engenharia e arquitectura, certificação e classificação energética de edifícios, medições e estudos de topografia, levantamentos topográficos, estudos, sondagens e ensaios de acústica, e outros serviços conexos. Toda esta vasta gama de serviços e de valências, concentrada na mesma empresa, garante ao cliente uma maior qualidade/ e celeridade na obtenção do produto final;

### **6 - O Centro de Recursos de Empreendedorismo Feminino (CREmp), contributo ao empreendedorismo no Alentejo Central**

O CREmp surge como produto do projeto Winnet 8, o qual foi aprovado conjuntamente com mais 73 outras candidaturas em 5 de Novembro de 2009 no âmbito do Programa Inter-regional de Cooperação<sup>7</sup>, o qual favorecia a cooperação entre autoridades e atores no nível regional e local de diferentes países da EU27 mais Noruega e Suíça. Os referidos projetos encontravam-se vocacionados para troca e transferência de experiências, e, para o desenvolvimento conjunto de abordagens, mediante instrumentos que visavam melhorar a eficácia de políticas de desenvolvimento regional e contribuir para a modernização da económica local<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Designado por INTERREG IVC: <http://www.interreg4c.net/Projects.html>

<sup>8</sup> A candidatura "WRC FTN", posteriormente designado de Winnet 8, foi desde o início coordenado e dirigida pelo seguinte conjunto de parceiros suecos: i) Município de Älvdalen (parceiro líder, ii)

Tendo em atenção a realidade comum a algumas das regiões dos países aderentes, a iniciativa foi direcionada para combater os seguintes obstáculos à competitividade e ao crescimento económico regional: i) a baixa taxa de emprego entre as mulheres, ii) o mercado de trabalho segregado horizontalmente e, iii) a insuficiente preparação das mulheres em empreendedorismo, inovação e tecnologia, e encontrava-se estruturada em torno das três seguintes componentes: Componente I: Administração e Coordenação; Componente II: Comunicação e Disseminação, e, Componente III: Troca de Experiências.

A rede constituída propôs-se capitalizar as práticas desenvolvidas pelos Centros de Recursos de Mulheres (WRC) em cooperação com autoridades, empresas e institutos de pesquisa, tendo em consideração o modelo sueco para constituição de WRC locais, modelo que tem sido objeto de muito interesse e como tal replicado para vários países europeus. Refira-se que a função principal de um WRC local consiste em aumentar o número de mulheres participantes no desenvolvimento económico, devendo ser implementado com base nas necessidades locais. Estes centros visam assim apoiar:

- Mulheres que contribuam para o desenvolvimento rural e urbano;
- Sectores com potencial em cada região, como por exemplo o turismo no Alentejo;
- Sectores com potencial de atrair mais mulheres, como por exemplo TI (Tecnologias e Informação);
- Início de negócios e desenvolvimento de iniciativas;
- Formação e aprendizagem ao longo da vida e,
- Mulheres com diferentes formações, desde desempregadas com baixa formação até licenciadas e investigadoras.

Os WRC encontram-se portanto vocacionados para: i) investir nas mulheres, e, ii) ser um centro para informação e um local de encontro para mulheres, onde se aconselhem

---

Federação Nacional de Centros de Recursos das Mulheres e, iii) Agência Sueca para a Economia e Crescimento Regional, localizados na Região de Dalarna. Esta parceria foi portanto constituída com o objetivo de se tornar uma Rede de Procura Rápida. O projeto que esses parceiros desenharam foi apresentado em cooperação com os seguintes 7 países parceiros de Estados Membros da U.E: Portugal (Universidade de Évora e CCDR Alentejo); Bulgária; Finlândia; Grécia; Itália; Polónia, e Reino Unido.

sobre como proceder para concretizar as suas ideias e para mediar contactos com outras redes de mulheres.

Sublinhe-se que no Alentejo, bem como em outras regiões de Portugal, são importantes as ações para promover os WRC locais, a aprendizagem ao longo da vida, a formação, os conhecimentos em TI e Empreendedorismo, como forma de aumentar a participação das mulheres no mercado de trabalho.

Partindo da premissa, que os WRC visam apoiar nomeadamente as mulheres como agentes ativos do desenvolvimento rural e urbano, surgindo conseqüentemente como uma proposta para combater alguns dos obstáculos à competitividade e ao crescimento económico regional (desemprego feminino, segregação horizontal do mercado de trabalho e insuficiente preparação das mulheres em empreendedorismo, inovação e tecnologia), a decisão de criar um WRC no Alentejo Central, consubstanciada nas experiências de boas práticas já desenvolvidas em alguns países parceiros do Winnet8 surgiu delineada num Plano de Ação e protocolo inter-institucional firmado no âmbito do referido projeto.

No caso português o WRC foi acolhido pelo Monte ACE, que participou ativamente no projeto Winnet8, tendo sido mobilizado o parceiro grego que proporcionou a sua experiência, ao qual se juntou o WRC de Dalarna na Suécia, para reforçar a transferibilidade dessa boa prática, que se assume como uma estratégia para fazer face aos obstáculos identificados nos territórios em causa<sup>9</sup>.

O CREmp propõe-se prestar serviços de aconselhamento para a criação de emprego dirigido especialmente às mulheres; disponibiliza entre outros apoios, o aconselhamento na criação de empresas e o encaminhamento para financiamentos, incentivos do PRODER (SP 3) - Programa de Desenvolvimento Rural (Sub Programa 3). Presta também apoio na apresentação de candidaturas ao microcrédito; encaminhamento para ações de formação e qualificação; disponibilização de apoio jurídico; serviços de

---

<sup>9</sup> Acrescente-se que o Centro de Recursos de Empreendedorismo Feminino (CREmp) é um projeto de Cooperação Interterritorial que o MONTE apresentou conjuntamente com a ADRACES (Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro – Sul) ao SP 3 do PRODER, consistindo o objetivo central de ambos em contribuir para o crescimento regional e aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho reforçando competências nos domínios do empreendedorismo, inovação e novas tecnologias de informação.

promoção e marketing; apoio na gestão da empresa e promoção da Igualdade de Género, apoio psicológico, e reforço da participação das mulheres na defesa dos seus direitos, em particular as vítimas de violência doméstica.

### **Considerações/Reflexões finais**

Embora se possa afirmar que o espírito empreendedor sempre tem estado associado à evolução da Humanidade, conceitos como empreendedorismo e empreendedor só emergiram no século XVIII, tendo entrado nas agendas (política, académica, económica) do nosso país com mais intensidade desde que teve início a crise de 2008.

O empreendedorismo é geralmente induzido por necessidade (única alternativa) ou por oportunidade (escolha voluntária), e é classificado como empresarial (criação de empresas), social (criação de empresas sem fins lucrativos) ou interno (gerado por colaboradores das organizações).

A sua vertente mais visível é a empresarial, sendo indispensável estimular as outras duas vertentes, para que o desenvolvimento possa ocorrer e ser sustentável.

Porém, as iniciativas empreendedoras encontram um ambiente menos favorável em territórios de baixa densidade (demográfica, institucional, etc.) com problemas de desenvolvimento.

Na atual situação que se vive em Portugal, e em particular no Alentejo, nomeadamente o elevado nível de desemprego, o aumento das qualificações da população, bem como o número de organizações públicas e instituições sem fins lucrativos vocacionadas para estimular e apoiar o empreendedorismo, proporcionam um contexto que induz o empreendedorismo (motivado pela necessidade ou pela oportunidade).

Nesta região, as iniciativas empreendedoras encontram-se muito ligadas ao aproveitamento dos recursos naturais e aos serviços de proximidade.

No entanto, alguns empreendedores têm vindo a identificar nichos de negócio que se situam fora daquele círculo, sendo de esperar que se continuem a multiplicar estes

exemplos (embora em número reduzido e em escala débil, pois a dimensão do mercado é escassa), e a concorrência com empreendimentos sedeados em locais ou regiões adjacentes, constituem limitações importantes.

Para apoiar e estimular o empreendedorismo em geral, e as empreendedoras em particular, num território de baixa densidade, foi constituído no Alentejo Central e na sequência do projeto Winnet 8, um Centro de Recursos de Empreendedorismo Feminino (CREmp), estrutura que conta com o apoio de um Conselho Consultivo representativo, e que tem vindo a prestar, e se propõe continuar a prestar, um contributo no cumprimento do mandato que assumiu perante as entidades que o assistem.

## **Bibliografia**

CARDOSO, F. G. (2010). O Empreendedorismo em Cabo Verde: Ambiente, Oportunidades e Processos, *Fórum sobre Empreendedorismo Migrante, Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação*. (on line) Disponível em <[http://www.campo.com.cv/admin/imgBD/estaticos/Painel%202\\_ADEL.pdf](http://www.campo.com.cv/admin/imgBD/estaticos/Painel%202_ADEL.pdf)> (acesso em: 19/04/2012).

DRUCKER, P. F. (2002). *Inovação e espírito empreendedor: prática e princípios*. São Paulo: Ed. Pioneira.

HIRSCH, R. D. e PETERS, M. P. (2004). *Empreendedorismo*, Porto Alegre: Bookman.

LEITE, E. (2000). *O fenómeno do empreendedorismo: criando riquezas*. Recife: Bagaço.

MARTINS, N.; Figueiredo, C. (2008). *PROVERE. Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos. Das ideias à acção: Visão e parcerias*, Lisboa: DPP.

MEREDITH, G. G. et al. (1982). *The practice of entrepreneurship*, Geneva: ILO.

PALMA, P. J. da et al. (2007). “Comportamento organizacional positivo e empreendedorismo: Uma influência mutuamente vantajosa”, in *Comportamento Organizacional e Gestão*, vol. 13, n.º 1, pp. 93-114.

SILVA, M. L. (2012). *Educação e Formação para o Empreendedorismo – um contributo introdutório*, Évora, s.e.

VENKATARAMAN, S. (1997). The distinctive domain of entrepreneurship research. in J. Katz & R. Brockhaus (orgs), *Advances in Entrepreneurship, Firm Emergence and Growth*, vol. 3. Greenwich, CT: JAI Press, pp. 119-138.

#### **Notas sobre os autores:**

##### **Marcos Olimpio Gomes dos Santos**

[mosantos@uevora.pt](mailto:mosantos@uevora.pt)

CISA-AS – Universidade de Évora

Doutoramento em Sociologia

Investigador externo no CISA-AS, Consultor e Formador

Trabalha no Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia “Augusto da Silva” / Universidade de Évora

Autor do texto de apoio “Empreendedorismo em Territórios de Baixa Densidade Populacional com Problemas de Desenvolvimento. Contributos para o debate sobre o tema”;

Membro da equipa do Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia da Universidade de Évora, que prestou apoio ao planeamento, realização e avaliação de atividades incluídas na componente portuguesa do projeto transnacional Winnet 8 (Promovendo a Inovação em Igualdade de Género na Europa), cuja entidade promotora foi o município sueco de Alvdälen (Novembro de 2009 a Novembro de 2011);

Membro da equipa do projeto encerrado em 1997, denominado *As Iniciativas Empresariais das Mulheres da Margem Esquerda do Guadiana*, cujo promotor foi a Associação de Desenvolvimento Local “Rota do Guadiana”, de Serpa.

Autor de textos sobre desenvolvimento local.

##### **Maria da Saudade Baltazar**

[baltazar@uevora.pt](mailto:baltazar@uevora.pt)

ECS, Dep. Sociologia-U.Évora / CESNOVA da FCSH da UNL/ CISA-AS)

Doutoramento em Sociologia pela Universidade de Évora, em 2002.

Professora auxiliar, com nomeação definitiva, do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora e investigadora integrada no CESNOVA – FCSH da UNLisboa e colaboradora do CISA-AS da UÉvora Coordenadora, por parte da Universidade de Évora, do Projeto INTERREG IVC Winnet8 “Promoção da Inovação em Igualdade de Género na Europa”.

Acompanhamento e apoio técnico a projetos de intervenção comunitária, nomeadamente no que concerne à conceção de metodologias de diagnóstico, planos estratégicos e de desenvolvimento social, planos de atividades e avaliação de projetos sociais.

Vários trabalhos publicados em livros e revistas de publicação periódica e não periódica sobre os principais domínios de interesse de investigação: i) Desenvolvimento; ii) Planeamento (metodologia e instrumentos de intervenção); iii) Políticas sociais; iv) Segurança e defesa;

##### **Laurinda Grosso**

[laurinda.grosso@gmail.com](mailto:laurinda.grosso@gmail.com)

CISA-AS – Universidade de Évora

Socióloga. Investigadora júnior;

Trabalha no Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia “Augusto da Silva” (CISA-AS) / Universidade de Évora;

Participação no Projeto INTERREG IVC Winnet8 “Promoção da Inovação em Igualdade de Género na Europa”.

Colaboradora na organização do 1º e do 2º Encontro sobre empreendedorismo em territórios de baixa densidade (realizados respectivamente em 17/01/2012 e 29/05/2012).

# **Espaços e práticas culturais nos territórios transfronteiriços: que respostas e que futuros?**

**Spaces and cultural practices in cross-border areas: which answers and kind of futures?**

**António Pedro Sousa Marques**

**Carlos Alberto da Silva**

**Maria da Saudade Baltazar**

**José Manuel Saragoça**

## **Resumo**

*As regiões portuguesas do Centro e Alentejo e a região autónoma espanhola da Extremadura apresentam-se, no ponto vista cultural, com índices de participação extremamente elevados no que concerne ao número de associações culturais e de coletividades de cultura e recreio, responsáveis, na esmagadora maioria dos casos, pela vida cultural das (e nas) localidades onde se inserem, contribuindo não só pela ocupação dos tempos livres e de lazer dos seus habitantes, como pela formação artística de milhares de pessoas que nelas desenvolvem atividades artísticas, que vão da música instrumental e vocal, às atividades teatrais, etc.*

**Palavras-chave:** *cultura, euro região, territórios transfronteiriços*

## **Abstract**

*The Portuguese regions of Alentejo and Centro and autonomous Spanish region of Extremadura present themselves in cultural viewpoint, with extremely high rates of participation in relation to the number of cultural associations and collectives of culture and recreation, accountable, in the overwhelming majority of cases, the cultural life of (and in) localities where they operate, contributing not only for leisure time and leisure of its inhabitants, as the artistic training of thousands of people in them develop artistic activities, ranging from instrumental music and vocal, theatrical activities, etc..*

**Keywords:** *culture, euroregion, border territories*

## **Introdução**

O território ibérico que forma o triângulo constituído pela Região Centro, Alentejo e Extremadura, apresenta-se como uma euro região com toda a tipificação de uma região do interior: baixa densidade populacional e níveis de envelhecimento bastante significativos.

Este território apresenta-se, no entanto, com indicadores que revelam uma situação de bem-estar relativo, quanto a equipamentos culturais, boa taxa de escolarização e

ligações viárias entre as várias sub-regiões fronteiriças, responsáveis por acessos relativamente rápidos entre elas.

Embora se reconheça a existência de formas diferentes de organização territorial entre os dois países, a forma de povoamento é muito semelhante, que se repercutem nos acessos aos equipamentos e às iniciativas culturais desenvolvidas.

Por outro lado, as diversas modalidades de expressar a cultura traduzem-se nas três regiões através de centenas de estruturas culturais que movimentam milhares de pessoas, formando um potencial endógeno da euro região que em muitos dos casos se encontra subaproveitado e desconhecido.

## **1. Breves considerações sobre a área de cultura**

A atividade cultural tem vindo a alterar-se significativamente ao longo das últimas décadas

Muito do que se faz em Portugal, no amplo espaço da Cultura, é assumido pela política de Cultura do Estado (que tem variado de governo para governo), pelas Autarquias e por uma panóplia de entidades independentes, como sejam associações culturais, coletividades de cultura e recreio, etc.

Quanto ao papel do Estado em matéria de políticas culturais, este assenta nos aspectos de aplicar uma política global e coordenada quer na área da Cultura, quer nos domínios que lhe estão relacionados.

Ao Estado não cabe a organização e, muito menos, controlar a atividade cultural. Ao Estado cabe apoiar e promover as atividades de criação cultural que inúmeras associações culturais e coletividades de cultura e recreio produzem um pouco por todo o País, nas mais diversas áreas da Cultura.

Entre os anos de 2008 e 2010 houve uma quebra, por parte das autarquias, nas despesas (totais e correntes) com as atividades culturais. Esta diminuição não foi, contudo, geral.

Do conjunto das sub-regiões que constituem o Alentejo, apenas o Baixo Alentejo apresentou um crescimento das despesas.

Também as diferentes atividades culturais viram, de forma diferenciada, aumentar ou diminuir os valores atribuídas para as suas realizações. Tais situações podem

## **Bibliotecas**

As estatísticas oficiais portuguesas sobre o estado da Cultura, não contemplam as bibliotecas públicas e informações complementares a elas associadas. Todavia, com recurso à informação disponibilizada no sítio oficial da Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas, pode-se ter acesso apenas ao número de bibliotecas existentes nas regiões contempladas neste estudo.

Assim e para o caso português, a região Centro é detentora 140 <sup>1</sup> bibliotecas públicas e pólos de leitura, quase todas elas de cariz municipal. Em termos da sua dispersão, a região do Baixo Vouga apresenta o maior número de bibliotecas e pólos de leitura, cerca de 43, que contrasta profundamente com os 4 apresentados pela Beira Interior Sul.

Quanto ao Alentejo, o número de bibliotecas e de pólos de leitura é de 67.

O maior número de bibliotecas e de pólos de leitura situa-se no Baixo Alentejo, com cerca de 26 espaços públicos, sendo o Alentejo Litoral a sub-região com menor número deste tipo de equipamento cultural, com cerca de 5 unidades.

O panorama verificado na Extremadura espanhola é bastante diferente.

Existiam na Extremadura 436 bibliotecas públicas<sup>2</sup> espalhadas por 360 municípios e servindo 1.068,917 habitantes, possuindo 341.194 leitores inscritos

---

<sup>1</sup> Cf. Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas, disponível em <http://www.iplb.pt/sites/DGLB/Portugu%C3%AAs/Paginas/home.aspx>

<sup>2</sup> Cf. *Anuário Estadístico de Extremadura 2006/07*. Ano de referência, 2004

No ano de referência, as bibliotecas da Extremadura foram visitadas por 2.817,578 leitores, o que quer dizer que, em média, cada leitor recorreu cerca de 8 vezes no ano, aos serviços da sua biblioteca.

De salientar que 76,1% do total das bibliotecas realizaram 6.0713 actividades culturais nesse mesmo ano.

## **Cinema e espetáculos ao vivo**

### **Cinema**

A assistência a sessões de cinema caracteriza-se por uma crescente diminuição de público, a que não estão alheios fenómenos como a proliferação de clubes de vídeo (mais tarde de DVD's), a popularização e decréscimo de custo dos filmes em DVD, a expansão da televisão por cabo e a utilização massiva da internet (através de downloads).

Todos estes fatores, associados à crescente circunscrição individual ao espaço residencial, a descoberta de novos interesses em matéria de lazer e a diminuição do poder de compra, tem levado menos pessoas a assistir a sessões de cinema.

Dos valores apresentados, em 2008, ressaltam:

A heterogeneidade verificada na região Centro em termos de salas de cinema e do número de espectadores, sendo a sub-região do Baixo Mondego aquela que apresenta maior número de sessões efetuadas, o maior número de cinéfilos e a maior receita de bilheteiras.

A maior concentração de salas de cinema na zona litoral e centro (Dão-Lafões), o que corresponde às zonas com maior concentração populacional.

As regiões raianas (Beira Interior Norte e Beira Interior Sul) são as que apresentam menor número de equipamentos, de espectadores e de receitas.

Verifica-se que a heterogeneidade também existe no Alentejo, sendo a sub-região Alentejo central a que apresenta maior número de salas, de ecrãs e de lugares e apresenta maior número de sessões de cinema de cinéfilos e de receita.

De todas as sub-regiões portuguesas, a maior concentração de ecrãs, situa-se na sub-região do Baixo Mondego (22 ecrãs para 4 recintos) e a menor é no Alto Alentejo (7 ecrãs para 7 recintos).

Na Extremadura, existiam 29 recintos destinados à exibição de cinema e 84 ecrãs<sup>3</sup>, sendo a sua dispersão bastante heterogénea, sendo a província de Badajoz aquela que apresentava os valores mais elevados, quer quanto ao número de recintos, de ecrãs, de cinéfilos e de receitas.

Todavia, na relação de concentração de ecrãs, a diferença entre as províncias de Badajoz e de Cáceres não é muito significativa, pese embora a concentração de verifique mais na segunda província.

### **Espetáculos ao vivo**

Constituem os espetáculos ao vivo, um conjunto de atividades artísticas que contemplam as seguintes modalidades: Teatro, Ópera, Concerto de Música Clássica, Concerto de Música Ligeira, Recitais de Coros, Dança Clássica, Dança Moderna, Folclore, Mista (Variedades), Circo, Tauromaquia, Multidisciplinares e Outras Modalidades<sup>4</sup>.

Em matéria de espetáculos ao vivo, a zona Centro contabilizou, em 2008, cerca de 5.880 sessões, atraindo 1.822,234 espectadores. Ressalve-se, contudo, que a maioria destes espetáculos são de livre acesso (festas, romarias, etc.), só assim se explicando a discrepância entre o número de espectadores e o número de bilhetes vendidos: 279.394.

Dos bilhetes vendidos, o seu preço médio por sessão foi de cerca de € 9.

---

<sup>3</sup> - Cf. Ano de referência é 2005

<sup>4</sup> Nomenclatura utilizada pelo INE.

Foi na sub-região do Baixo Mondego que se verificaram os valores mais significativos quanto ao número de sessões realizadas, espectadores e bilhetes vendidos. As sub-regiões que obtiveram os menores resultados foram o Pinhal Interior Sul e a Cova da Beira.

No Alentejo, realizaram-se 2.743 sessões, a que assistiram 1.139.439 espectadores, tendo sido vendidos 250.831 bilhetes.

Dos bilhetes vendidos, o seu preço médio por sessão rondou os €12,90.

Das sub-regiões que constituem a região Alentejo, verifica-se uma grande heterogeneidade quanto aos valores apresentados.

O Alentejo Central é a sub-região com maior número de salas e com o maior número de bilhetes vendidos e o Alentejo Litoral a sub-região que apresentou maior receita (em parte devido ao Festival do Sudoeste).

De salientar ainda o facto que entre estas duas regiões portuguesas, as receitas obtidas são maiores no Alentejo do que na região Centro, pese embora o Alentejo possua menos 682.795 espectadores neste tipo de atividades culturais.

### **Jornais e outras publicações periódicas**

Na região Centro circulavam em 2008 cerca de 331 publicações periódicas, sendo 63 publicadas simultaneamente em suporte de papel e em formato digital. Todavia, é a sub-região do Baixo Mondego aquela que apresenta maior número de periódicos, situação a que o meio universitário não é alheio. É ainda esta região que apresenta o maior número de periódicos que são publicados, simultaneamente em formato digital e em papel.

Em matéria de jornais o maior consumo é feito na sub-região do Baixo Mondego.

Na região Alentejo, circulavam 79 publicações periódicas, das quais 14 eram publicadas, simultaneamente, em formato digital e em papel.

Quanto ao número de revistas vendidas, o Baixo Alentejo, é a sub-região onde se verifica o maior consumo de toda a região centro.

Em matéria de jornais, o maior consumo é feito na sub-região Alentejo Central.

## **Museus e galerias de arte**

### **Museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários**

A região Centro é detentora de 79 espaços museológicos, jardins zoológicos, botânicos e aquários ou seja, 27% do total existente no continente, expondo 1.598.907 objectos e atraindo 1186.871 visitantes em geral, sendo 318.805 visitantes escolares.

Do total de visitantes, 147.921 são estrangeiros.

Há duas sub-regiões que se destacam: Baixo Mondego e Baixo Vouga . As sub-regiões do interior e da raia apresentam um número de equipamentos deste tipo, bastante reduzidos.

As sub-regiões do Baixo Mondego e Baixo Vouga, são aquelas que recebem maior número de visitantes em geral e de visitantes escolares, em particular.

São também as sub-regiões com maior quantidade de objectos expostos.

A tal situação não é alheio o facto da existência de museus nacionais muito específicos, como o museu de Conímbriga, Machado de Castro, Vista Alegre, etc.

A região da Beira Interior Norte é a sub-região que recebe menos visitantes. E o Pinhal Interior Sul a que possui menos museus e menos objetos em exposição.

A região Alentejo possui 40 museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários, onde expõe 426.144 objetos, atraindo cerca de 484.901 visitantes em geral e 61.537 visitantes escolares.

Do total de visitantes, 35.031 eram estrangeiros.

O Alto Alentejo é a sub-região que recebeu mais visitantes neste tipo de equipamento cultural, situação a que não é estranha a existência do Fluviário de Mora.

No entanto é no Alentejo Central onde se encontra o maior número de objetos expostos, situação que contrasta justamente com o Alto Alentejo.

Ressalve-se, no entanto, que dos 79 museus, jardins zoológicos, botânicos e aquários, existentes na região Centro, todos têm um funcionamento permanente. Na região Alentejo, dos 40 existentes apenas um é sazonal.

Na Extremadura, existem 11 museus, os quais têm mostrado um aumento acentuado de visitantes.

### **Galerias de arte e outros espaços**

A região Centro possui 187 Galerias de Arte, sendo a terceira região do continente com 23,5% do total. Estas Galerias de Arte foram responsáveis por 1693 exposições, sendo 967 individuais e 726 coletivas, que mostraram 67.504 objetos, representando 8.635 artistas, tendo atraído 1.220.966 visitantes.

Em termos da sua dispersão, a sub-região do Baixo Mondego é a que possui o maior número de Galerias de Arte (cerca de 40), sendo responsável por ter realizado 347 exposições, onde puderam ser vistas 11.260 obras, tendo atraído 238.722 visitantes.

Tal situação contrasta com a sub-região do Pinhal Interior Sul, que possui apenas 8 Galerias de arte, tendo realizado 50 exposições que mostraram 952 obras e atraíram cerca de 22.869 visitantes.

A região Alentejo é detentora de 94 Galerias de Arte, que foram responsáveis pela realização de 693 exposições, sendo 425 individuais e 268 coletivas, que mostraram 25.880 obras, representando 3.773 artistas a 318.326 visitantes.

Em termos da sua dispersão, a sub-região do Alentejo Central é a que maior número apresenta, cerca de 32 Galerias de Arte que foram responsáveis por 216 exposições realizadas e por 6.227 obras expostas que atraíram cerca de 128.778 visitantes.

No entanto, a sub-região do alto Alentejo, pese embora apresente um número menor de Galerias de Arte, em relação ao caso anterior, colocou um maior número de obras em exposição (cerca de 6.227).

Neste tipo de equipamento cultural, o Alentejo Litoral é a sub-região com menor número de Galerias de Arte, de exposições organizadas, objetos expostos e visitantes.

### **Despesas com a Cultura**

Independentemente dos apoios provenientes do Ministério da Cultura para os vários agentes culturais implantados nos territórios que constituem as regiões centro e Alentejo, as Câmaras Municipais têm participado nos custos da cultura.

## **2. Diagnóstico regional e transfronteiriço**

As regiões portuguesas do Centro e Alentejo e a região autónoma espanhola da Extremadura apresentam-se, no ponto vista cultural, com índices de participação extremamente elevados no que concerne ao número de associações culturais e de coletividades de cultura e recreio, responsáveis, na esmagadora maioria dos casos, pela vida cultural das (e nas) localidades onde se inserem, contribuindo não só pela ocupação dos tempos livres e de lazer dos seus habitantes, como pela formação artística de milhares de pessoas que nelas desenvolvem atividades artísticas, que vão da música instrumental e vocal, às atividades teatrais, etc.

Por outro lado, há uma vontade expressa por parte dos governos de Portugal e de Espanha e da Junta de Extremadura em difundir o ensino do português na região da Extremadura e do espanhol em Portugal. Tal situação poderá contribuir, a médio prazo, para o estreitamento de relações entre as populações dos dois países.

## 2.1. Problemas Regionais e Transfronteiriços

No panorama da heterogeneidade das regiões Alentejo-Centro-Extremadura encontram-se alguns problemas que se configuram como exclusivos de uma das regiões e, numa dimensão mais ampla, problemas que são comuns. O quadro seguinte, apresenta e localiza alguns problemas regionais e transfronteiriços numa abordagem de carácter generalizado.

**Quadro 1 - Problemas regionais e transfronteiriços**

<b>Problema identificado</b>	<b>Alentejo</b>	<b>Centro</b>	<b>Estremadura</b>
<i>Problemas de comunicação relacionados com o idioma</i>	X	X	X
<i>Falta de articulação entre oferta e procura de produtos culturais</i>	X	X	X
<i>Deficit de animadores culturais</i>	X	X	X
<i>Ausência de partilha de atividades culturais</i>	X	X	X
<i>Deficit de intercâmbio de atividades culturais</i>	X	X	X
<i>Inexistência de estratégias conjuntas de divulgação do património</i>	X	X	X
<i>Ausência de Festivais transfronteiriços (Música e Teatro)</i>	X	X	X

**Quadro 2 - Matriz Ameaças, Oportunidades, Forças e Fraquezas**

<b>Ameaças</b>	<b>Oportunidades</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Afastamento da população em geral dos problemas da prática cultural, designadamente das artes cénicas e musicais</li> <li>• Forte competitividade regional e suprarregional pela atracção e organização de grandes eventos culturais</li> <li>• Envelhecimento e esvaziamento populacional das aldeias</li> <li>• Desinteresse pelas artes, ofícios e tradições</li> <li>• Degradação de espaços públicos e de edifícios e espaços destinados às atividades culturais e artísticas</li> <li>• Entendimento restrito das atividades artísticas por parte dos responsáveis políticos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Crescente reconhecimento das potencialidades dos grupos culturais, designadamente das artes cénicas e musicais, em ambos os lados da fronteira</li> <li>• Potencialidade de realização de eventos culturais com notoriedade nacional e internacional</li> <li>• Acordos de geminação entre localidades portuguesas e espanholas</li> <li>• Necessidade de criação e desenvolvimento de redes de mediadores culturais</li> <li>• Existência de salas de espetáculos e espaços subaproveitados de Juntas de Freguesia ou de Associações</li> <li>• Crescimento do turismo cultural e crescimento da oferta hoteleira</li> <li>• Possibilidade de oferta de uma formação de qualidade em conjunto com os gestores culturais, com uma estratégia comum de desenvolvimento</li> </ul>
<b>Forças</b>	<b>Fraquezas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Existência de infraestruturas de apoio às atividades culturais, designadamente das artes cénicas e musicais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desigualdade de género nas atividades culturais</li> <li>• Reduzida acessibilidade das populações dos municípios do interior às práticas</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dinâmica associativa nas atividades culturais, designadamente das artes cénicas e musicais</li> <li>• Existência de locais classificados como Património Mundial</li> <li>• Realização de Festivais de Música com impacto local, nacional e internacional</li> <li>• Existência de Rotas Culturais (Sabores, Vinhos, Castelos de Fronteira, do Contrabando, etc.)</li> <li>• Quantidade e diversidade de grupos musicais (bandas filarmónicas, coros, orfeões, tunas académicas, grupos etnográficos, etc.)</li> </ul>	<p>culturais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fragilidade do associativismo de carácter cultural</li> <li>• Baixa taxa de utilização dos equipamentos culturais</li> <li>• Falta de espaços de criação, de experimentação, de ensaio e de partilha</li> <li>• Sazonalidade da programação cultural</li> <li>• Falta de tecido cultural privado</li> <li>• Falta de programas de formação de qualidade para formadores</li> <li>• Falta de estratégia conjunta com outras entidades e instituições culturais e educativas</li> <li>• Falta de um centro cultural fronteiriço que analise e coordene os esforços culturais de ambos os lados</li> </ul>
---	---

## 2.2. Necessidades Regionais e Transfronteiriças

As necessidades regionais e transfronteiriças decorrem fundamentalmente da capacidade das respostas a encontrar ao nível das ameaças identificadas na matriz SWOT desenvolvida no ponto anterior deste relatório. Porém, o grande desafio que se coloca à euro região é, inquestionavelmente, o tipo de resposta a encontrar face à atual conjuntura de dificuldades económicas e sociais que atormenta os Estados e, no caso concreto do Alentejo, Centro e Extremadura. Por outro lado, a dinâmica a impor para resolver questões estruturais relacionadas com as atividades culturais, consubstanciam-se como necessárias para colmatar os vários problemas de intercâmbio de experiências, de formas de estar e de um passado cultural comum que tem estado arredado da convivialidade das populações da euro região.

As principais necessidades regionais e transfronteiriças que se apresentam, passam por:

- Compartilhar e intercambiar atividades culturais
- Criar redes coordenadoras de
  - revistas culturais na área transfronteiriça;
  - teatros e auditórios públicos na euro região
  - festivais transfronteiriços (música e teatro)
  - formação em artes cénicas e música : escolas, conservatórios e *workshops*, na euro região
- Potenciar a reabilitação do património monumental transfronteiriço;

- Classificação da rede de fortificações transfronteiriças abaluartadas da raia, como património da humanidade;
- Realização de atividades culturais transfronteiriças em rede (artísticas, literárias, etc.)

### **3. Visão estratégica**

A existência de uma grande diversidade de infraestruturas e equipamentos culturais na euro região, articulados, em muitos dos casos, com a dinâmica apresentada pelos vários organismos culturais, traduzidos em atividades culturais, são os responsáveis pelo reforço do potencial endógeno.

Todavia, esse potencial, só por si, mostra-se limitado e circunscrito aos lugares ou às áreas de influência, onde se encontram ou onde decorrem.

Para ultrapassar este hiato, há que desenvolver um conjunto de ações conjuntas, que envolvam os vários atores culturais existentes no território, para que contribuam para uma estratégia comum, nomeadamente:

- ▶ Sector público associado às atividades culturais
- ▶ Sector empresarial e associativo relacionado com as atividades culturais
- ▶ Aproximar e articular os recursos de formação artística existentes na euro região.

A ação concertada assente numa visão estratégica, terá de passar forçosamente por uma informação conjunta que circule pelas três regiões, não só sobre as suas potencialidades, como em ações em conjunto que levem ao estreitamento dos laços culturais que os unem.

Apela-se, pois, ao fortalecimento dos laços de cooperação e de ações/projetos estruturantes para a euro região que envolvam os diversos atores da região.

É crucial para o sector cultural da euro região o envolvimento dos vários atores para o desenvolvimento de um Plano Estratégico potenciador dos seus recursos culturais.

## Potencialidades e Recursos Regionais e Transfronteiriços

**Quadro 3 - Potencialidades e recursos regionais transfronteiriços**

Localização do recurso	Descrição
Alentejo	<p>Turismo de inerente à faixa costeira com potencialidades para o crescimento</p> <p>Situação geográfica (corredor central que faz a ligação Lisboa-Madrid)</p> <p>Boa cobertura de estabelecimentos de ensino (superior e não superior)</p> <p>Possui diversidade de atividades culturais permanentes: 59 Bandas Filarmónicas; 123 grupos corais e orfeões dos quais 91 são de Cante Alentejano (masculino); 13 tunas estudantis e 62 Ranchos Folclóricos</p> <p>Boa rede de bibliotecas públicas</p>
Centro	<p>Centralidade geográfica no contexto nacional</p> <p>Património cultural e turístico inerente à Serra da Estrela, Serra da Malcata, Serra de Aire e Candeeiros, Serra da Gardunha, Serra do Caramulo (entre outras) e a sua capacidade de dinamizar o mercado de emprego do sector</p> <p>Boa cobertura de estabelecimentos de ensino (superior e não superior)</p> <p>É detentora de um conjunto significativo de espaços museológicos, jardins zoológicos, botânicos e aquários (cerca de 79)</p> <p>Possui grande diversidade de atividades culturais permanentes: 226 bandas Filarmónicas; 286 coros e orfeões; 41 Tunas estudantis e 291 Ranchos Folclóricos, que envolvem milhares de pessoas</p> <p>Boa rede de bibliotecas públicas</p>
Extremadura	<p>Possui uma boa rede de museus (Provinciais, Fundações e Nacional)</p> <p>Turismo cultural e ecoturismo em crescimento como sectores geradores de emprego</p> <p>Boa rede de Bibliotecas públicas com desenvolvimento de atividades culturais</p>
Comuns à euro região	<p>Património histórico, cultural e turístico com enormes potencialidades para dinamização e crescimento, bem como para dinamização das economias locais</p> <p>Boa rede de comunicações terrestres como fator fundamental para a mobilidade euro regional de públicos culturais</p> <p>Boa rede de cidade património da humanidade (Évora, Coimbra, Cáceres) como potencialidades para o desenvolvimento de iniciativas de dinamização de projetos e atividades culturais</p> <p>Boa rede de bibliotecas públicas</p> <p>Tradição em produtos culturais regionais (Festas, Romarias, Festivais)</p>

## Áreas Estratégicas Regionais e Transfronteiriças

A análise dos documentos públicos existentes na euro região e, fundamentalmente o conhecimento da equipa do relatório e dos *stakeholders*, remete-nos para a definição das cinco áreas estratégicas em termos de acções culturais:

**Área 1:** *Desenvolvimento de acordos institucionais de carácter cultural, com vista a um melhor conhecimento de todos e à realização de intercâmbios entre as regiões transfronteiriças*

**Área 2:** *Desenvolvimento de ações estratégicas com vista a implementar projetos de investigação sobre o património arqueológico da antiga província da Lusitânia*

**Área 3:** *Desenvolvimento de iniciativas de promoção de projetos de divulgação de atividades sobre o passado comum.*

**Área 4:** *Incrementar os processos de geminações de municípios entre as três regiões*

**Área 5:** *Na linha do preconizado pelas políticas regionais europeias, a coesão da euroregião só será alcançada se for dinamizado um Observatório de diagnóstico permanente e de aferição das atividades culturais*

## 4. Eixos de intervenção

### Quadro 4 - Projetos estratégicos e/ou estruturantes

#### Área estratégica I: Informação e orientação transfronteiriça

<b>Eixo 1</b> – <i>Informação e comunicação euro regional</i>	<b>Medida</b> – <i>Desenvolver um sistema de informação sobre o intercâmbio cultural transfronteiriço de pessoas e instituições culturais</i>
<b>Eixo 2</b> – <i>Orientação estratégica e Observatório da Cultura da Euro região</i>	<b>Medida</b> – <i>Desenvolver um plano estratégico potenciador dos recursos culturais endógenos da euro região</i>

## **Área estratégica II:** Qualificação do Património transfronteiriço

<b>Eixo 3</b> – Valorização e conservação dos recursos patrimoniais construídos	<b>Medida</b> – Desenvolvimento de ações estratégicas com vista a implementar projetos de recuperação, conservação e valorização do Património construído
<b>Eixo 4</b> – Sustentabilidade cultural, património histórico, etnográfico e identidade local	<b>Medida</b> – Promoção cultural de divulgação com recurso a atividades artísticas nos locais a promover (música, teatro, feiras medievais, etc.)
<b>Eixo 5</b> – Turismo e Lazer	<b>Medida</b> – Valorização turística do Património
<b>Eixo 6</b> – Formação para os recursos culturais endógenos	<b>Medida</b> – Desenvolvimento conjunto de ações de sensibilização e formação de animadores culturais

## **6 Bibliografia**

PIRES, Iva Miranda, PIMENTEL, Dulce Revisitando a região transfronteiriça ibérica: potencialidades e estrangulamentos no novo contexto de integração ibérica

COIMBRA, Carla (2002) REGIÃO CENTRO, ALENTEJO E EXTREMADURA - Um Estudo Comparativo da Região de Fronteira, Revista de Estudos Regionais, INE, DRC

Bandas Filarmónicas em <http://www.bandasfilarmonicas.com/bandas.php> acedido em 11 maio de 2012

Federação Nacional Movimento Coral <http://movimentocoral.no.sapo.pt/index.html> acedido em 11 de maio de 2012

Portal das Tunas Universitárias - Portugal Tunas <http://www.portugaltunas.com/> acedido em 11 de maio de 2012

Música Portuguesa em <http://www.musica-portuguesa.com/> acedido em 12 de maio de 2012  
Instituto Nacional de Estatística em [www.ine.pt](http://www.ine.pt) acedido em 2 de maio de 2012

Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas em

<http://www.iplb.pt/sites/DGLB/Portugu%C3%AAs/Paginas/home.aspx> acessido em 2 de maio de 2012

Instituto Português dos Museus em <http://www.ipmuseus.pt/> acessido em 2 de maio de 2012

### **Notas sobre os autores:**

#### **António Pedro Sousa Marques**

[apsmarques@uevora.pt](mailto:apsmarques@uevora.pt)

Professor Auxiliar convidado do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora. Doutor em Sociologia pela Universidade de Évora. Desenvolve a sua atividade de investigação nas áreas do território e do desenvolvimento local. É investigador associado do CesNova, núcleo da Universidade de Évora.

#### **Carlos Alberto da Silva**

[casilva@uevora.pt](mailto:casilva@uevora.pt)

Diretor do Departamento de Sociologia da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora (2011-...). Diretor do Programa de Doutoramento em Sociologia da Universidade de Évora (2011-...). Investigador integrado no CESNOVA - Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa (2011-...). Doutor e Agregado em Sociologia das organizações. Autor de vários trabalhos técnicos e científicos, sendo na maioria co-financiados por programas nacionais e europeus nas áreas do diagnóstico e avaliação de projetos sociais, planeamento estratégico e desenvolvimento regional. Principais áreas de interesses de investigação: a) Redes e cooperação territorial e transfronteiriça; b) Análise prospectiva; c) Diagnóstico das redes sociais ; d) Avaliação em tecnologias da saúde.

#### **Maria da Saudade Baltazar**

[baltazar@uevora.pt](mailto:baltazar@uevora.pt)

Professora auxiliar, com nomeação definitiva, do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora e investigadora integrada no CESNOVA – FCSH da UNLisboa e colaboradora do CISA-AS da UÉvora. Licenciada em Sociologia pela Universidade de Évora, em 1990, Mestre em Sociologia pelo ISCSP - Universidade Técnica de Lisboa, em 1994 e Doutorada em Sociologia pela Universidade de Évora, em 2002. É Auditora de Defesa Nacional. Tem diversas publicações sobre as áreas a que correspondem os seus principais interesses de investigação: Desenvolvimento; Planeamento (metodologia e instrumentos de intervenção); Cooperação Territorial; Segurança, Defesa e Forças Armadas;). Tem coordenado e constituído várias equipas de investigação de projetos nacionais e internacionais sobre desenvolvimento regional e local, cooperação transfronteiriça, prospetiva, planeamento, intervenção comunitária e relações civil-militares. Tem uma vasta experiência no acompanhamento e apoio técnico a projetos de intervenção comunitária, nomeadamente no que concerne à conceção de metodologias de diagnóstico, planos estratégicos e de desenvolvimento social, planos de atividades e avaliação de projetos sociais. Tem exercido diversos cargos de gestão na Universidade de Évora, entre os quais Diretora de vários cursos e do Departamento de Sociologia.

#### **José Manuel Saragoça**

[jsaragoca@uevora.pt](mailto:jsaragoca@uevora.pt)

Doutor em Sociologia, Professor Auxiliar na Escola de Ciências Sociais (E.C.S.) da Universidade de Évora (U.É.), onde leciona no Departamento de Sociologia. É adjunto do Diretor do Departamento de Sociologia e membro do Conselho Pedagógico da E.C.S. da U.É.. É investigador integrado do CESNOVA – FCHS-UNL e colaborador do Centro de Investigação em Sociologia e antropologia – Augusto da Silva - CISA-AS -, da Universidade de Évora. Entre 1991 e 2003 Formador e Coordenador Pedagógico na Escola Profissional da Região Alentejo, propriedade da Fundação Alentejo, de que é, atualmente, membro não remunerado do Conselho de Administração. É membro da Associação portuguesa de Sociologia – APS - e da Associação Portuguesa de Profissionais em Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho - APSIOT. É autor de diversos artigos científicos e do livro *Tecnologias da Informação e da Comunicação, Educação e Desenvolvimento dos Territórios* (Fundação Alentejo - 2009). Os seus interesses de investigação estão, presentemente, direcionados para os *future studies*/prospetiva estratégica e a análise de redes sociais/*social network analysis*, sobretudo nos domínios da educação, governo eletrónico e cooperação transfronteiriça.

# Um olhar dos Atores da Escola Oficial de idiomas da Extremadura sobre as questões transfronteiriças

Actors' viewpoint from Extremadura Official Language Schools about cross-  
border cooperation issues

**Maria da Graça Viegas**

**Carlos Alberto da Silva**

**José Manuel Saragoça**

**Joaquim Rocha Fialho**

## **Resumo**

*A presente proposta de investigação, ao abordar os dilemas inerentes à cooperação transfronteiriça, no âmbito da educação/formação, no Alentejo-Extremadura, traduz-se assim, num diagnóstico a nível meso, já que aborda em termos micro, o papel dos professores das Escolas Oficiais de Idiomas da Extremadura (Espanha) enquanto potenciais agentes de regulação da cooperação transfronteiriça, através das suas relações interpessoais, funcionando esta regulação como uma ponte ou forma intermediária de atingir a regulação macro, entendida aqui como a regulação nacional e internacional, no panorama transfronteiriço Portugal/Espanha.*

*A Escola Oficial de Idiomas da Extremadura, ao possuir uma estrutura organizacional geradora de uma dinâmica das relações sociais dos atores, permitiu diagnosticar, no seu dinamismo, a importância das interdependências entre os indivíduos, e destes com o exterior, as quais poderão constituir “redes emergentes” de cooperação, assentes essencialmente em relações débeis e muitas informais, servindo de eventuais nós na criação de redes de cooperação transfronteiriça mais formais.*

**Palavras-chave:** *cooperação transfronteiriça, atores, redes*

## **Abstract**

*This research proposal, as it tackles the dilemmas inherent in cross-border cooperation concerning education/training in Alentejo-Extremadura, is thus a meso level analysis, since it deals, at the micro level, with the role of the teachers in the Official Language Schools of Extremadura (Spain) as potential regulation agents of cross-border cooperation, through their interpersonal relationships. This regulation acts as a bridge or an intermediary way of achieving macro regulation, which refers to the national and international regulation in Portugal/Spain's cross-border context.*

*The Official Language School of Extremadura, possessing an organisational structure that brings dynamics into the actors' social relations, has made it possible, within its dynamism, to establish the importance of the interdependence between individuals, and between them and the outside, which may create “emerging networks” of cooperation, based mostly in feeble and many informal relationships, operating as possible ties in the creation of more formal networks of cross-border cooperation.*

**Keywords:** *cross-border cooperation, actors, networks*

## Introdução

A opção pela presente temática, prende-se, em primeiro lugar, pelo facto da entidade em causa, a Escola Oficial de Idiomas da Extremadura (Espanha) possuir uma dinâmica organizacional que gera ela própria uma dinâmica das relações sociais dos atores, entre si e com o exterior, de modo a permitir diagnosticar, do seu dinamismo, se essas ações poderão a constituir “redes emergentes” de cooperação. Constitui-la como objeto de estudo, ao dar enfoque à possibilidade das interações entre atores, a nível nacional e internacional, ainda que podendo tratar-se de relações débeis, permite o conhecimento da existência da ligação entre atores. Ao tratar-se de um estudo de caso único, desta instituição em particular, é igualmente instrumental, uma vez que visa constituir-se como um instrumento de diagnóstico se, no interior do ensino/formação, os atores por excelência, os professores, poderão eles mesmos constituir-se como nós na criação de redes de cooperação transfronteiriça.

A escolha do grupo de professores como atores preferenciais de cooperação transfronteiriça, nomeadamente entre o Alentejo e a Extremadura, não acontece por acaso no presente estudo. Pelo contrário, parte-se do pressuposto de que o domínio da linguagem, enquanto forma de poder, constitui um instrumento preferencial para a ação, já que é a linguagem que permite a materialização do real. Na sequência daquilo que defende Pierre Bourdieu, a linguagem é uma forma de poder para quem consegue traduzir as representações, tornar tangível a realidade, constituindo assim o domínio da linguagem uma forma de poder simbólico.

No que respeita à cooperação transfronteiriça, podemos, em primeiro lugar, apontar a existência de um grupo de atores-chave: os professores de português, já que ao dominarem o idioma, constituem, à partida, um grupo mais dotado em termos de capital linguístico, para fomentar o contacto com as entidades ou indivíduos nacionais e/ou portuguesas, que a sua posição estratégica na organização lhes confere. Azevedo reforça o aspeto dos professores enquanto indivíduos, nas suas teias de relações pessoais e sociais, não apenas a nível profissional, como comunitárias. (Azevedo, 2009) “*Como professores, e pela natureza da nossa função, não exercemos uma função cívica nos processos educativos que dinamizamos e orientamos?*” (Medeiros, 2009: 77)

Coleman vai mais longe, ao entender o reforço do papel do capital social na criação do capital humano, perspectiva defendida na presente abordagem, já que o autor chama a atenção para a sua importância na aquisição de capital humano e identifica alguns mecanismos através dos quais ele é gerado, como a participação em redes densas, quer formais informais, *“variedade de entidades com dois elementos em comum: todas elas consistem num certo aspeto das estruturas sociais e facilitam determinadas ações dos atores – pessoas ou atores coletivos – no interior da estrutura”*”, (Coleman citado por Porter, 2000: 136).

Se Coleman não distingue os mecanismos geradores de capital social e as consequências dessa detenção, nem os recursos, a capacidade de os obter e as instituições de pertença que constituem as estruturas sociais que os permitem atingir, foi propósito da presente investigação fazê-lo, em torno dos professores de português da Escola Oficial da Extremadura, nas suas relações no âmbito da cooperação transfronteiriça, já que são eles os sujeitos da ação, quer quando desempenham a função de chefe de departamento de idioma, neste caso de português, ou ainda quando o diretor da escola é, simultaneamente, docente deste idioma. Por outro lado, são igualmente detentores do poder da “sala de aula”, já que na sua inter-relação com os alunos são eles o grupo que mais gera laços entre o quotidiano dos aprendentes e a língua e a cultura portuguesa, tornando estes alunos também eles potenciais atores dessa cooperação transfronteiriça.

### **1.1 - O Ensino como mobilizador de prática de cooperação transfronteiriça**

No contexto transfronteiriço, o trabalho em rede pode, atualmente, constituir-se um instrumento privilegiado, já que poderá contribuir para a circulação da comunicação e informação de grupos diversificados. Se a cooperação transfronteiriça é alvo de certa institucionalização no que respeita a dinâmicas socioeconómicas e territoriais na fronteira luso-espanhola, o reforço de uma filosofia de desenvolvimento humano, que marca essa cooperação desde o início da década, reforça a necessidade do trabalho em rede, entre os diversos atores locais. Atendendo ao atual Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (2007-2013), articulado com os Quadros Estratégicos de Referência dos dois países, uma das prioridades inerentes às suas orientações, é o reforço do papel dos atores, públicos e privados, e o trabalho em rede.

Porém, das várias barreiras à cooperação, como as diferentes formas de organização política, administrativa e territorial, as diferenças fiscais, o desconhecimento da língua do país vizinho, continua a funcionar como ponto fraco no trabalho em rede. (Vary, 2003)

Para além disso, um dos objetivos prioritários da política linguística da União Europeia é a aprendizagem de, pelo menos, duas línguas estrangeiras por parte dos cidadãos europeus, logo o favorecimento da aprendizagem do idioma do país vizinho manifesta-se prioritário.

Se a estas razões, aliarmos as diretrizes para as ações, em torno do investimento em capital humano, incluídas no Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (2007-2013), a análise da rede de cooperação transfronteiriça, com enfoque na cooperação humana, das intervenções institucionais, em torno da educação e formação, no ensino do idioma do país vizinho, ganha toda a pertinência como objeto de estudo.

Se o Conselho de Lisboa fixou como objetivo um incremento da economia baseado no conhecimento instrumento de maior competitividade e dinâmica, capaz de gerar um desenvolvimento sustentável e maior coesão social, tal só é possível passando pelo investimento na qualificação dos recursos humanos, tornando esse capital humano adequado às reais necessidades do sistema produtivo. Para isso, o investimento na educação e formação das populações e, sem dúvida, fundamental.

*“Para o progresso da raia deveria criar-se um sistema de ensino inteiramente bilingue desde a mais tenra infância. Este sistema deveria vigorar no Alentejo e na Extremadura. Esta formação bilingue seria uma mais-valia no futuro. Neste momento estamos numa etapa que eu chamaria de reconhecimento. A comunicação consegue-se porque há uma intercompreensão: os espanhóis falam algumas palavras de português; os portugueses têm mais facilidade para perceber os espanhóis e falam o “portuñol”, acabando por conseguir comunicar com os espanhóis desta maneira. Esta situação traduz, no entanto, maior vontade de comunicação e de trabalho em colaboração do que no passado” (Luís Fernando de La Macorra y Cano, citado por Pedro-Rêgo e Latoeira, 2006: 142)*

## **1.2- Ensino de Português na Extremadura**

A vinda de espanhóis a Portugal, nomeadamente os que residem na zona raiana, assenta numa lógica de lazer, vindo ao nosso país enquanto turistas ou compradores de produtos

específicos. Porém, cada vez mais são os profissionais, nomeadamente qualificados, em especial em setores como a saúde ou o turismo, que encontram em Portugal emprego, que os leva a permanecer algum tempo. (Fernández *et al*, 2008)

Atendendo a necessidades de cariz mais económico ou de âmbito cultural, a procura do conhecimento da língua portuguesa tem vindo a aumentar, justificando a atenção institucional que lhes tem sido dada, nomeadamente no alargamento da oferta de ensino do idioma.

A Junta da Extremadura, instituição que desde janeiro de 2000, assumiu o exercício das competências educativas, (no cumprimento do Real Decreto 1801/1999, de 26 de novembro) (Junta da Extremadura, 2009) tem vindo a apoiar o ensino do português, uma vez que o interesse pela aprendizagem da nossa língua nesta região não se resume apenas aos indivíduos que residem na zona de fronteira, mas em toda a Extremadura. A procura crescente de cursos de português em setores diversos, desde indivíduos movidos por interesses pessoais, como laborais, já que saber português é importante no mercado de trabalho extremo (em especial nos setores da saúde, hoteleiro e de restauração) ou motivações comerciais ou económicas, já que empresários e trabalhadores que lidam com público português tendem a querer aprendê-lo na sua língua.

Assim, o apoio da Junta da Extremadura reporta-se ao ensino ministrado em instituições públicas e privadas, assim como aos diferentes níveis de ensino, desde pré-escolar, primário, secundário, universitário, até a cursos nas Escolas Oficiais de Idiomas. A título ilustrativo, pode dizer-se que o aumento da oferta da língua portuguesa nas escolas secundárias, tornou-a a segunda língua estrangeira, logo a seguir ao inglês.

Em termos do ensino universitário, a licenciatura em Filologia Portuguesa foi criada na Universidade da Extremadura, no ano letivo de 1999-2000, além de que esta universidade inclui o ensino do português nas licenciaturas de turismo, estudos empresariais e formação de professores.

Para além disso, também as universidades populares desenvolvem ações formativas para o ensino de português para adultos, sendo apoiadas pela Junta de Extremadura,

através da Consejería de Educación, desenvolvendo cursos especializados, além dos cursos gerais.

*“O Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças (GIT) da Junta da Extremadura tem sido o grande impulsionador destes cursos e também de jornadas e encontros sobre a difusão da língua e cultura portuguesas na região extremeira, considerando estas iniciativas “atividades estratégicas” da sua atuação. Sintomático dessa importância é já o facto de haver uma convocatória anual para apoios do GIT expressamente reservada aos cursos de português, para além do crescente número de artigos, sobre este tema, recolhidos na compilação de notícias da imprensa extremeira, publicada desde 1985 pelo GIT da Junta da Extremadura (...)” (Pedro-Rêgo e Latoeira, 2006: 143).*

Desde a sua criação, o Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças tem vindo a financiar vários cursos, tendo, em 2000, diversificado a atuação, ao criar cursos de aperfeiçoamento e de especialização, assim como o aumento do número de horas desses cursos.

Também a Escuela de Administración Pública de la Consejería de Presidencia desenvolve, desde 2000, cursos de português, em número crescente, no âmbito da formação de empregados públicos da Junta de Extremadura. Igualmente o SEXPE (Servicio Extremeño de Empleo) promove cursos de português para formação de desempregados e de ativos, cursos estes incluídos nos programas de formação contínua, financiados com fundos europeus e geridos por organizações empresariais e sindicatos.

A crescente procura, diversificação e desenvolvimento do ensino do português na Extremadura, levou à assinatura de um protocolo de cooperação, entre o Governo Português, através do Instituto Camões (entidade dependente do Ministério dos Negócios Estrangeiros) e a Junta e a Universidade da Extremadura. Desse trabalho de cooperação, surgiram ações como a inauguração do Centro de Língua Portuguesa, em Cáceres, em 2004, integrado na Universidade da Extremadura.

Este centro tem colaborado regularmente com as atividades no âmbito do ensino do idioma português na Extremadura, quer através da organização de cursos, seminários e workshops destinados aos professores de português, quer no trabalho direto com as Escolas Oficiais de Idiomas, organizando em conjunto conferências temáticas cujo público-alvo são os estudantes da língua portuguesa. (GIT – Junta de Extremadura, 2008)

Entre outras atividades implementadas pelo Centro de Língua Portuguesa, enquanto agente de divulgação do idioma português, salientam-se a criação de clubes de leitura em português na Biblioteca de Cáceres, clubes de conversação no nosso idioma, feiras do livro e semanas dedicadas ao cinema português.

É de realçar também a colaboração que esta entidade tem vindo a desenvolver junto da recém-criada (em 2005) *Asociación del Profesorado de Portugués de Extremadura* (APPEX), que conta como sócios muitos dos professores que lecionam português nesta região espanhola, desenvolvendo atividades didáticas, partilha de informações e debates, presencial ou com suporte informático, além da organização anual das “*Jornadas de Lengua y Cultura Portuguesa*”, que reúne profissionais de ambos os países. (GIT – Junta de Extremadura, 2008)

## **2 - O Estudo de Caso: a Escola Oficial de idiomas da Extremadura**

### **2.1 - Breve Caracterização da Escola Oficial de Idiomas**

A “*Ley Orgánica 2/2006 de 3 de mayo, de Educación*” (BOE – *Boletín Oficial de Estado n.º 106, 4 de marzo 2006*), rege o sistema educativo espanhol, dando enquadramento legal, no capítulo VII, ao ensino das línguas, definindo atuações dos centros educativos, entre os quais as Escolas Oficiais de Idiomas. A Escola Oficial de Idiomas da Extremadura, tal como as demais de toda a Espanha, é suportada por uma estrutura organizativa, em termos administrativos, por um órgão colegial, o Conselho Escolar (*Organo Colegiado: Consejo Escolar*), composto pela Equipa Diretiva (*Equipo Directivo*.) Representantes dos professores de cada departamento (mais de um terço dos componentes do *Consejo*), Representantes dos funcionários e dos alunos e também da Câmara Municipal (*Ayuntamiento*), sendo de realçar que poderá incluir Representante dos Pais, se houver alunos menores na escola.

Por seu turno, a Equipa Diretiva (*Equipo Directivo*.) é composta pelo *Director*, o *Secretario* e o Chefe de Estudos (*Jefe de Estudios*), todos eles simultaneamente professores de algum idioma (ainda que com redução da carga letiva). É de realçar que o último, Chefe de Estudos, não tem funções administrativas mas pedagógicas.

É também o já referido diploma legal que rege a organização pedagógica da escola, que se traduz numa estrutura orgânica, com um órgão colegial, o *Claustro de Profesores*, composto por todos os professores da escola e presidido pelo Diretor da mesma, uma divisão departamental, segmentada por idioma, Departamentos de Idiomas e a *Comisión de Coordinación Pedagógica* (formada pelo diretor, o *Jefe de Estudios* e *Jefe de Departamento* de Idioma). É-lhes concedido, em termos legais, autonomia pedagógica, de organização e gestão, de modo a conceber, executar e aplicar um projeto educativo, mobilizando para isso recursos materiais, humanos e financeiros (“*Ley Orgánica 2/2006 de 3 de mayo, de Educación*”, art.º 120)

No que respeita às funções dos professores, tal como nas demais instituições de ensino, também aqui estão regulamentadas, desde a programação, a execução dos conteúdos pedagógicos, a articulação do processo de ensino aprendizagem com todos os membros da comunidade educativa, a participação em atividades extraletivas, entre inúmeras outras (“*Ley Orgánica 2/2006 de 3 de mayo, de Educación*”, *Capítulo I: Funciones del profesorado*). Importa aqui realçar o facto de que esta mesma lei, dispõe de uma situação particular, no que respeita aos professores do ensino de idiomas “*As Administraciones Educativas, excepcionalmente, podrán incorporar como profesores especialistas; atendiendo a su cualificación e às necesidades do sistema educativo, profissionais (...) de nacionalidade estrangeira*”<sup>1</sup> (“*Ley Orgánica 2/2006 de 3 de mayo, de Educación*”, *cap. IV, art.º 97*)

Esta organização pedagógica justifica os objetivos inerentes à conceção das próprias escolas, o aperfeiçoamento e atualização profissional de adultos, fomentando o ensino de idiomas, além das formas regulares de ensino. Para além disso, a crescente aposta, por parte da Extremadura, no aumento do plurilinguismo, inclui também um incremento na formação de profissionais. “*É precisa a formação específica dos professores com vista à sua participação em vários projetos linguísticos a desenvolver. Daí que as Escolas Oficiais de Idiomas ofereçam igualmente através de cursos específicos, formação destinada a profissionais da Educação*”.<sup>2</sup> (Junta de Extremadura-Consejería

---

<sup>1</sup> Las Administraciones educativas, excepcionalmente, podrán incorporar como profesores especialistas, atendiendo a su cualificación y a las necesidades del sistema educativo, a profesionales (...) de nacionalidad extranjera”

<sup>2</sup> “Es por ello precisa la formación específica del profesorado para su perfeccionamiento con miras a su participación en los variados proyectos lingüísticos a desarrollr. De ahí que las Escuelas Oficiales de

de Educación, 2009)

Assim, a Escola Oficial de Idiomas da Extremadura abrange, uma distribuição espacial pela província, englobando: **Almendralejo**, cujas línguas estrangeiras ministradas são o Francês, Inglês e Português, todas elas incluindo turmas do nível básico (2 anos), nível intermédio (2 anos) e nível avançado (2 anos), **Cáceres e Badjaóz**, onde os idiomas lecionados são Alemão, Francês, Inglês, Italiano e Português, também eles incluindo 1º e 2º anos dos níveis básico, intermédio e avançado, conforme designação do Quadro Comum Europeu. Em **D. Benito-Villanueva** os idiomas lecionados são Alemão, Francês, Inglês e Português, também eles incluindo 1º e 2º anos dos níveis básico, intermédio e avançado, conforme designação do Quadro Comum Europeu de Referências de Línguas. Em **Mérida**, a Escola Oficial de Idiomas leciona Alemão, Francês, Inglês, Italiano e Português, também eles incluindo 1º e 2º anos dos diferentes níveis, em **Montijo** as línguas estrangeiras ministradas são, Inglês e Português, todas elas incluindo turmas do nível básico (2 anos), nível intermédio (2 anos) e nível avançado (2 anos), e o Francês, lecionado apenas no 1º e 2º anos dos níveis básico e intermédio e em **Navalmoral** as línguas estrangeiras são o Francês, Inglês e Português, todas elas incluindo turmas do nível básico (2 anos), nível intermédio (2 anos) e nível avançado (2 anos).

Por fim, em **Plasencia**, as línguas estrangeiras lecionadas são Alemão, Francês, Inglês, Italiano e Português, igualmente sendo ministrados os diferentes níveis, tal como em **Zafra**, onde os idiomas lecionados são Alemão, Francês, Inglês, Italiano e Português, também eles incluindo 1º e 2º ano dos níveis básico, intermédio e avançado, conforme designação do Quadro Comum Europeu.

No que respeita ao grupo de alunos que constituem as diversas turmas de português, em qualquer um dos estabelecimentos das escolas oficiais de idiomas, são um público bastante heterogéneo, quer relativamente à faixa etária, género e habilitações literárias. Este último aspeto pode ser explicado com a motivação que os leva a procurar o ensino do português, já que para uns constitui um *hobby*, nomeadamente indivíduos reformados, em especial da função pública, ou domésticas, para outros, uma motivação

---

*Idiomas ofrezcan igualmente, a través de cursos específicos, formación destinada a los profesionales de la educación”*

peçoal para lidar com a língua do país vizinho quando se deslocam a lazer. Porém, muitos dos alunos que frequentam estes cursos são motivados por questões funcionais, nomeadamente profissionais, já que os diplomas das Escolas Oficiais de Idiomas conferem pontos para concursos públicos, como para o caso dos professores, daí um número considerável, no âmbito das profissões, de professores e outros funcionários públicos.

### **2.3 - A Escola Oficial de Idiomas da Extremadura e práticas de cooperação**

O propósito do presente estudo consiste na análise da cooperação transfronteiriça em torno de vértices fundamentais: a cooperação no acesso e partilha de informação e recursos; a cooperação do desenvolvimento ou partilha de atividades conjuntas; a relação em rede dos atores, formais ou informais, do contexto, e o papel institucional das medidas formais de cooperação, no diagnóstico das estratégias de intervenção de atores da educação/formação na zona raiana Alentejo-Extremadura, tendo como unidade de análise as Escolas Oficiais de Idiomas da Extremadura. Ao consistir num corte epistemológico da realidade, recortando dela este objeto de estudo, em função das quais as representações, os quadros conceptuais e a metodologia se definiram, a abordagem passou, em primeiro lugar, pelo estudo e levantamento do objeto, reunindo ao máximo as diversas informações que existem sobre esse objeto.

A Observação, embora indireta, do trabalho desenvolvido por professores de Português da Escola Oficial de Idiomas da Extremadura, enquanto membros da organização, da equipa técnica e coordenação, quer das próprias relações dentro da organização, e ações desta no exterior, suscitou o interesse, mais que pessoal, académico, de verificar as atuações, o que é dito, feito ou demonstrado, reunindo evidências, já que, como defende Yin “*estas evidências geralmente são úteis para prover informações adicionais sobre o tópico em estudo*” (Bressan, 2000: 2).

O contacto regular e contínuo, com alguns desses profissionais e alunos, nomeadamente no desenrolar de atividades pedagógicas promovidas pela Escola, como visitas de estudo ao Alentejo e outras zonas de Portugal, a troca de ideias, partilha de experiências, tornou possível proceder à recolha de informação em primeira-mão, no momento, detetar variações nas informações prestadas/observadas e explorar tópicos,

que através de outras técnicas não poderiam ser abordados. Ao poder participar em vários eventos e assumir diferentes papéis na situação do caso em estudo, permitiu a recolha de dados e acesso a informações, que não estariam acessíveis através de outras técnicas.

A entrevista surgiu como técnica de pesquisa de eleição, já que, ao tratar-se de um estudo de caso, de cariz exploratório e único, a amostra em estudo seria bastante reduzida, uma vez que a Escola Oficial de Idiomas contém nove pólos na região da Extremadura, e dois docentes a lecionar o idioma português em cada uma delas. Selecionaram-se, assim, os entrevistados que constituem um conjunto de informantes-chave, já que representam o grupo: professores de português, alguns deles que acumulam a função de chefe de departamento deste idioma, outro no cargo diretivo da escola, sendo que uns indivíduos são de nacionalidade espanhola, outros portuguesa e outro, ainda, francês.

É esta “desocultação”, que a análise das entrevistas realizadas no âmbito do presente estudo pretendeu atingir, ao analisar o discurso dos entrevistados, no sentido de auscultar as práticas da cooperação transfronteiriça em torno de vértices fundamentais, como a cooperação no acesso e partilha de informação e recursos; a cooperação do desenvolvimento ou partilha de atividades conjuntas; a relação em rede dos atores, formais ou informais, do contexto, e o papel institucional das medidas formais de cooperação, no diagnóstico das estratégias de intervenção de atores da educação/formação na zona raiana Alentejo-Extremadura, tendo como unidade de análise as Escolas Oficiais de Idiomas da Extremadura.

Quando se ausculta, no âmbito do ensino do português, com que entidades nacionais a Escola Oficial de Idiomas mantém contactos regulares, repara-se que a essência desses contactos se reportam a entidades oficiais, na área da educação: Ministerio de Educación y Cultura, a Consejería de Educación e o *Centro de Profesores y Recursos*. Todos estes contactos se revestem de formalidade, já que das duas primeiras entidades depende hierarquicamente e administrativamente a Escola Oficial de Idiomas, graças ao sistema administrativo e legislativo que dá enquadramento legal ao Ensino Espanhol e orienta o seu funcionamento.

Sem perder de vista o âmbito do nosso estudo, o ensino da língua portuguesa como instrumento de cooperação transfronteiriça, as razões que estão na base destes contactos, no âmbito do ensino do português, a relação com o Ministerio de Educación y Cultura e a *Consejería de Educación*, para além do cariz formal a nível administrativo, oferecem programas para intercâmbios de auxiliares de conversação em Português, os chamados leitores. Estes programas implicam contactos anuais, entre a Escola Oficial de Idiomas e estas entidades, para obtenção de leitores e, depois, esporadicamente, o necessário, para dar acompanhamento ao processo, aos leitores e à avaliação final que é solicitada.

Esta colaboração, traduzida num intercâmbio de indivíduos nacionais que ocupam o posto de leitores para os diferentes idiomas ministrados na escola, pode ser entidade como uma forma de cooperação com Portugal, mas não exclusiva, muito menos com o Alentejo, já que anualmente costuma haver um leitor, mas vai variando o idioma do leitor que vem.

Com o Ministerio de Educación y Cultura, já que tem sede em Madrid, a cooperação processa-se através do Programa *Sócrates* e do programa *Comenius 2*. Os leitores, neste caso são os chamados *Ayudantes Lingüísticos*. No caso da *Consejería de Educación*, os leitores são designados *auxiliares de conversación*. Não há um programa próprio é a própria Junta quem oferece essa possibilidade.

Ao longo do tempo, a cooperação entre estas entidades tem vindo a ser consolidada, já que, quer a nível institucional, quer em termos do público-alvo, os alunos, a presença de leitores (*Auxiliares de Conversación* e *Ayudantes Lingüísticos*) é sempre muito bem recebida, quer pelos professores, quer pelos alunos que beneficiam dum contacto direto com a língua de um nativo, não sendo apontando qualquer constrangimento a essa presença.

As perspetivas futuras de colaboração, passam por manter essas relações e talvez, conseguir ampliar o número de auxiliares linguísticos nas escolas.

Por seu turno, também com *Centro de Profesores y Recursos*, entidade formadora para profissionais de ensino, nomeadamente os das Escolas Oficiais de Idiomas, os contactos

são igualmente formais. Este Centro, pode oferecer cursos que aproveitem a eventual disponibilidade horária de algum professor de idiomas da Escola Oficial de Idiomas. Por outro lado, atendendo a que o CPR desenvolve cursos para professores, pode assim oferecer cursos de língua estrangeira para professores de outros níveis de ensino.

Com a assinatura de um protocolo de cooperação, entre o Governo Português, através do Instituto Camões e a Junta e a Universidade da Extremadura, incrementaram-se algumas atividades no âmbito do ensino do idioma português na Extremadura, quer através da organização de cursos, seminários e workshops destinados aos professores de português, quer no trabalho direto com as Escolas Oficiais de Idiomas, organizando em conjunto conferências temáticas cujo público-alvo são os estudantes da língua portuguesa.

Porém, um aspeto pertinente a realçar, prende-se com o facto de que, quando questionados com que entidades portuguesas a Escola Oficial de Idiomas mantém contactos regulares, a resposta traduz uma limitação atroz na cooperação transfronteiriça institucional. As Escolas Oficiais de Idiomas não estabelecem contactos com as entidades portuguesas, mas essas relações são, eventualmente, realizados pelos professores de português.

#### **2.4 - Os professores como atores**

A lógica da racionalidade para a ação dos professores está orientada no sentido de, num primeiro ponto, desenvolver ações pedagógicas, como qualquer docente, que se querem variadas, apelativas e motivadoras para os alunos, mas também geradoras de competências para compreensão e expressão escrita e oral do português. Passam por, a título ilustrativo, projeção de material áudio-visual, viagens a Portugal e trabalho “in situ”, palestras, conferências e jornadas, comemorações de efemérides portuguesas, intercâmbios linguísticos, convite a nativos, assistência a artes e espetáculos portugueses, concursos gastronómicos, culturais e literários, criação de um blog “Falar à Portuguesa”, cursos e jornadas presenciais e on-line, entre várias outras, de igual importância pedagógica, que a nós nos interessa apontar como ilustrativo, não apenas em termos pedagógicos, mas também da necessidade de estabelecer contactos com entidades portuguesas, desde unidades hoteleiras e turísticas, serviços e comércio, como

também produtores e distribuidores de material pedagógico. Para além disso, o convite a individualidades portuguesas recai uma vez mais na conceção de colaboração com o nosso país, que reforça a construção de laços, ainda que informais, geradores de uma perspetiva de cooperação transfronteiriça em que os atores são os sujeitos individualizados.

Esta racionalidade, que embora limitada pelo contexto temporal do ano letivo, financeiro, consoante o financiamento destinado e a articulação de interesses pessoais e organizacionais, visa constitui-se uma proposta de ensino do idioma de forma dinâmica, adequada às necessidades e motivações do público-alvo. Poderá não ser a melhor, mas aquela que lhe permita atingir o mínimo de satisfação. Essa racionalidade, ao acontecer em função de oportunidades e constrangimentos que se colocam ao contexto de ação, permite-nos, pois, afirmar que a ação não existe fora do sistema, que lhe delimita a liberdade de ação. Partilhando de uma perspetiva defendida por Crozier e Friedberg, que valoriza a interação ator-sistema, podemos considerar que “os constrangimentos do sistema delimitam e subjugam a ação dos atores, tornando-se mais relevantes do que os objetivos dos próprios atores” (Silva, 2004: 46)

Quando questionados sobre o futuro da sua atuação, nomeadamente em termos de colaboração, todos os docentes são unânimes em desejar um maior aprofundamento da colaboração no âmbito do ensino do português, de modo a tornar este idioma o segundo mais falado na Extremadura, mas igualmente reivindicam uma consolidação dos postos de trabalho nessa área.

Reforçando pois a perspetiva de sujeito-ator na organização, não podemos deixar de apontar que quer os atores, entendidos aqui não como individuais, mas como agentes, assim como a organização, só podem ser compreendidos, à luz do ambiente, marcado pela rede de ação e pelas diversas ligações. O que explica o comportamento dos atores, assim como a estrutura de funcionamento das organizações é, à luz da análise estratégica, o poder. Este conceito, tal como defendido por Friedberg, não é entendido como forma de dominação, mas como instrumento relacional e de mobilização, pelo que importa conhecer os mecanismos pelos quais o poder é mobilizado e transformado em resultados. (Bernoux, s/d)

Quando questionados relativamente às instituições de pertença, no âmbito do desenvolvimento da atividade de docência da língua e cultura portuguesa, cerca de 66% dos entrevistados afirmam pertencer à APPEX – *Asociación del Profesorado de Português en Extremadura* (Associação de Professores de Português da Extremadura). Esta entidade, recém-criada (em 2005) pelos docentes de português na Extremadura, já que conta como sócios muitos dos professores que lecionam português nesta região espanhola, desenvolvendo atividades didáticas, desde jornadas, seminários, conferências, partilha de informações e debates, presencial ou com suporte informático, além da organização anual das “*Jornadas de Lengua y Cultura Portuguesa*”, que reúne profissionais de ambos os países. Partilhando da perspetiva de Foucault, o poder é “uma ação sobre ações”, que se inscreve num campo de possibilidades, logo podemos entender a criação desta entidade, por parte dos sujeitos atores, enquanto uma estratégia de ação. (Silva, 2004: 80)

Se por um lado, a grande finalidade institucional é o intercâmbio de experiências pedagógicas e didáticas entre professores, os objetivos da mesma passam, por outro lado, como um elo de ligação, quer às autoridades políticas e administrativas, que debatem o ensino do português na Extremadura, quer a outras instituições que operam na área, sejam portuguesas ou espanholas.

Se seguirmos o modelo de Foucault, no que respeita ao poder que conduz a estratégia de ação, “(...) *l- toda a relação de poder coloca em ação um conjunto de diferenciações e assimetrias*” (...); podemos desde já afirmar que esta dimensão estava presente, quando os docentes de língua e cultura portuguesa sentiram a necessidade de criar uma organização que sustentasse os seus objetivos, quer pedagógicos, quer de apoio administrativo e político, em especial em termos de consolidação de carreira.

Tendo em atenção um segundo aspeto, “*2 – tipos de objetivos perseguidos por aqueles que agem e interagem sobre a ação dos outros, nomeadamente para a manutenção de privilégios*”, há que contar com a hierarquia da referida associação, da qual entrevistamos presidente, um vice-presidente e um vogal, que ao ocuparem uma posição formal na instituição têm um papel pró-ativo, quer na organização das atividades, na solicitação de colaboração por parte dos outros docentes, ou na criação de ações que vão

de encontro às necessidades de todos os professores da língua portuguesa na Extremadura.

Porém, essa interação não se esgota aqui, pois a importância dos laços informais que une os professores das Escolas Oficiais de Idiomas, conduz a um terceiro aspeto apontado por Foucault, (...); “3 – *as características ou modalidades instrumentais que assumem a materialização do exercício do poder (...)*”. Neste caso, os mecanismos de poder passam essencialmente pela criação de laços formais e informais, com Gabinete de Iniciativas Transfronteirizas da Junta da Extremadura, Universidade da Extremadura, Centro Integral de Cultura Portuguesa Rainha Dona Amélia (Badajóz), CPR- *Centro de Profesores y Recursos*, outras escolas de línguas da região, mas de igual modo pelo Instituto Camões, nomeadamente pelo Centro de Língua Portuguesa ou outras instituições portuguesas, como Universidade da Beira Interior, Câmara Municipal de Arronches, Revista NortALentejo e Editora LIDEL. Essa ligação traduz-se no intercâmbio de informações, recolhidas e divulgadas a alunos e professores, mas também apoio institucional na realização de atividades pedagógicas.

A ação destes indivíduos, enquanto docentes, são elas mesmas os “mecanismos de controlo” de Foucault, já que “as formas de institucionalização e o princípio de regulação das relações de poder num dado conjunto social, “ é reduzida em termos institucionais, mas na prática profissional destes sujeitos elas sustentam “ os graus de racionalização que subjazem no jogo das relações de poder (...)” (Silva, 2004: 81)

Quando interrogados relativamente à formalidade dos contactos estabelecidos com indivíduos e entidades nacionais, apenas um dos entrevistados referiu contactos formais, o que nos leva a salientar a importância das interações sociais de informalidade estabelecidas no decorrer da atividade docente na Escola Oficial de Idiomas.

Importa agora observar nas ligações entre atores, nomeadamente no que respeita aos pressupostos da identidade enquanto construção da ligação social. A negociação entre os atores, geradora de cooperação, traduz-se em interações permanentes entre os atores, com vista à satisfação das suas diversas necessidades e motivações. Estes, tal como se afirmou anteriormente, são autónomos, jogam entre si, no intuito de atingir os seus objetivos, mas têm consciência das regras que os ligam. Se tivermos em conta a

referência à colaboração com colegas, todos os entrevistados foram unânimes em afirmar que ela existe.

Esta ligação vai mais além, caminhando para o conceito de identidade, que a partilha de normas e valores comuns dá aos atores, assim como a sua atribuição por parte dos outros. Por um lado, a identidade atribuída pela organização que em todos os docentes da escola Oficial de Idiomas se manifesta claramente, ao referir a sua ligação formal à instituição, em primeiro lugar, assim como às demais escolas Oficiais de Idiomas, à *Consejería de Educación* e à da *Junta da Extremadura*, assim como ao *Gabinete de Iniciativas Transfronterizas*. Porém, um outro aspeto relevante, prende-se com o sentimento de “apropriação” manifestado pelos docentes, no que respeita ao seu trabalho em colaboração com o Instituto Camões, que quando questionados relativamente às entidades nacionais com quem colaboram, na sua maioria, apontam logo esta instituição.

Esta entidade, portuguesa, com sede em Lisboa, surgiu na Extremadura devido à crescente procura e diversificação do ensino do português na região, resultando na assinatura de um protocolo de cooperação, entre o Governo Português, através do Instituto Camões (entidade dependente do Ministério dos Negócios Estrangeiros) e a Junta e a Universidade da Extremadura. Desse trabalho de cooperação, surgiram ações como a inauguração do Centro de Língua Portuguesa, em Cáceres, em 2004, integrado na Universidade da Extremadura.

Embora se trate de um instrumento de cooperação formal, institucionalizado em termos políticos, o sentimento de pertença dos sujeitos atores, leva a que as suas interpretações das regras, que se traduzem em lógicas de ação de colaboração e até mesmo de cooperação, ultrapassando o contexto nacional.

Assim, a solução ou soluções encontradas, resultaram em estratégias de ação institucional, escolhidas com base em valores de cooperação transfronteiriça governamental e até europeia, mas em que os seus atores têm autonomia e mobilizam as suas capacidades para se envolver/desenvolver essas estratégias de ação. Perante isso, as soluções não são uniformes, tornando cada escola Oficial de Idiomas da Extremadura ações diversificadas na colaboração com esta instituição, que vão desde consultas,

participação em atividades organizadas pelo Centro de Língua e cultura Portuguesa, ou criadas em parceria com esta, organização de debates, seminários e encontros, intercâmbios, entre outras, que tornam o Instituto Camões, através do Centro de Língua e Cultura Portuguesa, a Universidade da Extremadura, e as Escolas Oficiais de Idiomas, como um constructo social.

Na atualidade do contexto transfronteiriço, coloca-se, então, a questão, qual o modelo que permite dar conta daquilo que Bernoux designa como “o ajustamento das vontades”? (Bernoux s/d) Um modelo de cooperação, assente numa lógica contratual ou institucional, como o designam Camerlynch e Lyon-Caen, em que o “*poder tem um papel de coordenação entre racionalidades diferentes veiculadas por especialidade diversas*”? (Bernoux s/d: 141) Ou pelo contrário, é através das relações pessoais que se criam formas de atingir esses objetivos? Tal como afirma Giddens, a referir-se a entidades formais, “*a confiança nos sistemas abstratos proporciona segurança na fiabilidade quotidiana, mas pela sua própria natureza não pode oferecer nem a reciprocidade nem a intimidade que as relações de confiança pessoais oferecem*”. (Giddens, 2000: 80)

Perante a observação da realidade das Escolas Oficiais de Idiomas, podemos observar que “o ajustamento das vontades”, conforme qualifica Bernoux, inclui um modelo de cooperação, assente na lógica contratual ou institucional de Camerlynch e Lyon-Caen, mas que veio reforçar os objetivos individuais dos sujeitos atores, já que não podemos olvidar o facto do protocolo com o instituto Camões ter acontecido apenas em 2004. À questão “*pelo contrário, é através das relações pessoais que se criam formas de atingir esses objetivos?*” (Bernoux s/d), podemos apontar ser este o caminho.

Isto remete-nos para um ponto fundamental: a complexidade das relações dos atores, em que, tal como afirma Anthony Giddens, “*a vida pessoal e os laços sociais que ela envolve estão profundamente entrosados com os mais extensos dos sistemas abstratos*” (Giddens, 2000: 85). A ligação entre os sujeitos atores, quando questionada, é apontada como formal numas circunstâncias, já que estão a representar a instituição, mas muitas vezes tida como informal, havendo até uma entrevistado que diz “*no estabelecimento de contactos, é difícil distinguir quais os formais dos informais*”, reforçando assim a importância das relações pessoais na atuação em prol dos objetivos da escola.

No que respeita à colaboração, os mecanismos usados pelos professores implicam mais do que o seu trabalho diário de lecionar um idioma, já que intercâmbio de ideias, material, aspetos didáticos, experiências, as sessões de trabalho com colegas, atividades culturais, contactos laborais, informações recolhidas e divulgadas, partilha de experiências e ampliar o número de colegas disponíveis para essa troca de informações, materiais e ideias, manifesta a autonomia destes sujeitos atores na sua ação estratégica.

Para perceber esses mecanismos, importa ter presente que os diversos atores são dotados de um conjunto de recursos, desde competências, qualificações, experiências, informações ou conhecimentos, posições, formais ou informais, estatutos, que lhes advém de um conjunto de circunstâncias, desde o vínculo institucional, às funções, ao capital cultural, técnico, científico ou mesmo simbólico, que possuem.

Assim, cada ator, numa relação de troca, mobiliza recursos, no sentido de atingir as condições mais favoráveis para si, nessa troca, logo detém poder de levar à construção da cooperação, no sentido em que as interações, que Pierre Bourdieu designa de *habitus* e outros autores, tal como Loic Wacquant, deram continuidade, ”o *habitus* é um mecanismo estruturante que opera no interior dos agentes, razão pela qual constitui «o princípio gerador das estratégias que permitem aos agentes enfrentar situações muito adversas (...) o *habitus* é um operador de racionalidade, mas de uma racionalidade prática (...)” (Silva, 2002: 95).

Os atores em relação, uma vez que cada um tem legitimidade para tal e conhecimento do sentido que dá à sua ação, permite compreender a construção das relações, tal como afirma Silva

*“ganha-se aqui o sentido de que as características intrínsecas dos volumes de capitais adquiridos e diferenciadores entre indivíduos e grupos, reenviam a recomposição do saber num conjunto de poderes e recursos objetivamente utilizáveis pelos mesmos profissional no espaço dos possíveis, então pode dizer-se que as práticas e representações dinamizam-se por efeitos conjunturais, balizadas pelas suas estruturas identitárias, as representações e a comunicação que veiculam na organização”* (Silva, 2002: 96)

Conscientes dessa racionalidade prática, os professores apontam como vantagens de colaboração, a repercussão imediata nos alunos, favorecer da participação de alunos e professores nas iniciativas, já que há contactos entre públicos-alvo diversificados, ampliação de ofertas formativas, apoios diversos na organização de atividades da

realidade regional (universitárias, governamentais, associativas), além do reforço de postos de trabalho e sua consolidação.

Podemos assim concordar com Burt, citado por Porter, quando afirma, acerca do capital social,

*“amigos, colegas e contactos mais gerais através dos quais acedemos a oportunidades de utilização do próprio capital financeiro ou humano (...) na sua perspectiva, é a relativa ausência de laços, a que chama “buracos estruturais”, a facilita a mobilidade individual, visto que redes densas tendem a transmitir informação redundante, enquanto laços mais fracos se podem revelar uma fonte de novos conhecimentos e recursos”* (Porter, 2000: 137).

Se observarmos aquilo que os entrevistados apontam como desvantagens, apenas a pouca regularidade dos contactos ganha importância, o que reforça a ideia da importância da colaboração na comunicação organizacional.

Neste âmbito, surge um outro conceito fundamental na análise estratégica, a incerteza, que nesta conceção, vai mais além da noção de imprevistos. Aqui a incerteza reporta-se à imprevisibilidade dos comportamentos, já que se abandona a perspectiva de comportamentos a corresponder às expectativas dos outros, mas cada ator tenta alargar a sua margem de liberdade, controlando a do outro. É nesse sentido que as perspectivas de colaboração futura recaem na tentativa de continuação do contacto com outras EOI e Instituto Camões, continuando na mesma linha ou tentando consolidar a colaboração, nomeadamente através da institucionalização da colaboração entre professores (nomeadamente Embaixadas de Portugal, Brasil e Angola), câmaras municipais, associações e universidades, mas orientar a continuação da cooperação, de modo a fazer com que o português seja a segunda língua estrangeira mais falada na Extremadura.

Porém, nesses jogos de poder internos, também estas estratégias de ação retomam os jogos de interesses dos agentes, enquanto indivíduos. Quando se trata de uma perspectiva de colaboração institucionalizada entre professores, indiretamente essa ação recai sobre necessidades individuais dos atores enquanto profissionais.

No que respeita às atividades desenvolvidas pelos professores no âmbito do ensino da língua e cultura portuguesa, que implicam contacto com Portugal, podemos começar por mencionar um conceito de la Rúa, um autor que se dedica a um tema ainda pouco

estudado nas ciências sociais, em geral, e na sociologia, em particular,” os sentimentos individuais de pertença a “comunidades imaginadas”. (de la Rúa, 2002). Segundo o mesmo teórico, existe uma relação entre a cidadania institucional e a nacional, gerados pelos sentimentos individuais de pertença e identificação às unidades institucionais.

Se existe colaboração entre o Alentejo e a Extremadura, a operarem para um fim comum, a educação/formação, passam, num nível micro, pelas interações entre indivíduos. Quando questionados com que indivíduos ou entidades portuguesas mantêm contacto, os professores das escolas oficiais de idiomas apontam para amigos, professores, orientadores de estágio, o que como de la Rúa afirma “(...) *a ideologia da nação está fundada de maneira explícita e funcional em modelos de ideias de confiança e solidariedade das relações de amizade*(...)” (de la Rúa, 2002: 6)

Numa dimensão política de parceria, a dimensão organizativa passa pelo trabalho em rede, através da existência de uma estrutura ramificada de transmissão de informação entre os diversos intervenientes, o Centro de Língua Portuguesa do Instituto Camões, igualmente aqui referenciado, desta feita como entidade portuguesa. Tal acontece, não apenas pela ligação institucional, como já foi referida, mas “*o desenvolvimento significativo de confiança e solidariedade com membros de outras unidades pode ter o impacto na identificação e sentimentos de pertença: aumento o seu âmbito, relações com outros ou partilhadas com identificações com outras unidades*” (de la Rúa, 2002: 6).

Contactos com entidades públicas portuguesas, como a Universidade da Beira Interior, a Câmara Municipal de Arronches, corroboram a ideia de Eisenstadt e Roninger, citados por de la Rúa, “(...) *graças à existência de expressões concretas de confiança e solidariedade nas relações de amizade (...) o estado pode proclamar esses valores ideais, ao mesmo tempo que estabelece relações instrumentais e de poder* (...)” (de la Rúa, 2002: 7).

Se não fossem os contactos informais estabelecidos entre estes sujeitos atores, a cooperação entre estas entidades portuguesas e espanholas provavelmente não teria lugar. Sem elas, o trabalho em rede enquanto instrumento na construção do conhecimento, acontece, tal como defende Giddens, “*as relações são laços baseados na*

*confiança, uma confiança que não é predeterminada mas construída, e em que a construção envolvida significa um processo mútuo de autodesvendamento”* (Giddens, 2000: 85)

A estas entidades juntam-se particulares, como a LIDEL (editora portuguesa especializada em livros didáticos para o português língua estrangeira, a revista NortAlentejo, que tal como todas as anteriores contribuem para uma consolidação da cooperação transfronteiriça, em termos do ensino do português nas Escolas Oficiais de Idiomas, ao fomentar mecanismos de colaboração pedagógicos, como conversão, partilha de horas com outro nativo, contactos com sotaques e entoações diferentes, aprofundar conhecimentos da língua e cultura portuguesa, partilhando experiências e aprender e transmitir aos aprendentes.

Mas mais do que isso, têm o poder de, através destas inúmeras atividades, organizar outras paralelas, traduções, organização de atividades de divulgação da língua e cultura portuguesa, presença em jornadas de trabalho, congressos e conferências, que não só divulgam o nosso país junto de públicos diversos, como abrem lugar à criação de parcerias em diversas áreas da lusofonia, a nível académico, financeiro ou político.

Para apontar propostas de intervenções futuras, há que partir da explicação das intervenções, definidas pelas relações entre os atores e pela forma que essas relações adotam. Assim, perspetiva-se manter a colaboração e o ampliar de ofertas, incentivando a constante disponibilidade de colaboração, quer com professores, quer alunos, ampliando ofertas alternativas para os alunos e intensificando encontros de professores.

**Tabela n. 1 Quadro síntese – Atividades de cooperação**

<b>Ações dos professores<sup>3</sup></b>	<b>Criação de formas de Cooperação</b>
1 - Intercâmbios linguísticos, 2- Convite a nativos, 3 - Palestras, conferências e jornadas 4 - Viagens a Portugal e trabalho “in situ”, 5 - Assistência a artes e espetáculos portugueses 6 – Criação de um blog “Falar à Portuguesa”, 7 - Concursos gastronómicos, culturais e literários 8 - Cursos e jornadas presenciais e on-line, 9 - Comemorações de efemérides portuguesas, 10 - Projecção de material áudio-visual,	-Troca de experiências pedagógicas,  -Estabelecer contactos com entidades portuguesas, desde unidades hoteleiras e turísticas, serviços e comércio, como também produtores e distribuidores de material pedagógico.  - Para além disso, o convite a individualidades portuguesas que reforça a construção de laços, ainda que

<sup>3</sup> As ações dos professores estão numeradas de forma decrescente, tendo em conta a sua relevância para o processo de cooperação transfronteiriça Alentejo/Extremadura, no âmbito do ensino do português.

11 -Ações pedagógicas, variadas, apelativas e motivadoras para os alunos, mas também geradoras de competências para compreensão e expressão escrita e oral do português,	informais.
<b>Criação e Pertença à APPEX</b>	- Intercâmbio de experiências pedagógicas e didáticas entre professores, - Elo de ligação, às autoridades políticas e administrativas, que debatem o ensino do português na Extremadura, quer a outras instituições que operam na área, sejam portuguesas ou espanholas. - Apoio administrativo e político, em especial em termos de consolidação de carreira.
<b>Contactos com Entidades nacionais oficiais</b>	- <i>Consejería de Educación</i> - <i>Junta da Extremadura</i> , assim como ao - <i>Gabinete de Iniciativas Transfronterizas</i> . - Instituto Camões (“apropriação da entidade, sentida como nacional)
<b>Formalidade dos contactos</b>	- Maioritariamente informais

**Tabela n. 2 Quadro síntese – Atividades de cooperação (continuação)**

<b>Ações dos professores</b>	<b>Criação de formas de Cooperação</b>
<b>Vantagens da colaboração</b>	- Repercussão nos alunos, -Favorecer da participação de alunos e professores nas iniciativas, - Contactos entre públicos-alvo diversificados, - Ampliação de ofertas formativas, -Apoios na organização de atividades da realidade regional (universitários, governamentais, associativos), -Reforço de postos de trabalho e sua consolidação.
<b>Perspetivas futuras de colaboração</b>	- Continuação do contacto com outras EOI -Continuação do contacto com Instituto Camões, -Institucionalização da colaboração entre professores (nomeadamente Embaixadas de Portugal, Brasil e Angola), câmaras municipais, associações e universidades, - Orientar a cooperação, de modo a fazer com que o português seja a segunda língua estrangeira mais falada na Extremadura.
<b>Interesses individuais</b>	. A unificação dos exames e dos programas, ação conjunta de colaboração entre docentes das Escolas Oficiais de Idiomas, é feita no seu tempo livre, sem qualquer remuneração. - Reivindicação por parte dos professores em busca de apoio institucional regional, nomeadamente da Junta da Extremadura, para que estas atividades sejam remuneradas, alvo de redução de horário ou mesmo com a criação de um grupo de trabalho encarregue destas tarefas.
<b>Contactos com Portugal</b>	- Maior contacto com os professores,, amigos, orientadores de estágio - Contactos com entidades públicas portuguesas, (Ex: Universidade da Beira Interior, Universidade de Évora, a Câmara Municipal de Arronches)
<b>Formalidade dos contactos</b>	- Maioritariamente informais
<b>Ações dos professores</b>	- Organizar atividades de divulgação da língua e cultura portuguesa - Traduções - presença em jornadas de trabalho, congressos e conferências, que não só divulgam o nosso país junto de públicos diversos, como abrem lugar à criação de

	parecerias em diversas áreas da lusofonia, a nível académico, financeiro, ou político.
<b>Vantagens da cooperação com Portugal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Incentivo à conversação,</li> <li>- Intercâmbio de experiências,</li> <li>-Partilha de informações,</li> <li>- Apoios diversos (governo, universidade, associações), na organização de atividades,</li> <li>- Aceder a conferências e materiais didáticos para professores, em primeira mão e a preços mais acessíveis,</li> <li>-Aprendizagem constante, a que se acresce potencialidades para si próprios,</li> <li>-Vantagens laborais e para a associação APPEX.</li> </ul>

**Tabela n.º3 - Diagnóstico da Cooperação Transfronteiriça Alentejo/Extremadura pelos atores da Escola Oficial de idiomas da Extremadura - Ensino do Idioma Português**

<b>Pontos fortes</b>	<b>Pontos fracos</b>
Investimento das entidades Oficiais Extremenhas no incremento do Ensino do Português (Junta de Extremadura, Conselharia de Educação e Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças)	<p>Escola Oficial de Idiomas da Extremadura não possui rede de parcerias com entidades portuguesas</p> <p>As práticas de cooperação assentam essencialmente nas ações dos agentes (professores), sujeitos ativos, em nome da instituição.</p>
Criação e desenvolvimento de uma estrutura destinada apenas ao Ensino de Idiomas Estrangeiros: a Escola Oficial de Idiomas da Extremadura	
Autonomia dos Professores	
Parceria entre organismos espanhóis, Junta de Extremadura, Conselharia de Educação e Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças, Universidade de Extremadura e o Instituto Camões	
Grande rede de contactos informais que os professores mantêm com Portugal, entidades nacionais e indivíduos portugueses	
Papel ativo dos professores da Escola Oficial de Idiomas	

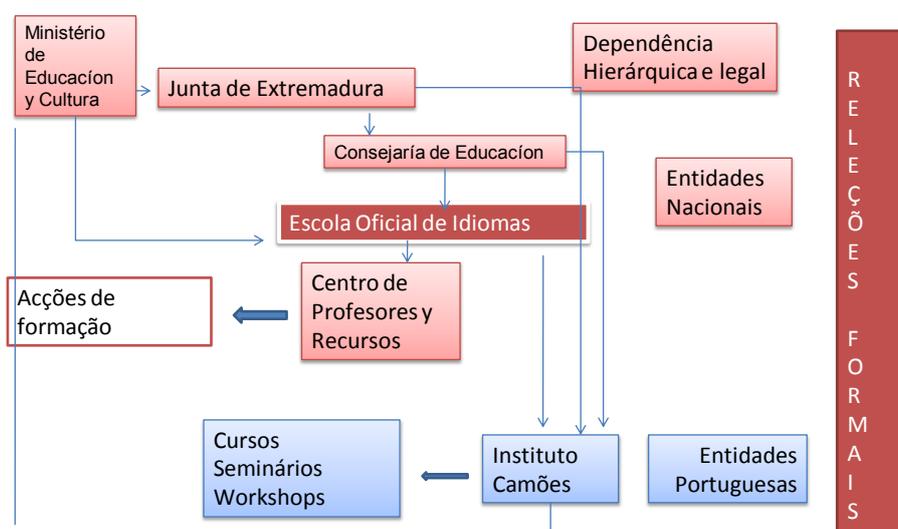
### **Sínteses Conclusivas**

O presente estudo de caso, subordinado ao tema “um olhar dos Atores da Escola Oficial de idiomas da Extremadura sobre as questões transfronteiriças, diagnosticou em primeiro lugar, o facto de que a população raiana Alentejo-Extremadura sente como necessidade a aprendizagem do idioma do país vizinho, coincidindo com um dos objetivos prioritários da política linguística da União Europeia, a aprendizagem de, pelo menos, duas línguas estrangeiras por parte dos cidadãos europeus, logo o favorecimento da aprendizagem do português pelos Extremenhos constitui-se não apenas um investimento em capital humano, mas a satisfação de uma necessidade da comunidade.

Institucionalmente, os alicerces para a satisfação dessa necessidade, foram traduzidos na implementação do idioma português na instituição que, por excelência, melhor o poderia desenvolver: a Escola Oficial de Idiomas. Porém, a nível institucional formal, embora se encontrem iniciativas de trabalho conjunto, o facto de os projetos serem ainda promovidos por estruturas nacionais, com mecanismos de gestão e aprovação diversos, tornaram a cooperação transfronteiriça, numa perspetiva de trabalho bilateral conjunto de programação e desenvolvimento de projetos, reduzida, o que pode ser observado de forma esquemática, abaixo representada.

YUNI

Cooperação transfronteiriça na organização administrativa e pedagógica das Escolas Oficiais de Idiomas da Extremadura



Constata-se, assim, a real necessidade de uma nova forma de relacionamento, entendendo a cooperação transfronteiriça como um veículo de projeção e de mobilização das comunidades locais e regionais, seguindo a conceção defendida desde 2000, com o programa comunitário INTERREG III, que na sua vertente A, propõe um incremento da atuação concertada, envolvendo diferentes atores, numa filosofia *bottom-up*. Reforça-se, assim, a ideia de um modelo de desenvolvimento de cariz humanista, cuja implementação tem inerente um pressuposto fundamental, serem os reais destinatários da mudança, que conhecem as suas necessidades, a mobilizar as forças para a ação.

Daí que, na observação da atuação da Escola Oficial de Idiomas, se diagnosticou um ponto fundamental, a importância das interdependências entre os indivíduos, que por

excelência se constituem atores fundamentais, os professores. Este ponto, embora possa constituir um dilema, no que toca à cooperação transfronteiriça em termos institucionais, reforça a importância das relações entre atores, no que respeita ao seu papel no constructo social. Assim, podemos apontar que o dilema institucional encontra uma ponte: a rede de ação dos sujeitos. O enfoque do presente estudo foi realmente diagnosticar se, no interior do ensino/formação, os atores por excelência, poderão eles mesmos constituir-se como nós na criação de redes de cooperação transfronteiriça. Verificar que sim, o seu poder na organização, mais do que estrutural ou hierárquico, é simbólico, não apenas porque detêm um conhecimento único, o domínio do idioma, que os torna à partida dotados de capital cultural propenso à aproximação à realidade portuguesa. Por outro lado, são igualmente detentores do poder da “sala de aula”, já que na sua inter-relação com os alunos são eles o grupo que mais gera laços entre o quotidiano dos aprendentes e a língua e a cultura portuguesa, tornando estes alunos também eles potenciais atores dessa cooperação transfronteiriça.

Por fim, as relações que os professores das Escolas Oficiais de Idiomas mantêm, formais ou meramente institucionais, com entidades portuguesas, além das espanholas, são igualmente laços a considerar no estabelecimento dessas redes de parcerias de cooperação transfronteiriça.

O presente diagnóstico revelou, ainda, a possibilidade de estruturas emergentes, resultantes do dinamismo das interações entre os sujeitos atores – os docentes, no seu quotidiano, assim como a existência de abertura no sistema de ensino, que podem evoluir no sentido da constituição de redes de cooperação formais. Para além disso, o diagnóstico permitiu, também a identificação de papéis sociais desempenhados na estrutura social da organização, os professores, abordar as suas inter-relações formais e informais, podendo num estudo posterior determinar quais os padrões de interação e comparar esses mesmos processos.

Identificou-se uma lacuna, no que respeita às relações, ou ausência delas, em especial no âmbito das diversas entidades oficiais, portuguesas e espanholas, como é exemplo da relação entre Câmaras Municipais e Editoras, apenas através dos professores, informalmente, e não sendo a colaboração existente iniciada pelas próprias entidades. Estes “buracos estruturais” que Burt aponta, constituem ainda um dilema na cooperação

transfronteiriça Alentejo/Extremadura: a forma dessas relações, quer porque são débeis em termos institucionais, reforçadas pela ação estratégica dos sujeitos no interior da organização: os professores das Escolas Oficiais de Idiomas, quer pela sua relativa regularidade e profundidade.

Uma rede constituída somente para a circulação de informações ou para a formação de seus membros pode propiciar o aparecimento de ações de solidariedade ou de ações conjuntas não previstas em seus objetivos iniciais. As ações conjuntas, por sua vez, poderão comportar a conjugação ou a articulação de atividades de tipo específico diferente, que se apoiem e se complementem, a partir das possibilidades específicas de cada um dos seus integrantes.

Daí que outra das limitações que se pode apontar ao presente estudo é a inexistência do mapeio de uma rede de cooperação, mas importa explicitar claramente que mais que desenhá-la, o objeto desta análise verificar a possibilidade da sua existência, tendo como elementos chave ou nós os professores, nas suas práticas diárias enquanto docentes de língua e cultura portuguesa na província espanhola da Extremadura. Concluído que ela existe, ganhando traços de informalidade nos laços produzidos, outra das intenções do presente trabalho era divulgar as boas práticas por estes sujeitos desenvolvidas. Foram enunciadas formas de trabalho, a nível do ensino de um idioma estrangeiro, que parecem indiciadoras de um crescente trabalho de colaboração, que se inclui no conceito de cooperação transfronteiriça.

Para compreender a multidimensionalidade dos processos sociais, negociações, informações e relações, há que fazer uma análise das relações a nível micro e macro, de modo a compreender a reciprocidade das relações dos atores e sua influência na organização. Dado o facto de não ter sido realizada essa análise, de forma profunda a nível macro, daí a limitação existente no presente estudo da não construção da rede.

Para além disso, a sociedade, enquanto sistema de interações, é composta por um conjunto de redes que se sobrepõem de modo complexo, estando em constante processo, pelo que o desconhecimento dessas redes não possibilita o desenho do presente caso.

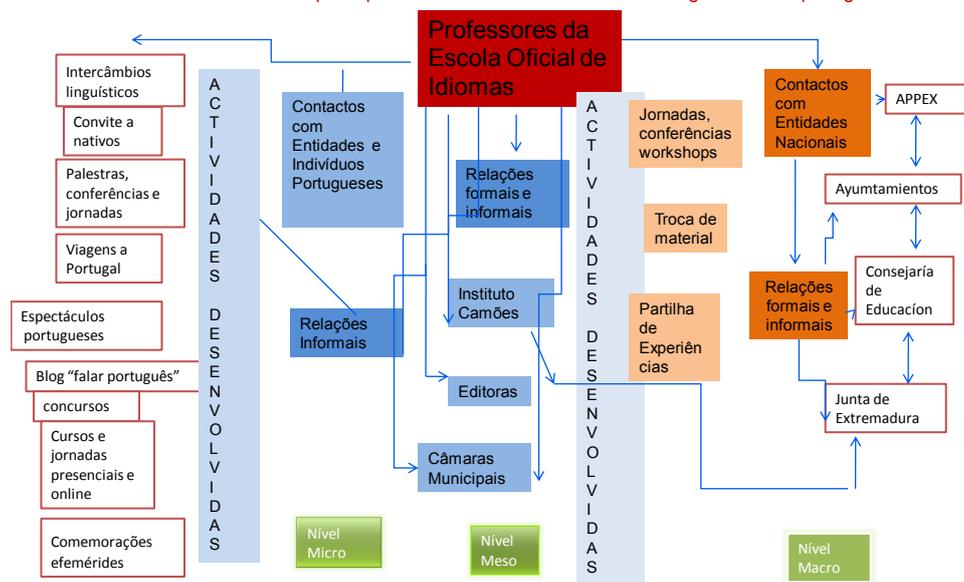
O presente estudo traduz-se assim, num diagnóstico a nível meso, segundo a designação de Wellman e Fischer, já que aborda em termos micro, o papel dos professores das Escolas Oficiais de Idiomas da Extremadura enquanto potenciais agentes de regulação da cooperação transfronteiriça, através das suas relações interpessoais, funcionando esta regulação como uma ponte ou forma intermediária de atingir a regulação macro, entendida aqui como a regulação nacional e internacional, no panorama transfronteiriço Portugal/Espanha.

O sistema relacional dos sujeitos, que lhes permite discutir as informações, contribui para produzir e transformar as representações, e conseqüentemente, as ações dos sujeitos, condicionando ou ultrapassando o controlo social instituído, pelo que há que observa-los. Conhecendo as suas práticas, as atitudes e as representações, podem detetar-se as relações socioprofissionais e pessoais e, assim, a sua própria atuação estratégica.

No presente estudo, verificou-se a existência do sistema relacional, dentro de uma estrutura, mas desocultando os seus efeitos relacionais a nível meso. Constatou-se a existência de capital social, no sentido de que podemos entendê-lo enquanto conjunto de capitais como culturais, académicos, relacionais informais e acesso privilegiando a informações e a entidades e indivíduos, comprovando-se que a estrutura oficial de organização administrativa e pedagógica da Escola Oficial de Idiomas permite a circulação entre especialistas, os professores e não especialistas. São os primeiros, enquanto atores estratégicos na organização, que formam círculos sociais. Mais ainda, há que apontar a autonomia dos docentes enquanto agentes ativos na cooperação e a sua motivação para tal, pois como defende Whitaker, quando se propõe, numa rede, uma ação conjunta, esta não precisará ser necessariamente assumida por todos os integrantes, mas somente por aqueles que livre e autonomamente decidirem participar. (Whitaker, 1993)

A representação esquemática, traduz, assim, a intervenção dos professores, apoiada no sistema relacional unicamente informal ou conjugando ações institucionais, com relacionamentos informais.

Actividades desenvolvidas pelos professores no âmbito do ensino da língua e cultura portuguesa



Abromovay, em 2003, citado por Castro, defende as redes sociais como “uma fonte decisiva de geração de riqueza”, na definição de território, não em termos espaciais e geográficos, mas assente nas relações sociais que se constroem e no sentimento de pertença. (M. Castro, 2008) Esta ideia reforça o aparecimento e a consolidação do estudo das relações sociais através da análise das redes. Como Tomael e Marteleto, em 2006, apresentam o argumento, as redes sociais estruturadas como base na partilha de informação, de atores (que podem ser individuais, organizações ou entidades) interligadas por relacionamentos sociais (com diferentes tipos de laços, que permitem a construção de uma estrutura social, constituem uma base para a elaboração teórica de uma rede, que ao conhecer os fluxos da comunicação, a transmissão da informação e os canais através do qual essas interações acontecem, poderão dar informações sobre níveis de previsibilidade. (Castro, 2008)

Numa posterior investigação, a opção pela metodologia da análise das redes sociais seria de todo pertinente, já que mantendo o modelo teórico da análise estratégica dos atores, justifica-se com o facto de que, com base na análise estrutural da rede, através de procedimentos da ARS, a explicação das intervenções se definem pelas relações entre os atores e pela forma que essas relações adotam. Assim, a abordagem dos atores, no seu contexto de intervenção, as suas finalidades, ações desenvolvidas e evolução futura são perspetivadas com base nos seus padrões de interação e na influência desses padrões

na atuação dos sujeitos-atores, já que é nessas interações que se enquadram as intervenções no âmbito da cooperação transfronteiriça.

### **Bibliografia**

ABRAMOVAY, Ricardo. 2004. “Entre Deus e o diabo mercados e interação humana nas ciências sociais”, **Tempo Social**, vol. 16, n.º 2: 35-64

AKOUN, A. *et al.* s/d. **A Filosofia das Ciências Sociais**. Lisboa: Publicações D. Quixote

ASSUMPÇÃO, Raiane. s/d. ”Redes sociais e capital político: definição de uma abordagem de análise das organizações partidárias brasileiras”. Consultado na Internet (15/01/2008), em [www.geocities.com/politicausp/instituicoes/.../ASSUMPcao.pdf](http://www.geocities.com/politicausp/instituicoes/.../ASSUMPcao.pdf)

ANTUNES, Fátima. 2005. “Globalização e Europeização das Políticas Educativas – Percursos, Processos e Metamorfoses”. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n.47, 125-143

AZEVEDO, Maria da Conceição. 2009. “Educação e Formação de Professores: Horizontes de Desenvolvimento Integral e Cidadania” in Medeiros, Emanuel Oliveira (coord) **Educação, Cultura(s) e Cidadania**. Porto: Edições Afrontamento, 29-47

BARDIN, Laurence. 1977. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70

BARTOLINI, Stefano. 2001. “A Integração Europeia provocará uma reestruturação dos sistemas de clivagens nacionais?”. **Sociologia, Problemas e Práticas**, 37: 91-114

BELL, Judith. 1997. **Como Realizar um Projeto de Investigação**, Lisboa: Gradiva

BERNOUX, Philippe. s/d. **A Sociologia das Empresas**. Porto: Rés-Editora

BRESSAN, Flávio. 2000. “O método do Estudo de Caso” **Administração On Line. Prática-Pesquisa-Ensino**, ISSN, vol. I, pp 1-18. Consultado na Internet (15/01/2008), em: <http://www.tudovbompa.com.br/biblioteca/csocial>

BURT, Ronald. 2000. “The Network Structure of Social Capital”. Consultado na Internet (15/11/2008) em [aculty.chicagobooth.edu/ronald.burt/research/NSSC.pdf](http://aculty.chicagobooth.edu/ronald.burt/research/NSSC.pdf)

CASTRO, Luis Domínguez. 2008. “La Cooperación Transfronteiriça entre Portugal y España (1990-2006). Las Estructuras de Cooperación, **A Cooperación Transfronteiriça entre Portugal e Espanha**. Porto: Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular – Instituto Financeiro de Desenvolvimento Regional: 13-101

CASTRO, Maria Luísa. 2008. “A metodologia de redes como instrumento de compreensão do capital social” **Revista Urutágua**. N.º16: 1-7 Consultado na internet (19/02/2009) em [www.geocities.com/politicausp/instituicoes/.../ASSUMPcaO.pdf](http://www.geocities.com/politicausp/instituicoes/.../ASSUMPcaO.pdf)

CCRDA/Universidade Évora. 2004. **Relatório 1: Observatório para a Cooperação Transfronteiriça – Problemas e Perspetivas de Cooperação Transfronteiriça Alentejo-Algarve-Andaluzia-Extremadura-Centro (Sub-região Beira Interior Sul)** Consultado na Internet (25/09/2008), em: [http://www.git-aa.com/GIT/atividades/pdfs\\_observatorio/01\\_relac\\_OCT\\_1texto\\_cooperacao.pdf](http://www.git-aa.com/GIT/atividades/pdfs_observatorio/01_relac_OCT_1texto_cooperacao.pdf)

CONSEJARIA de EDUCACIÓN. 2009. **La enseñanza de la Lengua Española en Portugal Curso 2007/08**. Consultado na Internet (12/06/2009) em <http://www.educacion.es/exterior/pt/es/estudiaespanol/universidades.shtml>

COSTA, Aline. 2007. “Reflexões sobre cultura e poder social: uma abordagem transversal para o conceito de local”, **Revista Espaço Académico**, n.º69: 1-5 Consultado na Internet (25/09/2008), em: <http://www.espacoacademico.com.br/069/69costa.htm>

DIAS, Cláudia. 2000. **Estudo de caso: ideias importantes e referências** Consultado na Internet (15/01/2008), em: [http://www.geocities.com./claudiaad /case\\_study.pdf](http://www.geocities.com./claudiaad /case_study.pdf)

ESPERANÇA, Eduardo Jorge. 2002. ”Bourdieu, o sociólogo enervante”, **Economia e Sociologia**, n.º 74: 5-16

EXCLUSION.NET. s/d. **Cooperação Internacional pelo Desenvolvimento Humano – A Rede Internacional das Práticas de Luta contra a Exclusão Social – Documento de Criação** Consultado na Internet (25/09/2008), em: [http://www.exclusion.net/images/ins\\_manuale/documento\\_costitutivo\\_po.PDF](http://www.exclusion.net/images/ins_manuale/documento_costitutivo_po.PDF)

FERNANDES, António Teixeira. 1992. “A Sociologia e a Modernidade”- Comunicação apresentada ao **II Congresso Português de Sociologia**, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian

FERNÁNDEZ, Antonio-José *et al.* 2008. “La Cooperación Transfronteiriça Extremadura-Alentejo-Região Centro” **A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha**. Porto: Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular – Instituto Financeiro de Desenvolvimento Regional: 235-262

FERNANDÉZ, María Isabel Nieto. 2000. **Las Relaciones Transnacionales de la Comunidad Autónoma de Extremadura – Tese Doctoral**. Universidad de la Extremadura, Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, Departamento de Estudios Internacionales

FERRAND, A. 2000. “Las Comunidades locales como estructuras meso” **REDES – Revista hispana para el análisis de redes sociales**, vol. 3, pp 1-11

FIALHO, Joaquim. 2007. “Análise de redes sociais – Algumas pistas para aplicação à saúde”, **Economia e Sociologia**, n.º 83: 183-203

FIALHO, Joaquim. 2008. **Redes de Cooperação Interorganizacional – o caso das entidades formadoras do Alentejo Central**. (Tese de Doutoramento) Évora, Universidade de Évora

GABBE, Jens. 2005. **Governance and cross-border cooperation**. Speech on the occasion of the RFO Annual Conference in Jornsuu, North Karelia, Finlanda Consultado na Internet (11/11/2008), em: <http://www.governanceevortragjensuu.gb.pdf>

Gabinete de Iniciativas Transfronteiras. 2005. **Extremadura y Portugal - Actividades de Cooperación 1998-2002**. Mérida: GIT

Gabinete de Iniciativas Transfronteiras. 2008. **Extremadura y Portugal - Actividades de Cooperación 2003-2007**. Mérida: GIT

GEP - Gabinete de Estratégia e Planeamento. 2004. **O Processo Europeu de Inclusão Social** Consultado na Internet (18/11/2008), em: <http://www.dgeep.mtss.gov.pt/estudos/peis/index.php>

GIDDENS, Anthony. 2000. **As Consequências da Modernidade**. Oeiras: Celta Editoras (4ª ed.)

GHIGLIONE, R. e MATALON, B. 1992. **O Inquérito. Teoria e Prática**, Oeiras: Celta Editora

JUNTA DE EXTREMADURA. 2009. **Documento de propuestas para la Ley de Educación de Extremadura (L.E.EX)** Mérida: Junta de Extremadura – Consejería de Educación

LEMIEUX, Vincent e OUMET, Mathieu. 2008. **Análise Estrutural das Redes Sociais**. Lisboa: Instituto Piaget

MACHADO, Maria Paula Neves. 2006. **O Papel do Professor na Construção do Currículo – um estudo exploratório** – Dissertação de Mestrado, Braga: Universidade do Minho

MARTELETO, Regina Maria. 2001. “Análise das Redes sociais – aplicação nos estudos de transferência de informação” Consultado na Internet (15/11/2008) [www.scielo.br/pdf/ci/v30n1/a09v30n1.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ci/v30n1/a09v30n1.pdf) -

MARTINS, Guilherme de Oliveira. 2009. “A Educação como Fator de Cidadania” in Medeiros, Emanuel Oliveira (coord) **Educação, Cultura(s) e Cidadania**. Porto: Edições Afrontamento, 49-53

MEDEIROS, Emanuel Oliveira (coord). 2009. **Educação, Cultura(s) e Cidadania: Ser Pessoa na Identidade e em Contextos de Diversidade**. Porto: Edições Afrontamento.65-83

MARTINS, Susana. 2005. “Portugal, um lugar de fronteira na Europa – uma leitura de indicadores socioculturais”. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n.49, 141-161

MAZZOTTI, Alda. 2007. **Usos e Abusos dos Estudos de Caso**. Programa de Pós-graduação em Educação, Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá Consultado na Internet (15/01/2008), em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n129/a0736129.pdf>

MOREIRA, F.J. e ANDRÉ, I. 2006. “A Progressiva aproximação das duas margens da Raia”, in Pedro-Rêgo, P. (coord). **Aproximar as Margens: Cooperação Transfronteiriça e Desenvolvimento Local no Espaço Rural do Alentejo e Extremadura**. Évora: Fundação Luís de Molina/ Universidade de Évora, 24-35

NEVES, Ana. 2004. “Análise de Redes Sociais”, **Inovação Organizacional**, n.º2, 37-61

NUNES, Adérito Sedas. 1991. **Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais**, (10ª ed), Lisboa: Editorial Presença

PERLA, J. M. A. E GONZÁLEZ-HABA, G. A. 2006. “Resultados de los Programas INTERREG” in Pedro-Rêgo, P. (coord). **Aproximar as Margens: Cooperação Transfronteiriça e Desenvolvimento Local no Espaço Rural do Alentejo e Extremadura**. Évora: Fundação Luís de Molina/ Universidade de Évora, 36-76

PEREIRA, Inês. 2002. “Identidades em Rede – Construção identitária e movimento associativo”, **Sociologia, Problemas e Práticas**, n.40, 107-121

PHILP, Mark. 1992. “Michel Foucault” in Quentin Skinner. **As Ciências Humanas e os seus grandes pensadores**. Lisboa. Dom Quixote, 91-92

PIZARRO, Narciso. 2004. “Un nuevo enfoque sobre la equivalência estrutural: lugares y redes de lugares como herramientas para la teoria sociológica”. **Redes Revista hispana para el análisis de redes sociales**, , n.º 5: 1-25

PORTES, Alejandro. 2000. ”Capital Social: Origens e Aplicações na Sociologia Contemporânea”. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n.º 33: 133-158

PROCÓPIO, Marcos Luís. 2007. “A Cooperação Espontânea: Relativizando a Importância da Atividade Formal de Gestão no Funcionamento das Organizações”, **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, vol.2, n.º 1: 62-76

QUIVY, Raymond. 1992. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva

RESENDE, José Manuel. 2002. “Habitus e disposições práticas em conformidade com uma classe particular de condições, ou em alternativa, esquemas incorporados e interiorizados por indivíduos com identidades plurais?”, **Economia e Sociologia**, n.º 74: 71-88

ROKOWSKI, Patrícia. 2008. **Procesos de Investigación y Desarrollo de Trabajos Científicos – Programa de Doctorado D066 – Lenguas Y Culturas Modernas. Textos, Imagen y Tecnologías de la Información**, Cáceres, Universidad de Extremadura, Facultad de Estudios Empresariales y Turismo

De La RÚA, Ainhoa de Frederico. 2002. “Amistad e identificación: las micro fundaciones de las pertenencias macro. Amigos europeos e identidad europea.” **REDES – Revista hispana para el análisis de redes sociales**, vol. 3, pp 1-28

SANTOS, Marcos Olímpio. 2008. “Análise do Impacto Económico e Social da Cooperação Transfronteiriça na Região do Alentejo”, **A Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha**. Porto: Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular – Instituto Financeiro de Desenvolvimento Regional, 199-233

SAMPAIO, Leonor. 2009. “A Soberania do Plural: Culturas, Conhecimentos e Cidadania” in Medeiros, Emanuel Oliveira (coord) **Educação, Cultura(s) e Cidadania**. Porto: Edições Afrontamento: 109-113

SOLANILLA, Pau. 2005. “**Gobernanza y sociedad civil. La cooperación de dimensión humana**” Consultado na Internet (25/09/2008), em: [http://www.euromediterrania2005.org/documents/Pau\\_Solanilla\\_CAST.pdf](http://www.euromediterrania2005.org/documents/Pau_Solanilla_CAST.pdf)

SARAGOÇA, José Manuel. 2004. “Epistemologia da Sociologia – Apontamentos para a sua Compreensão”, **Economia e Sociologia**, n.º 77: 67-86

SILVA, Carlos Alberto. 2002. “(Re)criar a ideia de *habitus* e campo social na encruzilhada das identidades profissionais na saúde” **Economia e Sociologia**, n.º 74: 89-103

SILVA, Carlos Alberto. 2004. **Reencontro com o mundo organizacional – Uma abordagem sociológica**. Évora: Universidade de Évora

SILVA, Carlos Alberto. 2009. “As práticas clínicas na formação em enfermagem – aspetos teórico-metodológicos da aplicação da análise de redes sociais” **REDES – Revista hispana para el análisis de redes sociales** (a publicar)

SILVA, António e FERREIRA, Marta. 2007. “Gestão do Conhecimento e Capital Social” consultado na Internet em [vivoeduca.ning.com/profiles/blogs/textos-sobre-redes-sociais](http://vivoeduca.ning.com/profiles/blogs/textos-sobre-redes-sociais) (23/03/200)

TOMAÉL, Maria Inês. 2007. “Redes Sociais, Conhecimento e Inovação Localizada” consultado na Internet em [dgz.org.br/abr08/Art\\_04.htm](http://dgz.org.br/abr08/Art_04.htm) (23/03/200)

UZZI, Brian. 2000. “Embeddedness and the Economic Performance of Organization”. **American Social Review**: 94-289

VARANDA, Marta Pedro. 2007. “Ação coletiva entre pequenos empresários: uma análise de redes sociais”. **Análise Social**, vol. 182: 207-230

VARY, KARLOVY. 2003. **Eduction, Training and Labour Market**. AEBR (ed) Consultado na Internet (25/11/2008), em: <http://www.aebr.net>

VILLASANTE, T. R. e GUTIÉRREZ, P.M. 2006. “Redes y conjuntos de acción: para aplicaciones estratégicas en los tiempos de la complejidad social”, **REDES – Revista hispana para el análisis de redes sociales**, vol 11: 1-22)

WACQUANT, Lóic. 2005. “Mapear o Campo Artístico”. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n.48, 117-123

WHITAKER, Francisco. 1993. “Rede: um Estrutura Alternativa de Organização”, Procurando entender – Textos para discussão, n.º14 (consultado na internet em [www.lead.org.br/...rede\\_uma\\_estrutura\\_alternativa\\_de\\_organizacao.pdf](http://www.lead.org.br/...rede_uma_estrutura_alternativa_de_organizacao.pdf), em 25/07/2009)

#### **Legislação:**

“*Ley Orgánica 2/2006 de 3 de mayo, de Educación*”, art.º8-Consultado na Internet em [3www.cigadmon.org/.../viewtopic.php?p=5486](http://www.cigadmon.org/.../viewtopic.php?p=5486) (04/05/2009)

I. F. PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.PORTUGAL/D.G. DE FONDOS COMUNITARIOS.ESPANA. 2007. **Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha 2007-2013 – Documento Aprovado pela Comissão Europeia**. Consultado na Internet (15/09/2008), em: [www.ccdrc.pt/planeamento/programa-de-cooperacao-transfronteirica-portugal-espanha](http://www.ccdrc.pt/planeamento/programa-de-cooperacao-transfronteirica-portugal-espanha)

#### **Notas sobre os autores:**

##### **Maria da Graça Palula Viegas**

[palulaviegas@yahoo.fr](mailto:palulaviegas@yahoo.fr)

Doutoranda em Sociologia da Universidade de Évora. Mestre e Licenciada em Sociologia. Desenvolve a sua atividade profissional na área do ensino e formação profissional. Os principais interesses em investigação situam-se nas áreas da cooperação territorial e do desenvolvimento regional e local. É colaboradora do CesNova-UNL.

##### **Carlos Alberto da Silva**

[casilva@uevora.pt](mailto:casilva@uevora.pt)

Diretor do Departamento de Sociologia da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora (2011-...). Diretor do Programa de Doutoramento em Sociologia da Universidade de Évora (2011-...). Investigador integrado no CESNOVA - Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa

(2011-...). Doutor e Agregado em Sociologia das organizações. Autor de vários trabalhos técnicos e científicos, sendo na maioria cofinanciados por programas nacionais e europeus nas áreas do diagnóstico e avaliação de projetos sociais, planeamento estratégico e desenvolvimento regional. Principais áreas de interesses de investigação: a) Redes e cooperação territorial e transfronteiriça; b) Análise prospetiva; c) Diagnóstico das redes sociais ; d) Avaliação em tecnologias da saúde.

**José Manuel Leal Saragoça**

[jsaragoca@uevora.pt](mailto:jsaragoca@uevora.pt)

Doutor em Sociologia, Professor Auxiliar na Escola de Ciências Sociais (E.C.S.) da Universidade de Évora (U.É.), onde leciona no Departamento de Sociologia. É adjunto do Diretor do Departamento de Sociologia e membro do Conselho Pedagógico da E.C.S. da U.É.. É investigador integrado do CESNOVA – FCHS-UNL e colaborador do Centro de Investigação em Sociologia e antropologia – Augusto da Silva - CISA-AS -, da Universidade de Évora. Entre 1991 e 2003 Formador e Coordenador Pedagógico na Escola Profissional da Região Alentejo, propriedade da Fundação Alentejo, de que é, atualmente, membro não remunerado do Conselho de Administração. É membro da Associação portuguesa de Sociologia – APS - e da Associação Portuguesa de Profissionais em Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho - APSIOT. É autor de diversos artigos científicos e do livro *Tecnologias da Informação e da Comunicação, Educação e Desenvolvimento dos Territórios* (Fundação Alentejo - 2009). Os seus interesses de investigação estão, presentemente, direcionados para os *future studies*/prospetiva estratégica e a análise de redes sociais/*social network analysis*, sobretudo nos domínios da educação, governo eletrónico e cooperação transfronteiriça.

**Joaquim Manuel Rocha Fialho**

[jfialho@uevora.pt](mailto:jfialho@uevora.pt)

É professor auxiliar convidado no Departamento de Sociologia da Universidade de Évora. Licenciado em Serviço Social, é quadro superior do Instituto do Emprego e Formação Profissional desde 1999, onde exerce funções de assistente social no Centro de Formação Profissional de Évora. É detentor do Mestrado em Sociologia, na variante de recursos humanos e desenvolvimento sustentável (2003), tendo desenvolvido a tese sobre a reintegração de desempregados de longa duração no mercado de emprego. Em 2008, obteve, com distinção e louvor a aprovação nas provas de Doutoramento em Sociologia, onde apresentou a sua investigação sobre as redes de formação profissional. Tem mais de uma de dezena de artigos publicados sobre organizações e formação profissional, bem como a participação em inúmeros eventos científicos como orador. As suas principais linhas de investigação são a análise de redes sociais, dinâmicas organizacionais e a formação profissional.

**O RURAL COMO ESPAÇO SIGNIFICATIVO:  
ARTE, COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE**

# O local como especialização – as rádios locais portuguesas enquanto espaço para a comunicação de proximidade

Local as a specialization – the Portuguese local radio as a space for proximity

Luís Bonixe

## Resumo

*O surgimento de rádios locais na Europa representa seguramente uma das maiores revoluções no campo mediático. Portugal não ficou imune a este movimento e a partir da década de 70 do século passado surgem várias emissoras, ainda sem licença para emitir (rádios-pirata) que pretendem, sobretudo, reivindicar o direito das populações a uma presença mediática que, regra geral, lhes era negada pelo centralismo dos média portugueses. Desde a liberalização do setor da rádio ocorrida em 1988 até aos nossos dias, tem sido percorrido um caminho nem sempre fácil e que gerou um cenário preocupante no que diz respeito à proximidade e ligação que estas rádios mantêm com as comunidades nas quais se inserem. O presente artigo pretende contribuir para esta discussão, sublinhando as potencialidades das emissoras locais para a promoção da partilha e memória coletiva do local ao mesmo tempo que evidenciamos as iniciativas do foro legislativo que têm facilitado a adoção de políticas nas empresas de radiodifusão que não têm privilegiado o local.*

**Palavras-chave:** Rádio; local; jornalismo

## Abstract

*The emergence of local radio stations in Europe is surely one of the greatest revolutions in media. Portugal was not immune to this movement and from the 70s of last century appear several stations, not yet licensed to broadcast (radio-pirate) who want, above all, claim the right of the people to a media presence that generally they was denied by the centrality of the Portuguese media. Since the liberalization of the radio in 1988 to the present day, has been traversed a path not always easy and steamed into a worrying scenario with regard to the proximity and connection that these radios have with the communities in which they operate. This article aims to contribute to this discussion, underlining the potential of local broadcasters to promote sharing and collective memory of the communities, On the other hand, we discuss the legislative initiatives that have facilitated the adoption of policies that have not privileged localness.*

**Key-words:** Radio; local; journalism

## Introdução

Foi a partir do final da década de 70 do século passado que surgiram por todo o país centenas de rádios locais que emitiam ilegalmente e por isso foram chamadas de rádios-pirata. Tratou-se da expressão portuguesa daquilo que já acontecia um pouco por toda a Europa desde o final da década de 50. As rádios-pirata portuguesas, sobretudo pela sua expressão quantitativa, modificaram o cenário do setor da rádio em Portugal. De repente

apareciam centenas de pequenas emissoras locais de norte a sul do país, desafiando o duopólio Estado/Igreja que controlava o setor.

Só no final dos anos 80 é que é aprovada a lei que liberaliza o setor da rádio em Portugal, permitindo que passassem a emitir, agora legalmente, cerca de 400 emissoras locais.

Do ponto de vista jornalístico contribuíram, pelo menos no início, para o exercício de um jornalismo de proximidade, trazendo para o cenário radiofónico um olhar sobre os pequenos problemas locais das populações, bem como novos protagonistas que eram frequentemente esquecidos pelas principais rádios do país.

As emissoras locais utilizaram a informação como um argumento importante para se afirmarem no cenário da radiodifusão portuguesa. A prática de um jornalismo de proximidade foi o argumento invocado para pressionar os governos em exercício na década de 80 no sentido de obter a desejada legalização. As rádios piratas seguiram, desde o início, a ideia de que teriam de oferecer serviços de informação local sobre as comunidades onde se inseriam.

Nos primeiros anos após a legalização a realidade trouxe à superfície um leque de problemas para as rádios locais que têm colocado em causa a sua razão de ser. Questões financeiras, de formação, de inovação e modernização tecnológica conduziram à adoção de medidas do foro legislativo, sobre as quais pretendemos refletir no presente artigo na medida em que se constituem como indicadores de preocupação com vista à consolidação do principal objetivo das rádios locais: a proximidade com a comunidade na qual se inserem.

### **O local enquanto construção mediática**

O movimento de criação de rádios locais (ou livres, como também são chamadas) que inundou a Europa a partir do final da década de 50 está profundamente enraizado na consciência de que determinados setores da população poderiam transmitir as suas opiniões e pontos de vista (Eco, 1981:229). Este fenómeno não poderá ser dissociado das transformações políticas, sociais e culturais do pós-guerra no continente Europeu

bem como da contestação popular ao monopólio dos Estados no setor dos média (Starkey, 2011; Flichy, 1982)

Tratou-se de um movimento (ou melhor, de movimentos, já que tomou diversas formas em função das especificidades de cada país) libertador e que pretendeu colocar no espaço público mediático correntes sociais, culturais e políticas até então com pouca ou nenhuma expressão pública. Joan Manuel Dominguez (1997:220-221) vê as rádios locais como uma forma de escapar ao domínio dos grandes grupos económicos que controlam cada vez mais os meios de comunicação social. As emissoras locais, tal como as televisões locais, podem constituir-se como a alternativa ao discurso uniformizado dos *mega-media*.

As rádios locais constituiriam a forma de muitas economias familiares poderem continuar a ter acesso aos média sem ter de pagar para aceder à sociedade de informação. Estaríamos, de acordo com este ponto de vista, a criar “uma nova classe social dentro da sociedade da informação” (Dominguez, 1997: 221).

As rádios locais contribuíram para que a própria rádio se tivesse reinventado enquanto meio de comunicação, reforçando o seu papel e condição de veículo da expressão política, social e cultural. Não faltam exemplos como o chamado «movimento» em Itália que agregou diversas rádios com o objetivo de divulgar os ideais de esquerda (Rodrigo&Ruiz-Collantes, 1982:272) ou rádios verdes em França, assim designadas por defenderem a causa ambientalista. Dependendo de cada Estado, as rádios locais serviram de veículos de lutas sociais, políticas e noutros casos “apenas pelo gosto de fazer rádio” (Cazenave, 1984:82).

O caso português teve sobretudo um carácter localista, mas igualmente acompanhado de um vertente claramente contestatária ao duopólio Estado/Igreja que por altura dos anos 70, quando surgiram em Portugal as primeiras rádios-pirata, controlava o setor da rádio.

Significa que o movimento de liberalização da rádio em Portugal teve sobretudo a ver com o desejo das populações de se reverem no espaço mediático, quase sempre centralizado nas grandes cidades, Lisboa e Porto, e sobretudo voltado para os grandes temas nacionais.

Também neste caso, é preciso recordar as condições políticas e sociais do país, vindo de quase cinco décadas de ditadura. As rádios locais são, por essa razão, também uma expressão da identidade das comunidades. Manuel Chaparro Escudero salienta o carácter voluntário do fenómeno, sublinhando o facto das emissoras locais terem aparecido, neste caso em Espanha, de grupos de cidadãos empenhados em incorporar-se de maneira ativa na construção democrática. (Escudero,1998: 23-25)

Essa identidade foi sendo construída pelas próprias rádios que vincavam nas suas próprias designações a localidade para a qual emitiam. São exemplos a Rádio Portalegre, Rádio Voz de Almada ou Rádio Antena Livre de Abrantes, entre muitas outras.

A ligação das rádios locais ao território é, sob este ponto de vista, notória e foi assumido como um fator distintivo da especificidade de cada projeto. As rádios locais pretendiam representar um corte com o centralismo do Estado, construindo a sua identidade a partir da delimitação do território.

As ideias de comunhão e de partilha do mesmo espaço físico são aqui relevantes enquanto estratégia de afirmação e até mesmo comercial das empresas de radiodifusão local. O local é visto como o território de proximidade que fornece o elo de ligação entre a rádio e os seus ouvintes.

### **A rádio e o local**

Adriano Duarte Rodrigues descreve a rádio como o relógio que acompanha o pulsar do nosso quotidiano (Maia, 1995: 7-9), que nos conduz a vida e nos orienta diariamente. A ligação dos indivíduos à rádio acarreta um grau de emotividade, afetividade e sentimento de partilha. Transformações tecnológicas que permitiram “levar” a rádio para todo o lado e a carga emocional simbolicamente transmitida pela voz a soar aos nossos ouvidos são fatores que têm ajudado a que a rádio, mesmo em tempos que privilegiam a imagem, continue a fazer parte das nossas vidas.

Pelas suas características, a rádio local significa o expoente dessa relação comunicativa. David Hendy considera que a rádio tem em si mesma “a aura da democracia”. O autor

diz-nos que essa aura decorre da junção de três fatores. Em primeiro lugar pela própria linguagem utilizada, que nos remete para uma pluralidade de versões, consubstanciada na possibilidade dos ouvintes serem recetores e produtores de informação. Em segundo lugar, a rádio é mais acessível financeiramente, quando comparada, por exemplo, com a televisão. Refere o autor:

“Isto faz da rádio, pelo menos em teoria, o meio mais marginalizado de todos os sectores da comunidade, assim como da imensa corporação do Estado: rádios comunitárias e de bairro, piratas, livres e várias formas de rádio clandestina, são fenómenos que raramente encontram paralelo numa ecologia global da televisão”. (Hendy, 2000:196)

E por fim, a rádio é também democrática, na visão de David Hendy, devido ao seu carácter localista e de ligação às comunidades locais para as quais emite programação.

Esta vertente da rádio que privilegia o local como estratégia de afirmação e identidade é seguida por outros autores. Rafael Roncagliolo (in Escudero, 1998:49) vê a comunicação de proximidade que as rádios locais suportam como algo que muda, transforma e altera a ordem das coisas existentes. Trata-se de um tipo de comunicação identificado com o outro, realizada na horizontal e não na vertical.

Um estudo do Ofcom sobre o que chamam de “rádios de pequena escala” (*small-scale radio*), compara a relação que os indivíduos têm com as rádios locais e as comunitárias. Uma das conclusões do estudo enfatiza, de forma evidente, a relação de proximidade e de identidade que os ouvintes têm para com a “sua rádio local”. “Não é tanto o que as rádios transmitem, mas o que representam para a sua comunidade que as torna tão especiais para os ouvintes” (Ofcom, 2011:22). O mesmo estudo compara a opinião dos ouvintes sobre a rádio local e a rádio de emissão nacional. Os ouvintes referem que sentem pela sua rádio local um afeto que não é mencionado quando são questionados sobre o que sentem em relação a outras rádios. Esse afeto não decorre necessariamente da escuta permanente, mas sim do sentimento de pertença que a rádio local lhes proporciona (Ofcom, 2011:16).

As rádios locais criaram condições para o renascimento de uma identidade regional, visível através do sentimento de pertença que os ouvintes nutrem pelas emissoras da sua localidade, realidade que é sobretudo observada em áreas onde as emissoras nacionais não têm uma forte implementação (Ofcom, 2011:22).

Esta ideia é sublinhada por Patrice Flichy (1981) que considera que as rádios locais ou paralelas, como também lhes chama, desempenham uma função social que se sintetiza por favorecer uma renovação da vida e das iniciativas locais. A rádio local, segundo esta perspectiva, permite à comunidade conhecer-se melhor.

### **Da proximidade e do local como especialização**

As rádios locais inscrevem-se, assim, num registo de proximidade, valor que pode ser potenciado nas diversas dimensões de uma organização radiofónica local, como seja a micro-informação local, identidade local e entretenimento (Ofcom, 2011:5). No campo informativo, procuraremos explorar a questão da proximidade associada ao localismo, na hipótese de esta se constituir como um terreno fértil para a especialização jornalística.

O cenário para esta hipótese está fortemente associado à componente física da rádio. Entendemos que a territorialização é condição essencial para a promoção da proximidade e da especialização jornalística. A proximidade com o território sobre o qual a ação jornalística é exercida promove essa mesma especialização, uma vez que esta depende do grau de conhecimento que se têm sobre aquela. As decisões editoriais que os jornalistas tomam na sua atividade decorrem de cenários interpretativos que se baseiam num “significativo grau de conhecimento do local” (Kirby *in* Hood, 2010: 153). Neste sentido, práticas de *outsourcing* que algumas rádios locais adotaram (e que significa que a informação local de uma rádio é construída a partir da sede dessa rádio que se encontra num local diferente), levantam inúmeras questões, como argumenta Lee Hood: “*Outsourced news* implica uma grande questão: em que medida notícias produzidas fora do local têm o conhecimento dessa área de modo a contribuir para o discurso coletivo desse local?” (Hood, 2010:153).

A defesa em torno de um jornalismo de proximidade que implique a sua especialização territorial é feita também por Bernardo Díaz Nosty (1997) ao referir que os media locais e regionais são meios especializados geograficamente. Quer isto dizer que devem apostar em estratégias que reforcem essa especificidade. Só assim poderão criar espaços e discursos direcionados para a sua audiência específica. O autor entende que o progresso tecnológico aplicado ao campo dos média deve ser aproveitado por estes para

se aproximarem cada vez mais das suas comunidades locais e não o contrário. Só assim, sublinha Nosty, os media locais desenvolverão a função para a qual foram criados incrementando valores de cidadania e de democracia.

“No local é muito difícil criar cenários que difiram da nossa realidade, porque, nesses planos formativos tão necessários para os meios locais, não convém desprender-se em excesso da realidade em volta e atender ao direito da informação dos cidadãos”(Nosty, 1997:168).

A construção e preservação de uma memória colectiva específica de uma região ou localidade depende da exacta adequação de estratégias de programação que se identifiquem com essa mesma audiência. Os meios locais devem procurar adequar-se à região de cobertura e se o não fizerem estão “a afastar-se dos seus objectivos e cavando o buraco da sua autodestruição”(Nosty, 1997:164).

As rádios locais representariam assim um meio de comunicação social voltado para as populações, consubstanciado no acompanhamento das pulsões sociais das comunidades, na efetiva realização de uma grelha de programação onde a tradição e a história locais seriam pontos fortes tal como a prática de um jornalismo de proximidade.

A micro-informação local é vista como um serviço exclusivo das rádios de pequena dimensão, sobretudo devido ao seu grau de especialização. É o tipo de informação que as rádios de maior dimensão ignoram e por essa razão constitui-se como um importante elemento de atração de ouvintes para as rádios locais (Ofcom, 2010:19).

Faz todo o sentido que o território local signifique a principal área de intervenção dos jornalistas das rádios locais, como forma, por um lado, de sublinhar a sua diferença e por outro para contextualizar, tendo em conta o seu público, os acontecimentos que chegam “de fora”.

### **Caminhos percorridos em Portugal**

Em Portugal, o aparecimento de rádios-pirata é motivado pelo desejo das populações se fazerem representar nos média, até então muito centralizados em Lisboa. Apesar da existência de vários títulos da imprensa regional, o setor da rádio era dominado pela rádio pública, com centros de produção em algumas cidades do país, e pela Rádio

Renascença, pertencente à Igreja Católica. Com muito menos expressão, existia ainda a rádio Altitude na Guarda, originalmente associada ao Sanatório.

No final da década de 70 do século passado aparecem as primeiras rádios-pirata em Portugal por iniciativa de pequenos grupos de cidadãos e marcadas pelo forte pendor de amadorismo, mas que pretendiam sobretudo começar a suscitar o debate em torno deste movimento.

O carácter localista e de proximidade que o fenómeno assumiu em Portugal é verificável também no plano legislativo quando os então deputados Jaime Ramos e Dinis Alves propuseram em 1983 um Projecto-Lei visando a legalização das rádios-pirata. No preâmbulo do documento lê-se que os ouvintes passariam a dispor de “um poder mais alargado de escolha de programas mais variados e mais ajustados à especificidade das diversas regiões do país”. (Preâmbulo do Projeto-lei nº252/III de 26 de novembro de 1983)

Alguns anos mais tarde, em 1988, a lei que viria a liberalizar o setor da radiodifusão em Portugal sublinha também o carácter localista das emissoras locais e regionais:

“os fins da actividade privada e cooperativa seriam entre outros os de alargar a programação radiofónica a interesses, problemas e modos de expressão de índole regional e local, preservar os valores das respectivas culturas, difundir informações de interesse para a área geográfica de cobertura e incentivar as relações de solidariedade entre as populações locais”. (artº 6º da Lei 87/88 de 30 de julho).

Apesar disso, nem todos os projetos podem ser identificados com o mesmo grau de ligação ao local. Rádios como a TSF, o Correio da Manhã Rádio ou a Rádio Cidade apresentaram-se sempre com propósitos distintos daqueles que motivaram as emissoras locais espalhadas pelo país.

Se nos últimos anos antes da legalização e no par de anos que se seguiu podemos continuar a olhar para as rádios locais como projetos efetivamente locais, na medida em que a programação e a informação apresentavam propostas que a vinculavam à comunidade, passado algum tempo vieram à superfície problemas de carácter económico que puseram à vista as debilidades de alguns dos projetos aprovados. Mário Mesquita sintetiza assim o período imediato à legalização das rádios-pirata.

“De 1990 a 1993 são numerosas as alterações deste sector. Estações que fecham, que se associam a outras, que são vendidas, que alteram radicalmente o seu projecto inicial, enfim, a rádio local está longe de encontrar o seu ponto de estabilidade”. (Mesquita, 1994:400).

Na primeira metade da década de 90 assiste-se um cenário caótico caracterizado por estações que apesar de terem obtido alvará nunca emitiram, outras que se viram obrigadas a ceder espaços horários para outras rádios de maior dimensão e outras ainda que passaram a emitir em cadeia. O cenário então criado foi de descaracterização das rádios locais originando as designadas “rádios-fantasma” (Marinho, 2000:99) ou seja, emissoras que detinham efetivamente um emissor, mas não tinham programação nem informação próprias.

As emissoras com mais meios aproveitaram um vazio legal nesta matéria conseguindo retransmitir a sua emissão utilizando para tal os emissores de outras rádios com menores recursos. Deste modo, uma rádio local de Lisboa, facilmente conseguiria em cadeia chegar a todo o país.

O panorama da radiodifusão local em Portugal ficou dividido entre as emissoras locais de Lisboa e Porto que controlavam grande parte das pequenas rádios de província e, por outro lado, os pequenos operadores que lutavam por se manter fiéis aos princípios inspiradores do movimento.

No sentido de resolver o cenário caótico em que as rádios locais tinham mergulhado, são produzidas alterações em 1997 à lei 87/88 de 30 Julho pela lei 2/97 de 18 de Janeiro e cinco anos mais tarde é aprovada a lei 4/2001 de 23 de fevereiro. O diploma de 2001 obriga a que as rádios locais emitam um mínimo de oito horas entre as 7 e as 24 horas, estabelecendo que cada emissora indique, durante o período de programação própria, a denominação da rádio bem como a sua localização. No plano da informação, este diploma prevê que as rádios locais ou regionais generalistas difundam, por dia, pelo menos três blocos noticiosos de âmbito local entre as 7 e as 24 horas.

Quanto à constituição de cadeias de rádios, o artigo 30º da lei 4/2001 estipula que só podem emitir em cadeia as rádios que obedeçam a um mesmo modelo específico, num

máximo de quatro emissoras, desde que a distância entre elas não seja inferior a 100 quilómetros.

Se a questão das cadeias de radiodifusão estava, pelo menos aparentemente, resolvida, outra iniciativa no plano legislativo viria a criar nova agitação no setor. Com a publicação da lei 4/2001 de 23 de fevereiro é criada uma nova tipologia para as rádios locais que passam a ser consideradas também em função da sua programação que pode ser generalista ou temática e neste último caso, musical ou informativa. Várias rádios apressaram-se a alterar a sua classificação para temática musical e deste modo abdicarem da emissão de informação local, opção que resultava claramente numa diminuição dos custos, uma vez que não seria necessária a contratação de jornalistas.

Mas esta lei previa que uma rádio pudesse ser classificada como temática, desde que no mesmo concelho outra emissora se mantivesse generalista. Era a forma de garantir que por município, pelo menos uma rádio iria reproduzir a informação e a atualidade local. No entanto, esta condição é retirada da lei 54/2010 motivando um novo “agitar de águas” no setor, como descreveremos de seguida.

### **E ainda há espaço para o local?**

O fenómeno das rádios locais alterou radicalmente o cenário dos média em Portugal. Contribuiu em muitos casos para a afirmação de uma identidade local, gerando espaços de debate e discussão sobre temáticas públicas. Contribuíram para a memória coletiva de uma comunidade.

No entanto, tal como noutras situações, a generalização é também aqui perigosa: muitas emissoras locais falharam nesses mesmos objetivos: cederam a sua emissão a grupos económicos, a confissões religiosas. Afastaram-se das suas comunidades.

Não é nossa pretensão detalhar o caso português, uma vez que falamos de um cenário com mais de três centenas de rádios locais o que obriga a um estudo aprofundado que o presente texto não procura.

No entanto, há indicadores que mostram alguns sinais de preocupação, motivando políticas e estratégias empresariais que aliadas ao plano legislativo estão a contribuir para que as rádios locais se afastem dos seus objetivos de promoção e criação de espaços de discurso e memória coletiva das comunidades onde se inserem. Um desses indicadores é o número de rádios locais que tem solicitado às entidades competentes a alteração dos seus projetos.

No relatório de 2010 da Entidade Reguladora da Comunicação, esta preocupação era manifestada em relação aos pedidos de alteração à programação feitos pelas emissoras.

“(…) assistiu-se, em 2010, a uma tendência, que começa a sedimentar-se no panorama radiofónico nacional, entre as rádios de âmbito local, no sentido da alteração dos respectivos projectos radiofónicos visando a sua adaptação a modelos pré-existentes, já reconhecidos ou reconhecíveis pela audiência, disso sendo reflexo os pedidos de alteração do projecto aprovados (15), assim como de alteração da denominação dos serviços (18)”. (ERC, 2010: 23)

O número de pedidos de alteração de programação conheceu um novo impulso aproveitando a aprovação da lei 54/2010 que descrevemos anteriormente. Em junho de 2012, menos de dois anos após a aprovação da lei, a imprensa da altura noticiava que a Entidade Reguladora para Comunicação (ERC) já tinha aprovado 10 pedidos de alteração de programação e que se preparava para “analisar mais outros cinco processos de alteração” (Meios&Publicidade, 18 de junho de 2012).

Dados que motivaram preocupação mesmo no seio do regulador. De facto, a própria ERC, na sequência dos pedidos de alteração de programação, viu-se na obrigação de emitir uma diretiva (Deliberação -1out. R/2012) sobre a promoção da diversidade informativa nas rádios na qual refere o seguinte:

“Lei n.º 54/2010 (doravante, Lei da Rádio) eliminou as restrições anteriormente consagradas à possibilidade de alteração da tipologia das rádios locais, em função da existência ou não, no mesmo concelho, de rádio generalistas, daí que se venha assistindo a uma tendência de modificação da tipologia dos serviços de programas de generalistas para temáticos musicais, com o conseqüente desaparecimento das rádios generalistas”. Neste sentido, a ERC recomendou na diretiva que seja salvaguardada “uma componente informativa de carácter local” (ERC, 2012)

Este afastamento do local não parece ser um exclusivo da realidade portuguesa. Lee Hood olhando para o cenário norte-americano nota como sendo negativa a estratégia que as rádios locais têm seguido de *outsourcing*. Referindo-se em particular ao campo

jornalístico, o autor defende que se um serviço noticioso é produzido por uma equipa que tem a cargo uma vasta área de cobertura, o resultado será um afastamento da especificidade dessa informação e como tal da ligação aos assuntos de uma cidade (Hood, 2010:19)

Guy Starkey encontra outros motivos para o afastamento das rádios locais face ao local. Para o autor britânico, a entrada em cena de grupos de comunicação nacionais ou até internacionais ao adquirirem emissoras locais tem conduzido a um cenário de “diminuição do sentido de localidade” uma vez que “colocam em situação desvantajosa as comunidades das quais procuram obter lucro” (Starkey, 2011:158).

Neste particular, poderemos encontrar alguns indicadores no mesmo sentido, em particular nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, onde grupos de comunicação têm entrado, aproveitando a legislação favorável, e adquirindo emissoras locais. Na verdade essas emissoras acabam por mudar a sua programação para temática musical e deste modo ignorarem a informação local das comunidades onde se inserem.

### **Notas finais**

Procurámos no presente artigo elaborar uma reflexão sobre a importância das rádios locais enquanto geradoras de um discurso coletivo que promova o local e contribua para a preservação de uma memória coletiva.

As rádios locais têm condições ontológicas favoráveis para a prossecução de tais objetivos. À partida, porque estamos a falar de rádio e como tal de um meio que promove, pelas suas características uma ligação de proximidade com os ouvintes, seja através da sua própria linguagem, seja pela facilidade tecnológica que lhe confere portabilidade. Por outro lado, a dimensão local destas rádios são o sentido da sua existência. De facto, não faz sentido falar em rádios locais sem o local!

Há, como tentámos demonstrar, fatores que perturbam aquilo que seria o percurso normal de uma rádio local. Encontramos esses indicadores no plano legislativo com a aprovação de leis que geram condições favoráveis ao afastamento do local criando

condições para que no plano empresarial sejam adotadas estratégias que não têm o local como prioridade.

Naturalmente, que os planos financeiro (falamos na sua maioria de empresas com dificuldades económicas) e organizacional (tratam-se em muitos casos de rádios com pequenas estruturas ao nível de recursos humanos e materiais) não devem ser esquecidos.

Neste aspeto, tentou-se criar um plano de incentivos que ajudasse à modernização tecnológica, mas um estudo sobre a eficácia desses apoios mostra como eles não tiveram o resultado desejado. “O impacto desses apoios está longe de ter alcançado os objectivos, uma vez que não foram suficientes para potenciar uma maior dinâmica geral deste subsector (...)” (Carvalho, *et al*, 2010:287).

Por razões históricas e ontológicas, não é possível dissociar rádio local de proximidade e é nesse quadro que as políticas públicas para o setor da rádio devem ser adotadas, considerando por outro lado os desafios que o século XXI coloca aos meios de comunicação social em geral e à rádio em particular.

São por isso preocupantes as medidas legislativas recentes que se não forem causa direta do afastamento das rádios locais das comunidades onde se inserem, são pelo menos um forte incentivo a que isso aconteça.

A linha que seguimos no presente artigo afirma a rádio local enquanto espaço simbólico para a troca entre os indivíduos de uma comunidade e enfatiza a especificidade do local traduzida em termos jornalísticos numa especialização territorial dos conteúdos. É por isso, necessário fortalecer as rádios locais neste domínio criando condições para que os profissionais, sobretudo os jornalistas, possam exercer a sua função com base na experiência direta do território condição, neste contexto, fundamental para o conhecimento.

## Bibliografia

AZEVEDO, A.P. (2001). “As rádios locais no pós-25 de Abril”, in *Observatório*, 4, Lisboa: Observatório da Comunicação, pp.113-122.

BONIXE, L. (2010) “Legalização, Concentração e Multimédia – Os desafios das rádios locais portuguesas”. *Rádio-Leituras*:1, pp. 187-202.

BONIXE, J.L. (2003). *As rádios locais em Portugal: informação e função social. Uma análise dos noticiários das rádios do distrito de Setúbal*. Dissertação de mestrado defendida na Universidade Nova de Lisboa

CARVALHO, A. et. al. (2010), *Estudo de Impacto dos Incentivos diretos concebidos pelo Estado aos órgãos de comunicação social regional e local*. UNL-Média XXI.

CAZENAVE, F. (1980). *Les Radios Libres*, Paris: PUF.

CHANTLER, P. & HARRIS, S. (1997). *Local Radio Journalism*, Oxford: Focal Press.

CRISELL, A. (1994). *Understanding Radio*, London: Routledge.

DOMÍNGUEZ, J. M. (1997), “Los media locales en la Cataluña y la ACL”, in ESCUDERO, Manuel Chaparro (ed.), *Radiotelevisión Pública Local y Alternativa – Perspectivas*, Sevilla: EMA RTV, pp. 217-224.

ECO, U. (1981), “Una nueva era en la libertad de expresión”, in BASSETS, Lluís (ed.), *De las Ondas Rojas a las Radios Livres*, Barcelona: Gustavo Gili, pp. 213-230.

ERC (2012), “Diretiva sobre a promoção da diversidade informativa nas rádios” Deliberação - 1out. R/2012

ESCUDERO, M.C. (1998). *Radio Publica Local*, Madrid: Fragua.

FLICHY, P. (1981). “La explosión del monólogo. Las radios paralelas en la Europa Occidental”. in BASSETS, Lluís (ed.), *De las Ondas Rojas a las Rádios Livres*, Barcelona: Gustavo Gili, pp.180-188.

GALINDO, J. A. G. (1999), “Participación social y democracia: los ciudadanos y los medios de comunicación”, in ESCUDERO, Manuel Chaparro (ed.), *La Democratización de los Medios Radiotelevisión Comunitária*, Sevilha: II Congreso de Radio y Televisiones Locales, Públicas y Alternativas. pp. 289-295.

GUATTARI, F. (1981), “Las radios libres populares”. in BASSETS, Lluís (ed.), *De las Ondas Rojas a las Radios Livres*, Barcelona: Gustavo Gili, pp. 231-236.

HENDY, D. (2000), *Radio in the Global Age*, Polity Press: Cambridge.

HERRERO, M. C. (2001). *La radio en la convergència multimèdia*, Barcelona: Gedisa editorial.

HOOD, L. (2010), “Radio Recentered: Local News Returns Home”, *Journal of Radio & Audio Media*, 17:2, 151-166. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/19376529.2010.519652>

JEANNENEY, J-N. (1996). *Uma História da Comunicação Social*, Lisboa, Terramar.

MAIA, M. (1995). *A Telefonía*, Lisboa: Círculo dos Leitores.

MARCOS, L.H. (1989). *Rádios Locais – A lei e a realidade*, Porto: Centro de Formação de Jornalistas.

MARINHO, S. (2000). Um percurso da rádio em Portugal, in PINTO, Manuel (coord.) *A Comunicação e os Media em Portugal*, Braga: Universidade do Minho. pp.99 -109.

MEIOS&PUBLICIDADE, “É terrível o que se está a passar com as rádios locais”. Notícia publicada a 18 de junho de 2012

MESQUITA, M. (1994). “Os Meios de Comunicação Social”, in REIS, António (coord.) *20 anos de democracia em Portugal*. Lisboa: Circulo dos Leitores. pp. 360-405.

MORENO, E.M. (2002). “El Tratamiento Radiofónico de la Información Local”. in MARTINEZ-COSTA, María Pilar (Coord.). *Información Radiofónica*. Barcelona: Ariel, pp, 330-349.

NOSTY, B.D. (1997). “Los medios públicos regionales y locales - El futuro de los canales autonómicos y los medios locales públicos”, in ESCUDERO, Manuel Chaparro (ed.), *Radiotelevisión Pública Local y Alternativa – Perspectivas*, Sevilla: Asociación de Emissores Municipales de Andalucía de Radio y Televisión, pp.157-169.

OFCOM (2011). *The future of small scale radio – A research report of Ofcom*. Disponível em: <http://stakeholders.ofcom.org.uk/binaries/research/radio-research/smallradio.pdf>

PRADO, E. (1985). *Estructura de la Información Radiofónica*, Barcelona: Editorial Mitre.

RODRIGO, M. y Ruiz-Collantes, X. (1982), *Cronología*, in BASSETS, Lluís (ed.), *De las Ondas Rojas a las Rádios Livres*, Barcelona: Gustavo Gili, pp. 265-276.

SANTOS, R. (2005). “A Rádio em Portugal: tendências e grupos de comunicação na actualidade”, *Comunicação e Sociedade*, 7, Braga: Universidade do Minho, pp.137-152.

#### **Notas sobre o autor:**

**Luís Bonixe**

[luis.bonixe@gmail.com](mailto:luis.bonixe@gmail.com)

ESEP, C3i

Doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa. Professor de Jornalismo no 1º ciclo de Jornalismo e Comunicação da ESE de Portalegre. Diretor do curso de 2º ciclo em Jornalismo, Comunicação e Cultura da ESE de Portalegre. Autor do livro sobre Jornalismo radiofónico. Autor de vários artigos publicados em revistas científicas nacionais e estrangeiras sobre jornalismo radiofónico e rádios locais. Membro do CIMJ e do C3i-IPP.

# Tradição musical portuguesa e contemporaneidade

## Portuguese musical tradition and contemporarity

Susana Maia Porto

### **Resumo**

*O presente artigo resulta de uma breve reflexão sobre o papel da música tradicional portuguesa no meio social, atendendo à sua função no passado e aos seus contextos de execução, bem como à permanente reinvenção no presente, aliada à inovação traduzida por projetos musicais contemporâneos. Não sendo o propósito o de delimitar uma visão sobre a problemática da identidade da música tradicional portuguesa, este artigo tenciona abrir um leque ao debate e a reflexões vindouras sobre o futuro da referida tipologia musical.*

**Palavras-chave:** *música tradicional portuguesa; reinvenção e inovação musical; tradição e contemporaneidade.*

### **Abstract**

*This article is the result of a brief reflection on the role of Portuguese traditional music in the social environment, given its role in the past, the ongoing reinvention of music, and the consequent innovation of contemporary musical projects. The purpose of this article is not to delimit a vision on the issue of the identity of Portuguese traditional music, rather, it's intention is to encourage the discussion about the future of this musical typology.*

**Keywords:** *Portuguese traditional music; musical reinvention and innovation; tradition and contemporaneity.*

## **1. Introdução**

Se olharmos atentamente para a música tradicional portuguesa e o seu papel na sociedade contemporânea, podemos afirmar, com elevado grau de aceitabilidade, que a mesma, outrora pertença à grande massa populacional e portanto catalogada como música popular, é considerada, nos dias de hoje, música de elite. Isto é, a música que fez parte do quotidiano das gentes portuguesas, cantada, tocada e dançada pelo povo, principalmente nos trabalhos rurais, é agora escutada e manuseada por uma minoria comumente erudita. Por um lado deparamo-nos com manifestações culturais conduzidas pelos grupos folclóricos que tentam preservar com exatidão a tradição musical, por outro lado observamos que a execução e a audição de música tradicional portuguesa é tendencialmente realizada por músicos com uma formação musical sólida, e por melómanos ligados a um certo tipo de erudição musical, que tentam reinventar o tradicionalismo musical português, combinando características e

princípios da música erudita com elementos basilares da música tradicional. A interculturalidade e a conseqüente fusão cultural surgem também como fatores responsáveis por essa reinvenção da tradição musical portuguesa, aliando, deste modo, géneros e instrumentos musicais de várias culturas.

A amálgama de elementos e de estilos musicais remete-nos, por sua vez, para uma civilização global onde elementos estéticos se fundem e se confundem. Encontramos, por exemplo, a harmonia, própria do sistema tonal ocidental, em cantos sul-africanos, assim como a escala pentatónica, ou a designada escala oriental, em variadíssimas obras de compositores ocidentais, em particular no ensino da música para crianças.

De acordo com Swanwick (1999), o propósito da educação musical deve comprometer-se com a exploração de diversas abordagens que permitam encontros interculturais, conduzindo a um conhecimento profundo e generalizado sobre as potencialidades da diversidade musical. Caminhamos, neste sentido, para uma civilização global, própria da contemporaneidade. A identidade como cultura nacional corresponde, deste modo, a práticas que se perdem na memória do tempo e resulta na música maioritariamente transmitida de geração em geração. Por sua vez, a globalização surge como um fenómeno cultural unificado, esmagador de todas as unidades.

Atendendo à universalidade e multiculturalidade inerentes à música atual, podemos encontrar projetos de música tradicional portuguesa que fundem culturas de forma singular, recriando melodias e ritmos tradicionais do mundo, aliando a tradição e a contemporaneidade, utilizando, por conseguinte, elementos eruditos nas suas recriações. A título de exemplo temos os projetos de música portuguesa *Gaiteiros de Lisboa*, *Segue-me à Capela* e *At-Tambur*, projetos pioneiros que abriram portas a muitos outros. O interesse pela recolha de música tradicional portuguesa e a sua aplicação em composições eruditas já se faz notar, contudo, com o Nacionalismo Musical<sup>1</sup> em compositores como Luís de Freitas Branco, Fernando Lopes-Graça e Alfredo Keil, este último autor do Hino Nacional.

---

<sup>1</sup> Movimento artístico que teve o seu início no século XIX, um pouco por toda a Europa e também no Brasil com o compositor Villa-Lobos, marcado pela ênfase dada a elementos nacionais da música, como ritmos, cantos e danças tradicionais.

Em ponto prévio a uma abordagem à reinvenção do tradicionalismo musical, tomando como exemplo os projetos contemporâneos acima mencionados, foquemo-nos um pouco, no seguinte capítulo, na música tradicional portuguesa como cultura nacional, fazendo referência aos seus contextos de execução.

## **2. A Música Tradicional Portuguesa e os Seus Contextos de Execução**

Podemos assinalar distintos contextos de execução da música tradicional portuguesa, enquanto manifestação cultural determinante e imprescindível do quotidiano de um povo, principalmente no meio rural: contexto de trabalho, contexto de vida social e contexto religioso.

No que concerne ao contexto de trabalho, encontramos cantos que acompanharam o trabalho funcionalmente, por exemplo as *malhadas do centeio* ou as *maçadelas do linho*. Fazendo uso de um maço, as melodias conduziam o ritmo de trabalho. Isto é, o malhar do centeio e do linho resulta de uma métrica regular provocada pelo canto executado pelos trabalhadores. Também, a *cantiga de aboio* (canção do Minho que acompanha o ritmo de trabalho dos bois) surge como exemplo de um género musical que acompanhou o trabalho funcionalmente. Este canto falado permitia, ao lavrador, conduzir os bois que puxavam o arado.

Dentro do contexto de trabalho destacamos também os cantos e as danças que acompanharam o trabalho de forma lúdica. Temos como exemplos: *canção da tosquia*, *apanha da azeitona*, *segadas*, *sachas* e *descamisadas*. A julgar mediante um estudo etnomusicológico elaborado por estudantes da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre (Porto, 2012) apoiado em referências discográficas de Giacometti e Lopes-Graça (1998) e Sardinha (1996), obras discográficas que resultaram de recolhas entre as gentes locais, todos estes géneros musicais são caraterísticos das várias regiões portuguesas. A preencher o intervalo de trabalho podemos encontrar também um exemplo muito interessante, *Da-la-dou* (comunicação entre os pastores de Trás-os-Montes). À semelhança da *cantiga de aboio*, género musical caraterístico do Minho, *Da-la-dou* é igualmente um canto falado.

No que concerne ao contexto de vida social deparamo-nos com os cantos e danças executados em sociedade ou no meio familiar, que não tinham a função primordial de acompanhar o trabalho ou qualquer tipo de função litúrgica. Destacam-se as *modas coreográficas* (bailes) e as *canções de cortejar*<sup>2</sup>, o *canto alentejano*, o *fado*<sup>3</sup>, as *lengalengas* e as *canções de embalar*. Ainda inserido no contexto social e paralelamente no contexto de trabalho, deparamo-nos com o *romance*, canto característico de várias regiões de Portugal, em particular de Trás-os-Montes, comumente cantado por mulheres enquanto fiavam o linho ao serão.

Inseridos no contexto religioso, estão os géneros musicais da liturgia (evocação e celebração), das festas religiosas (romaria) e do quotidiano (orações, ladainhas e rituais cíclicos). Assim, é possível destacar géneros musicais como a *devoção*, *amenta* ou *encomendação das almas*, todos eles caracterizados por um canto executado num local estratégico da vila, normalmente na praça central e após a meia-noite de forma a ser audível a todos os habitantes, com o intuito de induzir uma oração pelas “almas do purgatório”. Assinalam-se também as *almas santas*, canto que se executava de porta em porta objetivando-se a angariação de fundos (peditório) para celebrar uma missa pelos defuntos; *cânticos de romaria*, festas profanas em honra de um padroeiro da povoação e que no Alentejo podem ter a designação de *círios*; *cânticos dos reis* ou *janeiras*; *cânticos quaresmais*, cânticos executados durante o trabalho na altura da quaresma, devido à interdição dos cantos profanos; e *ladainhas*, orações cantadas.

Em síntese, entendemos vários géneros musicais que, inseridos em distintos contextos de execução, acompanhavam o dia-a-dia do povo português, formando parte da vida ativa enquanto identidade cultural e social.

### 3. Tradição e Contemporaneidade

De entre os inúmeros projetos musicais que vão emergindo no mapa da música tradicional/popular portuguesa, há alguns que se destacam pela sua originalidade,

---

<sup>2</sup> As *modas coreográficas* e as *canções de cortejar* surgem também como géneros musicais executados em contexto de trabalho. Estas últimas, canções de cortejar, podem ter a forma de *serenata* ou de cantiga bailada.

<sup>3</sup> Segundo Ruy Vieira Nery, o fado foi implementado na Metrópole no século XIX, vindo do Brasil, proliferando posteriormente para as zonas rurais (Nery, 2004).

qualidade e inovação. Tais projetos inovadores recriam as raízes musicais, harmonizando elementos basilares da construção/composição, tentando, deste modo, aliar a tradição musical portuguesa e a contemporaneidade. Neste sentido, encontramos nas suas produções musicais todo um trabalho de adaptação e recriação de melodias e ritmos tradicionais. A utilização de elementos de erudição musical surge, conseqüentemente, como um fator preponderante em muitos desses projetos, maioritariamente constituídos e liderados por gentes com formação de música erudita. Também a fusão de culturas e tipologias musicais aparece como gerador, e ao mesmo tempo como produto, de criações musicais, alicerçadas em elementos da música tradicional portuguesa. Este é um aspeto que vanguarda, indubitavelmente, muitas das obras musicais da atualidade.

Indo ao encontro da reinvenção musical e de premissas da contemporaneidade, a experimentação do som ocupa um lugar determinante em todo este processo criativo. É neste sentido que a música tradicional abraça a estética contemporânea, por meio da exploração sonora e da procura do novo. Criando novas sonoridades, os músicos/compositores constroem e utilizam instrumentos não convencionais e inventam novas formas de execução de instrumentos convencionais.

Encontramos, de fato, alguns projetos musicais, que tiveram a sua origem no final do século XX, que fundem com maestria a tradição e a inovação e que pela sua originalidade e novidade sonora chegam facilmente a um tipo de público jovem. Um dos exemplos deste movimento musical - creio podermos agarrar esta designação dado a sua amplitude em termos de número de projetos num espaço de tempo - é o projeto *Gaiteiros de Lisboa* que iniciou a sua atividade em 1991. Grupo de origem Coimbrã, constituído por seis elementos do sexo masculino, utiliza instrumentos fabricados pelos próprios, tradicionais do mundo e de várias épocas, nomeadamente da época medieval. Já editaram vários álbuns, o último em 2012 e todos eles procuram novas sonoridades, inovação e criatividade.

Os *Gaiteiros de Lisboa* recriam vários cantos e danças de música tradicional portuguesa, entre os vários exemplos destacamos a *chamarita*, dança característica da Madeira e dos Açores; a *chula*, dança considerada oriunda do Minho e Douro Litoral;

o *fandango*, género musical recolhido no Ribatejo e Trás-os-Montes<sup>4</sup>; o *romance*, canto particular de várias zonas do país, sobretudo em Trás-os-Montes; a *lengalenga*, entre outros. Os *cantos de trabalho* também se apresentam bastante comuns no reportório dos *Gaiteiros de Lisboa*.

Um dos exemplos que se destaca na recriação musical dos Gaiteiros de Lisboa é *Leva, Leva* (Gaiteiros de Lisboa, 1997b; Giacometti e Lopes-Graça, 1998c), canto recolhido em Portimão, executado por pescadores durante o trabalho de elevação da rede de pesca da sardinha. É um dos géneros musicais que acompanha o trabalho funcionalmente, uma vez que o ritmo do canto permite elevar a rede de modo sincronizado, facilitando, deste modo, todo um trabalho conjunto. Se escutarmos atentamente *Leva-leva*, exemplo musical recolhido por Michel Giacometti (Giacometti e Lopes-Graça, 1998c) e o mesmo canto executado pelos Gaiteiros de Lisboa (1997b), deparamo-nos com uma versão muito curiosa do canto original. Ao canto que se apresenta como um género de pergunta e resposta de vozes masculinas, os Gaiteiros de Lisboa adicionam instrumentos de percussão, um búzio e uma outra melodia característica de Trás-os-Montes, interpretada em língua corsa. Encontramos, neste sentido, uma total e criativa liberdade para reinventar o canto dos pescadores portimonenses.

*Cantiga da Ceifa* (Giacometti e Lopes-Graça, 1998d) ou *Por Riba se Ceifa o Pão* (Gaiteiros de Lisboa, 1997c) é outro exemplo musical, este recolhido na Beira Baixa, que mantendo a estrutura de base, ou seja, a melodia principal, sofreu transformações de modo a passar de um canto monódico para um canto harmónico modal com inclusão de instrumentos não pertencentes à música tradicional portuguesa - a ocarina e a maraca africana - assim como outros instrumentos não convencionais como um saco de plástico e um tubo estriado com búzio, este último criado pelos *Gaiteiros de Lisboa*. Este é um exemplo, entre muitos outros, onde a novidade é decisiva no produto sonoro. Do mesmo modo, podemos assinalar um *canto alentejano*, *Agora Que Eu Vou Cantar* (Gaiteiros de Lisboa, 1997a), com letra tradicional do Alentejo e música de José David, um dos elementos dos *Gaiteiros de Lisboa*, que mantém a ambiência sonora monótona do *canto alentejano* com a alternância entre o *ponto* a sós

---

<sup>4</sup> O *Fandango*, segundo recolhas musicais entre as gentes locais, pode ter tido a sua origem em Trás-os-Montes. Podemos encontrá-lo, por exemplo, em Sardinha (1996) executado pela gaita-de-foles.

e um coro, para além de um *alto* que preenche as pausas, rematando a intervenção do *ponto* e dando lugar ao coro. A novidade encontra-se na utilização de instrumentos musicais - a sanfona, o cromorne, o clarinete acabado e o orgaz, estes dois últimos instrumentos criados pelo grupo em análise - que acompanham as vozes masculinas e que finalizam a peça com uma coda instrumental e uma melodia verdadeiramente distinta da melodia principal apresentada nas vozes. A utilização destes instrumentos, dado a sua sonoridade, leva-nos a crer não ter sido ao acaso, uma vez que encontramos uma relação muito próxima entre a construção melódica do canto alentejano, por meio da escala modal, e os instrumentos de música antiga. Ou seja, há toda uma ambiência sonora que nos remete para uma época da história da música, neste caso para os períodos medieval e renascentista.

Também *At-Tambur*, outro exemplo de projetos musicais inovadores que iniciaram a sua atividade nos anos 90 do século XX, alia a música tradicional portuguesa e a música antiga, nomeadamente através do uso de instrumentos musicais como a sanfona, o instrumento por excelência do povo ibérico entre os séculos XII e XVII. O jazz também se apresenta como uma tipologia musical bastante marcada neste trabalho de fusão que os *At-Tambur* elaboram, de modo a criar uma sonoridade bastante aprazível, de acordo com os parâmetros da música tonal. Neste sentido, a recriação dá um passo mais largo transformando melodias originalmente modais em melodias tonais. Temos como exemplo o *romance D. Fernando*, recolhido por Giacometti em Trás-os-Montes (Giacometti e Lopes-Graça, 1998b), cuja melodia originalmente no modo eólio é transmutada, pelos *At-Tambur* (At-Tambur, 2003), para a tonalidade de lá menor, configurando-se-lhe, deste modo, uma sonoridade bastante agradável ao ouvido comum. Apesar do âmbito de ambas as escalas ser o mesmo (Lá-Lá), assim como a sua dominante (Mi), a sonoridade resulta diferente dado o seu ponto gravitacional (tónica).

Enquanto os *At-Tambur* apostam nas danças tradicionais portuguesas como a *polca*, a *mazurca*, a *vals* e a *contradança*, danças palacianas e danças rurais que provieram da Europa, provavelmente no século XIX, e que foram recolhidas essencialmente nas Beiras, Estremadura e Alentejo, outros grupos musicais apostam nos cantos tradicionais. A título de exemplo, podemos mencionar *Segue-me à Capela*.

*Segue-me à Capela*, é um projeto musical, de 1999, constituído por sete vozes femininas - dois sopranos, quatro contraltos e um mezzo soprano - acompanhadas, por vezes, por instrumentos de percussão. Entre os cantos de música tradicional, recriados por *Segue-me à Capela*, contamos com cantos de trabalho agrícola, *cânticos de romaria*, *canções de embalar*, *canções de cortejar* e canções de contexto religioso. A principal inovação deste projeto musical insere-se na composição, conferindo às melodias originais um tratamento harmónico e polifónico, assim como na recriação sonora de ambientes de trabalho e de outros contextos de execução.

Destaca-se, aqui, um exemplo inserido no contexto religioso *Oração das Almas* (2004a), recolhido também por Giacometti. Na *Oração das Almas* apresentada por Giacometti e Lopes-Graça (1998a), vamos encontrar uma melodia cantada em diálogo que nos remete, segundo o seu texto, para uma *encomendação das almas*. Contudo, o mesmo exemplo é utilizado, de acordo com Giacometti e Lopes-Graça, como *cantiga de Janeiras* ou *cantiga dos Reis* com um declarado carácter de peditório devido à sua "lamurienta melodia pentacordal" (Giacometti e Lopes-Graça, 1998a) e ao modo de cantar dos executantes. A mesma melodia, apresentada por *Segue-me à Capela* (Segue-me à Capela, 2004a) é tratada harmonicamente, ou seja, o canto é executado agora pelas vozes femininas que cantam várias melodias em simultâneo. Também a simultaneidade se faz sentir no início da peça musical com uma brincadeira vocal, onde vozes faladas recriam um ambiente de preparação de oferendas - comida e bebida - para os supostos cantadores e responsáveis pelo peditório, à semelhança das *Almas Santas*.

No que concerne ao tratamento polifónico, salienta-se *Macelada/S.João* (Segue-me à Capela, 2004b), composição musical que resulta da simultaneidade de vozes melódicas, conferindo-lhe não apenas um sensação auditiva de blocos sonoros verticais, como sucede na harmonia, mas uma sonoridade contrapontística baseada no cânone.

Dos três projetos musicais aqui referidos, *Segue-me à Capela* é aquele que, não obstante a evidente inovação, consegue manter uma certa genuinidade face aos exemplos musicais recolhidos entre as gentes locais, em parte pela não utilização de instrumentos melódicos e harmónicos. Apesar de a procura do novo estar mais patente

nos *Gaiteiros de Lisboa*, com a criação de instrumentos musicais, todos eles procuram explorar e experimentar o som, fundindo tipologias musicais e conduzindo as linhas melódicas para um tipo de sonoridade mais atual. Essa reinvenção permite, por sua vez, ampliar a música tradicional portuguesa nas suas diversas vertentes (criação, execução e audição), facilitando a receção da mesma a vários públicos-alvo e possibilitando, porventura, uma nova "massificação" cultural (no sentido em que a música tradicional poderá ser abraçada de novo pelo grande público e não apenas pelas elites), vivenciada agora em contextos diferentes dos de outrora. Um dos exemplos mais notórios que se encontra cada vez mais embrenhado e vivo entre a população jovem é, sem dúvida, o *fado*.

#### **4. Considerações Finais**

De acordo com Heath Less (1994), é impossível compreender tradição e mudança como polos divergentes, no nosso mundo contemporâneo. Ou seja, a música é detentora de uma identidade própria e específica, resultado de produtos e comportamentos culturais, contudo, essa individualidade dissolve-se na multidimensionalidade de uma civilização global. A mudança torna-se crucial, de forma a responder às necessidades culturais e educacionais do mundo atual. O indivíduo adota novos conceitos estéticos, novas formas de pensar e conseqüentemente de agir. Por seu turno, a genuidade e autenticidade de manifestações culturais, próprias de um povo e portadoras de um peso significativo na identidade cultural, são imediatamente questionáveis, devido às permanentes influências exteriores.

É incontroversa a influência da difusão cultural e da globalização, próprias da sociedade atual. Do mesmo modo, é verdadeiramente inteligível a emergência da reinvenção musical, espelhada nos projetos inovadores aqui descritos, sobre os quais - não obstante a qualidade e inovação que encerram - recai a questão: preservação ou perversão da raiz musical?

### Referências bibliográficas

LESS, H. (1994), *Musical Connections: Tradition and Change*, New Zealand, International Society for Music Education.

NERY, R. V. (2004), *Para uma História do Fado*, Lisboa, Público - Comunicação Social, SA.

PORTO, S. (2012), “Identidade Cultural Musical Portuguesa vs Globalização”, *Revista Aprender*, n.º 32, Junho, Portalegre, Escola Superior de Educação, pp. 78-83.  
<http://www.esep.pt/aprender/index.php/revistas/77-revista-aprender-n-32>, acessado em 20 de fevereiro de 2013.

SWANWICK, K. (1999), *Teaching Music Musically*, London, Routledge.

### Referências discográficas

AT-TAMBUR (2003), D. Fernando (gravado por At-Tambur), em *At-Tambur*, Vila Verde, Tradisom.

GAITEIROS DE LISBOA (1997a), Agora Que Eu Vou Cantar (gravado por Gaiteiros de Lisboa), em *Bocas do Inferno*, Queluz de Baixo, Farol Música.

GAITEIROS DE LISBOA (1997b), Leva-leva (gravado por Gaiteiros de Lisboa), em *Bocas do Inferno*, Queluz de Baixo, Farol Música.

GAITEIROS DE LISBOA (1997c), Por Riba se Ceifa o Pão (gravado por Gaiteiros de Lisboa), em *Bocas do Inferno*, Queluz de Baixo, Farol Música.

GIACOMETTI, M. e LOPES-GRAÇA, F. (1998), (recolha), *Portuguese Folk Music*, (5 CD), Lisboa, Strauss - Música e Vídeo S.A.

GIACOMETTI, M. e LOPES-GRAÇA, F. (1998a), Oração das Almas (recolha), em *Portuguese Folk Music*, vol. 5, Lisboa, Strauss - Música e Vídeo S.A.

GIACOMETTI, M. e LOPES-GRAÇA, F. (1998b), D. Fernando (recolha), em *Portuguese Folk Music*, vol. 2, Lisboa, Strauss - Música e Vídeo S.A.

GIACOMETTI, M. e LOPES-GRAÇA, F. (1998c), Leva-leva (recolha), em *Portuguese Folk Music*, vol. 5, Lisboa, Strauss - Música e Vídeo S.A.

GIACOMETTI, M. e LOPES-GRAÇA, F. (1998d), Cantiga da Ceifa (recolha), em *Portuguese Folk Music*, vol. 3, Lisboa, Strauss - Música e Vídeo S.A.

SARDINHA (1996), *Portugal: Raízes Musicais*, (6 CD), Lisboa, Potvgallae Harmonia Mvndi.

SEGUE-ME À CAPELA (2004a), *Oração das Almas* (gravado por Segue-me à Capela, seleção e direção musical de Cristina Martins e Margarida Pinheiro) (edição de autor), Estúdio de Som da Universidade de Aveiro e Estúdio Pé de Vento, Foros de Salvaterra.

SEGUE-ME À CAPELA (2004b), *Macelada/S. João* (gravado por Segue-me à Capela, seleção e direção musical de Cristina Martins e Margarida Pinheiro) (edição de autor), Estúdio de Som da Universidade de Aveiro e Estúdio Pé de Vento, Foros de Salvaterra.

#### **Notas sobre o autor:**

##### **Susana Maia Porto**

[s.porto@esep.pt](mailto:s.porto@esep.pt)

Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Portalegre

Equiparada a Professora-Adjunta na ESEP-IPP, onde exerce funções docentes desde Outubro de 1999.

Licenciada em Ciências Musicais/Ramo de Musicologia (FCSH da Universidade Nova de Lisboa).

Mestre em Educação Musical (University of Surrey Roehampton - Londres, em colaboração com a

Escola Superior de Educação de Viana do Castelo). Doutoranda na Universidad de Extremadura - Cáceres.

# Artes e Ofícios do Nordeste Alentejano

## Arts and Crafts from Nordeste Alentejano, Portugal

Maria da Conceição Torres Cordeiro

### Resumo

*Tem a presente comunicação o objetivo de reunir informação de um modo sequencial e ao mesmo tempo apresentar dados recolhidos pelos alunos da disciplina de Artefactos e Arte de Expressão Popular, do Curso de Animação Educativa e Sociocultural (1999-2008), da Escola Superior de Educação de Portalegre (E.S.E.P.). Localizando-se a E.S.E.P. num território privilegiado, o Nordeste Alentejano, onde as artes e os ofícios marcam a sua presença definindo uma identidade cultural muito própria. Apontam-se ainda autores plásticos cujas obras demonstram sensibilidade pela produção artesanal.*

*Procura-se por outro lado apresentar projetos onde a produção artesanal se concilia com as metodologias do design, de modo a reconverter os artefactos existentes, criando propostas contemporâneas.*

*Apresenta-se um caso de um artesão que não se circunscrevendo ao Nordeste Alentejano julgamos ser de todo o interesse referir.*

**Palavra-chaves:** arte, artesanato, cultura, design, identidade, imaginário.

### Abstract

*This communication has the purpose of gathering information in a sequential manner, chronological while presenting data collected by the students of the discipline of Art and Artefacts of Popular Expression, from the Education and Sociocultural Animation Course (1999-2008) from the Escola Superior de Educação de Portalegre (ESEP). Locating the E.S.E.P. in a privileged territory, the Northeast Alentejo, where the arts and crafts mark their presence by setting cultural identity.*

*We present plastic authors whose works demonstrate sensitivity to craft production.*

*We wanted otherwise submit projects where artisanal production fit in with design methodologies to convert existing artifacts, creating contemporary proposals.*

*We present a case of a craftsman who does not circumscribing the Northeast Alentejo but we decided to note.*

**Keywords:** art, craft, culture, design, identity, imaginary.

## 1. A Exposição *Reinventar a Matéria*

A exposição *Reinventar a Matéria*<sup>1</sup> marca a necessidade de repensar uma nova era para as artes e ofícios tradicionais em Portugal; realizada em 2001, ano em que a cidade do Porto respondeu aos desafios como Capital Europeia da Cultura, a exposição ocupou

---

<sup>1</sup> In Glossário, p. 43: *Reinventar a matéria*: título e tema da exposição Escala Porto reinventa a matéria, em que se presegue um ideal de valorização dos produtos artesanais pela inovação da técnica, materiais e desenho. Esta exposição foi preparada pela ESAD de Matosinhos e pelo CRAT, integrada no evento *PublicPlace* organizado pelo Centro Português de Design no contexto da bienal *Experimentadesign*.

dois pisos do Centro Regional de Artes Tradicionais<sup>2</sup>, na Rua da Reboleira, localizado no centro histórico e património mundial.

Esta exposição foi comissariada por Francisco Providência, designer, Professor Associado Convidado e Diretor do Mestrado em Design na Universidade de Aveiro.

Pretendia-se com esta exposição uma aproximação dos designers aos produtos, processos e materiais de origem artesanal numa perspetiva de inovação. Do programa destaca-se:

*Esta proposta visa, de modo lato, promover a ligação experimental entre designers e artesãos, a fim de fomentar o incremento do artesanato nos mercados, sugerindo o dispositivo criativo da permuta entre tipologias de objectos e materiais convencionalmente convocados para a sua realização<sup>3</sup>.*

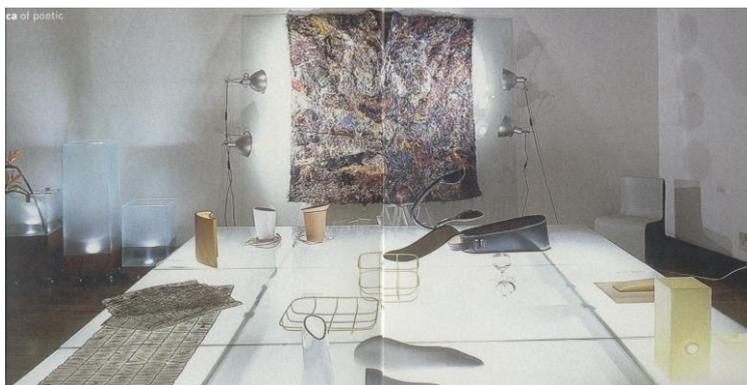


Fig.1 – Uma das salas da exposição *Reinventar a Matéria* no edifício do CRAT.

Nesta exposição é explicitado o conceito de artesanato:

*Artesanato: reconhecem-se como artesanais os artefactos do património cultural de uma sociedade, instrumentos de trabalho, objetos de uso quotidiano ou apenas de atividade lúdica. Estes artefactos tradicionais revelam a síntese, consolidada ao longo de centenas ou milhares de anos, entre identidades étnicas, processos construtivos e programas de uso, normalmente de resposta a necessidades práticas. Assim, os objetos arcaizados do artesanato português, encontram-se cada vez mais afastados das necessidades urbanas contemporâneas (...). Tendo perdido terreno no concurso com a indústria, o artesanato mantém o significado de veículo cultural da localidade, podendo assim oferecer propostas singulares à globalização.<sup>4</sup>*

<sup>2</sup> O Centro Regional de Artes Tradicionais foi extinto em Dezembro de 2010. Publicava a Revista “Mãos” dedicada às artes e ofícios artesanais; o número 33 data de Janeiro/Junho de 2009 e é o último número registado.

<sup>3</sup> In Programa da exposição *Reinventar a Matéria*, p. 15.

<sup>4</sup> In Glossário p. 38.

Trata-se de uma exposição que marca a necessidade de conciliar os conhecimentos técnicos e identitários da cultura rural portuguesa com a disciplina de metodologias específicas como é o Design, conduzindo-nos para as necessidades e vivências contemporâneas.

## 2. A Sensibilidade pela Cultura Popular

O movimento modernista português regressa à cultura popular para reconstruir as suas obras pictóricas.

Na obra de Amadeu de Sousa Cardoso *Canção Popular*, a figura principal é inspirada nas bonecas de trapos tradicionais e na olaria.



Fig.2 - Amadeu de Sousa Cardoso,  
*Canção Popular, a Russa e o Fígaro*, c. 1916.  
Óleo sobre tela, 80 cm x 60 cm.

Em Eduardo Viana na obra *Composição de 1947* observamos uma cadeira alentejana; outras obras como *La Petite* de 1916 é baseada nas bonecas populares, temática que serviu para a elaboração de várias construções pictóricas; a pintura *O Homem das Loijas* de 1919 confirma o interesse de Eduardo Viana pelos ofícios artesanais.

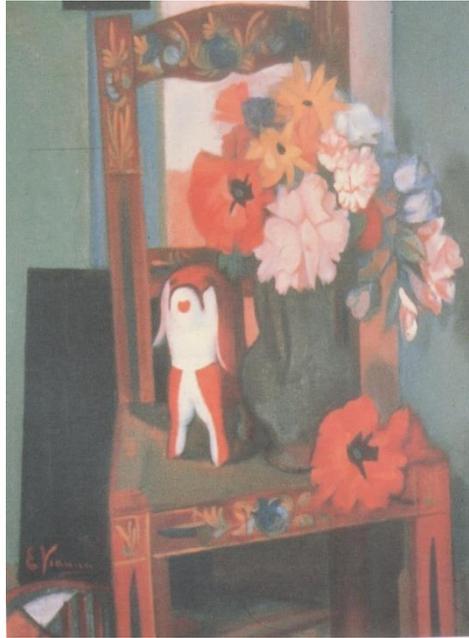


Fig. 3 - Eduardo Viana, *Composição*, 1947.  
Óleo sobre tela, 100 cm x 80 cm.

Mais recentemente, o interesse pelo que é popular surge com Paula Rego. Numa entrevista feita por Alexandre Melo, em 2004, quando é questionada sobre as suas principais fontes de inspiração, Paula Rego responde: “*Sempre à arte popular e nunca aos grandes mestres. Coisas de rua, contos tradicionais. Coisas mais robustas, que têm a ver com a comida, com as praças, coisas portuguesas nesse sentido (...)*”<sup>5</sup>



Fig. 4 - Paula Rego, *Mulher Cão*, 1994. Pastel sobre tela, 120 cm x 160 cm.

Joana de Vasconcelos apropria-se dos trabalhos femininos das artesãs de Nisa para a construção da sua peça *Valquíria – Enxoval*, de 2009, destinada ao Complexo Termal

---

<sup>5</sup> Melo, 2004, p. 61.

da Fadagosa, Nisa. Esta obra completa a temática das Valquírias iniciada em 2004, com referência a figuras mitológicas femininas nórdicas, protetoras dos cavaleiros em situação de batalha. A colocação destas peças em suspensão remete-nos para a posição de sobrevoo sobre os campos de batalha.

A designação de *Enxoval* indica a matéria têxtil de que é construída: bordados, alinhavados, aplicações em feltros, renda de bilros e frioleiras. As peças como toalhas, colchas, lençóis com estas aplicações eram elaboradas pelas raparigas solteiras de Nisa para o seu enxoval e vendidas quando casavam, para aquisição de casa própria.



Fig. 5 - Joana de Vasconcelos, *Valquíria-Enxoval*, 2009.

### 3. Artesãos do Nordeste Alentejano

*“A província do Alentejo é a lareira onde arde mais vivo, mais claro e mais alto, o fogo tradicional da arte popular portuguesa”*<sup>6</sup>

Vergílio Correia, 1916-17

Os artesãos que seguidamente se apresentam constituem uma pequena mostra do levantamento realizado na disciplina Artefactos e Arte de Expressão Popular do Curso de Animação Educativa Sociocultural e do Curso de Qualificação para o Exercício de outras Funções Educativas – Área de Animação Sociocultural, entre os anos de 1999 e 2008, na Escola Superior de Educação de Portalegre.

---

<sup>6</sup> Correia, 1916-1917, p. 23.

Consideram-se produtos de autor, dentro de uma escultura de cariz popular e produtos resultantes dos ofícios artesanais pelo seu processo de produção.

Registamos que alguns destes artesãos já não se encontram entre nós mas consideramos importante a sua divulgação.

### 3.1 Emílio Miranda Relvas

Os trabalhos em castanho, pau bucho, plátano, macieira e laranjeira de Emílio Miranda Relvas<sup>7</sup>, do Reguengo, Portalegre remetem-nos para a representação do imaginário popular e do quotidiano.



Fig. 6 - Emílio Miranda Relvas na *Sala dos bonecos*.  
Alunos: Paula Patacas, João Martins e Ermelinda Azeitona, 2000.

À semelhança de outros artistas populares<sup>8</sup> a madeira e as ferramentas como o serrote, a goiva, os formões e os canivetes servem para a criação de formas originárias, de formas arcaicas. Aos 65 anos de idade iniciou a construção destas formas, levado pelo pedido de criação de um *boneco* por parte de uma criança sua vizinha e assim continuou com estas representações interiorizadas ao longo de uma vida, adquirindo uma expressividade autêntica e original.

<sup>7</sup> Destacamos o artigo sobre Emílio Relvas de Carlos Baptista *O Museu Imaginário, o jogo das formas e dos símbolos na obra de um artesão alentejano*, Revista Pormenores (Setembro/Outubro) 2010, pp. 36-39.

<sup>8</sup> Como Franklin Martins Ribeiro mais conhecido por Franklin Vilas Boas Neto sobre o qual Ernesto de Sousa organizou uma exposição em 1964 *Barristas e Imaginários* na Livraria Divulgação, Lisboa. Uma segunda *Quintino e Franklin Vilas Boas* em 1968, Secção de Artes Plásticas do extinto Centro Académico de Famalicão. Ainda sobre este autor realizou-se em Dezembro de 1995, no Museu Nacional de Etnografia uma exposição intitulada “*Onde Mora o Franklin, um escultor do acaso*” com a coordenação de Joaquim Pais de Brito.



Fig. 7- Representações tridimensionais em madeira.

O processo de execução, de uma grande simplicidade, consistia na seleção da madeira a trabalhar de acordo com a projeção da peça final. O traço a lápis definia as dimensões, seguidamente cortadas com serrote. Mais uma vez é o traço do lápis que estabelece as proporções das diferentes partes da peça. Com a ponta do canivete as formas eram esboçadas, com a goiva e o formão que dava origem aos sulcos de modo a fazer sobressair a figuração.



Fig. 8 – Representações tridimensionais em madeira.

O seu espólio encontra-se exposto no Museu dos Bonecos, na freguesia do Reguengo, Portalegre.

### 3.2. João Paixão

Em Castelo de Vide, na rua do Forno nº 9, ao castelo, acompanhámos o trabalho de João Paixão, que com determinação esculpia em madeira de choupo e em cortiça, utilizando ferramentas elementares – canivetes, canivete artesanal, formão, furador, lixa -, formas e engenhos da sua imaginação. João Paixão pretende fazer do seu trabalho a expressão da diferença: *são os homens dos bonecos*, assim designados estes homens, pouco compreendidos pelos seus conterrâneos. A estas formas são associados, por vezes, engenhos que produzem movimento, peças articuladas que giram.



Fig. 9 – João Paixão, Castelo de Vide.

Alunos: Sílvia Estanques e José Maria Rosa, 2001.

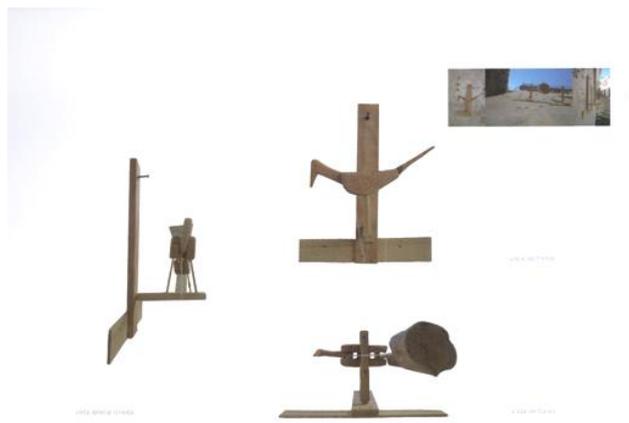
alunos: Sílvia Estanques e José Maria Rosa, 2001



Boneco feito de madeira de choupo 14x9x3 cm

Carro de Brincar em cortiça 30x15 cm

Fig. 10 – Vistas das peças.



Pássaro de cortiça e madeira 80x25x4,5 cm

Fig. 11 - Vistas da peça.

A divulgação do seu trabalho era feita pela colocação das peças à porta do castelo, no posto de turismo de Castelo de Vide, participação em feiras e eventos e uma presença na televisão.

Quando lhe perguntaram quanto tempo teria durado a sua aprendizagem, João Paixão responde: *Ao longo da vida vou sempre aprendendo.*

### 3.3 José Brás Marôco

José Brás Marôco reside no lugar de Abenaia – Vale de Rodão, no concelho de Marvão.



Fig. 12 - José Marôco junto a uma das peças.

Este artesão, dedicado aos trabalhos do campo, começa a talhar as suas primeiras peças aos 50 anos de idade. Inspira-se nos objetos e nas cenas do seu quotidiano e nos animais que o rodeiam - casal de porcos, figuras humanas, tarros, colheres, garfos, candeias, arados, carroças e muitas outras -, utilizando as madeiras da região como o castanho, o buxo, a laranjeira, a noqueira e a oliveira.

Para talhar estas madeiras José Brás usa como ferramentas o serrote, a enxó, o machado, a navalha (a mais importante), o formão, a grossa e como material de acabamento a lixa.



Fig. 13 - Representação de porcos em madeira.

Poderemos encontrar as suas peças no posto de turismo de Marvão ou visitando-o na sua residência.

### **3.4 Emílio da Silva Bilé**

Emílio Bilé é natural de Portalegre, onde reside e trabalha. Procura, nas imediações da cidade, as raízes e os troncos de oliveira, de laranjeira, de castanheiro, de cerejeira e de joina, que costuma recolher nos meses de Janeiro e Junho.



Fig. 14 – Emílio Bilé no seu estúdio.  
Alunos: Maria Antónia Almeida e Manuel Trindade ,  
2004

Deu início a este processo criativo quando num passeio à Barragem do Caia, depois de almoço, à beira da água descobre uma raiz e com o canivete começa *a fazer um boneco*.

Poderemos estabelecer paralelismo deste artesão com o trabalho de Franklin Vilas Boas referido anteriormente.

A divulgação do seu trabalho é feita através da participação em feiras e eventos relativos às práticas artesanais; foi convidado para o programa da RTP *Um Certo Sorriso* em 1989 e deu entrevista para o jornal *Fonte Nova* de Portalegre, em Junho de 2003 intitulada *As Maravilhas de um Autodidacta*.



Fig. 15 - Peça *Cobra com uma cabeça* 49x13x34cm.



Fig. 16 – Peça *Cão* em tronco de oliveira. 61x36x51 cm.

Como os artesãos anteriormente referidos utiliza para a concretização das suas peças navalhas, x-atos, limas e lixas.

### 3.5 Joaquim António Tiago

Joaquim António Tiago mais conhecido pelo *Pica-foices* reside em Barbacena, concelho de Elvas. Iniciou aos 8 anos de idade a construção do seu imaginário.



Fig.17 – Joaquim Tiago  
Alunos: Alexandra Calado, Guilherme Trindade, Mara Eustáquio  
e Margarida Lopes, 2005



Fig. 18 – Representação da ceifa.



Fig. 19 – Representação de uma cozinha alentejana.

As suas representações, cenas do quotidiano rural alentejano em cortiça pintada, constituem uma realização pessoal, independentemente do valor económico que as peças poderão ter.

### 3.6 Joaquim António Carriço Martins

Joaquim António Carriço Martins, mais conhecido por *Rolo*, reside na freguesia da Glória, concelho de Estremoz e considera que se tornou artesão porque o destino assim o quis.



Fig. 20 - Joaquim *Rolo*  
Alunos: Ana Cláudia Saruga, Elsa Brito e Sara Cochico, 2005.

Dedica-se à *arte pastoril* depois da agricultura e da passagem pela indústria dos mármore.

O seu trabalho foi exposto em vários pontos do País entre eles a FIL, Lisboa e o Casino de Vilamoura. Apreciado pelos japoneses no que diz respeito aos seus marcadores de pão que efetivamente servem para marcar o pão e não apenas como objetos estéticos.

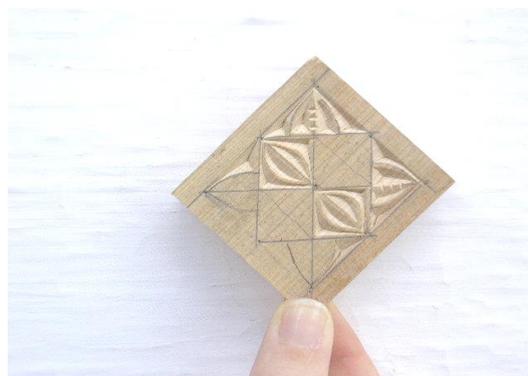


Fig. 21 – *Lavrar a madeira*

As suas peças foram levadas para vários países entre eles a República da Arménia, Espanha e Estados Unidos.

Em 2005 doou grande parte das suas peças ao Museu Municipal de Estremoz Professor Joaquim Vermelho.



Fig. 22 – Marcadores de pão. Vista de frente (esq.). Vista de baixo ( dir.).

Os marcadores de pão eram utilizados para identificar o pão, cozido em fornos comunitários.



Fig. 23 – Colher *provadeira*

A colher *provadeira* servia, como o nome indica, para provar a comida quando feita no campo, evitando assim a contaminação.

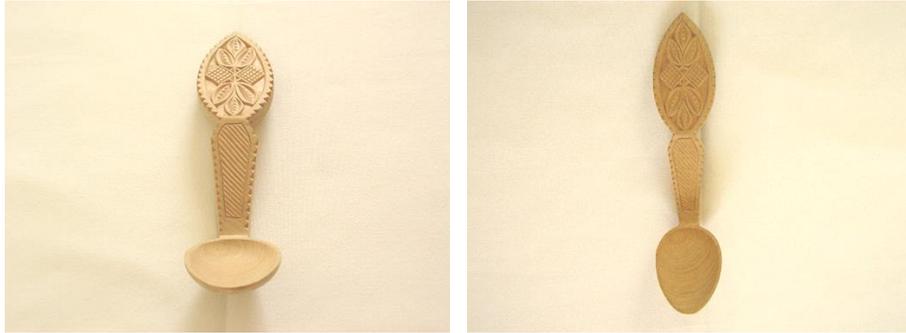


Fig. 24 – Colheres *lavradas*

As colheres de madeira eram *lavradas*, sendo a da esquerda (Fig. 24) designada por *colher de porqueiro*.

Os chifres eram também *lavrados*; se a função era de guardar pólvora eram designados de *polvorinhos*; outros poderiam guardar e transportar alimentos como azeitonas.



Fig. 25 - Chifres *lavrados*

As colheres da Fig. 26 são designadas de colher *Casamento de antigamente*, peça executada de uma só madeira, sem colagem, representando a união pelo casamento.



Fig. 26 – Colheres *Casamento de antigamente*.

Joaquim Rolo, para além dos trabalhos de *arte pastoril*, recuperou *Os Bonecos de St. Aleixo*, marionetas tradicionais alentejanas e pertencentes ao Centro Dramático de Évora.

Este artesão identifica o seu trabalho do seguinte modo: *Escrevo com o bico do canivete*, numa confissão a Maria do Carmo Piçarra do Correio da Manhã, em 2004.

### 3.7 António Adélio Roque Baptista Real

António Real mais conhecido por Sr. Galguinho, natural de Portalegre, escolheu materiais como a madeira e a cortiça para elaborar tarros, tropeços, saleiros, cochos, cochas, peças integradas na denominada *arte pastoril*.



Fig. 27 – António Adélio Real  
Alunos: Rosa Cardoso, Lólia Ferreira e Pedro Ferreira, 2005.

Os tarros de esmerada elaboração são *bordados* com motivos geométricos inspirados em peças antigas.



Fig. 28 – Vistas de frente e lateral do tarro *bordado*.

Para além do *bordar* a cortiça em tarros com um gosto sempre renovado, executa colheres, facas, garfos, *cádegas* ou chavelhas em pau bucho, madeira de laranjeira e também do miolo do azinho.

### 3.8 Belmira do Carmo Branquinho

Numa estreita e inclinada rua de Castelo de Vide podemos encontrar a Casa de Chá Belmira, na Rua Almeida Sarzedas, nº 31, pertencente a D. Belmira Branquinho, boleira de profissão.



Fig. 28 – D. Belmira do Carmo Branquinho.

Alunos: Marcelo Rodrigues,  
M<sup>o</sup> João Madeira,  
Ricardo Marreiros, Sandra Miguel, 2005.

Para além dos bolos tradicionais D. Belmira dá continuidade à tradição com a elaboração de um foliar confeccionado pela Páscoa e que é oferecido pelos padrinhos aos

afilhados: o *Lagarto da Páscoa*. Esta forma remete-nos para a simbologia judaico-cristã da regeneração e da renovação: a ressurreição de Cristo. Leituras simbólicas podem ainda ser complementadas com o significado do ovo cozido, da forma do lagarto e da cor da fita colocada (se é um rapaz ou uma rapariga).

Poder-se-á compreender este ato de oferecer um *Lagarto da Páscoa* como o desejo de boa sorte.



Fig. 29 – Vistas de cima e lateral do *Lagarto da Páscoa*.



Fig. 30 – Vista de cima do *Lagarto da Páscoa*.

Este foliar em forma de lagarto pode ainda encontrar-se em outros locais do Alto Alentejo como Nisa, Sousel, Portagem (Marvão) e Portalegre.

De modo a divulgar os seus produtos D. Belmira participou em programas televisivos e na EXPO 98. O seu trabalho encontra-se documentado em livros sobre tradições populares.

### 3.9 Maria Fernandes Anselmo

Maria Fernandes Anselmo dedica-se à trapologia, através de uma aprendizagem autodidata, de contínuo aperfeiçoamento, na vila de Castelo de Vide, mais propriamente na sua residência na Rua do Mercado, nº 5.



Fig. 31 – D. Maria Fernandes Anselmo.

Alunos: Nelson Fartouce à esquerda e Luís Janeiro à direita, 2007.

A trapologia é um processo artesanal tradicional na vila de Castelo de Vide. A saca do pão, com o nome da vila bordado, tornou-se um símbolo da vila, oferecida em ocasiões festivas. A artesã Esperança Coelho é outra referência da trapologia em Castelo de Vide.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Referenciada no projecto *Arte Nossa* no âmbito da unidade curricular de Projecto, do 3º ano do Curso de Animação Sociocultural da Escola Superior de Educação de Portalegre, em Maio de 2008, tendo em vista a valorização dos ofícios castelovidenses, in <http://artemaisnossa.blogspot.pt/2008/05/arte-da-trapologia.html> [consultado em 30 Janeiro 2013].

No sítio de Castelo de Vide não se encontra mais nenhum artesão dedicado à trapologia, in <http://www.castelodevide.pt/turismo/pt/ver-e-fazer/pecas-tradicionais/artesaos> [consultado em 30 Janeiro 2013].



Almofada com padrão composto por várias cores e tecidos, 35x35 cm

Bolsa para pão, 31,5x24,5 cm

Fig. 32 – Vistas de frente e laterais de almofada e bolsa de pão.

É registado pelos alunos que este tipo de trabalho nasce por uma *necessidade interior*: quadrados de pano que se transformam em jogos de cor e textura.

### 3.10 Manuel Frutuoso

Manuel Frutuoso é natural da freguesia de Ribeira de Nisa situada nas imediações da cidade de Portalegre. Aos 13 anos de idade aprendeu com o pai a profissão de cesteiro. Corta na sua propriedade as varas de castanho, *esgalham-se* (tiram-se os galhos) e guardam-se debaixo de terra (se demoram muito tempo a ser trabalhadas) ou num tanque com água (se a espera for de 1 a 2 meses).



Fig. 34 - Apanha das varas de castanho.

Alunos: Cândida Graça, Marta Duarte e Sónia Henriques, 2005.

Depois de passar as varas pelo lume tira-lhes a pele e abre-as ao meio. Na oficina desfolha-as e coloca-as no *cavalo* para as *aparelhar*.



Fig. 35 – Utilização da *faca de lavar* para *apurar* as varas no *cavalo*.



Fig. 36 – Início da base do cesto com as *travadeiras*.

Depois de *aparelhadas* as varas são *talhadas* (as varas são medidas previamente pelo artesão consoante a dimensão do cesto), iniciando a construção do fundo ou *estrado* com as *travadeiras*. Realizado o fundo, *tecidas* as paredes e elaboradas as asas, fazem-se os *arredondamentos*, corrigindo alguma imprecisão e finalmente coloca-se a correia em redor do bordo do cesto.

As cestas têm denominações e dimensões variadas: cestas de quatro asas, cesto redondo, canastras, cesto de pilar castanhas, balsa e esteirões.

Participou em várias feiras nacionais e internacionais destacando Vila do Conde, Badajoz, Mérida e Cáceres.

### 3.11 A Olaria de Flôr da Rosa

A aldeia histórica de Flôr da Rosa é identificada como o centro oleiro mais importante do Alto Alentejo na década de 60 do séc. XX<sup>10</sup>. Nos anos 50 do séc. XX as bermas das ruas aparecem cobertas de peças de olaria a secar<sup>11</sup>.

João de Jesus Serra mais conhecido por Sr. Pardal é o último dessa geração de oleiros.

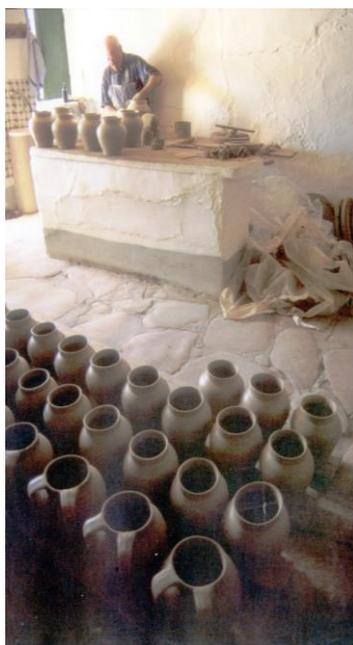


Fig. 38 - João de Jesus Serra na sua Olaria in “Janelas Indiscretas” de Raul Ladeira.

Atualmente existe a Escola de Olaria onde se encontra a empresa de inserção *Barros Flôr da Rosa* com o objetivo de reproduzir e manter as peças da olaria tradicional<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> PARVAUX, S. (1968), *La Céramique Populaire du Haut-Alentejo*, Paris, Presses Universitaires de France, p. 24.

<sup>11</sup> Documentação fotográfica em <http://www.jf-flordarosa.pt/galeria.htm> [consultado 30 Janeiro 2013].

<sup>12</sup> <http://www.jf-flordarosa.pt/olaria.htm> [consultado 30 Janeiro 2013].

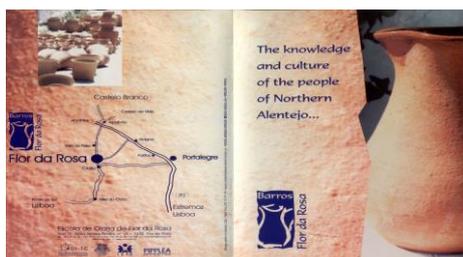


Fig. 39 – *Barros Flôr da Rosa*, desdobrável em língua inglesa.

### 3.12 Joaquim Mendes Correia

Joaquim Mendes Correia natural de Portalegre, onde possui uma carvoaria no centro da cidade e aí reúne os seus arranjos de flores secas, construindo composições tridimensionais equilibradas e originais; as plantas procura-as na Serra de S. Mamede ou cultiva-as, tais como: o centeio, trigo, azevinho, palanco, pão de rola, atabuas, rosmaninho, marcelas, rabo de raposa e manjericão, entre outras<sup>13</sup>.



Fig. 40 – Joaquim Mendes Correia.  
Alunos: Ana Maria Martins,  
Maria Elisa Alves,  
Maria Solange Pinheiro, 2004.

O seu trabalho tem alguma procura mas são os turistas os que mais se surpreendem com tal mestria. Conta-nos na entrevista registada pelas alunas que uma sua neta, na Alemanha, reconheceu nuns postais os arranjos de flores secas de seu avô.

<sup>13</sup> Sobre este artesão regista-se o artigo *Entre flores e olhares* in Revista Pormenores, nº 5, Fevereiro 2010, p. 27.



Fig. 41 – Formas diferenciadas de organizações formais.

A apresentação destas mulheres e homens que dedicam parte do seu tempo à elaboração de peças com cunho pessoal, autênticas, procurando por tentativa os melhores materiais, os melhores processos para dar visibilidade a uma sensibilidade que está para além das tarefas repetitivas do dia-a-dia, não se esgota aqui, pois existe mais documentação, outros artesãos que se encontram ligados à suas raízes e produtores de peças inigualáveis, mas se situam para além do Nordeste Alentejano.

Se existem obras que partem da capacidade imaginativa do ser, em outras urge a transmissão de saberes, de técnicas que se praticam e que é necessário preservar como elemento identitário de uma região.

#### **4 Propostas para o Futuro**

Os projetos que de seguida se apresentam manifestam a necessidade de uma geração de designers de contribuir para a revitalização de formas ancestrais, deslocando-se aos locais onde os ofícios artesanais resistem à sociedade contemporânea e a todos os seus pressupostos.

##### **4.1. Experimenta o Campo**

Em 2006-2007 surge o projeto *Experimenta o Campo* onde se associam várias áreas do *saber-fazer artesanal* com as metodologias do design, dando resposta a um desenvolvimento sustentável; reúnem-se neste projeto dois universos distintos: por um lado o artesanato, um universo de objetos nascidos de uma relação com a terra, com uma vivência geracional, elementos associados a uma identidade própria perpetuada no tempo; por outro lado, o design associado a processos metodológicos dirigidos a uma sociedade de consumo e à produção de massas.



Fig. 42 – Capa do Catálogo do Projeto *Experimenta o Campo*.

Como parceiros neste projeto encontramos o Centro de Estudos de Novas Tendências Artísticas (CENTA) de Vila Velha de Rodão, a Escola Superior de Artes e Design das Caldas da Rainha (ESAD.CR) e os artesãos da Beira Interior e do Alto Alentejo.

Procura-se com este projeto uma troca recíproca de conhecimentos entre artesãos e designers. Pensamos ser esta a forma para uma real sobrevivência das formas de identificação regional.

Em Nisa o trabalho em feltro é apresentado pela D. Diniz Pereira, artesã e orientado pelo designer Miguel Vieira Baptista; os futuros designers desenvolveram objetos, apropriando-se das qualidades matéricas do feltro, do desenho, dos motivos dos bordados em feltro, tradicionais da vila de Nisa. Os resultados obtidos vão desde bolsas para telemóveis, a cobertores denominados *cobertor do aconchego*, almofadas, *almofada dos abraços* e sapatos de interior.

O mestre António Louro, oleiro de profissão, outro dos participantes no projeto, transmite os procedimentos da olaria tradicional de Nisa aos futuros designers, orientados pelo designer Filipe Alarcão.



Fig. 43 - Mestre António Louro, oleiro de peças com incrustação de pedras de quartzo em motivos tradicionais de Nisa.

As formas desenvolvidas respondem a uma necessidade com funções utilitárias, recorrendo ao processo cerâmico, recriaram-se jarras, queijeiras, saias de garrafa e saleiro/pimenteiro.



Fig. 44 – Peças de barro resultantes do projeto *Experimenta o Campo*.

Ambos os artesãos consideraram muito louvável a iniciativa, mostrando-se abertos a futuras colaborações.

## 4.2. Velhas Técnicas Novos Conceitos

O projecto *Velhas Técnicas Novos Conceitos*, apoiado pela Câmara Municipal de Fronteira pretende, como o projeto anterior, estabelecer uma estreita relação entre o *saber-fazer artesanal* e os conceitos do design contemporâneo, preservando a identidade cultural.



Fig. 45 - Manta de pastor com almofada para sofá.  
Catálogo de 2005.



Fig. 46 - Vaso para plantas com passarinho.  
Catálogo de 2005.

No sítio do projeto indica-se:

*Pretende-se com esta actividade experimental, cujos intervenientes são a Câmara Municipal de Fronteira, a EVOL e artesãos da região, adequar as novas tecnologias e a metodologia projectual do design ao saber ancestral do artesanato, articulando estes dois pilares a fim de conseguir uma mais valia para os vários vértices que a compõem.*<sup>14</sup>

<sup>14</sup> <http://www.vtnc.net/> [consultado a 2 de Fevereiro 2013]

Participaram neste projeto os artesãos: Mestre Zacarias, Mestre Xico Tarefa, Conceição “Concha”, Mafalda Costa, Teresa Branquinho, Helena Loermans, e Hélder Cavaca.

### 4.3 Torre do Tempo, Produtos Manufacturados

Ao projeto *Velhas Técnicas Novos Conceitos* sucede um novo denominado por *Torre do Tempo, Produtos Manufacturados*, apresentado como o resultado entre o Projecto Alma promovido pela Câmara Municipal de Fronteira e a empresa EVOL.



Fig. 47 - Logotipo do Projeto

Este projeto define como objetivo:

*apoiar iniciativas que promovam o artesanato português e o trabalho realizado pelos artesãos, para além de dinamizar a relação entre o meio rural e o meio urbano e incentivar o desenvolvimento de regiões outrora esquecidas. Actualmente, a TORRE DO TEMPO dedica-se à área abrangida pelo Alto Alentejo construindo diariamente uma relação de confiança baseada nos saberes-fazer locais aliados a uma forte vontade de desenvolver novas ideias e experiências com as gentes locais. Como elo entre a tradição e a inovação no Design, é um dos objectivos da TORRE DO TEMPO estimular a criação de novos conceitos em torno das técnicas tradicionais presentes na região e a exposição e comercialização das experiências aqui adquiridas, tendo como síntese deste processo, os produtos daí resultantes que se mantêm orgulhosamente fieis às matérias-primas e aos “ingredientes” e auxiliares que lhes reforçam a sua identidade e genuinidade.<sup>15</sup>*

Com divulgação em Fevereiro de 2010 este projeto não se encontra de momento disponível nas redes sociais, pelo que não poderemos acrescentar mais dado.

---

<sup>15</sup> <https://www.facebook.com/EVOLSTUDIO> - Torre do Tempo divulgação a 5 de Fevereiro 2010. [consultado a 2 de Fevereiro 2013].

#### 4.4. Projecto em Aberto

Após a apresentação da comunicação, em Maio de 2012, surge uma exposição que merece ser mencionada, dando continuidade ao nosso interesse por esta temática.

Na Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa os alunos do 1º ano do ano letivo 2012/2013 de Design de Equipamento realizaram durante o 1º Semestre um workshop que deu origem à exposição *Buinho, aprender & aplicar* a decorrer de 26 de Fevereiro a 22 de Março de 2013 na FBAUL.

Este workshop vai dar origem ao *Projecto em Aberto* que:

*nasce da vontade e necessidade de repensar a cultura material actual, questionar como interagimos com os objectos, o que deles pensamos e as consequências das nossas acções e intervenções. Aliado à vontade de fortalecer o conhecimento das tradições portuguesas, trazendo-as à memória contemporânea, este, não é apenas um guia para a construção de mais um objecto, mas sim, um veículo de divulgação de cultura material.*<sup>16</sup>

Esta primeira ação desenvolvida pela docente Ana Lia Santos da FBAUL incidiu sobre a recriação de um banco tradicional alentejano com indicações sobre os métodos de empalhamento em bunho<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> <http://projectoemaberto.blogspot.pt/> [consultado a 28 de Fevereiro 2013].

<sup>17</sup> Sampaio, 1946, p. 33: *espiguetas mediócras, ovóides, dispostas em grupos desigualmente pedunculados; aquénios maiores, sempre claros; caules mais elevados e mais grossos, mas moles e facilmente compressíveis. Per.4-9- Terrenos úmidos, desde o Douro ao Algarve. Bunho 112. *Scripus lacustris* Lin.*



Fig.47 – Desdobrável do projeto.

## Conclusões

Se por um lado quisemos registar os nomes, os rostos de quem no Nordeste Alentejano se dedica ao manuseamento de técnicas ancestrais, numa procura de comunicação com o outro, apostamos no *saber-fazer artesanal* como fonte de criatividade para uma nova geração.

Desde sempre nos interessámos por formas arcaicas, mas foi a partir da exposição *Reinventar a Matéria* de 2001 que pensámos que faria todo o sentido transformar uma identificação pessoal num material de pesquisa e aprofundamento.

Por razões profissionais e localização geográfica pensamos ter reunido os fatores essenciais para desenvolver a matéria abordada nesta comunicação. Assinalamos a possibilidade que esta comunicação nos ofereceu para que pudéssemos reunir bibliografia que consideramos essencial para futura reflexão.

## Bibliografia

ALVES, J. E. (1998), PARTNA – Promoção do Artesanato do Norte Alentejano. *Levantamento e Caracterização das Manifestações de Artesanato do Norte Alentejano: Artesãos, Produtos, Custos e Organizações*, Portalegre, Associação de Municípios do Norte Alentejano (documento policopiado).

BRANCO, J. (2005), Artesanato e Design: Parcerias com Futuro? in *Revista Mãos*, Revista Trimestral n°27/28, Out/Dez 2004, Jan/Mar 2005, Porto, CRAT.

BRANDÃO, P. (2003), *A Alma do Design*, Cadernos de Design, Lisboa, Centro Português de Design.

CORREIA, V. (1916-1917), Pintadeiras ou Chavões Alentejanos in *Terra Portuguesa, Revista Ilustrada de Arqueologia Artística e Etnografia*, Lisboa, vol. I, n°1, pp. 23-29.

CORREIA, S. (2003), Das Relações entre Design e Artesanato, entrevista a Francisco Providência in *A Alma do Design*, Cadernos de Design, Lisboa, Centro Português de Design, pp. 16-22.

GASPAR, F. (2003), Artesanato e Design – Que Cumplicidades? in *A Alma do Design*, Cadernos de Design, Lisboa, Centro Português de Design, pp. 28-29.

LEAL, J. (2002), Metamorfoses da Arte Popular: Joaquim de Vasconcelos, Vergílio Correia e Ernesto de Sousa in *Etnográfica*, Vol. VI (2), pp. 251-280.

MELO, A. (2004), O Mundo Mágico de Paula Rego in *Compreender Paula Rego* Porto, Edição Público/Serralves, pp.57-61.

PARRA, P. (2011), O Mundo Alentejano – Alentejo: uma das culturas europeias mais antigas, Lisboa, Artes da Casa, Catálogo FIL Artesanato.

PROVIDÊNCIA, F. (comissário) (2001), *Reinventar a Matéria, exposição de design*, Lisboa, Galeria da Mitra, Porto, Centro de Artes Tradicionais, org. Centro Português de Design e ESAD - Matosinhos.

s.a. (1983), *O Falar das Mãos, Joaquim Carriço “Rolo”, um artesão da madeira e do chifre*, Edição do Núcleo de Dinamização Cultural de Estremoz a Trabalhar com as Bibliotecas e Museu Municipais, Estremoz.

SAMPAIO, G. (1946), *Flora Portuguesa*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, Imprensa Moderna.

SANTOS, M.P. (2007), *Vanguardas & Outras Loas, Percorso Teórico de Ernesto de Sousa*, Lisboa, Assírio & Alvim.

SANTOS, D. (2003), Artesão? Designer? in *A Alma do Design*, Cadernos de Design, Lisboa, Centro Português de Design, pp. 24-27.

SOUSA, E. (1995), Um escultor Ingénuo in *Onde Mora o Franklin, um Escultor do Acaso*, Lisboa, Instituto Português de Museus, Museu Nacional de Etnologia, pp.27-35.

#### **Notas sobre o autor:**

##### **Maria da Conceição Torres Cordeiro**

[ccordeiro@esep.pt](mailto:ccordeiro@esep.pt)

Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Portalegre

Professora Adjunta na Área Científica de Expressões Artísticas e Motricidade na Escola Superior de Educação de Portalegre.

1958 - Natural de Vila-Boim, Elvas.

1986 - Licenciatura em Pintura pela Faculdade de Belas-Artes do Porto.

1999 - Mestrado em História da Arte – Área de Especialização em Teorias de Conservação e Restauro do Património Artístico – Universidade Lusíada, Lisboa, com a dissertação: “Estudo de peças hispano-árabes de reflexo metálico integradas em museus portugueses”.

2011 - Curso de Formação Avançada em Belas-Artes correspondendo ao 1º ano do Curso de Doutoramento em Belas-Artes na Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa. Encontra-se a desenvolver a tese de doutoramento com o título “O Processo Criativo da Pintura num Contexto Cultural Híbrido - Imaginários Ancestrais e Primitivos”.

# Ruralidade e pós-ruralidade: sedução, sedição e dissídio

## Rurality and post-rurality: seduction, sedition and dissension

Luís Miguel Oliveira de Barros Cardoso

### Resumo

*O Cinema Português encontrou no conceito de ruralidade um dos eixos da sua produção, que atravessou o tempo e a ideologia, percorrendo matrizes culturais, vetores políticos e sociais, criando momentos de aproximação e de sedução, mas também, de sedição e dissídio, marcados pelas distintas visões de época, de autor e de contexto social, que deram origem a filmes que traduzem essa multiplicidade e antagonismo, desde a alvorada do Cinema em Portugal até às interpretações da pós-ruralidade da contemporaneidade.*

**Palavra-chave:** Cinema português; ruralidade; pós-ruralidade; sedução; sedição; dissídio

### Abstract

*The Portuguese Cinema found within the concept of rurality one of the axes of its production, which crossed time and ideology, traveling cultural matrices, political and social vectors, creating moments of approach and seduction, but also, sedition and dissension, marked by distinct visions of time, author and social context that gave rise to films that reflect this multiplicity and antagonism, since the dawn of cinema in Portugal to the interpretation of the contemporary post-rurality.*

**Keywords:** Portuguese cinema; rurality; post-rurality; seduction, sedition and dissension

Quando percorremos a diacronia do Cinema Português e perpassamos o cronótopo espaço-tempo, tal como o definiu Mikhail Bakhtine<sup>1</sup>, a partir do estudo estético-literário que realizou sobre Fédor Dostoievsky, no qual consagrou a indissolubilidade desta relação, e postulou como marca estruturante e identitária do romancista russo a chamada polifonia, ou seja, a multiplicidade de vozes equipolentes, não podemos deixar de relacionar todos estes conceitos, alcançando uma premissa que irá percorrer esta reflexão.

O Cinema Português olhou a ruralidade como uma relação espaço-tempo, cristalizando no primeiro as correlatas diretrizes históricas, ideológicas e estéticas do segundo, originando visões segmentadas pelo zeitgeist e pela evolução dialética do nosso País, tendo sido iniciada por uma sedução matricial, que deu origem, em diferentes momentos posteriores, a uma conceção antagónica radicada na mais absoluta rejeição e

---

<sup>1</sup> Bakhtine, Mikhail. (2002), *Questões de Literatura e de Estética*. São Paulo, Annablume.

dissídio, fruto, afinal, de mudança de paradigmas traduzidos em evidente sedição. Em síntese, da ruralidade edénica passámos à sua ostracização, e subsequente refundação em pós-ruralidade, o que nos remete para uma certa visão polifónica.

Bénard da Costa, analisando a especificidade do Cinema Português, defendeu que a sua marca principal foi o retrato do próprio País, ou melhor, a captação do imaginário nacional, bem patente, aliás, no pensamento de que «menos paradoxalmente do que possa parecer, [...] o género dominante do cinema português é o próprio cinema português»<sup>2</sup>, pelo que podemos desde já tentar encontrar dois momentos centrais na história do Cinema em Portugal. O primeiro momento, iniciado com os primeiros filmes de Aurélio da Paz dos Reis em 1896, e que terminaria nos anos cinquenta, é marcado pela «questão nacional», pela sucessão de comédias à portuguesa, pelas adaptações de textos literários, e de forma mais clara pela comédia dos anos trinta, pelos filmes históricos de quarenta e pelos melodramas dos anos cinquenta.

Podemos identificar um segundo período, iniciado pelo «cinema novo» dos anos sessenta, e que se prolonga até aos oitenta, durante o qual são claramente afastados os temas populares e o «filme de arte», sob o argumento de não refletirem o retrato social do País, acabando por transformar o cinema português num segmento limitado do «cinema de arte» europeu.

É precisamente a questão do retrato do país que leva os primeiros realizadores, na década de vinte, a procurarem na literatura portuguesa motivos que ilustrassem a nossa identidade, principalmente durante a época compreendida entre 1918 e 1924, tendo este trabalho resultado na apresentação de um país arcaico e rural, enraizado e estrangulado pela sua história, mas numa linha consentânea com outros exercícios similares da Europa, destacando-se a essência nacional, os traços culturais idiossincrásicos, na origem dos nacionalismos que começavam a surgir. No cinema mudo, os dramas regionalistas, revisitações históricas e adaptações literárias elegiam prioritariamente o mundo rural, os seus costumes e tradições, ressaltando uma leitura maniqueísta entre a cidade e o campo, que se viria a aprofundar nos anos trinta e quarenta. Neste contexto, encontramos uma preocupação com a regeneração da identidade nacional, uma

---

<sup>2</sup> «Um País, um género: Portugal no Cinema Português», documento da programação da Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema, Dezembro de 2007.

exaltação da nação, traduzida na conceção da paisagem cinematográfica, como objeto de representações sociais, interpretações de representações culturais, e correlações ideológicas e políticas. Nota-se uma tendência para a destacar o «filme tipicamente português», de forma mais clara nas duas primeiras décadas do século vinte, visando a revelação de uma psicologia específica portuguesa, com três grandes motivos cinematográficos: paisagens, monumentos e costumes populares, ou seja, uma descoberta do Portugal rural, num projeto de regeneração semelhante a outros países europeus, elogiando paisagens rurais de regiões do País. Esta representação do lugar foi determinante para a legitimação ideológica de uma cidadania nacional, que se centrou na documentação do mundo rural português, também espelhando as tendências anti-cosmopolitas, criando, como afirma Leal<sup>3</sup>:

«uma objetivação da cultura popular portuguesa, isso é (a) sua transformação num conjunto de aspetos, traços e objetos que, retirados do seu contexto inicial de produção – o localismo da vida camponesa – puderam funcionar como emblemas da identidade nacional», procurando-se no povo «a versão correta, autorizada e intemporal da essência da nação».

Em 1919, o filme *A Rosa do Adro*, de Georges Pallu, de inspiração literária, remete-nos para a paisagem entre Douro e Minho, as características do povo e da paisagem do Norte, que constituam arquétipos da ruralidade impoluta, com traços de um provincianismo arcaico, paradigmas da cultura de um povo, construções patrióticas do espaço e das gentes, memórias de uma iconografia nacionalista e indexada simbolicamente, com uma forte ideia de estabilidade fundacional, idílio rural, herança cultural e património identitário, em clara ativação de consciência coletiva.

Estamos assim numa fase de criação de comunidades imaginárias com representatividade nacional, um regresso à terra, à ruralidade, um espaço de sedução, que Rino Lupo retoma em 1921, com o filme *As Mulheres da Beira*, explorando as filmagens no exterior, os espaços serranos no interior do País, configurando a ruralidade como um renascimento, em clara oposição da vida na cidade, local de alienação e de vazio. É aqui que ressurge a alma nacional, integrada no espírito literário do pós-romantismo, na crescente afirmação do nacionalismo cultural português, que dá ênfase a uma visão pró-rural.

---

<sup>3</sup> Leal, J. (2000). *Etnografias Portuguesas (1870/1970) – Cultura Popular e Identidade Nacional*, D. Quixote: Lisboa

Nesta época, mesmo a cidade de Lisboa é vista como um reflexo do País, pelo que é acima de tudo um conjunto de bairros que em tudo lembram as aldeias da província, criando um cinema português aparentemente citadino, mas no seu âmago, tipicamente rural. Esta dimensão não pode ser dissociada do contexto ideológico que envolve a produção nacional, principalmente com a criação do Fundo do Cinema Nacional, em 1948, que iria privilegiar as comédias populares, as reconstituições históricas e literárias, das quais *Camões*, de 1946, é o exemplo supremo. Com estas orientações deliberadas, o cinema português multiplica-se em filmes sobre o fado, a tauromaquia e as temáticas rurais, nomeadamente na década de cinquenta.

Não obstante, o regime nem sempre se reviu nas visões mais tipificadas da sociedade rural portuguesa. Em 1939, quando estreia *Aldeia da Roupa Branca*, de Chianca de Garcia, que seguia a linha inaugurada por *Maria Papoila*, de Leitão de Barros e que dera início aos chamados «filmes de saloios», notamos uma polarização evidente entre o rural e o urbano, entre o velho e o novo, sendo que no epílogo do filme, a personagem Chico regressa à sua aldeia, abandonando Lisboa. Na década de quarenta, as narrativas com folclore e saloios multiplicam-se, pois correspondiam ao gosto de uma pequena e média burguesia citadina que apreciava o género e não por clara orientação do Estado, pois possuía outras preferências, como podemos constatar pelas palavras de António Ferro, em 1947, ao apresentar a Lei de Proteção ao Cinema Nacional, que caracterizou as comédias como «filmes com indiscutível mas lamentável êxito», que indiciavam o que «há de mais inferior na nossa mentalidade», constituindo um «cancro do cinema nacional».<sup>4</sup>

Para o Estado Novo, a educação política do povo português passava por um projeto totalizante, criando um novo espírito regenerado pelo ideário nacional, com um discurso propagandístico, purificador da História, criador de uma cultura popular de origem nacional e etnográfica. Neste campo, a ruralidade constitui um dos mitos centrais do salazarismo<sup>5</sup>, pois Portugal era um país essencialmente rural, com uma ruralidade particular de onde surgiam as qualidades da raça e da identidade nacional. Salazar assume a terra como fonte de riqueza, exemplo para a ordem social e fonte de virtudes

---

<sup>4</sup> Sobre esta questão, leia-se o excelente trabalho de Miguel Cipriano (2011), *O mistério das origens ou o cinema português no tempo da pós-ruralidade*, Escola Superior de Teatro e Cinema / CIAC

<sup>5</sup> Cf. Rosas, Fernando, «O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo», *Análise Social*, Vol. XXXV (157), 2001, pp. 1031 – 1054, Universidade Nova de Lisboa

pátrias. Este discurso será aproveitado pela propaganda, de modo a criticar a industrialização, a técnica a urbanização e a proletarização, definindo uma vocação rural da nação. De facto, a formação das massas torna-se essencial neste processo, educando-as moral e espiritualmente, com base numa cultura popular, nacional, ruralista, etnográfica e corporativa, concebida pela propaganda do regime, designadamente o Secretariado de Propaganda Nacional, criado em 1933, e que assumiria uma atuação sobre as artes plásticas, o cinema, a rádio, criando uma conciliação entre a modernidade e os valores da ruralidade, promovendo concursos, renovando a cultura popular, a etnografia e a história. Como afirmava António Ferro, o povo, o verdadeiro povo, «participava nesta recriação mítica de uma ruralidade essencial como quadro de vida, desse nacional-ruralismo corporativo que reinventava músicas, danças, “folclore”, hábitos, costumes, comportamentos, de acordo com o espírito de uma etnografia elaborada à sua medida<sup>6</sup>.

António Ferro mostrou-se muito crítico em relação aos chamados filmes regionais ou folclóricos, cuja ação se desenrolava em espaços rurais, e que frequentemente possuíam longas cenas de folclore e música regional, de carácter artificial. Estes filmes denotavam uma clara apologia da simplicidade da vida na aldeia, ainda que surjam de forma estilizada e idealizada, como *A Canção da Terra* (1938), de Brum do Canto, ou *Ala-Arriba* (1942) de Leitão de Barros. Outra faceta é a identificação do campo com como um repositório de valores e tradições do povo português, como acontece em *Gado Bravo* (1934), de António Lopes Ribeiro ou *As pupilas do Senhor Reitor* (1935), de Leitão de Barros.

Para o Estado Novo, o mundo rural conciliava a condição natural dos portugueses, as qualidades da natureza e das populações locais, tendo levado a iniciativas como o Concurso da Aldeia mais Portuguesa de Portugal (1938), ou o Museu de Arte Popular, inaugurado em 1948.

Nos filmes regionais ou folclóricos, apresenta-se a vila aldeã, a economia agrícola, a pesca, a pastorícia, a beleza natural, as tradições, as festas, ora marcados pelo documentário, ora pela ficção, mas sempre vistos como filmes «tipicamente

---

<sup>6</sup> Idem, *ibidem*.

portugueses», que destacavam a cultura popular, sinónimo de ruralidade. Nos filmes «naturais», o meio ambiente alia-se a pescadores, pastores e camponeses, romarias e procissões, servindo mesmo como pano de fundo para uma guerra ideológica entre os valores rurais e os valores citadinos, elogiando-se a retidão moral na lezíria ribatejana em *Gado Bravo*, a simplicidade da vida rural na adaptação do romance homónimo de Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, e a população rural que simboliza todo o povo português.

Os filmes regionais estavam em consonância com o modelo de ruralidade preconizado pelo Estado Novo, tendo sublinhado o papel da natureza-mãe provedora do sustento da comunidade, delineando um paralelo com a missão do Estado.

Neste contexto, destacamos o nome de Jorge Brum do Canto, realizador de filmes emblemáticos como *Chaimite* (1953) ou *A Cruz de Ferro* (1969), que pretendeu contribuir para um estilo nacional, que integrasse as facetas do povo, conferindo primazia aos espaços rurais, à dimensão regionalista, aos valores tradicionais, de uma visão histórica monárquico-integralista. Quando Brum do Canto elege como temas centrais a terra e o povo, a história nacional, os valores como o catolicismo, o império ou o fado, perspectiva-se como um foco de interesse para o Estado Novo.<sup>7</sup>

O apelo da terra e do povo vai traduzir-se num fundo regionalista, em contextos muito específicos de natureza paisagística, profissional e rural. De 23 obras que realizou, onze possuem uma natureza regional. O ruralismo revela-se como uma forte tendência, sendo que o apelo da terra caracteriza quinze, constituindo uma das suas necessidades prioritárias.

Nos anos cinquenta, quando o Neo-Realismo italiano constituía a matriz referencial para um espírito militante e de resistência, o cinema português encontrava-se espartilhado pelas convenções do regime, e, assim, o Neo-Realismo apenas impregnava a literatura e as artes plásticas. Pelo contrário, o movimento italiano de Visconti, Fellini, Latuada, De

---

<sup>7</sup> Vd. Torgal, L. R. (2000) (org.), *O Cinema sob o Olhar de Salazar*, Lisboa, Círculo de Leitores.

Sica, Rossellini, e do ideólogo Zavattini, é extraordinariamente dinâmico, reposicionando a Sétima Arte face à realidade. Como afirmou Fellini:

«O Neo-Realismo é para mim uma forma de olhar a realidade sem qualquer preconceito, sem que intervenham condicionalismos – colocando-me diante dela sem ideias preconcebidas, olhando-a com honestidade -, seja qual for a realidade, não só a social, mas também a espiritual, a metafísica, tudo o que existe no interior do homem...quando conto a história de certas pessoas, tento sempre mostrar qualquer coisa de verdadeiro».

E surgem vários filmes sobre o mundo rural italiano, de agricultores e pescadores, como *A Terra Treme*, de Visconti, ou *Arroz Amargo*, de De Santis.

Em Portugal, em 1952, estreia em Lisboa o filme *Salimbancos*, de Manuel Guimarães, logo elogiado por Alves Redol, Cardoso Pires, Piteira Santos, Fernando Namora ou Luís Francisco Rebelo. No mesmo ano, com a colaboração de Alves Redol, realiza *Nazaré*, para completar o tríptico de vaga inspiração neo-realista com *Vidas Sem Rumo*, também escrito com o apoio do neo-realista Alves Redol, e que tem inúmeros problemas de produção: sérias restrições financeiras, e intervenção da Censura que terá cortado perto de 80% do filme, terminando esta via dolorosa na estreia, em 1956. A ruralidade lida pela corrente neo-realista transmite aos filmes a dicotomia opressor-oprimido, a centralidade dos motivos sociais e económicos, a representatividade das personagens, a mensagem pedagógica dirigida aos oprimidos, mas sempre de forma muito velada.

Nos anos sessenta, o «cinema novo» de Cunha Telles e da Fundação Gulbenkian, repensa os caminhos da sétima arte e afasta-se dos padrões estereotipados que a ruralidade permitiu nas décadas anteriores. São agora os tempos de *Verdes Anos* (Paulo Rocha, 1963) e de *Belarmino* (Fernando Lopes, 1964), com o retrato dos que a cidade marginalizou, a cidade que aprisiona, que faz despertar os conflitos sociais, que levam a câmara para a rua, para a multidão sem rosto, mas que não conseguem captar a atenção do público nacional, principalmente pelos seus exercícios mais ou menos metafóricos sobre a sociedade contemporânea, muito longe da denúncia clara da ideologia ou da segregação social. São os olhares sobre uma cidade de claustrofobia, opressão, marginalização, coercividade, que obriga os seus habitantes a uma vida de fuga, de agonia diária, de existência errática e humilhada.

As orientações cinematográficas do Estado viriam a mudar com revolução de 1974 e com a suspensão do financiamento do Instituto Português do Cinema, conjugadas com o abandono de uma conceção mais artística do cinema, de um cinema de autor, favorecendo a ideologia e a militância, documentário das transformações do PREC, com marcas narrativas do cinema direto, fazendo com que a prioridade fosse agora a verdade do contemporâneo, o verdadeiro país e o verdadeiro povo, que o Estado Novo havia transformado em episódios folclóricos. A ruralidade era agora redefinida em sedição absoluta, com episódios de rutura, evidências ideologicamente motivadas do trabalho dos agricultores, dos operários, da reforma agrária, das cooperativas, e das ocupações de propriedades.

Em simultâneo, a ruralidade era redescoberta em nova perspectiva de sedução por cineastas que procuram reinventar o documentário e a etnografia, como António Reis no seu filme *Trás-os-Montes* (1976) e Margarida Cordeiro em *Ana* (1982), recuperando a visão ancestral de um país rural, evidenciando, por exemplo, como as populações transmontanas souberam guardar as tradições, a cultura popular, a identidade mais pura. *Trás-os-Montes* iria tornar-se uma «arca de tradições», para citar J. Pais de Brito, enquanto o Alentejo seria filmado como uma visão profética do futuro nacional, com a demonstração das virtudes da reforma agrária, da organização de cooperativas, com um recorte historiográfico, como acontece em *Torre Bela*, de Thomas Harlan (1976), em que os camponeses são exemplos da revolução nacional e, ao mesmo tempo, as personagens de um momento político localizado.

Concluimos, assim, que a época do PREC constituiu um ponto de focalização na ruralidade, quer perspectivando o futuro, quer comparando com o passado, plenamente estruturado por uma conceção ideológica, não conferindo integralmente a primazia ao presente, como poderíamos supor, ainda que tenha existido uma «relação quase excessiva com o presente», como afirma Augusto Seabra<sup>8</sup>, patente pelo esbatimento da linguagem entre cinema e televisão.

Nos anos oitenta, surgem grandes êxitos de bilheteira, com a ascensão dos modelos inspirados no cinema *mainstream* norte-americano, que são caracterizados pela sua

---

<sup>8</sup> Seabra, A.M., «La scène de l'histoire», p. 9

individualidade, diferenciação entre si, revitalizando o cinema português e a chamada «escola portuguesa». Filmes como *Kilas, o Mau da Fita*, de Fonseca e Costa (1981) atinge 120.000 espectadores, *O Lugar do Morto*, de António Pedro Vasconcelos (1984) tem 270.000 entradas, ou *O Crime do Padre Amaro*, de Carlos Coelho da Silva (2005) ultrapassa as 380.000 pessoas.

Nesta década, o mundo rural encontra-se afastado dos interesses dos realizadores portugueses, com pouquíssimas exceções, como é o caso de um filme de Luís Filipe Rocha, adaptado do romance homónimo de Manuel da Fonseca, e que desenha um retrato do Alentejo nos anos 30. Trata-se de *Cerromaior*, um filme que Luís Filipe Rocha transforma numa valorização do eixo temporal, sendo que o espectador desenvolve uma consciência de circularidade, pois nada evolui, e ao mesmo tempo, uma consciência de finitude inexorável, pois a fuga é impossível, a não ser pela morte. As condições sociais e económicas do Alentejo cruzam-se com tensões e limitações familiares e éticas, insolúveis, provocando uma reação de raiva surda, que vai corroendo as personagens, e que transforma uma anterior visão idílica da ruralidade, eivada de sedução, em espaço do interdito e do silêncio, de clausura e de revolta interior.

Mas esta reinvenção do cinema português é igualmente um momento de fratura e de dissídio. É neste tempo que a identidade nacional face à adesão à Comunidade Europeia desencadeia inúmeros debates. Tendo o cinema sido responsável pelos olhares do passado e para o passado, agora vê-se no dilema da contemporaneidade, com estados de espírito divididos entre incerteza do futuro e as inquietações do presente. A ruralidade que no passado assegurava uma identidade, é agora substituída por temáticas de dúvida e desilusão, sendo a cinematografia nacional um exercício de psicanálise sobre a nacionalidade, com leituras díspares e conflituosas, desde o exílio, a saudade ou o desenraizamento, patentes em *Um Adeus Português*, de João Botelho (1985), *Matar Saudades*, de Fernando Lopes (1987) ou *Recordações da Casa Amarela*, de João César Monteiro (1989). Com esta geração, cumpre-se o dissídio relativamente à temática da ruralidade, que fica obscurecida nestas deambulações sobre o sentido do presente, reconfigurando o imaginário do país, e fazendo esquecer o contributo que o universo temático-referencial do mundo rural já havia dado para a (re)fundação do debate sobre a nacionalidade e o seu rumo. Portugal, sopesando a sua história, considerando a recente Revolução de Abril, contemplando o futuro na União Europeia, tem cada vez mais

dificuldade em «identificar o Portugal rural contemporâneo» e os «territórios da urbanização recentes», para citar Álvaro Domingues<sup>9</sup>.

Nos anos noventa, Teresa Villaverde, João Canijo, João Pedro Rodrigues, Sérgio Tréfaut ou Pedro Costa olham para a marginalidade, o desemprego, a toxicodependência ou a imigração ilegal, descendo até à mais profunda essência do país, e simultaneamente, afastando-se do debate sobre a «portugalidade», a identidade e nossa definição identitária, tal como tinha sido feito anteriormente. Este cinema destaca a realidade presente, a contemporaneidade mais impregnada na pele diária, questionando, no fundo, quem são os portugueses de hoje, qual é a sua identidade cultural, quais são os seus problemas, numa aproximação dolorosa à realidade de outros países, ou nas palavras de Paulo Filipe Monteiro, estes filmes portugueses integravam Portugal num tempo globalizado onde as fronteiras já não são relevantes, e onde o país se pode partilhar em toda a parta e ao mesmo tempo<sup>10</sup>.

Em síntese, os anos noventa revelaram um dissídio fundamental: o cinema português que tanto procurara o país, não o filmara, na verdade, pois apenas se perdeu em construções históricas ou reflexões existencialistas, o que acabou por redundar num cinema excessivo sobre Portugal, mas não sobre o Portugal real, ou para utilizar a expressão de Paulo Filipe Monteiro, «Trop de pays, pas de pays»<sup>11</sup>.

Face à dificuldade em filmar o Portugal rural contemporâneo, pelas crescentes tensões entre o presente, o passado e o futuro, o dissídio com esta temática parecia perpetuar-se sem fim. Contudo, em 2008, Miguel Gomes filma *Aquele Querido Mês de Agosto*, que consegue um novo entendimento com esta dimensão de pós-ruralidade<sup>12</sup>, apesar dos constrangimentos na fase de produção, que, por cortes de financiamento, levaram inicialmente o realizador a abandonar o argumento e a centrar a sua atenção nas festas de verão na zona de Arganil. Contudo, o cineasta redefiniu o seu trabalho e construiu um novo momento de sedução face à ruralidade. Por oposição a *Ato da Primavera*, de Manoel de Oliveira, que retrata os hábitos rurais de 1956, Miguel Gomes não procura as

---

<sup>9</sup> Costa, Pedro Campos, Domingues, Álvaro et alii, (2009) *Duas Linhas*, Ed. Costa/Louro, Pedro Campos.

<sup>10</sup> Monteiro, Paulo Filipe, «O fardo de uma nação», p. 67 – 69.

<sup>11</sup> Monteiro, Paulo Filipe, «Trop de pays, pas de pays (à propôs du cinéma portugais)», p. 107.

<sup>12</sup> Cf. Silva, Luís, no artigo «Contributo para o estudo da pós-ruralidade em Portugal» in [www.fcsh.unl.pt/revistas/arquivos-da-amemória/ArtPDF/02\\_Luis\\_Silva.pdf](http://www.fcsh.unl.pt/revistas/arquivos-da-amemória/ArtPDF/02_Luis_Silva.pdf)

marcas de uma cultura rural no espaço onde já não predomina, deixando para trás a antinomia entre a cidade e o campo, que marcara os anos 30 e 40.

O filme de Miguel Gomes estabelece uma peculiar relação entre o documentário e a ficção, centrando o seu olhar no mês de Agosto, quando Portugal se transfigura em espaço de regresso, de peregrinação, dando nova vida ao universo rural, do interior despovoado e desfigurado pelo esquecimento, que ganha vida com um imaginário coletivo, representando uma das importantes atualizações do imaginário do mundo rural português do pós-25 de Abril<sup>13</sup>.

Começando por ser um documentário, cedo dá origem a uma ficção, com a dicotomia espaço rural – espaço urbano sempre presente, onde o espaço local representa todo o interior, desertificado e envelhecido, atingindo uma dimensão mais universal, mas esbatendo a visão tradicional do cinema português que criou uma fronteira maciça entre as culturas popular e urbana. Com uma câmara documental, o realizador filma exatamente o que vê, as pessoas reais, os espaços reais, legitimando a cultura popular, recuperando frequentemente a memória de Rossellini, na forma como integra várias procissões na narrativa, retratando a emigração, as gentes, a cultura, o cronótopo espaço-tempo, cruzando documentário e ficção, dando origem quase a um terceiro tipo de registo, com fronteiras fluidas e sem pontos de entrada e de saída totalmente definidos, desenvolvendo uma verosimilhança notável, que quase leva o espetador a esquecer que se encontra perante uma realidade encenada, tal o registo documental. Mas como bem nota Manuela Pena Fria:

«Enquanto perspectiva [...], o Documentarismo une a diversidade de registos cinematográficos, destaca a contiguidade entre ficção e documentário, abala a autonomia de género, valoriza a realização cinematográfica – podemos acrescentar, que enriquece a experiência do espetador – e tem como pressuposto que a componente documental que se encontra na ficção não é tão pouca. O Documentarismo tem em conta a ligação ao nosso mundo»<sup>14</sup>.

Do olhar documental inicial passamos à diegese ficcional, dominada por um amor entre adolescentes, mais propriamente entre dois primos, o que acarreta o estigma do incesto e da reprovação social, a ameaça permanente de um desfecho infeliz, que vem a suceder

---

<sup>13</sup> Baptista, Tiago, *A invenção do Cinema Português*, Tinta-da-China, Lisboa, 2008, p. 218.

<sup>14</sup> Penafria, Manuela, *O Documentarismo do Cinema – Uma reflexão sobre o filme documental*. Tese de Doutoramento – Departamento de Comunicação e Artes da Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2005, p. 3.

pela emigração do jovem Helder e abandono de Tânia, para que, fechando-se o círculo, Arganil regresse ao início com as suas rotinas, passado que está o Verão e a festividade. A ruralidade revisitada remete-nos para uma aproximação clara ao «cinéma vérité» de Jean Rouch e Edgar Morin, embora sem uma contaminação dos objetos filmados, com incursão premeditada pela música popular, poesia popular, personagens populares, a religiosidade popular, os incêndios, um jornal local (A Comarca de Arganil), a rádio local desta aldeia perdida da Beira, um imigrante holandês que se fixou em Arganil, mas prescindindo de artificialismos e procurando alternativas cinematográficas, que nos fazem lembrar o manifesto Dogma 95, criado pelos realizadores Lars Von Trier e Thomas Vinterberg, que defende um cinema mais realista, menos comercial, com o primado de filmagens exteriores.

*Aquele Querido Mês de Agosto*, enquanto recuperação da temática da ruralidade, confere-lhe um novo enquadramento de género, entre o documentário a ficção, descobre os traços do rural contemporâneo, marcado pela emigração, pela queda da demografia, num espaço-tempo fugaz entre a realidade e a criação imagética, em que um local designado acaba por designar e convocar todos os outros locais que universalmente representa.

Para finalizarmos, diremos que o Cinema Português estabeleceu com o mundo rural, desde a sua aurora, uma relação de forte sedução, motivada por condicionalismos de época, designadamente políticos e ideológicos, evidenciada não só nas décadas do cinema mudo, mas principalmente com a visão propagandística do Estado Novo. Com sucessivos episódios de rutura, a cinematografia portuguesa viria a instituir vários momentos de dissídio explícito com a ruralidade, e até mesmo de forte sedição, condicionada por mudanças sociais e de valores, mas também de redefinição de paradigmas estéticos.

Recentemente, os olhares que redescobrem o mundo rural, em dimensão de pós-ruralidade, voltam a questionar a conexão entre os registos documental e ficcional, renovando a busca da identidade nacional, pela observação sem artificialismos, convocando o nosso diálogo com o real, com a objetividade e a subjetividade, e correspondendo a uma das características centrais do cinema que Edgar Morin sintetizou com as seguintes palavras:

«Quando o cinema, ao abrir amplamente os braços aos sonho e à vigília, se diferenciou do cinematógrafo, veio fomentar, no seio dessa mesma rutura e dessa mesma oposição, um campo de estranhas complementaridades, de incessantes mutações, e irresistíveis reversibilidades: os rostos tornaram-se paisagens, as paisagens, rostos, os objetos sobrecarregaram-se de alma, a música deu corpo às coisas. O espectador foi levado a navegar num oceano infinito, submetido aos ventos contrários e variáveis que, para o fazerem aderir afetivamente à sua visão, o aspiram para o ecrã e, para restabelecerem a distância objetiva, dele o afastam. Nessas transmutações e turbilhões, em que sonho e realidade, renascendo um do outro, se encadeiam, reside a especificidade do cinema, cuja estranha essência tão ardentemente se procura: essência essa que é precisamente uma não-essência, ou seja, o movimento dialético».

## **Bibliografia**

BAKHTINE, Mikhail. (2002), *Questões de Literatura e de Estética*. São Paulo, Annablume.

BAPTISTA, Tiago. (2008), *A invenção do Cinema Português*, Tinta-da-China, Lisboa.

CIPRIANO, Miguel. (2011), *O mistério das origens ou o cinema português no tempo da pós-ruralidade*, Escola Superior de Teatro e Cinema / CIAC

COSTA, Pedro Campos, Domingues, Álvaro et alii. (2009), *Duas Linhas*, Ed. Costa/Louro, Pedro Campos.

LEAL, J. (2000). *Etnografias Portuguesas (1870/1970) – Cultura Popular e Identidade Nacional*, D. Quixote: Lisboa.

MONTEIRO, Paulo Filipe. (2004), "O Fardo de Uma Nação." *Portugal: Um Retrato Cinematográfico*. Lisboa, Número - Arte e Cultur.a

MONTEIRO, Paulo Filipe. (2006), "Trop de pays (à propos du cinema portugais)." *L'Art du Cinéma*, 50-51-52.

PENAFRIA, Manuela. (2005), *O Documentarismo do Cinema – Uma reflexão sobre o filme documentário*. Tese de Doutoramento – Departamento de Comunicação e Artes da Universidade da Beira Interior, Covilhã.

ROSAS, Fernando, (2001) «O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo», *Análise Social*, Vol. XXXV, Universidade Nova de Lisboa.

SEABRA, Augusto M. (1989), "La scène de l'histoire", *Revue Belge de Cinéma*, 26.

SILVA, Luís, «Contributo para o estudo da pós-ruralidade em Portugal» in [www.fcsh.unl.pt/revistas/arquivos-da-amemória/ArtPDF/02\\_Luis\\_Silva.pdf](http://www.fcsh.unl.pt/revistas/arquivos-da-amemória/ArtPDF/02_Luis_Silva.pdf).

TORGAL, L. R. (2000) (org.), *O Cinema sob o Olhar de Salazar*, Lisboa, Círculo de Leitores.

**Notas sobre o autor:**

**Luís Miguel Oliveira de Barros Cardoso**

[lmcardoso@esep.pt](mailto:lmcardoso@esep.pt)

Instituto Politécnico de Portalegre

Escola Superior de Educação

C3i

Professor Adjunto da Área Científica de Línguas e Literaturas Portuguesa

**O RURAL COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO E  
SUSTENTABILIDADE:  
TECNOLOGIAS, AGRICULTURA E AMBIENTE**

# A aplicação de métodos diretos e indiretos de avaliação da paisagem na valoração de amenidades ambientais

## The application of direct and indirect methods of landscape evaluation in the valuation of environmental amenities

Ana Lúcia Viegas

Luís Loures

José Rato Nunes

### Resumo

*A componente estética constitui um atributo indispensável para um melhor entendimento da paisagem. O presente estudo analisa a qualidade estética e a valoração económica da paisagem fluvial do Baixo Guadiana, através da aplicação de métodos diretos e indiretos de avaliação da paisagem, suportados pela realização de questionários de participação pública. Pretende-se aferir a opinião de especialistas e também de visitantes deste local.*

*Relativamente à análise da qualidade, fragilidade e capacidade de absorção visual da paisagem, considerando as seis subunidades de paisagem identificadas, verificou-se que a subunidade Complexo Turístico|Golfe é a que possui maior qualidade visual, a subunidade Agrícola|Produção é a que tem maior nível de fragilidade visual, e que a subunidade Complexo Turístico|Golfe é a que tem a capacidade de absorção visual mais elevada. Verifica-se ainda que os visitantes preferem os espaços associados ao golfe e ao sapal, sendo a presença de água o principal fator para a sua preferência. No que se refere à valoração económica verifica-se que em média cada utilizador gastou cerca de 50 euros, valor que despenderia para visitar novamente a paisagem. Da análise efetuada conclui-se que os métodos de avaliação utilizados se adequam às análises efetuadas pois, mesmo aplicando enfoques hipotéticos, é possível quantificar o valor de existência, gestão e manutenção de determinado bem ou serviço ambiental.*

**Palavras-chave:** *Análise Estética; Baixo Guadiana; Paisagem Fluvial; Participação Pública; Valoração Económica.*

### Abstract

*The aesthetic component is increasingly recognized as an indispensable attribute for a better understanding of the landscape. In this sense, one of the objectives of this research is to analyze the aesthetic quality and economic valuation of river landscape of the Guadiana River, through the application of direct and indirect methods of landscape analysis, supported by the collection of public perception throughout the application of public participation questionnaires. In this sense it will be possible to measure the quality and the aesthetic value of this landscape not only by specialists but also by those for whom landscape constitutes a quotidian element.*

*Considering the performed analysis regarding landscape quality, fragility and absorption capability developed according to the six identified landscape subunits, it was found that the subunits Touristic Complex|Golf and Woodlands were the ones which have a higher visual quality, that the Agricultural|Production subunit was the one with the higher level of visual fragility, and that the subunit Touristic Complex|Golf was the one with the higher visual absorption capacity. Still considering the performed aesthetic analysis it is possible to verify that, according to the collected data, users prefer landscape units associated to golf and marsh, and that the presence of water is one of the most relevant factors in their preference. With regard to the economic assessment it was found that each user spent approximately 50 Euros, value that they would be willing to spend again in order to re-visit the study area. The performed analysis concludes that the used methods suit the proposed analysis and noted that even through the application of hypothetical approaches it is possible to capture and quantify the value of existence, management and maintenance of a particular environmental amenity.*

**Keywords:** *Aesthetic Analysis; Baixo Guadiana, Riverscapes, Public Participation, Economic Valuation.*

## 1 Introdução e objetivos

A paisagem constitui algo mais do que aquilo que se vê, sendo que o conhecimento por parte do observador, dos processos que estiveram na origem da sua formação e/ou transformação, se revela cada vez mais importante, na definição do conceito (Loures, 2005). Assim, a análise da evolução do termo e dos conteúdos que este tem assumido, representa um ponto crucial em estudos nos quais a paisagem constitui o elemento em análise. O conceito tem adquirido, por isso, múltiplas definições de acordo com o espectro de análise e com a especialidade ou área de conhecimento que o analisa. Para Telles (2004), poderia dizer-se que “a paisagem é tudo”, pois embora, ao longo dos anos, alguns autores tenham apresentado diversas tipologias e conceitos de paisagem, os mesmos não passam de definições, de valor analítico, baseadas num todo em que o ser humano se insere, que compreende valor de identidade e valor patrimonial: a Paisagem.

As variáveis ambientais têm assumido progressivamente um papel cada vez mais relevante na orientação e formulação das políticas de planeamento e ordenamento do território, o que evidencia a importância crescente desta temática. Neste sentido, a presente investigação<sup>1</sup> terá como caso de estudo a Paisagem Fluvial do Baixo Guadiana, uma área com valores ecológicos e culturais de especial interesse não só a nível local, mas também a nível regional e nacional. Neste sentido, a relevância da investigação proposta prende-se com o facto de possibilitar, através da aplicação de metodologias diretas e indiretas, a avaliação da Qualidade da Paisagem a uma área específica, como seja o Vale do Baixo Guadiana, área que não foi até ao momento objeto de estudos de natureza semelhante.

A presente investigação pretende realizar a análise da Qualidade Estética da Paisagem e a Valoração Económica da paisagem fluvial do Baixo Guadiana, e ainda, comparar a aplicação de métodos diretos e indiretos de avaliação da Paisagem a áreas do Baixo Guadiana. Importa, ainda, referir um conjunto de objetivos secundários, como sejam: analisar os parâmetros de avaliação estética da paisagem, com maior significado e preponderância relativamente à área de intervenção considerando as diferentes subunidades de paisagem presentes na área de estudo; identificar padrões de preferência

---

<sup>1</sup> Importa referir no âmbito do presente artigo que parte da investigação que o constitui, foi desenvolvida no âmbito da dissertação de mestrado, em Arquitetura Paisagista, elaborada por Ana Viegas (2012).

pública; verificar a relação entre as diferentes técnicas de avaliação da qualidade da paisagem; e avaliar o impacto social da grandeza natural do Baixo Guadiana | aferir o valor que as pessoas atribuem ao rio.

## **2 Enquadramento teórico conceptual – métodos de avaliação da paisagem**

Recentemente, Panagopoulos (2009) propôs a subdivisão dos métodos de avaliação da paisagem em métodos diretos e métodos indiretos, subdivisão esta que será utilizada como ponto de partida no presente estudo, tendo em consideração não só os objetivos gerais da investigação, mas também as ideias apresentadas por Saraiva (1999) segundo as quais os métodos para levar a cabo a avaliação das qualidades estéticas da paisagem se devem basear em métodos de avaliação mistos, como sejam as análises especializadas ou do tipo comportamental.

### **2.1 Métodos Diretos de Avaliação da Paisagem**

As metodologias de avaliação direta da paisagem consistem na análise e descrição de um conjunto de características da paisagem, conjugadas de uma determinada forma com vista à obtenção de um valor total, que constitui a qualidade cénica total, obtida através da soma das partes (Arthur *et al.*, 1977). Independentemente da especialidade do observador, aceita-se que a qualidade da paisagem deriva de uma interação entre as suas características biofísicas, os processos perceptivos e as vivências e conhecimentos do observador (Hanna, 1999 e Canter, 1996).

#### **2.1.1 Análise da Qualidade Visual da Paisagem (QVP) e da Fragilidade Visual da Paisagem (FVP)**

Uma vez introduzidas as questões inerentes à da análise da paisagem, importa definir o que se entende quer por QVP, quer por FVP. De uma forma geral enquanto a qualidade de uma paisagem se baseia na capacidade que esta possui para não ser alterada ou destruída ou seja, a capacidade intrínseca que esta possui para reter a sua essência e a sua estrutura (Ayala *et al.*, 2003), a fragilidade da paisagem consiste no grau de suscetibilidade à transformação, como resultado de uma alteração ao uso original da paisagem, sendo por isso a expressão do grau de deterioração que a paisagem

experimentaria antes da incidência de outro uso (Ayala *et al.*, 2003). Neste sentido, ao contrário da qualidade, a fragilidade depende diretamente do tipo de atividade que se pensa vir a desenvolver em determinada paisagem (Ayala *et al.*, 2003, Burley, 2001 e Canter, 1996), embora existam ligeiras variações em relação aos parâmetros considerados relevantes ao nível da qualidade e da fragilidade da paisagem. Por exemplo, Ayala *et al.* (2003) define como relevantes para a análise da QVP: a vegetação e o uso do solo, o declive, a fisiografia, o tamanho e a forma da bacia visual, e a distância relativa face a estradas, caminhos, e núcleos urbanos, sendo estes relativamente diferentes quando se trata da análise da FVP, para a qual considera a fisiografia, a vegetação e o uso do solo, a presença de água, e o grau de humanização.

### **2.1.2 Análise da Capacidade de Absorção Visual – CAV**

A CAV é considerada por Canter (1996), como a última componente dos sistemas de gestão visual, ao permitir a definição da magnitude dos impactes visuais sobre a paisagem e/ou a capacidade que uma determinada paisagem tem para os absorver.

Segundo Vargues (2006) o método de determinação da capacidade de absorção visual é utilizado para calcular a magnitude do impacte que um projeto ou uma atividade específica pode ter sobre uma paisagem determinada, mediante o relacionamento de fatores físicos, fatores perceptivos, significativamente variáveis, inerentes à qualidade visual existente (forma, linha, cor e textura) e à atividade proposta (escala, configuração, duração, frequência, etc.) e cuja análise é altamente subjetiva e dependente do observador.

No entanto, de acordo com Burley (2001), ao nível da avaliação da CAV devem considerar-se os seguintes fatores: o declive; a vegetação; e a distância do observador, para a qual se consideram três categorias de espaço inerentes a distintos planos – primeiro plano, plano intermédio e plano de fundo – sendo que quando a distância do observador aumenta, aumenta também a capacidade de absorção visual.

### **2.1.3 Modelos de Preferência Psicofísica**

Os modelos de preferência psicofísica constituem uma tipologia de avaliação da paisagem bastante frequente (Panagopoulos, 2009), cuja principal vantagem é a

possibilidade de permitir a criação de novas normas e protocolos capazes de estimar de forma objetiva a percepção pública inerente à qualidade estética da paisagem.

Ao nível da avaliação da qualidade da paisagem as abordagens psicofísicas, tendem a considerar as componentes: biofísica e humana|perceptiva, de uma forma equilibrada. Nesta abordagem, a preferência pública, obtida através de inquéritos associados a processos de participação direta e indireta é combinada com as características da paisagem de modo a obter uma informação equilibrada entre as duas componentes, sendo as ponderações de cada uma delas e dos fatores que as compõem variáveis e geralmente estimados através de avaliações de preferência pública.

## **2.2 Métodos Indiretos de Avaliação da Paisagem**

De acordo com Mazure e Burley (2005), avaliações integradas da paisagem, considerando variáveis estéticas, económicas e ecológicas, demonstraram que os valores não são independentes e que existe uma relação direta entre as diferentes componentes e coanálises. Neste sentido, a dificuldade em atribuir um dado valor económico a determinado bem ou serviço tem despertado o interesse de várias especialidades associadas à avaliação e caracterização da paisagem, sendo atualmente reconhecido que o valor total de um bem ou serviço pode ser calculado através da procura que este tem, ou através do valor de uso a este inerente, ou seja, o valor que cada indivíduo está disposto a despende para dele usufruir (Fanariotu e Skuras, 2002).

Considerando estes princípios, vários economistas se têm debruçado sobre o desenvolvimento de metodologias de avaliação indireta da paisagem, nas quais a procura e o valor de uso são utilizados para aferir a qualidade da paisagem, atribuindo-lhe um valor económico, de modo a produzir informação relevante para o desenvolvimento de políticas de gestão eficientes.

De entre os métodos de valoração económica existentes há dois que merecem especial destaque, tais como: o método de “travel-cost” i.e. custo de viagem e o método de valoração contingente.

### **2.2.1 Método “Travel Cost”**

Segundo Leite e Jacoski (2010) método *travel cost* - custo de viagem é um dos métodos indiretos de avaliação que pode ser utilizado para valorar as atividades de recreio e lazer. Este método, um dos mais utilizados ao nível da valoração de amenidades ambientais (Bedate *et al.*, 2004) pode definir-se de acordo com Oesten (1994), como uma forma de valoração segundo a qual o valor de um benefício indireto é atribuído em função do custo médio despendido por um determinado conjunto de indivíduos para chegar a um determinado bem ou serviço sem custo de mercado definido. Porém, este método trabalha com algumas suposições (Seling e Spathelf, 1999) que se podem considerar limitações do método: (i) como cada pessoa é observada isoladamente, considera-se que realizou a viagem sozinha, mesmo que esta tenha sido realizada em grupo; (ii) independentemente dos motivos ou objetivos que levaram a pessoa a deslocar-se até um determinado local poderem ser variados, considera-se que a visita ou deslocação até à amenidade em análise foi o único motivo para a viagem, mesmo que existam outros. Independentemente das limitações que lhe estão inerentes, a aplicação direta do método permite estimar uma curva de procura de uma determinada amenidade ambiental|recreativa, em que o número de visitas é função não só dos custos de viagem, mas também de outras variáveis socioeconómicas (Leite e Jacoski, 2010 e Varian, 1999), definindo assim o possível valor agregado ao usufruto do recurso natural|amenidade em questão. Pretende-se assim aferir a partir dos custos efetivos de deslocação dos indivíduos até ao local da amenidade, os benefícios auferidos pela utilização da mesma (Tisdell, 1991).

### **2.2.2 Técnicas de Valoração Contingente**

As técnicas de valoração contingente consistem na realização de entrevistas a indivíduos determinados com o objetivo de aferir a valoração pessoal de bens específicos usando um mercado hipotético (Barbisan *et al.*, 2007). De um modo geral, o uso da valoração contingente prende-se com a aplicação de questionários de participação pública a uma amostra determinada da população de utilizadores da amenidade ou recurso ambiental em análise, com o objetivo de recolher informação referente ao valor de uso, ao valor de opção e ao valor de existência, que se referem à possibilidade de utilização passiva da amenidade (Barbisan *et al.*, 2007). Por valor de

uso, valor de opção e valor de existência, entende-se o valor inerente à disposição de cada indivíduo em pagar para usar uma determinada amenidade no presente, em pagar pela possibilidade de a poder utilizar no futuro ou, ainda, em pagar para garantir simplesmente a sua existência (Faria e Nogueira, 2010).

Uma vez apresentados tanto os métodos diretos como os métodos indiretos de avaliação da paisagem, verifica-se que o envolvimento e a participação pública, constituem elementos fundamentais em grande parte das metodologias descritas e analisadas anteriormente. Neste sentido, importa abordar, ainda que de uma perspectiva mais ou menos aplicada aos objetivos de presente estudo, os conceitos e técnicas inerentes ao processo de participação pública e as formas que esta pode adquirir tendo em consideração as especificidades dos métodos de avaliação da paisagem a utilizar.

### **3 Materiais e Métodos**

A presente investigação encontra-se dividida em duas componentes: a Revisão Bibliográfica e a Área de Estudo, o Baixo Guadiana. A metodologia de trabalho desenvolvida teve por base os seguintes passos: a escolha do tema e da área de estudo. Depois foram determinadas as questões de investigação e a estrutura metodológica. Posteriormente, definiram-se os objetivos norteadores da investigação, efetuou-se a revisão bibliográfica e desenvolveu-se uma breve descrição da área de estudo, o Baixo Guadiana. Foi ainda elaborada uma análise SWOT.

Seguidamente foram elaboradas as análises visuais da paisagem: primeiro foi definida a bacia visual e depois foram identificadas as diferentes subunidades de paisagem. Ao cruzamento da cartografia inerente às variáveis selecionadas, adicionou-se a análise de ortofotomapas e observações efetuadas *in situ*, de forma a ampliar a objetividade da análise. Posteriormente, caracterizaram-se as subunidades identificadas. Nesta fase, foram então avaliadas a QVP e a FVP bem como a CAV, a partir de pontos definidos. Neste sentido, e uma vez que os processos são relativamente dependentes do observador, considerou-se de especial relevância diminuir essa subjetividade através da introdução de análises múltiplas. Assim, foram convidados 7 (sete) especialistas de áreas ligadas à Paisagem, seguindo a metodologia utilizada por Loures *et al.* (2008), para avaliar cada um dos fatores referidos, através das variáveis definidas no

questionário previamente definido. Os dados obtidos através destes questionários foram inseridos no Microsoft Office Excel 2007, onde foram calculadas as médias dos valores atribuídos a cada uma das subunidades de paisagem para cada fator, de modo a obter um valor preciso da QVP e FVP bem como da CAV de cada subunidade considerada.

Quanto à participação pública, foi definido e aplicado um questionário - constituído por dez perguntas, nove das quais de resposta fechada, onde os entrevistados deveriam escolher entre opções previamente estabelecidas, o que limita a variabilidade de resposta e diminuindo a sua complexidade - como forma de aferir a opinião da população que visita as paisagens do Baixo Guadiana tanto, no que diz respeito à qualidade estética como à valoração económica desta paisagem. Ainda relativamente aos questionários, definiu-se que deveriam ser entregues 250 questionários dos quais, pelo menos, 100 deveriam obter resposta, quantidade que se não fosse atingida levaria à entrega de questionários até que se perfizesse esse valor. Foi ponderada a utilização do método de entrevistas diretas, no entanto, tendo em consideração que se tratava de um passeio de índole recreativa, optou-se por entregar os questionários à entrada do barco onde se efetuava uma breve introdução e enquadramento dos objetivos do questionário. Os questionários foram recolhidos no final da viagem, à saída do barco. Uma vez recolhidos os questionários procedeu-se à análise estatística que, posteriormente, deu origem aos resultados. A análise destes resultados desenvolveu-se inserindo os dados no Microsoft Office Excel 2007 de modo a organizá-los e, posteriormente, no programa estatístico Statistical Package for Social Sciences (SPSS). As respostas às questões abertas, antes de inseridas na base de dados foram estudadas e posteriormente agrupadas em classe, introduzidas no programa e analisadas.

Embora a análise do questionário tenha, essencialmente, como base a estatística descritiva, foi também realizada alguma estatística inferencial, Qui-Quadrado de Pearson, para aferir se, de acordo com a preferência pública existe, ou não, uma relação significativa entre as subunidades de paisagem (análise estatística utilizada por Burley *et al.*, 2009 e por Loures, 2011). Por fim, após apurados os resultados realizou-se a discussão e conclusão dos mesmos.

### 3.1 Área de Estudo

A escolha da área de estudo recaiu sobre a margem direita do Rio Guadiana, abrangendo os concelhos de Vila Real de Santo António, Castro Marim e Alcoutim - área denominada como Baixo Guadiana (Figura 1) – não só pelo valor paisagístico e cultural presente nesta paisagem

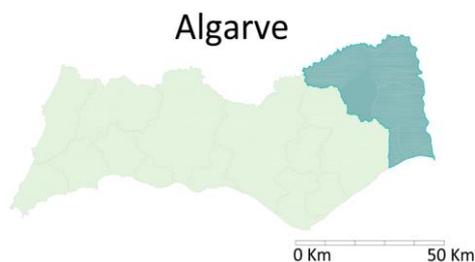


Figura 1 – Mapa do Algarve.

fluvial. O clima desta região é temperado mediterrâneo, com invernos suaves e curtos e verões longos, quentes e secos, com alta insolação elevada. Em relação à humidade do ar, os valores médios são consideravelmente altos, principalmente nos meses de inverno, devido à proximidade do rio e do mar (Faria, *et al.*, 1981).

Para esta investigação, com o auxílio de sistemas de informação geográfica, foram analisados o relevo (onde se concluiu que as zonas próximas do mar e do rio se encontram a cotas abaixo dos 50m e que no interior da área de estudo as cotas chegam aos 389m), os declives (que demonstram que a maior parte desta região apresenta declives suaves, embora apresente também declives acentuados ou íngremes, associados à Serra do Caldeirão) a exposição de encostas (que revela que esta corresponde a uma área de temperaturas elevadas uma vez que se encontra exposta, maioritariamente, a sul, sudoeste e oeste) e o uso do solo, segundo o PROTAL (que revela que a maior parte da área do Baixo Guadiana é ocupada por povoamentos florestais).

Tal como acontece a nível regional, no Baixo Guadiana as diferenças entre o Litoral, o Barrocal e a Serra fazem-se notar e não só em termos fisiográficos mas também de densidade populacional, serviços, vias, turismo (o principal motor de economia da região).

A tabela seguinte sintetiza aqueles que são, de acordo com um estudo elaborado pela CCDR Algarve (2006) principais pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças, cuja definição se reveste de extrema importância com vista à avaliação da paisagem.

**Tabela 1**  
Análise SWOT (Adaptado de CCDR, 2006)

Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
Emergência de novas atividades no âmbito do <i>cluster</i> do turismo e lazer nas áreas de baixa densidade	Empresas de pequena dimensão no setor agrícola e das pescas Vulnerabilidade do setor turístico a fatores externos Reduzindo conhecimento de novas tecnologias por parte das empresas, sendo mais acentuado nas de menor dimensão	Espaço para a criação de novas empresas assentes no empreendedorismo e na relação entre áreas de investigação com potencial de mercado	Concorrência da oferta turística do mercado da Andaluzia Redução dos recursos naturais, nomeadamente ligados ao setor da pesca
Crescimento da oferta de alojamento em espaço rural	Inexistência de uma dinâmica inovadora por parte da maioria das empresas Elevada sazonalidade do setor do turismo ao produto que assenta no binómio sol/praias	Certificação ambiental no setor do turismo com vista à promoção de uma imagem regional amiga do ambiente	Aumento da pressão populacional e urbanística sobre os ecossistemas naturais
Condições naturais para o turismo sénior, de desporto e saúde	Contaminação dos aquíferos, devido ao uso intensivo de pesticidas e fertilizantes e à ausência de tratamento de alguns efluentes	Revitalização das áreas de baixa densidade	Ambiente económico pouco favorável à introdução de inovação
Reforço dos instrumentos de planeamento e ordenamento do território e ambiente	Elevada concentração urbanística junto ao litoral e desertificação do interior	Existência de novas oportunidades de emprego no domínio dos serviços de apoio e à atividade económica e em áreas associadas ao investimento imaterial	Crescente desertificação do solo e diminuição das reservas hídricas
Existência de recursos naturais propícios às atividades da agricultura e pesca	Crise do modelo de sustentabilidade das áreas de baixa densidade	Potenciar a procura de produtos turísticos associados ao ambiente, ao rio e ao mar	Perda da atratividade internacional do destino Algarve
Condições naturais favoráveis ao aproveitamento das energias renováveis	Deficiências em matéria de oferta de serviços de transportes públicos, da rede regional ferroviária e da implementação de sistemas intermodais	Recuperação do espaço urbano e dos espaços naturais favoráveis à promoção da qualidade de vida	Dinâmica de “empregos de oportunidade”, com efeitos nas saídas precoces do sistema escolar e mantendo, em níveis recuados, as “performances” regionais de qualificação média da população empregada
Desenvolvimento de projetos-piloto, explorando energias alternativas e novas utilizações para recursos tradicionais	Articulação reduzida com os setores a montante do setor agroalimentar, da aquacultura e das biotecnologias	Diversificação do produto turístico reforçando áreas como o turismo sénior e de desporto (nomeadamente o golfe)	Falta de ligação ferroviária à Andaluzia
Amenidade das condições climáticas e elevada extensão de áreas protegidas e de grande biodiversidade	Agravamento das assimetrias intra-regionais, em matéria de distribuição da população e de urbanização		Agravamento dos desequilíbrios entre a faixa litoral e os aglomerados de menor dimensão e aldeias rurais Florescimento de situações de pobreza e exclusão social acentuadas pela redução de efeitos proporcionados pelos dinamismos sazonais

### 3.1.4 Análise Estética

Tal como foi referido anteriormente, a bacia visual da área de estudo, foi aferida através do software ArcGIC 9.2 3D Analyst, que produziu um modelo digital de terreno (MDT) a partir de curvas de nível digitalizadas. Para chegar a esse fim foram marcados pontos de 100 em 100 metros ao longo do rio. No entanto, ao longo dos vários passeios efetuados identificou-se que, devido essencialmente à vegetação e à construção, a área efetivamente visível a partir do rio era mais pequena do que a calculada através do MDT. Neste sentido, optou-se por, através do ortofotomapa desenhar manualmente, *in situ*, o que realmente se conseguia ver.

Após a definição da bacia visual procedeu-se à identificação das diferentes subunidades de paisagem presentes na área em estudo, de acordo com critérios de relativa homogeneidade, definidos por d'Abreu *et al.* (2004). A este nível, importa referir que a delimitação efetuada obedece ao estabelecimento de uma coerência interna, segundo a qual se individualizam de acordo com características facilmente identificáveis as diferentes subunidades. No entanto, considerando os parâmetros que informam a delimitação espacial de subunidades, tal definição não pode ser considerada de forma

estática e invariável, uma vez que integra geralmente um certo grau de subjetividade, que faz com que qualquer delimitação desta natureza possa ser distinta de autor para autor. Assim sendo, foram identificadas 6 subunidades de paisagem: Salinas; Zonas Húmidas|Sapal; Agrícola|Produção; Matos|Incultos; Complexo Turístico|Golfe; e Urbana Contínua|Semi-contínua.

Identificadas as subunidades de paisagem e, de acordo com os objetivos do estudo, foram analisadas: a QVP, a FVP e a sua CAV, recorrendo, como foi referido, à colaboração de especialistas de áreas ligadas à paisagem, que responderam ao questionário, durante uma travessia de barco pelo Guadiana. Ao longo do percurso foram efetuadas várias paragens em pontos de observação estratégicos – assinalados na Figura

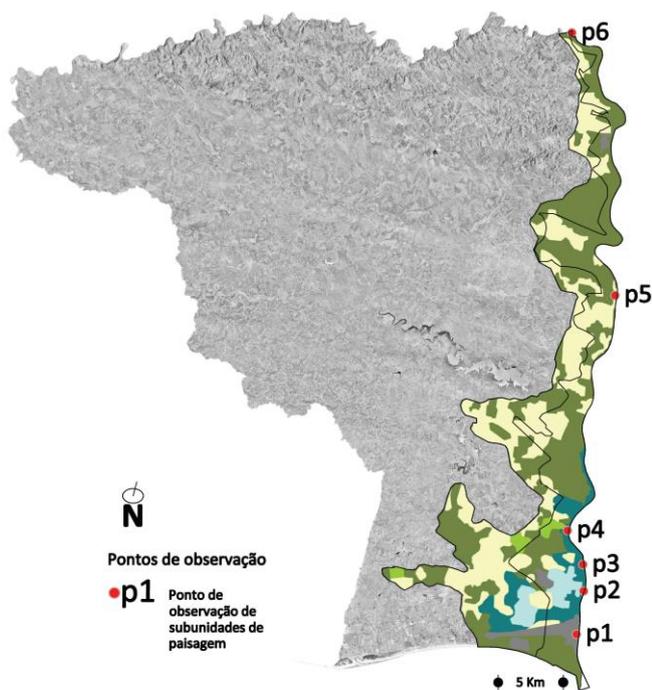


Figura 2 – Bacia visual, Subunidades de paisagem e Pontos de observação das subunidades de Paisagem

2 - para que fosse possível analisar as subunidades de paisagem supracitadas.

3

Os resultados apresentados nas tabelas seguintes correspondem à média dos valores atribuídos pelos especialistas às subunidades de paisagem, através dos questionários supra-mencionados.

Relativamente à QVP (na Tabela 2) aferiu-se que as subunidades Urbana Contínua|Semi-contínua, Zonas Húmidas|Sapal e Salinas possuem QVP Média, enquanto as restantes subunidades (Complexo Turístico|Golfe, Agrícola|Produção e Matos|Incultos) têm QVP Moderada.

**Tabela 2**  
Avaliação da Qualidade Visual da Paisagem - QVP (Fonte: Burley, 2001)

Fatores	Variáveis	Classe	P	Pontos de Observação					
				Urbana Contínua  Semi-contínua	Zonas Húmidas  Sapal	Salinas	Complexo Turístico  Golfe	Agrícola  Produção	Matos  Incultos
Fisiografia	Desnível	Entre 0 e 7m	1	1,1	1,4	1,4	2,7	2,7	3,7
		Entre 8 e 15m	2						
		entre 16 e 29m	3						
		≥30m	4						
	Complexidade de Formas	Simples	1	1	2,4	2	2,9	3	3,9
			2						
		Complexas	4						
Vegetação e Uso do Solo	Diversidade das Formações	Menor	1	1	1,6	1,1	3,4	2,6	3,7
			2						
			3						
		Maior	4						
	Qualidade Visual das Formações	Menor	1	1	3,6	1,4	2,9	2,7	3,9
			2						
			3						
		Maior	4						
Presença de Água	Ausência	0	1	1	1	1	1	1	
	Presença	1							
Grau de Humanização	Densidade de Estradas	0-100	1	3,6	3,6	3,4	3,3	3,4	1,4
		100-250	2						
		250-450	3						
		>450	4						
	Densidade Habitacional	0-50	1	3,4	1	1	3	2,1	1,6
		50-100	2						
		100-200	3						
		>200	4						
Total				1,70	2,10	1,60	2,70	2,50	2,70
Classe	1 Qualidade Visual Baixa 2 Qualidade Visual Média 3 Qualidade Visual Moderada 4 Qualidade Visual Alta 5 Qualidade Visual Muito Alta			<b>M</b>	<b>M</b>	<b>M</b>	<b>Mo</b>	<b>Mo</b>	<b>Mo</b>

**Tabela 3**  
Avaliação da Fragilidade Visual da Paisagem - FVP (Fonte: Burley, 2001)

Fatores	Variáveis	P	Pontos de Observação						
			Urbana Contínua  Semi-contínua	Zonas Húmidas  Sapal	Salinas	Complexo Turístico  Golfe	Agrícola  Produção	Matos  Incultos	
Vegetação e Uso do Solo	Formações arbóreas densas e altas	1	2,3	2,3	2,1	2,1	3,4	2,4	
	Formações arbóreas dispersas e baixas	2							
	Mato denso	3							
	Mato disperso, cultivos	4							
Declive	<5%	1	1,6	1,1	1,1	2,3	2,3	2,9	
	Entre 5% e 15%	2							
	>15%	3							
Fisiografia	Aluvial colúvia	1	2,6	1,1	1,1	2,9	3,3	4	
	Aluvial, terraços e ilhas	2							
	Encostas aplanadas, vertentes	3							
	Divisórias, Cumes	4							
Forma e Tamanho da Bacia Visual	Unidade pequena e forma Elíptica	1	1,7	3,4	2,3	2,3	2,7	1,1	
	Unidade pequena e forma Circular	2							
	Unidade extensa e forma Circular	3							
	Unidade extensa e forma Elíptica	4							
Complexidade	Menor	1	1,1	2,3	1,4	2,6	2,3	2,6	
		2							
	Maior	3							
Distância da Rede Viária e dos Núcleos Urbanos	>1600m	1	3	2,1	2,1	1,4	2,9	1,6	
	Entre os 400 m e os 1600m	2							
	<400m	3							
Total				2,10	2,10	1,70	2,30	2,80	2,40
Classe	1 Baixa 2 Média 3 Alta 4 Muito Alta			<b>M</b>	<b>M</b>	<b>M</b>	<b>M</b>	<b>A</b>	<b>M</b>

No caso da FVP, a subunidade Agrícola|Produção é a possui um valor mais elevado o que lhe confere o nível de FVP Alta. Todas as restantes subunidades têm FVP Média.

**Tabela 4**  
Avaliação da Capacidade de Absorção Visual (Fonte: Canter, 1996)

Fatores	Variação	P	Pontos de Observação						
			Urbana Contínua Semi- contínua	Zonas Húmidas  Sapal	Salinas	Complexo Turístico  Golfe	Agrícola  Produção	Matos  Incultos	
Posição do Observador (graus)	Superior	+ 5 até + 10	1						
		+ 2 até + 5	2						
	Normal	+ -2	3	4,6	2,6	2,4	3,6	2,9	1,6
		- 2 até - 5	4						
		- 5 até - 10	5						
Distância do Observador (metros)	Primeiro plano	0 - 400m	1						
		400 - 800m	2						
	Plano intermédio	800 - 1600m	3	1,4	3	3,6	3,6	3	1,7
		1600 - 3200m	4						
	Plano de fundo	+ 3200m	5						
Tempo de visualização (segundos)	Longo	>30 s	1						
		10-30 s	2						
		5-10 s	3	1	1	1,1	2	1	1
	Curto	3-5 s	4						
		Instantâneo	0-3 s	5					
Tipo de paisagem	Características		1						
	Focais		2						
	Contida		3	3	4	4	4	4	3
	Panorâmica		4						
	Outra		5						
Declive (%)	Muito elevado	>45%	1						
		30-45%	2						
	Regular	20-30%	3	4,7	5	5	3,4	3,1	1,3
		Baixo	10-20%	4					
	Muito baixo	0-10%	5						
Total			14,70	15,60	16,10	16,60	14,00	8,60	
Classe	5-13 – CAV Baixa 14-16 – CAV Média 17-23 – CAV Alta		M	M	M	A	M	B	

A subunidade de paisagem Complexo Turístico|Golfe é a que possui o valor mais elevado de CAV, que corresponde a CAV Alta. A subunidade de paisagem Matos|Incultos tem CAV Baixa, e todas as restantes subunidades tem CAV Média.

#### 4 Resultados

Os questionários foram preenchidos entre março e maio de 2011, ao longo dos quais foram entregues 250 questionários. Desses, 148 foram respondidos o que resultou numa taxa de resposta igual a 59,20%. Dos inquiridos, 56,80% eram mulheres, 24,30% homens, e 18,90% das pessoas não responderam. A faixa etária mais representada foi a de indivíduos com idade superior a 65 anos, com 47,30%; 39,20% tinham idades compreendidas entre os 46 e os 65 anos; 6,80% tinham entre 30 e 45 anos e 6,80% das pessoas não responderam. No que diz respeito à escolaridade, 55,40% dos entrevistados tinham o ensino primário, 32,40% possuíam o nível secundário, 4,10% eram titulares de licenciatura, 2,70% eram pós-graduados, sendo que os restantes 5,40% não responderam

à questão. Em relação à área de residência, 37,80% das pessoas era do concelho de Loulé, 23% do de Almada, 9,50% do de Faro e 12,30% de outros concelhos do Algarve, nomeadamente Vila Real de Santo António, e os restantes 9,5% eram cidadãos estrangeiros, da Alemanha, Holanda e Reino Unido.

No que diz respeito à análise descritiva dos dados obtidos verifica-se que, para a questão que solicitava aos inquiridos que numerassem, de 1 - a que gostavam menos - a 12 - a que gostavam mais - as 12 imagens apresentadas, relativas às 6 subunidades de paisagem identificadas, apurou-se que a subunidade de paisagem Complexo Turístico|Golfe, a que correspondem as imagens

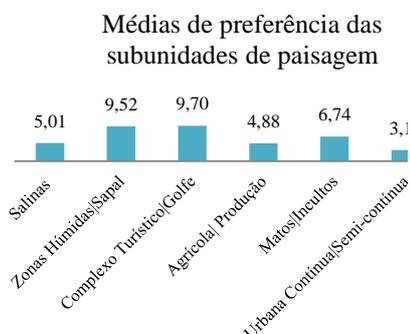


Figura 3 – Gráfico indicativo das médias de preferência das subunidades de paisagem.

Complexo Turístico|Golfe 1 e Complexo Turístico|Golfe 2, foi aquela que obteve um valor mais elevado, com uma média de 9,70 – Figura 3 -, onde a imagem Complexo Turístico|Golfe 1 obteve uma média de 10,22 e a imagem Complexo Turístico|Golfe 2 - 9,18 - Figura 4. Em situação oposta encontra-se a subunidade de paisagem Urbana Contínua|Semi-contínua que obteve uma média de 3,12 – 2,40 para a imagem Urbana Contínua|Semi-contínua 1 e 3,83 para a imagem Urbana Contínua|Semi-contínua 2.

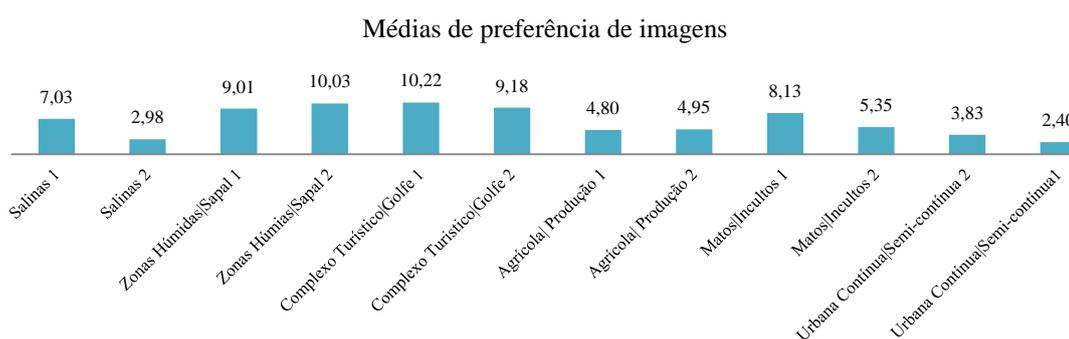


Figura 4 – Gráfico indicativo das médias de preferência de imagens.

Quando questionados acerca da qualidade da paisagem (Tabela 5), considerando a escala atribuída - 1- Muito Baixa, 2- Baixa, 3- Razoável, 4- Elevada e 5- Muito Elevada -, as respostas foram descritas através da análise de frequência, pela média e pela moda.

A moda foi de 3 - Razoável -, opção selecionada 40 vezes, a média foi 3,75 – a que, de acordo com as classes selecionadas por aproximação, se atribuiu a classificação de “Elevada” - um valor acima da condição apontada pela maioria dos inquiridos. Ao cruzar estes dados com as características da amostra de população (idade, género, escolaridade e residência) pôde constatar-se que a média de 3,75, pode deve-se ao facto de uma elevada percentagem de indivíduos - 70 - ter considerado a qualidade da Paisagem “Elevada” ou “Muito Elevada”.

**Tabela 5**  
Qualidade da Paisagem

	Idade				Género			Escolaridade					Residência										Total	%
	Ø	A	B	C	Ø	M	F	Ø	A	B	C	D	Ø	Ab	Ae	Am	F	H	L	P	R	V		
0	6	2	10	12	6	6	18	4	16	10	-	-	4	-	2	8	-	2	<b>14</b>	-	-	-	30	20,30
1	2	-	2	2	-	-	6	-	4	2	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	2	-	6	4,10
2	-	-	2	-	-	-	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	2	1,40	
3	2	4	14	20	12	10	18	2	<b>20</b>	16	2	-	4	4	-	10	2	-	12	-	4	4	<b>40</b>	<b>27,00</b>
4	-	4	<b>18</b>	16	6	10	<b>22</b>	-	<b>20</b>	12	4	2	6	2	2	6	8	-	<b>14</b>	-	-	-	38	25,70
5	-	-	12	20	4	10	18	2	<b>20</b>	8	-	2	2	-	-	6	4	2	<b>14</b>	2	-	2	32	21,60
Total	10	10	58	70	28	36	84	8	82	48	6	4	16	6	4	34	14	4	56	2	6	6	148	100,00
0	Não sabe Não responde							1	Muito Baixa					2	Baixa									
3	Razoável							4	Elevada					5	Muito Elevada									

No que respeita aos parâmetros mais relevantes da paisagem, 23,60% dos inquiridos consideraram que a “Presença da Água” é o parâmetro mais marcante na qualidade desta paisagem, por outro lado, o Mistério|Fascínio foi considerado o fator menos relevante, tendo sido selecionado apenas por 2% dos inquiridos.

**Tabela 6**  
Parâmetros importantes na qualidade da Paisagem

	Idade				Género			Escolaridade					Residência										Total	%
	Ø	A	B	C	Ø	M	F	Ø	A	B	C	D	Ø	Ab	Ae	Am	F	H	L	P	R	V		
0	1	1	5	7	4	4	6	1	10	3	-	-	1	1	-	5	3	1	3	-	-	-	14	9,50
1	3	4	11	<b>17</b>	6	6	<b>23</b>	3	15	15	1	1	3	3	1	8	1	1	<b>17</b>	-	-	1	<b>35</b>	<b>23,60</b>
2	2	-	-	1	3	-	-	2	-	1	-	-	2	-	-	-	-	-	1	-	-	-	3	2,00
3	-	-	9	6	3	5	7	-	7	7	1	-	1	-	1	3	3	-	4	-	2	1	15	10,10
4	2	-	9	15	4	11	11	1	<b>19</b>	6	-	-	3	-	1	7	1	-	12	-	2	-	26	17,60
5	1	2	6	<b>3</b>	1	2	9	1	6	3	1	1	-	-	1	3	1	-	6	-	-	1	12	8,10
6	-	1	6	6	4	2	7	-	7	5	1	-	2	-	-	1	2	2	4	-	1	1	13	8,80
7	1	1	9	10	2	5	14	-	13	5	2	1	3	1	-	5	2	-	5	2	1	2	21	14,20
8	-	1	3	5	1	1	7	-	5	3	-	1	1	1	-	2	1	-	4	-	-	-	9	6,10
Total	10	10	58	70	28	36	84	8	82	48	6	4	16	6	4	34	14	4	56	2	6	6	148	100,00
0	Não sabe Não responde							1	Presença da Água					2	Mistério Fascínio									
3	Luminosidade							4	Tranquilidade					5	Vivacidade Dinamismo									
6	Simplicidade							7	Vegetação Natureza					8	Grandeza									

Quando questionados sobre a influência da construção na degradação da paisagem (Tabela 7), considerando as classes selecionadas - 1- Discordo Totalmente, 2- Discordo, 3- Não concordo nem Discordo, 4- Concordo e 5 - Concordo Totalmente - as respostas foram descritas, através da análise de frequência, pela média e pela moda. A opção mais selecionada foi “Concordo Totalmente”, selecionada 44 vezes (29,70%), sendo que a média ponderada das respostas inerentes aos indivíduos que responderam a esta questão (77%) foi de 3,79 a que corresponde, por aproximação, a classe “Concordo”.

**Tabela 7**  
A influência da construção na degradação da Paisagem

	Idade				Género			Escolaridade					Residência										Total	%
	Ø	A	B	C	Ø	M	F	Ø	A	B	C	D	Ø	Ab	Ae	Am	F	H	L	P	R	V		
0	6	2	14	12	10	4	20	4	20	10	-	-	6	2	2	6	-	2	<b>16</b>	-	-	-	34	23,00
1	-	-	4	2	-	4	2	-	4	2	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	2	6	4,10
2	2	-	8	2	4	-	8	2	6	4	-	-	4	-	-	2	2	-	2	-	-	2	12	8,10
3	-	6	8	12	4	10	12	-	14	10	-	2	2	-	-	10	2	-	10	-	2	-	26	17,60
4	-	2	10	14	1	10	14	-	14	10	2	-	2	-	-	4	4	-	12	2	-	2	26	17,60
5	2	-	14	<b>28</b>	8	8	<b>28</b>	2	<b>24</b>	12	4	2	2	-	2	12	6	2	<b>16</b>	-	4	-	<b>44</b>	<b>29,70</b>
Total	10	10	58	70	28	36	84	8	82	48	6	4	16	6	4	34	14	4	56	2	6	6	148	100,00
0	Não sabe Não responde							1	Discordo Totalmente					2	Discordo									
3	Não concordo nem Discordo							4	Concordo					5	Concordo Totalmente									

A maioria dos inquiridos (86,50%) utilizaram o autocarro para chegar ao local de embarque, facto explicado pela elevada percentagem de participantes a fazer visita em grupo. A opção menos utilizada pelas pessoas para se deslocar foi a pé (1,40%). Quanto à distância percorrida a maioria dos entrevistados (54,10%) percorreu entre 50 e 300km, sendo que apenas uma pequena percentagem das pessoas – 4,10% - efetuou deslocações iguais ou inferiores a 10km até chegar ao local de embarque. Verificou-se ainda que a maioria dos inquiridos (39,20%) demorou entre 1 e 3 horas para chegar. Enquanto 6,80% dos inquiridos demoraram menos de 15 minutos a percorrer o trajeto. Para visitar a área de estudo a maior parte dos inquiridos (36,50%) gastou menos de 50€, mas 4 pessoas (2,70%) despenderam mais de 500€. Quando questionadas sobre se estariam dispostos a pagar para tornar a visitar a paisagem em estudo, verificou-se que apenas 77,03% dos inquiridos - 114 pessoas – se mostraram interessadas em pagar para tornar a visitar esta paisagem.

Relativamente aos valores a despende, verifica-se que o valor máximo apresentado foi 200€, por 18 pessoas, e o mínimo de 20€, por 6 pessoas - média foi de 84,21€. Em suma, cada um dos 114 inquiridos que se mostrou disposto a pagar para voltar a visitar esta paisagem estaria disposto a despende 84,21 euros.



Figura 5 – Valor que cada indivíduo pagaria para voltar a visitar a Paisagem.

Relativamente à disponibilidade dos inquiridos para contribuir monetariamente para garantir a manutenção da paisagem atual (Tabela 8), verifica-se que a maioria dos inquiridos – 52,70% - se demonstraram dispostos a pagar. Em oposição, 27% dos inquiridos afirmaram não estar disponíveis para tal.

**Tabela 8**

Disponibilidade de pagar para garantir a Paisagem actual

	Idade				Género			Escolaridade					Residência										Total	%
	Ø	A	B	C	Ø	M	F	Ø	A	B	C	D	Ø	Ab	Ae	Am	F	H	L	P	R	V		
0	6	-	10	14	8	6	16	6	14	10	-	-	4	2	-	6	4	2	8	-	2	2	30	20,30
1	2	2	32	42	12	26	40	2	48	20	6	2	8	4	2	20	2	2	36	-	-	4	78	52,70
2	2	8	16	14	8	4	28	-	20	18	-	2	4	-	2	8	8	-	12	2	4	-	40	27,00
Total	10	10	58	70	28	36	84	8	82	48	6	4	16	6	4	34	14	4	56	2	6	6	148	100,00
0	Não sabe Não responde				1			Sim					2										Não	

Para além das análises descritivas elaboradas, considerou-se importante efetuar também a análise estatística inferencial para os dados obtidos na questão 1. Considerando a tipologia da questão, os resultados foram analisados através de teste do Qui-Quadrado de Pearson, que permite verificar a existência de relações estatisticamente significativas entre variáveis a que, neste caso, correspondem a subunidades de paisagem. Os resultados obtidos indicaram a existência de 25 relações de dependência significativa ( $p \leq 0,05$ ) entre as variáveis, como é possível verificar na Tabela 9.

**Tabela 9**

Análise de Qui-quadrado – Resultados de dependência signficante ( $p \leq 0.05$ )

	S1	ZH S1	CT G1	ZH S2	A P1	M I1	M I2	A P2	S2	UC SC1	UC SC2	CT G2
S1					0.005	0.003	0.025	0.032			0.042	0.001
ZH S1			0.002	0.029		0.002			0.003			
CT G1				0.003							0.038	
ZH S2									0.001			
A P1							0.001			0.016		0.004
M I1								0.015	0.033	0.000	0.000	
M I2										0.034		
A P2										0.025		
S2										0.000		
UC SC1											0.000	0.004
UC SC2												
CT G2												

## 5 Conclusões

Tendo em consideração os objetivos da presente investigação e a premissa utilizada como ponto de partida, segundo a qual a aplicação de métodos diretos e indiretos de avaliação da paisagem permite aferir não só as qualidades estéticas e visuais de determinada amenidade ambiental, mas também o seu possível valor de mercado, importa referir que: - a análise do questionário de participação pública permitiu inferir alguns dados relevantes, nomeadamente que (i) embora Portugal não tenha uma grande tradição ao nível da participação pública, os resultados obtidos superaram os valores de referência para a tipologia de questionário utilizada, de acordo com Hill e Hill (2008), uma vez que dos 250 questionários entregues, 148 foram devolvidos, devidamente preenchidos, o que revela uma taxa de resposta de 59,2%; (ii) os resultados obtidos para a subunidade da paisagem Agrícola|Produção corroboram com as conclusões apresentadas por Panagopoulos (2009) segundo as quais a organização de paisagens agrícolas e de produção tende a ser associada a uma qualidade estética baixa; (iii) embora os sapais sejam considerados um dos ecossistemas mais produtivos do ponto de vista ambiental e ecológico, verifica-se que, relativamente à qualidade, esta subunidade de paisagem apresenta valores reduzidos comparativamente a outras subunidades de paisagem consideradas no presente estudo; (iv) embora a subunidade de paisagem Complexo Turístico|Golfe tenha obtido os resultados mais elevados relativamente à preferência do público, o facto de o parâmetro “Presença da Água” ter sido considerado o mais relevante ao nível da paisagem de estudo, demonstra alguma incongruência relativamente aos dados obtidos ao longo do questionário; (v) embora aproximadamente metade dos inquiridos concorde que a construção ao longo das margens do rio contribui para a degradação da qualidade da paisagem, verifica-se que a subunidade Complexo Turístico|Golfe, à qual correspondem várias construções associadas a empreendimentos turísticos, foi aquela que obteve um valor de preferência mais elevado; (vi) embora se considere relevante que cada visitante tenha despendido em média cerca de 50 Euros para visitar esta paisagem, importa referir que este valor pode estar sobredimensionado considerando as assunções apresentadas por Seling e Spathelf (1999), o que no caso do Baixo Guadiana constitui uma hipótese bastante provável, uma vez que é expectável que muitos visitantes façam a viagem ao Rio em grupo e como parte de uma estadia prolongada na região, o que faz com que as suas despesas de viagem não possam ser atribuídas exclusivamente ao Baixo Guadiana; e (vii) a importância desta paisagem a

nível regional, nacional e internacional, é corroborada pela análise das áreas de residência de cada um dos inquiridos|utilizadores do barco, uma vez que aproximadamente 70% teve que se deslocar mais de 50 quilómetros para visitar esta paisagem.

No que se refere à análise comparativa da qualidade da paisagem, considerando os dados obtidos através do questionário de participação pública e os dados obtidos através dos questionários relativos à QVP e à FVP e à CAV, preenchidos por especialistas, verifica-se que existem diferenças significativas relativamente aos resultados obtidos, sendo que, de acordo com a opinião expressa pelos especialistas a qualidade da paisagem numa escala de 1 a 5 (em que 1 corresponde à qualidade mais baixa e 5 à qualidade mais elevada) é em média de 2,22, valor inferior ao obtido através da análise de participação pública - 3,75. Embora não seja possível indicar os motivos responsáveis pelas diferenças evidenciadas, estes podem dever-se a duas ordens de razão distintas, por um lado fatores inerentes à aplicação e características intrínsecas do método de análise e, por outro os parâmetros de análise considerados e a sua ponderação enquanto fatores determinantes da qualidade da paisagem.

Pode concluir-se que a aplicação de questionários de participação pública para além de aumentar o sentido de responsabilidade social da população pode desempenhar um papel essencial ao nível do desenvolvimento sustentável e do planeamento futuro da paisagem, uma vez que permite adquirir informação relevante não só sobre as características da paisagem mas também no que diz respeito à preferência pública relativamente a essas características. Por exemplo, verificou-se que embora sejam alvo de várias críticas, quer do ponto de vista estético, quer do ponto de vista ambiental, os complexos turísticos associados à prática do golfe, correspondem à subunidade de paisagem à qual a maior parte dos inquiridos atribuiu uma maior qualidade estética, facto que pode constituir um fator de atratividade a uma área progressivamente mais desertificada. Paralelamente os dados obtidos permitem concluir que a paisagem em estudo é merecedora de especial atenção por parte do poder político, uma vez que pode contribuir para uma melhoria efetiva da qualidade de vida da população.

## Referências bibliográficas

ABREU, A., CORREIA, T. e OLIVEIRA, R. (2004), *Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental* - Coleção Estudos 10, Lisboa, Universidade de Évora, Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

ARTHUR, L., DANIEL, T. e BOSTER, R. (1977), Scenic assessment: An overview. *Landscape Planning* 4, 109–129.

AYALA, R., RAMIREZ, J. E CAMARGO, S. (2003), *Valoración de la calidad y fragilidad visual del paisaje en el Valle de Zapotitlán de las salinas, Puebla (México)*. Faculdade de Geografia e Historia da Universidade de Madrid, Madrid.

BARBISAN, A., KALIL, R., PANDOLFO, A., LUBLO, R., PANDOLFO, L., BRANDLI, E. e MARTINS, M. (2007), Aplicação da Técnica de Valoração Econômica de Ações de Requalificação do Meio Ambiente em Área Degradada. Em: RA'E GA - Curitiba, vol. 14: 129-147. Edição da Universidade Federal do Paraná.

BEDATE, A., HERRERO, L. e SANZ, J. (2004), Economic Valuation of the Cultural Heritage: Application to Four Case Studies in Spain. *Journal of Cultural Heritage* 5: 101-111.

BURLEY, J. (2001), *Environmental Design for Reclaiming Surface Mines*. The Edwin Mellen Press, New York.

BURLEY, J., SINGHAL, V., BURLEY, C., FASSER, D., CHURCHWARD, C., HELLEKSON, D. e RAHARIZAFY, I. (2009), Citation analysis of transportation research literature: a multi-dimensional map of the roadside universe. *Landscape Research*, 34(4):481-495.

CANTER, L. (1996), *Environmental Impact Assessment*. McGraw-Hill International Editions, Singapore.

CCDR ALGARVE (2006), *Estratégia de Desenvolvimento do Algarve 2007-2013*. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, Faro.

FANARIOTU, I. e SKURAS, D. (2002), The contribution of scenic beauty indicators in estimating environmental welfare measures: a case study. *Social Indicators Research* 65, 145–165.

FARIA, C. e NOGUEIRA, J. (2010), *Método de valoração contingente: aspectos teóricos e testes empíricos*. Consultado a 10 de dezembro de 2010, disponível em: [www.unb.br/face/eco/nepama2k/NEPAMA004.doc](http://www.unb.br/face/eco/nepama2k/NEPAMA004.doc).

FARIA, J., GODINHO, S., ALMEIDA, M. e MACHADO, M. (1981), *Estudo Hidroclimatológico da Região do Algarve: O Clima de Portugal*. Fascículo XXVII, Lisboa.

HANNA, K. (1999), *GIS for Landscape Architects*. ESRI Press, New York.

HILL, M. E HILL, A. (2008), *Investigação por questionário*. Edições Sílabo, Lisboa.

LEITE, D. e JACOSKI, C. (2010), Comportamento do usuário na valoração contingente e custo de viagem - O parque das palmeiras em Chapecó, SC, Brasil. *Revista Ambiente & Água*, vol.5, n.2, p.226-235.

LOURES, L. (2005), *A Revitalização das Aldeias do Algarve*. Trabalho final de curso. Universidade do Algarve, Faro.

LOURES, L. (2011), *Planning and Design in Postindustrial Land Transformation: East Bank Arade River, Lagoa – Case Study*. Ph.D Dissertation, Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências e Tecnologia: Faro, Portugal.

LOURES, L., VARGUES, P. e HORTA, D. (2008), *Landscape aesthetical and visual analysis facing the challenge of the development of sustainable landscapes – the case study of the post-industrial area to the left margin of the Arade River*. *International Journal of Design & Nature and Ecodynamics*, Vol. 3(1) 65-74.

MAZURE, A. e BURLEY, J. (2005), An aesthetic, economic, and ecological equation/theories for predicting environmental quality: including a GIS-based remote access application. Em: LANGE, E. e MILLER, D. (Eds.), *Our Shared Landscape: Integrating Ecological, Socio-economic and Aesthetics Aspects in Landscape Planning and Management*. InAscona, Switzerland, pp. 68–69.

OESTEN, G. (1994), *Zur Wertschätzung der Infrastrukturleistungen des Pfälzerwaldes, Trippstadt: Mitteilungen aus der Forstlichen Versuchsanstalt Rheinland-Pfalz*, 156 p.

PANAGOPOULOS, T. (2009), Linking forestry, sustainability and aesthetics. *Ecological Economics*. Vol.68, p.2485–2489.

SARAIVA, M. (1999), *O Rio como Paisagem*. Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, Lisboa.

SELING, I. e SPATHELF, P. (1999), Benefícios indiretos da floresta. *Revista de Ciência Florestal*, vol.9, n. 2, p. 137-146.

TELLES, G. (2004), A paisagem é tudo. *Pessoas e Lugares*. Consultado a 16 de fevereiro de 2010, disponível em: <http://www.leader.pt/pt.lugares/jornalp116.pdf>.

TISDELL, C. (1991), *Economics of Environmental Conservation*. Department of Economics/University of Queensland, Elsevier, Australia.

VARGUES, P. (2006), *Avaliação de Impacte Visual do campo de golfe da quinta da Ombria – Querença – Loulé*. Trabalho de Final de Curso. Universidade do Algarve, Faro.

VIEGAS, A. (2012), *A aplicação da participação pública na avaliação da Paisagem O caso de estudo do Baixo Guadiana*. Dissertação de mestrado. Universidade do Algarve, Faro.

#### **Notas sobre os autores:**

##### **Ana Lúcia Viegas**

[al.viegas@hotmail.com](mailto:al.viegas@hotmail.com)

C3i, Instituto Politécnico de Portalegre

Licenciada e Mestre em Arquitetura Paisagista, na Faculdade de Engenharia de Recursos Naturais e Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade do Algarve, é atualmente Bolseira de Investigação no Projeto “*Contribuição para o aumento de rentabilidade e da sustentabilidade ambiental do regadio a sul do Tejo*” do C3i

##### **Luís Loures**

[lcloures@esaelvas.pt](mailto:lcloures@esaelvas.pt)

Escola Superior Agrária de Elvas, Instituto Politécnico de Portalegre

Licenciado em Arquitetura Paisagista, pela Faculdade de Engenharia de Recursos Naturais, e Doutoramento em Planeamento Urbano, na Faculdade de Ciências e Tecnologia, ambas da Universidade do Algarve é, à data atual, Professor Adjunto Convidado no Instituto Politécnico de Portalegre

##### **José Rato Nunes**

[ratonunes@esaelvas.pt](mailto:ratonunes@esaelvas.pt)

Escola Superior Agrária de Elvas, Instituto Politécnico de Portalegre

Licenciado em Engenharia Agronómica, ramo fitotecnia e Mestre em Nutrição Vegetal, Fertilidade dos Solos e Fertilização, pelo Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa e Doutoramento em Engenharia Agronómica, na Faculdade de Ciências da Universidade da Extremadura, Espanha, presentemente é Professor Adjunto no Instituto Politécnico de Portalegre

# **Desertification in Portugal: causes, consequences and possible solutions**

**João Branco**

**Márcia Oliveira**

**Ricardo Ferreira**

**Orlanda Póvoa**

## ***Abstract***

*Although desertification is not a new problem, world-wide population awareness is increasing. This problem has a greater impact in developing countries, where subsistence agriculture leads to very serious consequences as famine and sub-nutrition. However, desertification also affects the developed ones, because of, among other factors, unsustainable practices in the Agriculture and Forestry sectors combined with poor land management and weak policies. Without proper action, over 50 million people worldwide could be displaced by desertification and land degradation in the next decade.*

*This paper, through a literature review, will approach the problem of desertification, with a special focus on the Portuguese case, its causes and consequences as well as some possible solutions. We conclude that driving forces of desertification can be separated into climate variations and Human activities and that its main consequences are environmental and social-economic. We also point out that, though technical solutions are abundant, part of the solution to this issue relays on attracting population back to the country side, involving the local people on the solution finding processes and increase the social benefits of exploring scarce resources, always bearing in mind the sustainability and the balance between the agro ecosystems and the natural ecosystems.*

**Keywords:** *Desertification, Portugal, Causes, Consequences, Possible Solutions.*

## **Introduction**

Since early 1920s the desertification problem has raised the interest of the scientific community. However, only in these last decades it has been considered to be a serious environmental issue, due to the social-economic impacts derived from these phenomena.

The universal definition for desertification is “*land degradation in arid, semi-arid and sub-humid regions, resulting from various factors, including climatic variations and Human activities*” (UNCCD, 1994: Article 1).

Desertification has a greater impact in developing countries, where subsistence agriculture leads to very serious consequences as famine and sub-nutrition. However, this problem also affects the developed countries, and there are unsustainable practices in the Agriculture and Forestry sectors are aggravated with a poor land management and weak policies.

*"Without proper action, both in developing and developed countries, some 50 million people could be displaced by desertification and land degradation within the next ten years" (Gnacagja, 2008).*

Desertification is one of the most important challenges for the 21st Century, and the global warming, combined with the recent global food crisis, and has also contributed to enhance the consequences of this problem. Therefore, this growing pressure, and the acknowledgement of the *status quo* by the world population, requires an adequate response via supra-national coordination.

In 1992, at the Earth Summit, held in Rio de Janeiro, Brazil, the United Nations Convention to Combat Desertification (UNCCD) was created. However, only in 1994 the UNCCD text was signed by all of the UN countries, and only in December of 1996 it was legally adopted.

The UNCCD is therefore a fundamental instrument to prevent poverty, at a global scale. Soil, water and biodiversity as scarce resources are elementary to life on Earth.

Because of desertification different effects in different parts of the world, the countries that signed the Conference text elaborated National Action Plans (NAPs). The NAPs were elaborated in a "bottom-up" approach, in order to promote a bigger involvement and participation of people towards the resolution of their direct and indirect problems. They have also been prepared according to five regional implementation annexes of the UNCCD: Africa, Asia, Latin America and the Caribbean, the Central and Eastern Europe and the Northern Mediterranean area (i.e., the Annex IV countries – where Portugal is included).

At the European Union level, all countries have signed the UNCCD text, and the European Commission is preparing a strategy for soil protection. This strategy is focused on soil as a vital resource and essential for food production, as well as its environmental role (natural ecosystems). Portugal was one of EU countries that first subscribed the Convention text. At the 17th June of 1999, the World Desertification Combat Day, the National Action Programme to Combat Desertification (PANCD) was presented as a political priority. However, only three years later, a commission was

formed to carry out the implementation of the actions planned. The specific objectives of the PANCD were centered in the preservation of water and soil, as well as in the fixation of people at most abandoned areas, the recovery of the affected areas, the population awareness and their integration in the social-economic policies.

A high level of degradation of water, soil and biodiversity were diagnosed on several scientific studies (Sequeira 1998). This situation is aggravated and more visible at the regions where the exploitation practices of natural resources are inadequate. This situation is acute in Southeast Portugal (inland Alentejo and Algarve).

Some indicators have been set, such as climate susceptibility to desertification index, soil susceptibility to desertification index, vegetation susceptibility to desertification index and soil susceptibility to desertification index based on soil use. Combining this set of indicators, the desertification susceptibility synthesis index is created (Imenson, 1998).

The information systems are essential to follow the evolution of desertification and identify the areas of higher risk, in real time. Therefore, Landsat and European Space Agency (ESA) data were used to monitor the situation through satellite images. The resolution allows local scale intervention. DesertWatch, which also includes Italy, Greece and Turkey, will be watching the whole country, thus providing the tools to political decision makers, in a prospective attitude (Seixas, 1998; Rosário, 2008).

Portugal is the most affected country in the European Union, followed by Turkey and Italy. And, according to DesertWatch, the desertification has spread to a third of the national territory and due to physical, ecological and social threat factors, the situation is rapidly moving towards a total of two thirds of the territory susceptible to desertification in the next two decades (Rosário, 2008).

In order to act in a preventive way and stop the desertification problem from spreading to the rest of the national territory, the needs for an effective contingency plan urges.

Due to the lack of financial funds for the PANCD, the main activities taken by the coordination of the Plan are focused on informing the populations in the most affected areas about the negative impact of inadequate Human activities regarding

desertification, and studying the causes, consequences and solutions for this problem, at a national level.

Through a literature review, the main goal of this paper is to contribute to the people's awareness of the problem, by promoting discussion on its causes, consequences and possible solutions.

## **Causes**

The driving forces of desertification can be separated into climate variations and Human activities, according to the UNCCD definition. It is known that Human activities have a great influence in the climate and vice-versa therefore these two components are directly linked together.

Portuguese climatic data indicate that precipitation, soil humidity and water recharge of underground reservoirs are diminishing (Veiga da Cunha, 1992 cit. Sequeira, 1998). Climatic data also indicate (Espírito Santo, 1997 cit. Sequeira, 1998) a strong diminution of spring precipitation and concentration of rainfall in short autumn periods. This leads to an aggravation of the annual and pluriannual drought periods. Resistance to drought is also diminished especially in areas with degraded soils.

Most of the causes for the spreading of desertification are related to Human activities, mainly the over-exploitation of water and soil, uncontrolled wood-cutting, mining and excessive use of agro-chemical products. This reflects an inadequate use of agronomic and forestry techniques as well as poor land management and policies. In aggravation, every year, large scale fires combined with pollution and drought are registered in Portugal.

Local farmers misuse land due to lack of knowledge about long term consequences of their actions and about adequate techniques to prevent erosion and to restore degraded soils. Public policies are also responsible when no direct or indirect incentives are offered to the correct landscape management and often offer incentives to inadequate agronomic practices.

In Alentejo, since the beginning of the wheat campaign in 1929, intense soil mobilizations, extensive agriculture mechanization and shortage of land resting periods destroyed its superficial layer; cumulatively, intense erosion processes resulted on soil fertility loss. Small farmers got bankrupt and massively migrated to big cities. The agronomic reform derived from the 25 de Abril revolution promoted the use of marginal areas with low agronomic value, aggravating soil erosion processes, soil fertility loss, as well as vegetation degradation and biodiversity loss. Livestock (cows, sheep, goats and pigs) is produced in pastures beneath Montado, in drought years their excessive number leads to soil denudation and consequent erosion. The high charcoal value during the wheat campaign and 2nd world war also contributed to cork and holm oaks from Montado cutting and subsequent inadequate cereal culture in these deforested areas (Oliveira, 1998). Large scale fires combined with drought also contribute to this degradation of the natural ecosystems and to a misuse of natural vital resources, like water and soil.

The European agronomic policies (PAC) were inadequate to local realities and needs (for example: *Pinus pinea* subsidized plantation in southeast Alentejo region). European subsidies were commonly the most important factor in the decision making process of land use by farmers (as an example: wheat continues to be cultivated even when it's commercial value is not compensating; live-stock number is artificially maintained high due to subsidies based on number of animals/area) (Roxo *et al.*, 1998).

Any strategy must aim the restoration of the equilibrium between agro ecosystems and natural ecosystems. We should learn with History, before it's too late. Agriculture resulted from the need to control Nature and satisfy human needs, and allowed cities and empires to grow. But the Fertile Crescent is not fertile anymore and Egypt or Central America, where great civilizations once prospered are nowadays affected with great environmental issues.

## **Consequences**

The consequences can be separated into:

- Environmental;
- Social-economic.

### **Environmental consequences**

The direct environmental consequences of inadequate Human activities have led to unsustainable agronomy and forestry practices, and to desertification.

The cultivated and forest areas decreased due to the loss of agricultural and forestry potential, in the affected regions. This means the organic matter decreases, and so does the soil value. With less vegetation coverage, more soil is exposed to the natural elements. This leads to soil erosion, to vegetation cover degradation, depletion of groundwater, salinization, suppression of the fallow periods and other phenomena that cause long term damage (Hare *et al.*, 1992). The water use efficiency rate is reduced. This means the water is being wasted, and that the water resources decrease at the areas affected by the desertification process (Sequeira, 1998).

The scarce water resources also decrease in quality, due to the pollution that is caused by this waste, through run off polluting the rivers and through infiltration into the aquifers and underground water channels. This means the water cycle is suffering from an extended damage.

With more and more limited water resources, in quantity and quality, the soil becomes dry and impermeable. This means that floods will occur more often and the loss of soil increases.

Ultimately, the environmental consequences resume to the loss of vegetation cover, landscape acute modifications and biodiversity loss.

## **Social-economic consequences**

One of the most obvious social-economic consequences is the migration flux that takes place from rural areas to the urban centers at the coast line.

The rural exodus results from the lack of opportunities in these interior regions and it means that family disaggregation increases.

This flux of people creates problems at their origin areas and also at the areas that receive them (Hare *et al.*, 1992).

Because most of the population that migrates to the big cities, in search of new opportunities, is the gross of the active population in the origin areas, this means that the interior regions tend to be more and more characterized by aged population, and less wealth is generated, thus increasing the poverty in these regions. As a result, economic losses emerge as well as losses in the rural dynamics (Lourenço *et al.*, 1998).

At the receiving areas, the urban infra-structures, already over-charged, tend to get worse (i.e., mass transport systems, education and health care). This is also aggravated by the lack of a good land management, and buildings start to arise without any conscience of order or logic, creating inefficient concrete jungles and the life quality decreases in these cities. The desertification problem can also be related to the increasing unemployment and urban violence, because most of the migrants will compete with the receiving community for jobs, and the level of education in the interior regions being generally lower than in the big cities most certainly does not help them to adapt.

These migrations create a vicious cycle where the rural potential is being wasted while the urban efficiency is decreasing. In Portugal people identify desertification with social-economic consequences rather than with environmental consequences.

## Possible Solutions

In Portugal, the main causes of desertification have already been clearly identified (Roxo, Mourão and Casimiro, 1998; Pereira *et al* 2006). The major economic activities have been concentrated at the coast line, during last decades, which led to the abandonment of the inner Regions of the country. This situation also led to degradation of these rural regions and unbalanced the biodiversity.

With less population in the interior regions, the natural ecosystems become fragile. Large scale fires combined with drought also contribute to this degradation of the natural ecosystems and to a misuse of the natural vital resources, like water and soil.

Investments in the Portuguese countryside do not appear to be attractive because the land productivity potential has been reduced. Also the low population density is a problem for implementation of new businesses. Investments are then focused on large urban areas, to satisfy the needs of their increasing population. This is pushing towards a growing unbalanced situation.

The need to implement a new integrated strategy of rural and regional development is urgent (PANDC 2003). This must be aimed at restoring the equilibrium of the relations between the agro ecosystems and the natural ecosystems, which has been broken.

This equilibrium implies the sustainability of Human activities, in the interior regions as well as in the big cities. It must involve a balance between environment, social and economic spheres, with an active political orientation. The sustainability of such actions is a new approach and one of the highest challenges for the 21st Century, as referred by Sardinha (2008): *“The persistence of unresolved stabilization of these fragile lands and the substantial reduction in the provision of ecosystem services as a result of intensive use of resources, incapacity of wide spread adequate technologies for providing increased supply of food, forage and fuel, water scarcity, and climate change puts desertification in among the greatest environmental challenges today and a major impediment to meeting human needs and attainment of the Millennium Development Goals. Scenarios for Climate change add up to environmental degradation associated with desertification bringing new threats of intensification of trends in the expansion of these degraded areas”*.

To deepen research and knowledge to reverse this situation is a constant need. Agronomists and Forestry Engineers must provide their contribution with technical solutions to a sustainable model, and engage the mitigation of desertification through the sustainable agriculture/forestry systems (SAS).

Though technical solutions are abundant (for example Sequeira 1994), we focus the present discussion on the economy and management of the natural resources. Aiming at attracting population back to the countryside, involving the local people on the solution finding processes and increase the social benefits of exploring these scarce resources, always bearing in mind the sustainability and the balance between the agro ecosystems and the natural ecosystems. This same aspect is underlined by Pereira *et al.*: *“The issue is to keep those rural landscapes alive, developing new uses for the natural local resources that are compatible with the economic living of populations, the conservation of resources, and the leisure use by the growing urban world. Therefore, policies have to be found that stop or, better, reverse emigration and aging of populations. Because in large areas the remaining population is not anymore sufficient to keep a demographic balance and to maintain social and economic activities at a minimum standard level, including schools, health services and market of essential goods, the solution of the problem cannot be found with the local people alone but as a matter of interest for the society”* (Pereira *et al.*, 2006).

The ecological and the economical optimums have been considered antagonist for these last decades, and the maximum profit has driven most of the Human activities. But the economists and politicians are now aware that these optimums can be complementary in a sustainable point of view. Therefore, a new optimum is being searched, somewhere in between the ecological and the economical optimum. This point is called the social optimum.

The social optimum is the point of balance, where greater revenue is obtained for the society, through human activities. This point is obtained when externalities are included in the profit function. This is done by identifying the production levels which lead to the maximum profit for the society as a whole. Thus, the real challenge is to develop ways to account for the identified externalities that led human activities to become unsustainable.

A good example of success of this new approach is the CO<sub>2</sub> market that was created with the Kyoto Treaty, at a global level. Maybe, a market of the elements has to be created, for air, water, soil and fire, and a good resource management, at all levels.

This means cooperation and coordination at a global level, between the major economic blocks. It also means that the Common Agriculture Policy (CAP) has to aim at improving the life of the population in the countryside. In fact, the recent CAP reforms have introduced the tendency to change funds from market support policies (first pillar) to rural development (second pillar).

It is clear that at regional and sub-regional levels there must be an evaluation of which *Sustainable Agro/Forestry Systems* are adequate, as they differ from region to region. These must be supported, while the unsustainable practices must not be encouraged and must not be supported (i.e., irrigation techniques highly consumption of water in the drylands).

It is essential to thoroughly apply and use existing means to monitor the efficiency of the actions, like the DesertWatch program and various indexes (Imenson, 1998). For the Portuguese case the PANCD also recommends several different technical solutions and indexes for the monitoring issue.

According to the DesertWatch program, the most susceptible regions have been identified, and they correspond to a third of the national territory. These areas should be considered protected areas, with special actions aiming to diminish the impact of desertification. Scientific studies should be carried out in order to obtain knowledge about the species that can adapt to the soil and climate conditions present at the most affected areas. The original biodiversity should also be studied, so that it can be recovered.

According to the PANCD coordinators, it is expected that a total of two thirds of the territory will be affected during the next two decades. The areas which tend to be affected by desertification (one third of the territory) should be treated in a preventive way as soon as possible, rather than in a reactive way two decades later.

## Discussion

Desertification is an issue that has to be mitigated and combated at all levels of social organization. Unsustainable human activities produce a global impact, not just a national impact.

Though free markets have proven their effectiveness on wealth creation, some degree of regulation is essential. Desertification should be seen as an externality of unsustainable human activities. As such, markets alone are not effective to guarantee the maintenance of potential uses of lands in risk of desertification. The case of Portugal, mainly the inland southern areas, is a clear example of this.

Any plan, aiming to restore the balance between the agro-ecosystems and the natural ecosystems must be centered in sustainable agriculture/forestry systems. Therefore, these systems must be economically viable (food production and profit in the present and in the future), environmentally healthy (biodiversity and fauna conservation), socially accepted (appropriate systems for the people that invest their effort and resources) and with political support. If the first three conditions occur, then politicians should stimulate and support these systems, creating good conditions for their food production and promote the consumption, of products from these systems, towards the population.

We believe the two elements are essential to change the desertification tendency, working on a national level. The first is a mentality change. Environmental protection cannot be seen as a fight between two opponents, the producer and the ecologist. On the contrary the introduction of the *social optimum* concept is essential to identify what are the right solutions to be found for different areas. And these right solutions are the second key element. It is essential to identify which are the *Sustainable Agro/Forestry Systems* adequate for each region. Only systems that will lead to economic development enough to bring more people into the region, but not diminishing the potential use of lands, can be a part of the solution. These cannot be centralized solutions but well based on local people. On this line of thought is interesting the quote from Pereira: “*The largest effort must probably be placed on education, not only the children and youth, but the society and those responsible for decision-making at all levels*” (PEREIRA et

al., 2006). The Portuguese case presents one very interesting case of one of these SAS. The traditionally managed *Montado* (cork oak and holm oak forests) ecosystem is a good example of sustainable use of land in Mediterranean area. Multifunctional uses like agro-tourism, medicinal and aromatic plants production, mushrooms or game hunting can origin important economic revenues and revitalize these degraded areas.

## References

Espirito Santo, F. (1997), *O Clima de Portugal Continental. Contribuição para o Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação*, Instituto de Meteorologia, Ministério do Ambiente.

Gnacagja, L. (2008), *United Nations Conference*, Istanbul, Turkey.

Imenson, A. C. (1998), *Functional indicators for evaluating the effect of desertification on soils in Mediterrâneo*, Desertificação, n.º 12/13, Universidade Nova de Lisboa, pp. 19-41.

Kates, R. W.; Johnson, D. L.; Haring, K.J. (1992), *População, Sociedade e Desertificação in Desertificação: Causas e Consequências*, Fundação Caloust Gulbenkian, Lisboa, pp. 409-493.

Lourenço, N., Correia, T. P.; Jorge, M. R.; Machado, C. R. (1998), *Farming strategies and land use changes in Southern Portugal: Land abandonment or extensification of Traditional systems?* in Mediterrâneo, Desertificação, n.º 12/13, Universidade Nova de Lisboa, pp. 75-93.191-208.

Oliveira, R. (1998), *Causas para a desflorestação e degradação da floresta – Estudo-causa para o concelho de Mértola – Portugal* in Mediterrâneo, Desertificação, n.º 12/13, Universidade Nova de Lisboa, pp. 75-93.

PANCD (1999), *Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação (PANCD)*. Portuguese Minister Council Resolution 69/99.

Pereira, L.; LOURO, V.; ROSÁRIO, L.; ALMEIDA, A. (2006), *Desertification in the Mediterranean Region: a Security Issue*, 269-289, Springer.

Rosário, L. (2005), *Desertificação já atinge 36% do Continente*, Jornal Diário de Noticias (17-06-2005), Lisboa, Portugal, 2005:

Roxo, M.J.; Mourão, J.M.; Casimiro, P.C. (1998), *Políticas agrícolas, mudanças de uso do solo e degradação dos recursos naturais – Baixo Alentejo Interior* in Mediterrâneo, Desertificação, n.º 12/13, Universidade Nova de Lisboa, pp. 167-189.

Sardinha, R. (2008), *Dryland Management and Combating Desertification Through Development*, Silva Lusitana 16(1), pp. 21 - 44, EFN, Lisbon.

Seixas, J. (1998), *Padrões de heterogeneidade a partir de imagens Landsat5-TM: o caso da desertificação no Sudeste de Portugal* in Mediterrâneo, Desertificação, n.º 12/13, Universidade Nova de Lisboa, pp. 43-64.

Sequeira, E. M. (1998), *Recuperação de solos erodidos no Baixo Alentejo como forma de combate à desertificação* in Mediterrâneo, Desertificação, n.º 12/13, Universidade Nova de Lisboa, pp. 315-326.

UNCCD, *United Nations Convention to Combat Desertification*, 1994 in: [www.unccd.int/convention/text/convention.php#begin](http://www.unccd.int/convention/text/convention.php#begin);

Veiga da Cunha, L. (1992), *Os recursos hídricos da Europa* in Ribeiro, T. (ed.), *O Jardim Comum Europeu*, Novos Desafios Ambientais, FLAD, Quetzal Ed., pp. 277-352.

#### **Notas sobre os autores:**

##### **João Branco**

[joao.alexandre.branco@gmail.com](mailto:joao.alexandre.branco@gmail.com)

Escola Superior Agrária de Elvas do Instituto Politécnico de Portalegre.

Mestre em Agricultura Sustentável (2011) e Licenciado em Engenharia Agronómica (2008) pela Escola Superior Agrária de Elvas do Instituto Politécnico de Portalegre. Foi bolseiro de investigação científica no Projeto RITECA - *Red de Investigación Transfronteriza Extremadura Centro y Alentejo* pelo Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre.

##### **Márcia Ferreira de Oliveira**

[marcia@esaelvas.pt](mailto:marcia@esaelvas.pt)

Escola Superior Agrária de Elvas do Instituto Politécnico de Portalegre.

Doutorada em Economia pela Universidade de Évora (2012), Mestre em Economia (2006) e Licenciada em Economia (2000) pela Universidade Nova de Lisboa (2006). Professora Adjunta da Escola Superior Agrária de Elvas do Instituto Politécnico de Portalegre (desde Dezembro de 2012). Foi Assistente na mesma Instituição entre Setembro de 2003 e Dezembro de 2012. Foi Assistente Estagiária na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa entre 2000 e 2003. Interesses de Investigação: Social Choice and welfare, Economia da Incerteza e Informação, Economia e Gestão dos Recursos Naturais

##### **Ricardo Ferreira**

[ricbruno@yahoo.com](mailto:ricbruno@yahoo.com)

Instituto Politécnico de Portalegre (em licença sem vencimento).

Doutorado em Economia Aplicada, lecionou na área da política agrícola durante 15 anos.

##### **Orlanda Póvoa**

[opovoa@gmail.com](mailto:opovoa@gmail.com)

Escola Superior Agrária de Elvas do Instituto Politécnico de Portalegre.

Doutorada em Engenharia Agronómica (2009) e Mestre em Gestão de Recursos Naturais (1999) pelo Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa e Licenciada em Engenharia Florestal (1995) pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Professora Adjunta da Escola Superior Agrária de Elvas do Instituto Politécnico de Portalegre (desde 2009). Foi Assistente na mesma instituição (2000-2009). Foi colaboradora docente do Departamento Florestal da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (1999-2000). Foi bolseira do Programa Praxis XXI (1997-1998) e bolseira Jovens Técnicos para a Indústria (1996-1997). Interesses de Investigação: Plantas aromáticas e medicinais.

# Deforestation in Portugal: causes, consequences and possible solutions

João Branco

Márcia Oliveira

Ricardo Ferreira

Orlanda Póvoa

## **Abstract**

*Deforestation is not a new problem although world-wide population awareness is increasing. This issue has terrible environmental, social and economic consequences due to the over-exploitation of the natural resources and to alternative land uses which are more profitable in the short term. The combat and mitigation of deforestation is one of the biggest challenges for the 21<sup>st</sup> Century in order to achieve the Millennium Goals and a global sustainable development at all levels of human activities. Therefore this paper will address these concerns focusing on the causes and consequences of deforestation as well as on the actions carried out by the decision makers in order to provide solutions for this increasingly alarming problem. This paper will also approach the concepts of sustainability as well as economy and management of the natural resources aiming at providing an insight of the past deforestation in Portugal, the present situation and a sustainable perspective regarding the future.*

**Keywords:** *Deforestation, Portugal, Sustainability, Economy and Management of Natural Resources.*

## **Introduction**

Since the beginning, forests, as natural ecosystems, have played an essential role by providing the resources required for the human species' survival. Later, man felt the need to control directly these ecosystems and developed Agriculture and Forestry, enabling the population to settle and cities to emerge.

This population concentration in urban areas increased the efficiency of society, thus resulting in more spare time. The spare time was used by the members of the communities to develop culture, art and technical knowledge that could add even more efficiency and value to human activities.

The increase and spread of people, and domestication, took place in largely forested environments, where the axe and fire converted forests into croplands and animal grazing intensification led to massive deforestation, and subsequently to major impacts on the environment. As cities grown in demographic terms, so did the food and forestry production needs and the borders of the urban areas added pressure to the natural ecosystems, aiming at responding to these needs.

This situation led to the over-exploitation of the natural resources and resulted in the degradation of forest lands and woodlands, as well as deforestation, desertification and biodiversity loss, and led, ultimately, to an unsustainable and inefficient affection of these resources. The Earth we know today is therefore much different than it used to be before human activities started shaping the environment, leading to unsustainability.

In recent decades the environmental issues have raised the interest of the public opinion, the scientific community and the decision makers, at all levels.

In 1972, the UN Conference on the Human Environment was held in Stockholm, Sweden, and a framework for future environmental cooperation was created. This led to global and regional monitoring networks as well as to the elaboration of the UN Environment Programme and influenced the environmental policies of the EU.

In 1992, the UN Conference on Environment and Development was held in Rio de Janeiro, Brazil, which led to the creation of the UN Convention on Biologic Diversity and UN Framework Convention on Climate Change, which in turn led to the Kyoto Protocol. The Agenda21 was another result from this conference, regarded as an action plan to be adopted at global, national, regional and local levels.

In 2002, the World Summit on Sustainable Development took place in Johannesburg, South Africa, to discuss sustainable development and the Millennium Goals have been added to the Agenda21. Deforestation and desertification are major obstacles to achieve the Millennium Goals and the mitigation of these problems is perhaps the greatest challenge for the 21st Century.

Forests cover roughly 30% of the world's land area and deliver a multitude of economic and social benefits. They offer major environmental benefits related to biological diversity and climate change. Tropical forests are amongst the most important habitats for biodiversity and provide crucial ecosystem services such as water purification and erosion prevention.

The livelihood of 1,6 billion people worldwide depend on forest resources to some extent and 60 million indigenous people depend directly on forests for their survival.

Forests also store significant amounts of CO<sub>2</sub>, thus preventing further increases in concentrations of greenhouse gases in the atmosphere.

The world lost over 3% of its forest cover between 1990 and 2005. The annual loss amounts to 13 million hectares, an area approximately the size of Greece. Some 96% of recent deforestation has occurred in tropical regions and the largest net forest cover loss between 2000 and 2005 was recorded in ten countries (Brazil, Indonesia, Sudan, Myanmar, Zambia, United Republic of Tanzania, Nigeria, Democratic Republic of the Congo, Zimbabwe and Venezuela).

Over the same period, forest cover has increased in other regions, including the EU, Japan and China while it has been relatively stable in India (CEC, 2008).

Although deforestation is decreasing, due to forestation and reforestation programs, net loss of forest is still increasing at a global scale. Forest resulted from forestation and reforestations, however, take time to fully grow and don't have the same biodiversity, erosion prevention capacity, CO<sub>2</sub> storage capacity and productivity of the original forests.

The deforestation process continues as alternative land uses usually bring increased economic revenues in the short term, and this is why the deforestation rate remains so high in many countries.

To address the challenges of deforestation, the EU has proposed the objective to halt global forest cover loss by 2030, at the latest, and to reduce gross tropical deforestation by at least 50% by 2020, compared to current levels; therefore major climate changes as well as biodiversity benefits are expected.

The idea is to increase the forest net gain through reforestation and at the same time to decrease the net loss of forest, obtaining a positive balance from 2030 forward. Another related environmental issue is the global objective proposed by the EU regarding the Kyoto Protocol.

To meet the EU's objective of limiting climate change to 2°C above pre-industrial levels

will require a cut of global emissions by at least 50% below 1990 levels by 2050 and this reduction is impossible without substantial action to combat deforestation. This is very relevant when considering that “deforestation accounts for some 20% of total CO<sub>2</sub> emissions” (CEC, 2008).

Within Europe in the recent years a lot of rural areas have undergone dynamic changes. In many places the importance of agricultural production is declining, while environmental and landscape functions are increasingly valued.

As a result of such ongoing changes in rural areas, the role of forestry is also changing. In the past, most attention was focused on the primary production function of forests in order to contribute to the rural economy. At present, however, greater emphasis is given to its role in maintaining ecological and social values (Elandsa, *et al.*, 2004).

In Portugal, a forestry policy was adopted in 1996, which led to the elaboration of the Sustainable Development Plan for the Portuguese Forest, in 1998. This National Action Plan is inserted in the National Forest Strategy, within the EU Forest Strategy, including a set of objectives to be achieved in the next couple of decades. The guide lines for this strategy are the following (DGRF b, 2006):

- Minimization of the risk of fire and biotic agents;
- Territory specialization;
- Production Improvement through forest sustainable management systems;
- Decrease of market risks and increase the products' value;
- Overall improvement of the sector's efficiency and competitiveness;
- Rationalization and simplification of the political instruments.

Portugal has one of the largest proportional forest areas of the EU, representing 39% of the territory, which resulted from endemic forests or from forestation and reforestation (Leitão, 2008).

Portugal has a population of approximately 10 million and a land area around 8,7 million ha, of which 3,5 million hectares are forest areas. The owners of these forests are mainly private (87%) while public (3%), industry (6%) and local community (6%)

are minor forest land owners (DGRF a, 2006).

About 220 000 ha of forests are managed by the paper industry, while the remaining forest private areas are characterized by a high number of explorations (400 000) with a low average size (5,7 ha), making it very difficult to manage. In Southern Portugal, large area properties are dominated by Montado *Quercus* forests, typical of the Mediterranean basin, which are the source of half of the global cork production. Central and Northern Portugal forests are very different, they are mostly private micro-properties (<5 ha) dominated by maritime pine (*Pinus pinaster*) and by a mix of broadleaf and resinous tree species (DGRF a, 2006).

The paper industry is based on *Eucalyptus globulus* forests, mostly in northern and center littoral Portugal, with sustainable management wood forests, ISO 9 001 and ISO 14 001 certification systems, aiming at a high quality production, mostly for export.

Regarding the timber production, it's mostly based on reforestation and afforestation, mainly of *Eucalyptus globulus*, *Pinus pinaster* and diverse deciduous *Quercus* wood forests in northern and central Portugal, *Pinus pinea* and *Quercus suber* in southern Portugal, and is increasing at an annual growth rate of 14 million m<sup>3</sup> (Leitão, 2008; DGRF a, 2006), being also mostly for export.

The Portuguese forestry sector plays an important role in the national economy, providing employment to a significant part of the active population.

This sector is also regarded as an important contributor to external commerce (fig. 1) and national budget, and provides environmental services and activities with a relevant impact on economic and social benefits (*i.e.*, tourism, recreational activities, fishing, bird watching, landscape and non-timber forest products such as mushrooms and fruits).

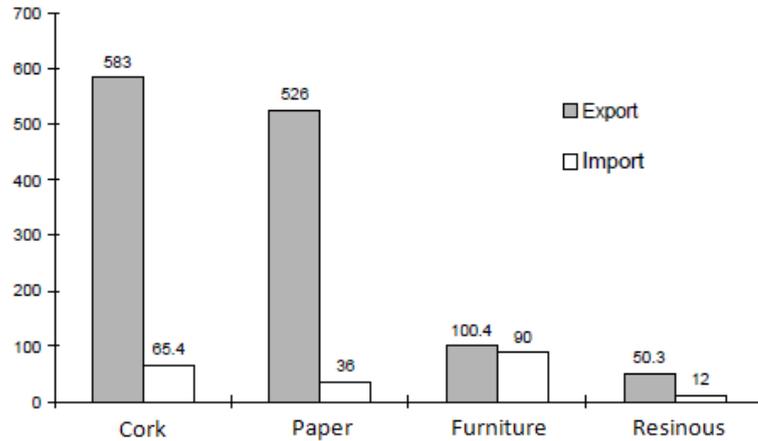


Figure 1 – Forest products production in Portugal in 1992 (in millions of US\$) – adapted (Macedo, 2008).

## Causes

The present driving forces of deforestation are diverse, and differ according to various geographic locations where it's occurring.

The most important direct cause of forest destruction is the change in land use. Profitable alternative uses of land with a high market value, such as obtaining commodities, provide incentives for deforestation. In many cases infrastructure development, like river dams and touristic resorts, can also contribute to deforestation. The most important underlying cause is ineffective governance, linked to poorly enforced land use policies and uncertain land tenure regimes. To be effective, any global approach to deforestation will have to address these drivers directly (CEC, 2008).

Modern forestry methods only began to be introduced to Portugal in 1865 originally aiming at checking the loss of remaining broadleaf forests, expanding the areas under Montados and establishing plantations of maritime pine. Tree cover expanded, notably because farmers found the cultivation of cork oaks more profitable than wheat due to the overseas markets for cork (Canaveira *et al.*, 1998).

However, since the beginning of the wheat campaign in 1929, intense soil mobilizations, extensive agriculture mechanization and shortage of land resting periods contributed to the *Quercus* trees debilitation and death. The high charcoal value during the wheat campaign and the 2<sup>nd</sup> world war also contributed to the cutting of cork and

holm oaks from Montado and subsequent to the inadequate cereal culture in these deforested areas (Oliveira, 1998).

In the 1950s the dictatorship tried to reverse this policy with an imposed programme of afforestation on communal lands. The process was not welcome by local communities which objected to the expropriation of their lands, the loss of pastures and the repressive behaviour of forestry officials. Incendiarism became a growing problem and after the end of the dictatorship in 1975, the forestry service was seriously discredited. That year witnessed extensive fires especially in communal areas. A land reform initiated in 1976 restored communal lands to the villages and began to break up the properties of large landowners (Canaveira *et al.*, 1998).

During the 1980s, the forestry service with the World Bank support pursued policies of afforestation mainly with pine and *Eucalyptus* species but again met local resistance. However, since joining the EU in 1986, a new forestry approach has been adopted which prioritizes the restoration of mixed woodlands and closer collaboration with private forest owners (Canaveira *et al.*, 1998).

The human desertification of the inland rural areas in the recent years, and especially at the primary sector, led to forest degradation. Domestic heating and cooking in developed societies shifted from biomass to fossil fuel, which lead to vertical and horizontal biomass accumulation and the subsequent increase of fire risk.

Forest fires are the most direct cause of deforestation in Portugal. The risk of fire is higher at the resinous and *Eucalyptus* forests and is lower at agro-forestry and pastoral areas. A great effort is put into forest fire fighting every year, and prevention has been emphasized and underlined by institutions that struggle to decrease the effects of this cause on deforestation in Portugal.

On the one hand, the access to the fire sites and to the water resources is the major difficulty when fighting forest fires. On the other hand, the scarce means for an efficient monitoring system associated with the lack of forest care by the population are the main restraints regarding forest fire prevention. Nevertheless, the forest distribution is also highly relevant. The predominance of micro-property and the absence of ownership in

northern and central Portugal make the management of these areas especially difficult. Also, extra care is required when managing *Pinus pinaster* and *Eucalyptus globulus* forests because these trees are very flammable. On the contrary, the *Quercus* trees are remarkably resistant to fire, although economic and ecological negative effects result from burnt cork, which is one of the most valuable resources in the national forest (in bio-economic terms).

Policies have also had a significant impact regarding the mitigation of the causes of deforestation in Portugal.

Forests are often felt as belonging to the people, and recently their ecological and social values have been increasingly regarded by the potential users (the global population in a broader sense). Therefore, considering the current property regimes, in developing countries the areas affected by deforestation and desertification are decreasing in value, leading to biodiversity loss, which is the guarantee for their balanced and sustainable development. The main problem in these countries is related to land use rights and duties that are not clearly settled by property regimes. On the other hand, in developed countries, like Portugal, this issue has to do with the fact that private ownership does not reflect the public interests, only the private ones.

In addition, the poor and inappropriate land and forest management also contribute to forest degradation as well as deforestation. The Alqueva project is considered to be a great national achievement (yet to be fully explored). It is the largest artificial lake in Europe, although this has only been possible at the expense of the cutting down of the largest *Quercus rotundifolia* population in Europe, under the banner of “National Interest”. In return, large plantations have been carried out as a compensation for the damage.

However, the surrounding areas of the Alqueva lake are increasing in land value and urban and mass tourism pressures are rising, despite the socially desired sustainable tourism for these inner regions.

The above mentioned increasingly ecological and social values, regarding forest lands and woodlands, are being underused. The Natura2000 network is not responding to the

increasing public interest for these special areas, because the potential benefits of combining sustainable tourism and leisure with sustainable agro-forestry systems are not sufficiently supported by policies, as national sustainable development guide lines recommend.

In Portugal, there are also other direct causes of forest net loss, such as the plant pests and diseases like *Bursaphelenchus xylophilus* (pine nematode) which is currently attacking the *Pinus pinaster* forests, and the *Phytophthora cinnamomi* and *Phytophthora cambivora*, that threaten the *Castanea sativa* and the Montado *Quercus* trees. The pine nematode problem might encourage private owners to switch the forest composition from the *Pinus pinaster* to the less sustainable *Eucalyptus globulus* species, which could eventually lead to an acute landscape change.

## **Consequences**

Deforestation has enormous environmental, social and economic consequences, particularly on climate, biodiversity and poverty (CEC, 2008).

### **Environmental consequences**

One of the main environmental consequences of deforestation is its huge contribution to global warming and climate change, as deforestation accounts for some 20% of total CO<sub>2</sub> emissions (CEC, 2008). Forests also help to maintain the regional as well as local weather patterns balanced. Therefore deforestation leads to serious environmental consequences, and they are certainly felt at the drylands where aridity and droughts are becoming increasingly severe.

Another very serious environmental consequence is the resultant biodiversity loss. This is most alarming regarding the tropical regions' forest, where deforestation can pose a threat of extinction to a diverse range of plants and animals.

### **Social-economic consequences**

In developing countries deforestation is responsible for major social consequences

because a significant part of the populations depend on forests to live. It also contributes to desertification, and this indicates that poverty increases. But this also implies a major loss of fauna and flora, which is a guarantee for a sustainable development. As to developed countries, the loss of the environmental and landscape services is the main social impact of deforestation. However, in both developing and developed countries, this loss of value (environmental, social and economic) has a negative impact on poverty.

The support from the European Union Common Agricultural Policy (CAP) was inadequate regarding the realities and needs of the Portuguese local forest and was difficult to be accessed by small local land owners; (e.g., subsidized plantation of *Pinus pinea* in the southeast Alentejo region due to its interesting use in recovering soil degraded soils in a mixed forest system with evergreen *Quercus* species, when scheduling *Pinus* cutting in a medium term, which, nevertheless, caused abrupt landscape change without any *Pinus* timber or fruit production) (Branco *et al.*, 2008).

### **Possible Solutions**

Deforestation and desertification are being regarded as determinant issues in order to achieve the Millennium Goals.

Therefore, the multiple uses of forest resources has become a strategy to value forests, as a global initiative from the UN countries, which led to the elaboration of national action plans, aiming at mitigating deforestation.

Meanwhile, the EU has been engaging a fight against illegal logging, although there is no law that prevents the import of illegal logging products into EU countries' markets. Another EU goal is to reinforce policies and institutions, in order to obtain real positive impact by rewarding the services provided by forests and by considering environmental, social and economic values as generators of greater wealth than short term profit based on the over-exploitation of natural resources.

At a global level, the Global Forest Carbon Mechanism (GFCM) is a financial mechanism through which developing countries would be rewarded for emission reductions

achieved by taking action to reduce deforestation and forest degradation. This proposal intends to feed into the ongoing international negotiations on policy approaches to reduce deforestation and forest degradation in developing countries that were launched in December 2007 in the scope of the Bali Action Plan. A major part of the EU contribution to the GFCM could come from proceeds of allowances auctioned in the EU Emissions Trading System. It is estimated that if 5% of auctioning revenue were made available to the GFCM, this would raise €1,5 to 2,5 billion in 2020. These funds would complement and scale up traditional sources such as development aid, the Global Climate Change Alliance, and EU contributions to bilateral and multilateral sources of funding (EU, 2008).

Therefore, there would be a pilot phase to include the avoided deforestation in the carbon markets, in order to compensate for a country's excess of emissions, from 2020 forward. This would allow an excessive pollutant country to be able to proceed to forest plantation as well as afforestation in countries affected by deforestation, as a measure to compensate for the extra pollution and simultaneously contributing to decrease the forest net loss and to increase the forest resources' values.

In underdeveloped countries, one of the major threats to forest is the lack of firewood to cook. Therefore, a possible solution could be a world technological program that would help developing more sustainable cooking devices such as the solar energy based cooks. Additionally, worldwide evidences are being gathered which support that the traditional knowledge can be a huge contribution to sustainability and to forest conservation (*e.g.*, the contributions of Ethnobotany to the sustainable use of native medicinal plants in a proposed protected area in southern Brazil, and, also in Brazil, the government's requirement for reforestation after farming which implied such high costs that in turn the farmers were encouraged to elaborate a list of trees with a high economical value (fruits, shadow, fire resistance, etc.) that are now safe from being cut by the farmers) (Zank *et al.*, 2012).

Bearing in mind the emerging ecological and social values of forests, at the EU level, the Natura2000 network is an approach to protect the most seriously threatened habitats and species in the EU territory. This legislation, from the Habitats Directive, was adopted in 1992, and poses a complement to the Birds Directive of 1979. This network

combines the Special Protection Areas with the Special Areas of Conservation, protecting about 18% of the Member-State's land. In Portugal, the Natura2000 network protects around 20% of the territory. The forests included in the national protected areas network are also safer from other land use pressures. The implementation of the forest National Action Plan, the forest sustainable management plans and the fire defense forest plans, as well as the certification of forest products, are useful tools aiming at the sustainability of the Portuguese forest. However, the multiplicity of existing plans (forest management plans, municipality plans, water basin plans, etc.) could lead to confusion and inefficiency (DGRF, 2006).

The extensity EU LIFE project (Environmental and Sustainability Management Systems in Extensive Agriculture) is another ongoing Portuguese approach to sustainability in agro-forest systems based on pastures complemented with other extensive land uses like olive orchards and Montado forests which aims at the sustainable use of properties and the certification of their products according with the EU Ecolabel (ISA, 2010).

Another step towards the forest sustainable management and the decrease of forest fire risk is the ongoing development of regional biomass energy centrals which will facilitate and enable a profitable way to clean the forests. However, this new biomass business opportunity could encourage the private land owners to change their forest composition from traditional sustainable forest species to less sustainable and rapid growth species and therefore promoting less sustainable forest practices that won't contribute to soil and biodiversity conservation (Celpa, 2004).

## **Discussion**

Comparing wealth that can be generated indefinitely to an immediate wealth within a limited and short period of time, it's obvious that unsustainable ways of development, based only on the short term (and unstable) profit, do not produce as much wealth as sustainable development ways, focused on long term (but stable) profit.

Thus, natural resources' values are no longer regarded as economic only but instead as a convergence of these and the environmental and social values. Therefore, it is only a matter of internalizing externalities, in a way that responsibility and equality do add this

full potential value to human activities, enabling society to achieve a sustainable development path (with maximum wealth and social equilibrium).

Despite the increasing deforestation, at a global level, forest net gain was registered in the EU. In Portugal, there was also a positive evolution of the forest total area (fig. 2). Nevertheless, this positive evolution of the forest total area has been characterized by a significant net loss due to forest fires and biotic agents, which was compensated with plantation as well as forestation national campaigns. This indicates that deforestation is responsible for major forest net loss but plantation and afforestation accounted for a bigger net gain, resulting in an increase of the national forest total area.

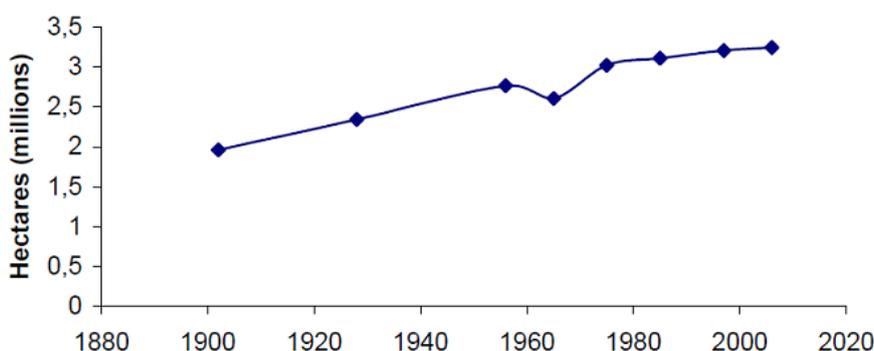


Figure 2 – Evolution of the forest total area in Portugal (ISA, 2006).

The associative organizations, local municipalities and the environmental organizations also have an important role in the present Portuguese forest management (DGRF, 2006). In central and Northern Portugal where the private micro-properties (<1 ha; <5ha) are predominant, the management of the forest can only be possible and profitable if the associative organizations of forest owners are involved and also supported by government agencies.

The national programs to deal with pine nematode (*e.g.*, PROLUMP) and the scientific research and its diffusion are also included in the sustainable forest action plan and could contribute to decrease the risk perception and therefore increase the private investment in forestry.

These last decades, deforestation has been a major concern. However, global policies addressing this issue have not yet shown positive feedback, because at some point in the decision making process (regarding national, regional and local levels) the policies decrease in force, and don't reach the target. This is the EU's main reason to reinforce policies and institutions, at all levels, taking the lead in the pursuit of a global answer to this issues.

On the one hand, the unsustainable development is based on the short term profitability as well as on economic competitiveness. On the other hand, sustainable development is focused on the long term profit and on cooperation. Therefore, the background issue is associated with the need of adding value to the natural resources, in order to achieve a sustainable development for global society.

As an example of a sustainable approach, forests could be valued through global certification systems such as the Forest Stewardship Council and the Programme for the Endorsement of Forest Certification Council that could work as funding channels for the sustainable agro-forestry systems (SAS) and simultaneously as a regulation aiming at responding to the illegal timber trade.

This global certification certainly implies a clear definition of these different systems, depending on geographic location features. A clear definition of rights and duties by the local property regime surely has to be established. Although this would be a very big challenge at the global level, it is indeed a necessary one, because people have to feel responsible (as owners) for the land use in order to use it in a sustainable way.

As a funding channel regarding to the SAS, this global certification would incentive sustainability, and by adding value to the primary sector, the rural areas abandonment could be reversed as the distribution of the population would tend to balance. At the same time, this could be a useful tool to monitor closely the human activities (*e.g.*, forest fires), penalizing unsustainable action through the internalization of the negative externalities (tax), and using the income wisely to improve wealth distribution.

The Portuguese traditionally managed Montado (cork oak and holm oak forests) ecosystem is a very interesting case. This is a good example of sustainable land use in

the Mediterranean area, with a low fire risk. Multifunctional forest land uses aggregating agro-tourism, medicinal and aromatic plants production, mushrooms and wild fruits gathering or game hunting can originate important economic revenues and revitalize the degraded forest areas.

## References

Birot, Y.; Buttouda, G.; Flies, R.; Hoglb, K.; Pregernigb, M.; Paivinenc, R.; Tikkanenc, I.; Krottd, M. (2002), *Voicing interests and concerns: institutional framework and agencies for forest policy research in Europe*, *Forest Policy and Economics* 4 (2002) 333–350, Elsevier, 2002.

Branco, J.; Oliveira, M.; Ferreira, R.; Póvoa, O. (2008), *Desertification in Portugal: causes, consequences and possible solutions*, *University “Aurel Vlaicu” of Arad Scientific and Technical Bulletin, Series: Economic Sciences and Sociology*, n.º 17, pp. 37-48.

Canaveira, P.; Almeida, A. M.; Teixeira, J. S.; Oliveira, R. (1998), *Underlying Causes of Deforestation and Forest Degradation (Synthesis Report of the European Regional Meeting – Bonn, Germany): Forests and People in the Iberian Peninsula*. World Rainforest Movement web page: [www.wrm.org.uy](http://www.wrm.org.uy) .

CEC (2008), *Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of Regions: Addressing the challenges of deforestation and forest degradation to tackle climate change and biodiversity loss*, Commission of the European Communities, Brussels, Belgium. EU web page: <http://europa.eu>.

CELPA (2004), *Centrais Eléctricas de Biomassa, Uma Opção Justificável?* In [www.celpa.pt/images/pdf/art213\\_brochura\\_centrais.pdf](http://www.celpa.pt/images/pdf/art213_brochura_centrais.pdf).

DGRF (2006a), *Inventário Florestal Nacional 2005-2006*; Direcção Geral dos Recursos Florestais, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

DGRF (2006b), *Estratégia Nacional para as Florestas*, Direcção Geral dos Recursos Florestais, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. 189 P.

Elandsa, B.H.M.; O’Learyb, T. N.; Boerwinkela, H. W. J.; Wiersuma, K. F. (2004), *Forests as a mirror of rural conditions: local views on the role of forests across Europe*, *Forest Policy and Economics* 6 (2004) 469– 482, Elsevier, 2004.

EU (2008), *Questions and answers on deforestation and forest degradation in* <http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=MEMO/08/632&format=HTML&aged=0&language=EN&guiLanguage=en>.

ISA (2006), *Report for COST E42 from Portugal*, Instituto Superior de Agronomia, Lisbon, Portugal:  
[www.valbro.uni-freiburg.de/pdf/country\\_report\\_pr\\_2006.pdf](http://www.valbro.uni-freiburg.de/pdf/country_report_pr_2006.pdf).

ISA (2010), Life Project Extensivity in  
<http://extensivity.ist.utl.pt/index.php?tema=00>.

Leitão, N. (2008), *Os números da Floresta Portuguesa*. Naturlink web page: [www.naturlink.pt](http://www.naturlink.pt).

Macedo, F. W. (2008), *Detecção remota de recursos florestais em Portugal: realidades e perspectivas*, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal.

Millennium Ecosystem Assessment (2008). Millennium Ecosystem Assessment web page:  
[www.millenniumassessment.org](http://www.millenniumassessment.org).

Oliveira, R. (1998), *Causas para a desflorestação e degradação da floresta –Estudo-causa para o concelho de Mértola – Portugal* in *Mediterrâneo, Desertificação*, n.º 12/13, Universidade Nova de Lisboa, pp. 75-93.

Roxo, M.J.; Mourão, J.M.; Casimiro, P.C. (1998), *Políticas agrícolas, mudanças de uso do solo e degradação dos recursos naturais – Baixo Alentejo Interior* in *Mediterrâneo, Desertificação*, n.º 12/13, Universidade Nova de Lisboa, pp. 167-189.

Zank. S.; Hanazaki, N. (2012), *Contributions of Ethnobotany to the sustainable use of native medicinal plants in a proposed protected area in south Brazil* in CISE 2012- 13th Congress of the International Society of Ethnobiology-Montpellier 20-25 May of 2012 – Session 25: page 9.

#### **Notas sobre os autores:**

##### **João Branco**

[joao.alexandre.branco@gmail.com](mailto:joao.alexandre.branco@gmail.com)

Escola Superior Agrária de Elvas do Instituto Politécnico de Portalegre.

Mestre em Agricultura Sustentável (2011) e Licenciado em Engenharia Agronómica (2008) pela Escola Superior Agrária de Elvas do Instituto Politécnico de Portalegre. Foi bolsheiro de investigação científica no Projeto RITECA - *Red de Investigación Transfronteriza Extremadura Centro y Alentejo* pelo Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre.

##### **Márcia Ferreira de Oliveira**

[marcia@esaelvas.pt](mailto:marcia@esaelvas.pt)

Escola Superior Agrária de Elvas do Instituto Politécnico de Portalegre.

Doutorada em Economia pela Universidade de Évora (2012), Mestre em Economia (2006) e Licenciada em Economia (2000) pela Universidade Nova de Lisboa (2006). Professora Adjunta da Escola Superior Agrária de Elvas do Instituto Politécnico de Portalegre (desde Dezembro de 2012). Foi Assistente na mesma Instituição entre Setembro de 2003 e Dezembro de 2012. Foi Assistente Estagiária na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa entre 2000 e 2003. Interesses de Investigação: Social Choice and welfare, Economia da Incerteza e Informação, Economia e Gestão dos Recursos Naturais

**Ricardo Ferreira**

[ricbruno@yahoo.com](mailto:ricbruno@yahoo.com)

Instituto Politécnico de Portalegre (em licença sem vencimento).

Doutorado em Economia Aplicada, lecionou na área da política agrícola durante 15 anos.

**Orlanda Póvoa**

[opovoa@gmail.com](mailto:opovoa@gmail.com)

Escola Superior Agrária de Elvas do Instituto Politécnico de Portalegre.

Doutorada em Engenharia Agronómica (2009) e Mestre em Gestão de Recursos Naturais (1999) pelo Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa e Licenciada em Engenharia Florestal (1995) pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Professora Adjunta da Escola Superior Agrária de Elvas do Instituto Politécnico de Portalegre (desde 2009). Foi Assistente na mesma instituição (2000-2009). Foi colaboradora docente do Departamento Florestal da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (1999-2000). Foi bolseira do Programa Praxis XXI (1997-1998) e bolseira Jovens Técnicos para a Indústria (1996-1997). Interesses de Investigação: Plantas aromáticas e medicinais.

**O RURAL COMO ESPAÇO DE FUTURO:  
DESENVOLVIMENTO LOCAL, ANIMAÇÃO COMUNITÁRIA,  
ORGANIZAÇÕES E POPULAÇÕES EM MEIO RURAL**

## **Intervenção socio-educativa em meio rural: da educação dos adultos à educação das crianças**

**Abílio Amiguiho**

Atualmente acentuou-se a visão dominante do trabalho e da formação que os arruma por idades. Separa-os, e quase os compartimenta, no tempo e no espaço. Isto é, coloca as crianças na escola, os adultos no trabalho e os adultos mais velhos em instituições de acolhimento ou entregues a si próprios e à gestão do seu (muito) tempo, considerado não produtivo.

São as crianças e os jovens que têm de ser educados, em instituições consolidadas para esse efeito, sendo a formação residual nas restantes idades. Somente a gestão do desemprego ou a preparação para a velhice, aparentemente contrariam esta aquisição dos tempos modernos. Mas, o que é pior, é que esta construção sócio-histórica, como facilmente se pode constatar, de tão inscrita e arreigada nas práticas sociais e nas vidas de cada um, se apresenta como se de natural se tratasse. A sua inelutabilidade não se discute nem questiona.

Mas haverá formas que tendem a pôr em causa ou a contrariar o que se nos apresenta como inexorável?

Nesta intervenção iremos abordar conceções e práticas educativas e sociais relativas às crianças e aos adultos, principalmente aos mais velhos. Procuraremos realçar o modo como elas se interpenetram, num esforço por elucidar estratégias e metodologias que, ao invés de as separarem, como está instituído, as pretenderam unir e fundir num processo comum. Discutiremos também, o modo como tendencialmente se potenciam mutuamente, circunstâncias igualmente arredadas das preocupações com a educação dos mais novos e dos mais velhos. O contexto em que tal sucedeu apresentou-se-nos como um dos mais favoráveis para que tal pudesse suceder. Tratou-se de um meio social rural, onde a pequena dimensão dos lugares, o isolamento, o desfavor social e os desequilíbrios demográficos, normalmente traduzidos num número acrescido e desproporcionado de efetivos mais velhos, a par da existência de cada vez menos de

crianças, criam condições diferenciadas para a intervenção sócio-educativa. Aí, apesar da “impureza” do rural, sob influências cruzadas de um modo global cada vez mais presente, persistem fatores que podem auxiliar na reabilitação de redes sociais. Estas redes primaram outrora por um espírito comunitário, propício a formas de educação, de socialização e de relacionamento social entre as diferentes idades, distintas das que a educação formal proclama e instalou por toda parte. Estas “ilhas de irracionalidade”, no dizer de Alberto de Melo, que a escola procurou eliminar, no seu pretensão universalismo e modo quase exclusivo de ver e praticar a educação (e o mundo), podem conter hoje parte da indispensável diversidade que se requer para inovar a educação e a sociedade.

### **Educação das crianças e educação dos adultos**

A educação das crianças que temos subjacente neste texto, pode, em nosso entender, integrar-se na designada síntese entre a pedagogia e a andragogia, se bem que não seja este o espaço para aprofundar e discutir esta problemática. Distingue-se claramente da instrução e do ensino, acessões durante muito tempo prevaletentes, e agora em reactualização, por convicção grandemente ideológica. Justamente à maneira da educação dos adultos, entende-se o processo de educação das crianças, como uma etapa de um trajeto longo e deliberado de socialização que termina com o fim da existência (Lesne e Minvielle, 1988). Viver e socializar-se como criança e educar-se, são dimensões inseparáveis. Estão muito longe de se restringir ao que ocorre na escola e na sala de aula, característico da forma como a escola trata os alunos, conferindo-lhe uma espécie do “ofício” (Perrenoud, 1995). São, afinal, incompatíveis com a cisão entre a criança e o aluno que a escola promove e em que as suas práticas se suportam.

Aproxima-se, porventura, desta perspectiva uma forma de olhar a gestão e o desenvolvimento do currículo que faz sobressair as experiências de aprendizagem das crianças, que passam obviamente pela escola, mas que vão muito para além de uma conceção mais técnica centrada na gestão de programas e disciplinas, como sucede com a “forma académica” mais tradicional (Goodson, 2000). Têm sede num campo mais largo, onde a diversidade dos ambientes educativos e a heterogeneidade das oportunidades para aprender, são princípios e regras. Remetem para uma relação mais

estreita entre a escola e a comunidade, para entrosar as experiências sociais e educativas no meio de vida das crianças.

Não é o que se tem considerado nas mais recentes reformas educativas, ou do que ainda resta dessa tendência, mas que prossegue na tentativa de restaurar a escola. Isto é, de conservar os seus mais estritos espaços de ensino, e as suas peculiaridades de socialização e de relação com o saber. Significa privilegiar as aprendizagens formais e as provas de avaliação, para medir e comparar os resultados académicos. “Os modos de pensar e fazer escolares” são cada vez mais determinados “por modelos de desenvolvimento curricular centrados em objectivos/competências e resultados, cada vez mais enquadrados por políticas de prestação de contas” (Pacheco, 2006, p 80). Reforça-se, assim, o ofício de aluno. Os alunos tendem a transformar-se ainda mais em “objetos”, para serem cada vez menos “pessoas”. Isto acontece à medida que se acentua a concentração e a compressão dos tempos para as tarefas estereotipadas, estandardizadas, rotineiras e avaliáveis (pelas provas escolares), cresce o recurso às recompensas e às sanções e diminui substancialmente o já escasso tempo e espaço para a diferenciação, os caminhos divergentes e a criatividade (Perrenoud, 1995).

Quanto à educação dos adultos situamo-nos nos antípodas da alfabetização e da sua versão serôdia sob a forma de qualificação. Alfabetização e qualificação são versões redutoras e pobres da educação dos adultos, atravessadas ambas por uma perspectiva meramente instrumental da formação.

Os adultos formam-se e não são pura e simplesmente formados. Isto é, numa linha tributária das histórias de vida na formação, consideramos que é sempre aos adultos em formação que cabe efetuar a síntese das diferentes influências exteriores que concorrem para a sua educação. Frequentemente, de maneira muito distinta da que é visada por aqueles que se instituem no papel de formadores. Na dinâmica da formação interagem saberes formais e informais, num processo globalizante e de integração, onde intervém a experiência de vida e profissional dos que se formam, em função da qual as ações educativas adquirem significado. Estas ações são apenas momentos possíveis de um processo de formação como o qual não devem ser confundidas.

Em vez de promover o emprego a formação institucionalizou-se numa forma de emprego. Em vez de proporcionar oportunidades educativas às pessoas para que se pudessem desenvolver, articulando promoção social e formação, submeteu-as aos imperativos da mais estrita racionalidade económica. Neste sentido esvaziou de conteúdo e significado as promessas da educação permanente, particularmente a sua fundamentação filosófica e política, mas também impondo a centralidade de conceitos e de práticas como o de competência, com uma conotação vincadamente adaptativa (Canário, 2001). De acordo com um modelo produtivo, a formação instrumentaliza-se. Assim, se na “Era do conhecimento”, principalmente pelas profundas mutações tecnológicas, e da “Nova Economia”, “a informação triplica cada três anos o conhecimento duplica, a sabedoria segue a um ritmo lento” (Sanz Fernández, 2006, p. 70). E a sabedoria, pela apropriação crítica do mundo envolvente, é o que verdadeiramente transforma e promove as pessoas.

Impõe-se, por isso, em alternativa, uma perspetiva de “educação socializante dos adultos que valoriza as aquisições culturais, a aquisição de competências transversais, de aquisições suscetíveis de serem transferidas para outras situações, para a autonomia das pessoas” (Bogard (1991, citado por Canário (1999), p. 22). Trata-se de “uma filosofia da educação que repousa sobre o desenvolvimento das capacidades das pessoas para o desenvolvimento das comunidades” (p.8). Esta perspetiva identificada por Bogard é descrita e analisada por Sanz Fernández (2006), em termos do que apelida de Modelo Dialógico Social, distinto de um Modelo Alfabetizador e de um Modelo Produtivo. O Modelo Dialógico parte de um pressuposto fundamental que é o de considerar que a formação é inerente à própria experiência social: “a aprendizagem do adulto é um *continuum* que começa nas relações sociais e não nas relações académicas e que se continua ao longo da vida e em todas as suas facetas. O trabalho do animador consiste em reconhecer, dinamizar e potenciar esse continuum” (p. 18/19). Assim se compreende como o “perfil do educador de adultos é o do animador que se põe à disposição das potencialidades de aprendizagem das pessoas adultas” (p. 18).

Este modelo possui, por outro lado, uma longa presença histórica consubstanciada na “denominada pequena tradição cultural do povo” (p.45). Justamente para ler, interpretar e dar sentido a um mundo, que lhe foi quase permanentemente adverso, a partir da sua experiência diária com o fim de nele intervir. Uma cultura enraizada na experiência

reproduzia-se através de processos horizontais e participativos de que o autor destaca, entre muitos outros que refere, o espaço da anciã ou da mãe, como principal “locus” de transmissão de canções, lendas, provérbios, ditados populares e contos como expressões de uma filosofia popular; o cego, como outra figura de transmissão popular; a festa como espaço horizontal de aprendizagem; a religiosidade popular, como espaço interativo de tradições culturais; a literatura popular. Os agentes, recursos próprios, espaços e tempos, garantiram a continuidade e a gestão desta tradição apesar das permanentes ameaças da designada tradição maior ou erudita que, reconhecendo-lhe o direito à existência, lhe negava o direito a uma gestão própria.

Assim, de acordo com Finger (2005), não se aprende por ter aprendido, aprende-se por ter mudado uma situação, por ter melhorado o nível de vida, aprende-se por ter mais justiça, aprende-se para ser mais competente, para participar democraticamente

No caso dos adultos mais velhos, para nós, a educação confunde-se com um processo de participação social útil, propício a uma continuidade da vida social e comunitária, distintamente, portanto, de um qualquer processo formal de formação, pretensamente de preparação para envelhecer. Estendemos a esta fase da vida uma conceção de formação e de mudança em que a primeira, para tornar efetiva a segunda, não a precede necessariamente. São processos que se fundem num só, desenvolvendo-se em simultaneidade, suportando-se reciprocamente, e aí reside o sentido de ambas

### **Desenvolvimento local como processo educativo**

As experiências e iniciativas de intervenção que discutiremos tiveram uma preocupação de desenvolvimento local em meio rural. Uma delas teve lugar em Ouguela, pequena aldeia do concelho de Campo Maior e remonta 1993. Referimo-nos à criação de um serviço local, precisamente um Centro Comunitário, por iniciativa da escola e da população local com apoio de parceiros externos. Assim se relatava no Jornal Fonte Nova, em 13 de Fevereiro de 1997:

“Como tudo o que é bom, este projecto nasceu com simplicidade.....numa perspectiva de educação integral, começou por se questionar o que iriam os (poucos) miúdos fazer dali a alguns anos. Reflectindo em conjunto e tentando resolver problemas do seu contexto começaram por analisar a realidade em que viviam”. Seria esta forma de pensar os problemas que daria origem à transformação de uma das salas de aula em Centro

Comunitário com valências de bar, espaço de televisão, jornais, computador e sala de convívio, com refeições servidas em comum a crianças e idosos “fomentando-se uma relação inter-geracional”

O articulista do jornal captou a “simplicidade” do processo, talvez a sugerir que o ponto de partida estaria ao alcance da mão. Assim aconteceu, de fato, sob o impulso da escola, embora tal significasse algo de mais complexo, como implicar a população local e a colaboração de parceiros externos. Complexidade acrescida se pensarmos que as situações de abandono dos lugares, de desfavor e de perda dos locais, durante décadas, fez descer nas capacidades e recursos próprios, baixou a auto-estima, instalou a fatalismo e a resignação.

Por isso é de relevar o despontar da construção de uma “cultura de desenvolvimento local” (Melo, 1988), própria de um processo de formação, inerente a esta iniciativa que podemos integrar numa “vontade comum para melhorar o quotidiano”, forma feliz e profundamente assertiva de definir, como fez o autor citado, o Desenvolvimento Local.

O processo educativo característico do DL é também assinalado pelo articulista, no excerto citado, mas também mais adiante na peça.

“Estas acções, logo no início começaram a ser participadas por diversos membros da comunidade, dos quais citamos a D. Camila e o Sr. António Gadanha, que entre muitos outros contribuíram para o desenvolvimento do projecto, até porque como nos referiu Francisco (o professor), o trabalho de base com as pessoas é o mais importante.

Afinal todo um grupo importante da comunidade começou por aderir às iniciativas passando a dar corpo ao GUDO (Gerações Unidas para o Desenvolvimento de Oguela) que, em comum, reflecte sobre o projecto e propõe as acções que são aprovadas pela comunidade, o que faz com que todos nela participem”

António Nóvoa (2007) referia-se a estas dinâmicas de formação dos adultos, como a rara persistência de formas de educação popular, em que o povo efetivamente “se educava” pelas ações que empreendia, no sentido de procurar mudar as suas condições de existência, melhorando-os. Com efeito, trata-se de pequenas ilhas, no mar de ações que manifestam afastam a educação dos adultos deste seu sentido mais genuíno. A qualificação dos indivíduos pela formação formal há muito que as ofuscou e tomou o seu lugar. O “face a face” dominante das formas atuais de entender e praticar a formação, vorazmente postergou uma formação “ombro a ombro” (Melo, 1988). Isto é, um modo de educação dos adultos, inscrito na tradição popular, nos ancestrais saberes e

competências de resistência, que povoam a memória das comunidades. A eles se parece recorrer para enfrentar as dificuldades presentes, num envolvimento comunitário, integrado na eventual formação da referida cultura de desenvolvimento.

### **Sociabilidades e solidariedades**

Para Gillet (2006) a sociabilidade “pode definir-se como o conjunto de relações sociais efectivas e vividas que unem o indivíduo com outros indivíduos mediante laços interpessoais e/ou de grupo” (p. 134). Significa mais do que aquilo que enfatizou a escola de Chicago, ao reportar-se “às amizades, às relações familiares ou de unidades de vizinhança, nas quais existe um sentimento de pertença, isto é, uma identidade social ligada a uma identidade geográfica” (idem). As sociabilidades, sendo possíveis, mantêm e instituem o vínculo social, circunstância que o tempo presente tende a ignorar nos princípios e nas práticas da animação e da formação. “Os encantos do individualismo e do mercado do ócio, estão já afetados de cegueira ao ponto de crer que não há lugar algum para nada que não seja o egoísmo e o prazer pessoal” (idem). A “cegueira” atinge a situação limite de olhar as comunidades, nomeadamente as rurais, como se nelas, supostamente, nada acontecesse. Todavia, mesmo onde tudo parece desestruturado, e carente de sentido, existe um sentido mais ou menos esbatido que, apesar das dificuldades, não impede as ressocializações: dos atores, das relações entre eles e com o espaço (Fernandes, 1998).

Neste contexto, o processo educativo assume a forma de uma reaprendizagem dos laços do dia a dia que se tornaram mais invisíveis, face aos crescentes desfavores, perdas ou crises. As relações sociais estruturadas, embora dificultadas, e os projetos comuns, que sempre existem apesar da ausência de condições objetivas para os desenvolver, podem ser retomados, renovados e impulsionados.

“...dizemos nós noutras palavras, muito bonito, os idosos terem convivência com as crianças, continuamente. Foi o que aqui passou a haver. Os velhotes, uns porque tinham os netos, outros porque tinham os sobrinhos e, quer dizer, atrair-se mais assim uma parte de convivência nessa altura, porque quer dizer as crianças iam para a escola, os avós estavam cá para cima. E ali não, vimo-lo mais vezes durante o dia. (...) porque a aldeia está muito despovoada, e estão muito dispersos os vizinhos uns dos outros. E ali é um sítio onde eles vão e que se juntam todos. Têm uma ou outra convivência (...). Entrevista ao Sr António”

Relativamente aos efeitos educativos que daí podem advir, têm por base três condições que a convivência proporciona. Em primeiro lugar aprender porque “simplesmente” as pessoas – e as pessoas de diferentes idades – se relacionam, ou seja na continuidade da interação social, sem que se torne necessário criar espaços formais para esse fim. Em segundo lugar, porque os processos de socialização inerentes são mais deliberados e dirigidos a um fim. Em terceiro lugar, por que crescem e se densificam as interações, em comunidades onde os limiares de densidade tendiam a baixar.

Efetivamente, em termos sociais, esta promoção de sociabilidades e solidariedades, principalmente de natureza intergeracional, proporciona a construção de pontes para o vizinho mais próximo (Ferrão, 1998, Reis, 1998). Tendem a contrariar um longo processo de insularização dos actores, dos recursos e dos factores de identidade. Eventualmente reabilitam as redes “naturais, utilitárias e funcionais” que reforçam o sentimento de pertença e de identificação com o lugar/local por um processo de “reseautage scolaire” (Prévost, 2004), que cresce à medida das ameaças à escola da aldeia. Num contexto de ameaças, as comunidades concentram as suas resistências em torno do último sinal de existência que lhes resta e que a escola ainda é, quando muitos outros serviços locais foram progressivamente desaparecendo, num pretenso apagamento do interior por parte dos poderes instituídos.

Tende-se ainda a reabilitar a criança como ator social num quadro de reconfiguração dos processos de socialização. O trabalho e as práticas escolares adquirem um sentido que se afasta do que a escola lhe conferiu. Extravasando o espaço da sala de aula e os muros da escola, esse sentido resulta de atividades que se relacionam positivamente com outros sistemas que compõem o sistema das suas vidas de crianças. Atividades que se integram na sua experiência social, não apenas como alunos mas, sobretudo como crianças e como pessoas. A superação da cisão entre a criança e o aluno, que a escola instituiu, talvez encontre aqui condições para que aconteça. Até porque acresce a heterogeneidade de níveis e de idades nas pequenas estruturas escolares em meio rural o que igualmente pode concorrer para um contexto de afirmação das crianças na escola, em detrimento da sua condição de aluno. Uma organização escolar imperfeita, refratária ao regime de classes, favorece modalidades de trabalho pedagógico mais consentâneas com as culturas infantis e os modos de socialização em meio rural. A rua (e o campo), nas aldeias, ao contrário das maiores aglomerações populacionais (Delval e Moreno,

2003), funciona como um espaço de encontro entre crianças de idades diferentes e destas com os adultos. No caso vertente, esta dinâmica surge enriquecida por um propósito de intervenção social que começámos por destacar. Isto é, a criação e promoção de um serviço que visa acolher os mais velhos, num Centro Comunitário que de alguma forma integrou a escola. Graças a um processo de participação comunitária que se estende “formalmente” às crianças, como membros do Gudo, investidos objetivamente num papel de atores sociais.

## **Produção de Saberes**

*“Oguela somos todos nós*

A Comissão de Ogulenses, constituída em Janeiro de 1994 tem vindo a desenvolver um trabalho notável no desenvolvimento da sua própria comunidade e na sensibilização de outros parceiros para fazer reviver uma Aldeia Histórica com um passado importante que o tempo deixara ao abandono e marginalizara do resto do mundo. (...) Sendo um trabalho de Voluntariado, activo e permanente ela constitui a voz da comunidade, é a expressão dos seus problemas, dos seus interesses e das suas ambições futuras” (Ladeira da Fonte Velha, 14 de Fevereiro de 1997)

Os saberes que aqui se referem têm a ver com a capacidade desenvolvida para observar as suas comunidades, para diagnosticar problemas e antecipar soluções. A educação dos adultos foi, pois, algo que esteve subjacente a muitas das situações na intervenção, sobretudo se pensarmos, com Hernández (1989), que os dispositivos e as práticas neste campo, podem ser “diretamente orientados não tanto para proporcionar informação e transmitir conhecimento, mas mais para gerar auto-estima, apreço pelos próprios valores e incrementar a consciência de comunidade...” (p. 70). Pode ser deste modo que se geram comportamentos que encorajam as pessoas “a interessar-se e a assumir responsabilidades na melhoria das próprias condições de vida sociais e materiais” (Titmus, citado por Canário, 1999, p. 15). A relevância destes comportamentos é ainda maior se se tiver em conta que estas pessoas, habitualmente fora do público do desenvolvimento rural, “não se interessavam por nada, pessoas muitas vezes vencidas pela vida, começam a compreender certas coisas”, como diz um professor em reportagem sobre as aldeias botânicas em França (A rede, 9/10, 1993, p. 51). Verifica-se progressivamente a inflexão de uma perspectiva de negatividade em que as pessoas se colocaram relativamente ao futuro (Canário, 1999), superando sentimentos de desespero, impotência e inferioridade (Melo, 2000).

A apropriação de um poder de formação e de ação parece ser aquilo que faz com que a comunidade prossiga os projetos, deixando transparecer uma consciencialização das suas capacidades e da sua identidade. Por um lado, a dinâmica local, e o processo de aprendizagem em que se converteu, levaram ao reconhecimento de outros problemas na globalidade do desfavor e da desqualificação das aldeias. Por outro lado, desenvolve-se a alarga-se a crença de que é possível agir a outros níveis, prosseguindo no equacionar de problemas e na perspetivação de soluções.

“Temos aqui muita coisa que nós não sabemos onde as havemos de pôr. E falou-se já aí noutra casa que é a da Santa Casa da Misericórdia, mas como a Sra. ainda está viva, a que mora lá, que agora andam a arranjar a casa. Um dia que a pessoa morra são capazes de lhes deitar as mãos, para se arranjar também aquela casa. Porque aquela casa, para além de ser antiga ainda tem um forno de cozer o pão dentro do quarto. E elas depois dão algumas coisas, as coisas do lavrador vai-se arranjar dentro daquela casa também para ficarmos com duas Casa Museu, porque a casa é pequena para tanta coisa que nós temos. (Entrevista, à Sra. Umbelina, Alpalhão, Setembro de 2002).

Neste caso a intervenção desenvolveu-se em torno da Criação de um Museu Etnográfico com significativa participação popular, induzida pela escola, tanto na construção do espólio, na implicação da autarquia no processo de instalação da “Casa”, como na sua dinamização.

Mas a formação parece ter ocorrido não só ao nível das atitudes, e num registo vincadamente informal, mas também no campo dos saberes mais específicos ou mesmo de conhecimentos que mais formalmente integram os conteúdos escolares:

“Vinha uma mãe ou vinham duas. Duas que tinham carro e que estavam sempre disponíveis. (...) Aprenderam. Todos aprenderam. Até ao nível do ensino da Língua Portuguesa quando eles tinham que pôr as opiniões escritas e eu lá na brincadeira lhe corrigíamos os erros ortográficos, até eles aprenderam.” (Entrevista à Profª Laurinda, Campo Maior, Julho de 2001)

É uma situação similar daquela que sucedeu em Ouguela. Aí, as mães, de forma rotativa, iniciaram-se no processo de redação de atas de reuniões que confessam ter aprendido a elaborar. Tal circunstância constituiu ainda motivo para um maior número de interações com a escola, com a professora e com as crianças, no âmbito mais alargado de participação na dinamização do Centro Comunitário.

“Fizemos as actas e tudo. Fazíamos as actas.  
.....Entre todas.  
Mas a maioria tinha que ser eu, que elas apontavam-nas para mim...  
(*era uma forma*)  
de praticar a escrita...e ela está esquecida” (Entrevista à mãe do Ricardo)

Mais recentemente, noutras intervenções, esta formação mais formal esteve presente a vários níveis. O trabalho de pesquisa, por exemplo para a elaboração de roteiros de património, implicou o registo de recolhas e de tratamento de dados e a devolução das pesquisas à comunidade, nomeadamente em jornais e rádios locais. Foram circunstâncias que impuseram a necessidade de preparar e usar a palavra, como se verificou com muitos avós. Mas também as famílias foram envolvidas em visitas guiadas no sentido de aprenderem sobre a história local para assim poderem ajudar as crianças. Um blogue sobre a história local – sobre os fontanários ou sobre as Igrejas – foi construído para esse efeito.

Do lado das crianças, igualmente se cruzam saberes adquiridos por via informal e formalmente, pela ação mais intencional da escola. Esta articulação repercute-se tanto no desenvolvimento de competências sociais, que aproxima a criança do ator do desenvolvimento local, como na aquisição de conhecimentos de índole mais estritamente escolar. Trata-se de um processo por alguns designado de diferenciação curricular e por outros também apelidado, no caso vertente, de contextualização ou de localização do currículo. Seja como for é um ambiente de interações entre gerações que o favorece:

“Os nossos avós estão sozinhos e podemos ajudá-los para virem para cá, aprender o que fazemos e ensinarem o que sabem. Vamos arranjar a sala ao lado da Escola para os velhinhos estarem alegres e jogarem aos jogos preferidos.

O 1.º trabalho é perguntar à avó do Luís, a Cecília, à avó do João Paulo e da Núria, à Clotilde, ao avô do Valter, José Assenhas, à ama da Carina, a Isabel, ao avô do Zé, o Zé Espada, ao senhor João, ao senhor Figueira, à mãe da D. Camila, a Alzira, à Jacinta, ao Luís Gasosa, à velhinha do bairro, a Laurinda, mãe da Durvalina, à avó da Susete, a Maria José, à avó da Sónia, ao Zé Pataco e à avó Ana, ao avô Domingos, ao José Baptista e à mulher e ao Zé Galinha, se eles querem vir-nos ajudar. E ainda faltam a Maria Amiguinho, a Maria Marques, a Cremilde e o Cascalho, a Cesaltina e o João, a avó da Lila, a Cristina, os velhinhos do fundo da rua, o pai e o Felismino, a Eugénia e o Fernando, a avó da Liliana e o marido, a Alice e o marido, os avós do Nuno, Tomás e Maria Luísa, Agostinho e Constança, uma velhinha cega, a senhora Andreia e o marido Francisco, o Afonso e a Ana e a Manuela. Queremos que todos nos ajudem.”

Levantar e viver problemas locais, na situação referida relativos aos mais velhos, constitui um pretexto para prática da assim considerada escrita funcional. Esta funcionalidade da escrita, passa igualmente pelo relato das interações sociais e dos afetos que povoam o quotidiano das crianças, em meios sociais de reduzidas dimensão e de profundo interconhecimento. As relações intergeracionais acontecem, no dia a dia e

no ritmo de cada um, não sendo necessário ir à sua procura ou promovê-las como sucede em contextos sociais que já as desvalorizaram e desqualificaram.

“Eu tinha um amigo a que tinham posto a alcunha de Cascalho, mas o seu verdadeiro nome era João Mendes Moacho. E gostava muito das pessoas. Na terça-feira ele pôs-se doente e mandaram-no para Elvas. No outro dia, à 1h da manhã, ele faleceu, tinha 80 anos. Mas ele nunca tinha andado à Escola. Ele andava a trabalhar quando era pequenino. Casou aos 25 anos com a senhora Cremilde Charais Amiguinho. Ele esforçou-se muito para fazer uma casa. Eu gostava muito dele e quando ia à pesca, dava-me sempre peixinhos a mim e à minha avó. Tinha dois filhos e quando ele ia à horta, a minha avó pedia-lhe poejos. Quando ele faleceu deixou muitas marcas. A minha avó não pode ir ao funeral porque se pôe doente. Ele também gostava muito de brincar comigo, com o Valter e com o João. Mas a Sra. Cremilde agora não vai estar sozinha, pode vir para o Centro de Convívio. E a minha opinião é abrimos o centro de Convívio” (Texto de Aluno, in Memórias do Projeto)

A comunidade está assim deliberadamente na escola através dos alunos, ajudando a conferir outros sentidos às aprendizagens, como o texto patenteia, aprofundando igualmente o cariz da funcionalidade da escrita. Serve para descrever sentimentos e emoções do universo de vida das crianças, onde pontuam as relações com os mais velhos, como também é próprio da sua condição de crianças. Por isso, como há pouco admitimos, pode passar por aqui o esbater do papel de aluno, para que volte a emergir a criança. O trabalho escolar torna-se mais poroso e, eventualmente, sensível a outros mundos: das pessoas - mais novos e mais velhos –, das comunidades e dos seus saberes mais profanos.

O que é referido no texto pode ser lido como contraponto de um processo que designámos de sinergias na formação. Isto é, um processo que num dos momentos de intervenção desencadeou, por exemplo, uma aula comunitária para mais velhos e crianças em torno da tradição erudita sobre a história local. Como é sabido Ouguela é uma aldeia com um passado histórico significativo, particularmente no que concerne às relações, nem sempre pacíficas, com a vizinha Espanha, como atesta o seu património construído. Esta história, na sua versão popular, era contada às crianças por uma personalidade local, herdeiro desta tradição

“Ensinava-lhe o que sabia e que aprendi....

“Ainda têm mais este professor. E, quer dizer, lá para eles, o animador deles.

Bom, isto para mim... isto é uma satisfação. Porque outra coisa não me atrai a mim, mas a história aqui desta aldeia (...) Gosto de transmitir às pessoas aquilo que eu sei e então é nesse sentido que eu me encontro até com um bocadinho de orgulho em explicar às pessoas a história de Ouguela.” (Entrevista ao Sr António)

O reconto e a representação em imagens desta história popular eram elaborados pelas crianças, nomeadamente através de diaporama. A sua exibição complementou muitas vezes a visita guiada à aldeia por crianças de outras escolas, dinamizada por aquela personalidade. No quadro desta ação conjunta, tanto as crianças como Sr. António manifestaram intenção de vir a saber mais sobre a história da aldeia. Foi assim que aconteceu a referida aula, a cargo de um historiador erudito. Previamente preparada foi participada por toda a comunidade, com destaque para as crianças e os adultos mais velhos. Objetivamente, o confronto entre tradição popular e tradição popular dominou a sessão com manifesta sinergia de formação tanto para uns como para outros. Entre a história romanceada e a que a investigação autoriza para cada um resultaram novos dados para a memória do lugar, e para a sua integração na identidade que se reconstrói, sobre o espaço que se habita e onde se vive.

### **Reconstrução de identidades**

Transversalmente, estas circunstâncias sócio-educativas contêm uma dinâmica de “escrituralização das culturais locais” (Sarmiento e Oliveira, 2003). Os mais velhos, como seus principais portadores, expõem-nas e contam-nas para que os mais novos as registem e escrevam, dado que possuem e desenvolvem competências nesse domínio.

Foi o caso do ciclo mais longo da história de Ouguela, da tradição dos Bonecos de Santo Aleixo, na aldeia com o mesmo nome, da produção hortícola tradicional na Aldeia de Mosteiros, ou da casa e arquitetura tradicionais em Alpalhão.

“Ora. Então sei. Porque nunca aprendi a ler mas sei das coisas da natureza melhor do que eles ainda. Por isso é que eu lá vou. Porque eles sabem... Não têm prática têm só teoria. E a gente tem a prática das coisas. É por isso é que eu, sei mais, se calhar! Por causa disso. Mas cá os do campo sempre sabem mais do que os que sabem na cidade não é! Mas pronto. Eu gosto de lá ir porque eu vejo que eles estão com atenção a ver a gente”. (Avó da Cristina – Preparação da visita do Presidente da República a Mosteiros, Abril de 2003)

“Eu explico-lhe tudo, o que é e o que não é, o que é isto, o que é o outro, eu explico-lhes tudo. (...) Está ali a assinatura da filha dela, com cinco anos de idade, pôs ali o nomezinho dela no bico de uma folha do livro. Eu não sei ler, mas sei explicar onde é porque eu marquei a folha. Gostou muito. Daqui ia para Marvão. Diz que não conhecia nada para aqui. E eu disse-lhe: “Vá a Marvão e a senhora se for a Castelo de Vide, ali em Castelo de Vide também tem muitas coisas também para se ver”. (D. Umbelina, a propósito do seu trabalho de “guia” do Museu de Alpalhão)

Em ambos os casos, não saber ler não atrapalha a “função”. É possível aprender (e ensinar) mesmo sem possuir a mais básica das competências escolares.

Mais recentemente, em Campo Maior, o património dos Fontanários, foi objeto de pesquisa mais demorada e sistemática, desta feita envolvendo avós, pais e netos, em grupos formalmente constituídos para esse efeito. O ambiente sócio-educativo, de fundo intergeracional, desencadeado por este inquérito e passagem a escrito e a imagens o processo de recolha, teve a tradução formal num Roteiro de Fontanários, objeto ainda de um panfleto turístico.

Trata-se de um ganho de autoestima – perfeitamente expresso nos depoimentos acima inseridos - associado à redescoberta e valorização de um património comum ou das culturas. Tanto a material – a dos saber fazer – como a simbólica – “a base mais sólida da auto-estima” (Reis, 1998, p.77).

São evocadas práticas de trabalho e de relação inteligente com a natureza que possibilitaram, secularmente, um conhecimento profundo da mesma, essencial a um equilíbrio no aproveitamento e gestão dos seus recursos, expressa em formas de agricultura familiar com significado nesta zona. Falamos de um património de práticas ancestrais de produção e cultivo tal como considera Torres (2000) – “uma básica lógica de um produto, de uma forma cultural de produzir” (p.3) – não apenas de interesse arqueológico, mas cuja reabilitação pode devolver não só o seu sentido social, mas, sobretudo, a garantia de uma produção agrícola com genuínas preocupações ecológicas e de saúde humana. Porventura, “um interesse pela Natureza” que “permita manter modos de vida tradicionais e a reconstrução de velhas edificações harmoniosas com o meio envolvente” (Bartolomé, 2003, p.61). Os projetos de revitalização da comunidade de Ouguela, a partir da reabilitação de atividades tradicionais, com apoios comunitários, foram a sequência desta dinâmica

No caso de Alpalhão, contraria-se a tendência denunciada por Figueiredo (2009):  
“Não apenas se sobrevaloriza a função de recreio e lazer destas áreas, pela via da sua função ambiental, como, através dessa sobrevalorização, se tende a subalternizar o ponto de vista dos habitantes rurais e as suas necessidades sociais e económicas”

Ora, neste caso, não só houve participação popular no processo de musealização como são os populares que promovem a gestão do espaço onde se preserva o património.

Parece não haver apenas levantamento patrimonial neste trabalho em que os idosos e as crianças são importantes protagonistas. Há também “investigação das raízes” pelo “conhecimento do contexto e dos meios, das filiações, das genealogias e da história” (Sarmiento e Oliveira, 2003), como um dos textos das crianças que invocámos documenta, que constituem as principais formas de operacionalizar a reconstrução identitária. Poderemos ainda dizer, que estas formas identitárias compósitas, num “rural impuro”, incluem elementos representacionais e simbólicos, reinventam-se neles e influem na resistência que defende e pretende preservar modos de vida que se distinguem dos dominantes. Afinal revelando que os territórios, designadamente os rurais, “são meios de vida, patamares de organização colectiva, contextos de acção e de iniciativa – são recursos em que as pessoas se reconhecem e por isso utilizam” (Reis, 1998, p. 78).

Em síntese, estamos na presença em primeiro lugar, da reapropriação do espaço social e ecológico, associado a um consciência de comunidade e sentimento de pertença que parecem avivar-se. Em segundo lugar, é possível inferir um apreço maior por valores comuns e por si próprio. Por fim, aparenta estar subjacente uma continuada evocação da resistência do passado, nomeadamente da dureza das condições de existência, para voltar a acreditar no futuro

### **Conclusão e prospetiva**

O que expusemos deixa entender potencialidades de renovação das práticas educativas tantos das crianças como dos adultos. Pretenderam unir socialização e educação numa lógica de intervenção que tencionava colocar a escola mais próxima das suas comunidades, em propósitos de animação e desenvolvimento local. Neste ambiente, também se fica mais perto da possibilidade da criança como ator social e que por isso aprende ao mesmo tempo, à semelhança do que sucede com os adultos

Ora os caminhos que se perspetivam para o futuro da educação em Portugal, visam precisamente tornar a escola mais escola, isto é mais centrada sobre si própria e mais

distante das comunidades. Basicamente criando organizações escolares de grande dimensão, por um lado, e alongando a jornada escolar, por outro lado. Uma e outra tendência, aliada ao reforço das matérias escolares mais tradicionais, acentuam o ofício de aluno, constituindo-se os professores nos adultos que intervêm quase em exclusivo na sua educação.

É neste contexto que se pode falar do “esvaziamento do espaço público e comunitário de educação, que não se confina ao contexto escolar formal” (Ferreira, 2009). Estamos também assim muito mais longe de um eventual “cenário de responsabilidade ecológica e social” (Finger, 2005), ou seja, de um retorno à lógica e ao pensamento comunitário de reconstrução das comunidades, pela reabilitação das redes locais e solidariedades primárias, como espaços de participação e de aprendizagem. Justamente porque prosseguimos separando o que a tradição e pré-modernidade uniram: as crianças para a escola, os adultos para o trabalho e os adultos mais velhos para instituições de acolhimento. Suprimem-se, assim, e eliminam-se redes conviviais de aprendizagem e de socialização.

## **Bibliografia**

BARTOLOMÉ, A. (2003) “Dehesas: frágil ecosistema vital”, *La Tierra*, 59, pp. 54-61(Destaque da capa - La Dehesa (o montado) : donde la naturaleza y la cultura empatan).

CANÁRIO, R. (1999). *Educação de adultos: um campo e uma problemática*. Lisboa: Educa.

DELVAL, J. e MORENO, M.C. (2003). "Las culturas infantil y juvenil". *Cuadernos de Pedagogía*, 326, pp. 25-29.

FERRÃO, J. (1998). “Reconstruindo o interior destruindo a interioridade: para uma estratégia activa de inclusão dos actores” In José Madureira Pinto e António Dornelas, *Perspectivas de desenvolvimento do interior*. Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 87 – 91.

FERREIRA, F.I (2009). “As crianças e a comunidade: a animação comunitária como processo de convivência e aprendizagem intergeracional”, In Tera Sarmiento (Org.) (2009) *Infância, Família e Comunidade. As crianças como atores sociais*. Porto: Porto Editora, pp. 69-97.

FINGER, M. (2005). “A educação de adultos e o futuro da sociedade”, In Rui Canário e Belmiro Cabrito (Orgs.) *Educação e Formação de Adultos. Mutações e Convergências*. Lisboa:EDUCA, pp. 15-30.

FINGER, M. e ASUN, J. M. (2003). *A educação de Adultos numa Encruzilhada. Aprender a nossa saída*. Porto: Porto Editora.

GOODSON, I. (2000) *El cambio en el currículo*. Barcelona: Octaedro

GILLET, J.C. (2006). *La animación en la comunidad. Un modelo de animación sócio-educativa*. Barcelona: GRAO.

HERNÁNDEZ, A. (1989). *Cultura y desarrollo en el medio rural*. Madrid: Narcea.

MELO, A. (1988). "O desenvolvimento local como processo educativo" *Cadernos A rede*, 2, pp.58-63.

MELO, A. (2000). "Educação y formación para el desarrollo rural", *Revista de Educación*, 322, pp. 89 – 100.

PACHECO, J. A. (2006). "Currículo, investigação e mudança" In. *A Educação em Portugal (1986-2006). Alguns contributos da investigação*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, Edição One line, pp. 55-112.

PERRENOUD, PH. (1995). *Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar*. Porto: Porto Editora.

REIS, J. (1998). "Interior, desenvolvimento e território" In José Madureira Pinto e António Dornelas, *Perspectivas de desenvolvimento do interior*. Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 77 – 86.

SANZ FERNÁNDEZ, F. (2006). *As raízes históricas dos modelos actuais de educação de pessoas adultas*. Lisboa : Educa/Unidade I/D de Ciências da Educação.

SARMENTO, M. e OLIVEIRA, J. M. (2004). *A escola é o melhor do povo*. Porto: Profedições.

TORRES, C. (2000). "Desenvolvimento sustentável". *A rede*, 15, pp. 3-10.

#### **Notas sobre o autor:**

**Abílio José Maroto Amiguiinho**

[abilio.amiguiinho@esep.pt](mailto:abilio.amiguiinho@esep.pt)

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre

Licenciado em Sociologia, Mestre e Doutor em Ciências da Educação, especialidade em Formação de Adultos.

É Professor Coordenador, na área científica de Sociologia e Mediação Social, na Escola Superior de Educação de Portalegre (ESEP), onde trabalha, desde 1986.

É sócio fundador do Instituto das Comunidades Educativas. Foi Presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Educação de Portalegre e Presidente da Associação das Escolas Superiores de

Educação públicas. Foi membro do Conselho Científico do Instituto de Inovação Educacional do Ministério de Educação. É Presidente do Conselho Técnico-Científico da ESEP.

Como docente no Ensino Superior trabalhou em áreas como a Administração Escolar, Investigação Educacional, Formação de Adultos, Intervenção Social e Comunitária e Serviço Social, tanto em cursos de Licenciatura como de Mestrado.

Coordenou ou integrou equipas de vários projectos de intervenção sócio-educativa dos quais se destacam o Projecto ECO II ou o Projecto das Escolas Rurais, Região do Nordeste Alentejano, ou mais recentemente o Projecto Potencializar Recursos, Valorizar e Qualificar Pessoas e Organizações, também em meio rural e nesta região do País.

Actualmente é Director da Revista Aprender, revista da Escola Superior de Educação de Portalegre. Autor de vários artigos e de capítulos de livros, publicados em Portugal ou no estrangeiro, e dos livros *Viver a Formação Construir a Mudança* e *A Escola e o Futuro do Mundo Rural*, e co-organizador da obra *Escolas e Mudança, o Papel dos Centros de Formação*.

## **Animação Teatral no desenvolvimento comunitário e local**

**(Que relação poderá existir entre os dois conceitos, Animação e Teatro, que possa significar processos participativos inovadores?)**

**Avelino Bento**

Qual é o objecto da Animação Teatral? A Animação? O Teatro?

Um e outro têm estado próximos da Cultura mas, porém, fora dela, segundo Xavier Ucar (2000).

Se na **Animação** o objecto é polissémico e transversal ao quotidiano das pessoas, o objecto do **Teatro** é o espaço/tempo da situação que pretende ser mostrado como uma alternativa à vida das pessoas.

**ANIMAÇÃO** como Tecnologia Social

**TEATRO** como *Praxis* Artística

Neste sentido **Animação** e **Teatro** convocam a necessidade e emergência social a partir do objecto estritamente cultural.

Naturalmente que falamos de coisas distintas quando fazemos *animação teatral* e quando fazemos *animação sociocultural*. Os objectivos da animação teatral estão associados à construção de um potencial projecto artístico-teatral que se poderá ou não concretizar em espectáculo, enquanto os objectivos da animação sociocultural, desenvolvida através do teatro, estão associados às questões gerais e específicas do desenvolvimento cultural, social, educativo e artístico. O ponto verdadeiramente comum entre ambos os processos é a capacidade que têm de criar novos interesses e mobilizar para novas dinâmicas de participação social e cultural. Assim, a animação sociocultural é desenvolvida pelo *animador generalista* que, pontualmente, poderá recorrer-se dos *animadores especialistas*. Mas quem faz a animação teatral é o *animador teatral*. Explicitando melhor, em ambos os tipos de animação o teatro é utilizado como um

meio. É utilizado como um meio porque na animação teatral o animador teatral coloca a tónica nos processos, como relembra Ventosa, V. (1993:164) e na animação sociocultural, dizemos nós, é no desenvolvimento *tout court* que o animador generalista coloca a tónica.

Esta perspectiva acentua várias **dimensões da Animação Teatral** no Desenvolvimento Comunitário e Local a partir da *Animação Teatral como conceito* e da *Animação Teatral como suporte útil*

<b>DIMENSÕES CONSTITUTIVAS DA ANIMAÇÃO TEATRAL</b>		
<i>Caracterização: A AT é uma...</i>	<i>Objetivos e Tarefas que persegue</i>	<i>Funções que cumpre</i>
<b>Tecnologia Social de Planeamento</b>	<i>Desenhar, desenvolver e avaliar: *Planos, programas e projectos de AT; *Técnicas, procedimentos e instrumentos teatrais e educativos.</i>	<i>* Dar e/ou possibilitar respostas técnicas (teatrais e educativas) a problemáticas socioculturais.</i>
<b>Prática Social</b>	<i>*Catalisar e canalizar as energias pessoais, grupais e comunitárias cara a projectos comuns de melhora e mudança sociocultural; *Criar e/ou consolidar pontos de encontro; * Criar e/ou consolidar o tecido sociocultural.</i>	<i>* Ajudar, mediar ou apoiar o trabalho de grupos e comunidades nas suas realidades socioculturais.</i>
<b>Prática Social Crítica</b>	<i>*Possibilitar a emancipação daqueles grupos e comunidades submetidos ou em situação de exploração ou de fragilidades; *Despertar ou ajudar a revelar consciências; * Estimular a acção.</i>	<i>* Ajudar, liderar ou possibilitar a emancipação de pessoas, grupos e/ou comunidades.</i>

O conceito e o suporte útil no Desenvolvimento Local e Comunitário permitem identificar **Funções da Animação Teatral**: Promoção e difusão cultural; Criação de públicos; Educação e formação; Criação artística; Compensação; Desenvolvimento comunitário; Criação de tecido teatral; Lazer e entretenimento; Visão crítica; Adaptação, integração; Promoção, património.

Assim esta problematização conceptual convoca-nos para algumas questões pertinentes sobre a relação da arte e da cultura com o desenvolvimento local e comunitário.

### ***Não será Desenvolvimento Comunitário e Local***

Um grupo de jovens reunidos em torno de um projecto de Teatro de Amadores reconhecer a importância de uma formação Teatral mais sustentada, de forma a Melhorar as “performances” teatrais junto da Comunidade?

- educação estética e artística
- construção de massa crítica
- dinamizadores culturais?

### ***Não será Desenvolvimento Comunitário e Local***

A administração de um Centro de Dia, por estreitar, recorrer a práticas dramáticas (dramatizações de lendas e de histórias locais, assim como dramatizações de poesia popular), de forma a incentivar a ocupação desse equipamento por parte da população idosa que teima em não querer abandonar a solidão das suas casas?

- melhorar a qualidade de vida dos
- idosos
- dar continuidade a processos de
- socialização porventura
- estagnados
- partilhar saberes e culturas intergeracionais?

### ***Não será Desenvolvimento Comunitário e Local***

Ocupar cidadãos desempregados, incentivando-os, através da prática teatral, para outras necessidades e competências profissionais.

Representar uma personagem que resolva um problema ou que projecte o futuro, é apropriar-se de outras metodologias de pensar e resolver o(s) problema(s).

Contactar com o fazer teatral em toda a sua dimensão, técnica, tecnológica, artística, cultural e social é, de facto, criar um novo paradigma de mudança e de oportunidades.

- consciencialização crítica perante as vicissitudes
- apropriação de novos saberes
- educação estética e artística
- capacidade de empreendedorismo?

### ***Não será Desenvolvimento Comunitário e Local***

Quando um conjunto de pessoas, que trabalha em comércios e serviços, sente necessidade de outras experiências, reconhecendo na Prática Teatral o objecto com melhores condições de preencher essas necessidades, está atento às suas e às necessidades das Comunidades, naquilo que pode ser a quebra da rotina do seu quotidiano. Quebrando o tédio, a rotina, a solidão, estão mais disponíveis para o saber, o conhecimento, os afectos, enfim, para a própria vida.

Reconhecer nas práticas teatrais essa dimensão de transformação, é reconhecer a sua dimensão de arte plural.

- descoberta de novas potencialidades
- alteração de rotinas na vida
- consciência crítica em relação ao objecto teatral?

### ***Não será Desenvolvimento Comunitário e Local***

Juntar pessoas de várias freguesias do mesmo concelho e dar-lhes formação de animadores teatrais, incentivando-os para o aparecimento de grupos de teatro de amadores nas suas comunidades, contribuindo assim para dar nova vida ao movimento associativo local.

- construção de novas competências e oportunidades
- traçar perfis de animadores socioculturais
- incentivar o retorno do movimento associativo ou criar mesmo novos conceitos de movimento associativo?

### ***Não será Desenvolvimento Comunitário e Local***

Criarem-se grupos de teatro, mistos em competências profissionais e escolares, de forma a desenvolver processos de educação não-formal e informal, assim como processos de educação ao longo da vida?

### ***Não será Desenvolvimento Comunitário e Local***

Animar teatralmente populações carenciadas, de culturas diferentes ou excluídas, de forma a contribuir para a coesão social e comunitária?

### ***Não será Desenvolvimento Comunitário e Local***

Apelar à prática do Teatro, em todas as suas vertentes e nos vários níveis de ensino, de forma a dar continuidade a práticas culturais inovadoras?

### ***Não será Desenvolvimento Comunitário e Local***

Onde haja um grupo de teatro, amador ou profissional, em comunidades mais periféricas e secundarizadas, organizar festivais, ateliers e mostras de teatro?

A perspectiva final do Desenvolvimento Comunitário e Local é a de fortalecer canais de comunicação donde possam emergir novos protagonistas da mudança.

Como é que essa relação entre Animação Teatral e Desenvolvimento Comunitário e Local poderá de facto existir?

A questão essencial está no facto do Teatro existir, historicamente, com uma ampla presença nas dinâmicas comunitárias de todos os tipos e de todos os tempos.

## **Bibliografia**

Actes du 5 ème Congrès International de Sociologie du Théâtre, *La médiation théâtrale*, Mons (Belgique), Lansman Editeur, 1997, p. 10.

Ander-Egg, Ezequiel, *Metodología y prácticas de la animación sociocultural*, Buenos Aires, Editorial Hvmánitas, 1991.

Bento, Avelino, *Teatro e Animação - outros percursos do desenvolvimento sociocultural no Alto Alentejo*, Lisboa, Edições Colibri, 2003.

Delors, Jacques (Coord.), *Educação um tesouro a descobrir - Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o séc. XXI*, Porto, Edições ASA, 1996.

Pérez Serrano, Gloria, *Elaboración de Proyectos Sociales - Casos prácticos*, Madrid, Narcea, S. A. de Ediciones, 7ª reimpresión, 2002, p. 17.

Picart. T. P., *Animación Sociocultural, Cultura y Território*, Madrid, editorial popular, s. a., Col. «promoción cultural», 1989.

## **Notas sobre o autor:**

**Avelino Bento**

[abento@esep.pt](mailto:abento@esep.pt)

Professor Coordenador da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre



## **Organização**

**Instituto Politécnico de Portalegre**

**Escola Superior de Educação**

**Escola Superior Agrária**

**C3i - Coordenação Interdisciplinar para a Investigação e Inovação**

## **Entidades parceiras**

**CESNOVA - Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa**

**Universidade de Évora**

**Tempo Sem Fim Actividades Turísticas, Lda**

**Turismo do Alentejo, ERT**

